

ANALIS E VIASAPIENS



A458\$B14

FACULDADE

ViaSapiens

A IDENTIDADE DO CONHECIMENTO



IV ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2023

ANALIS

22 E 23 DE MAIO DE 2023

WWW.FACULDADEVIASAPIENS.COM.BR/REVISTACIENTIFICA



Prof. Me. Raphael Gomes Viana
Prof. Esp. Francisco Danilo de Souza Gomes

Organizadores

O conteúdo técnico-científico, bem como, a revisão ortográfica destes
anais são de inteira responsabilidade dos autores.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Encontro de Iniciação Científica (4. : 2023 :
Tianguá, CE)
Anais IV encontro de iniciação científica
2023 [livro eletrônico] / Encontro de Iniciação
Científica (4. : 2023 : Tianguá, CE) ; organização
Francisco Danilo de Souza Gomes, Raphael Gomes
Viana. -- 4. ed. -- Tianguá, CE : Ed. dos Autores,
2023.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-79286-7

1. Divulgação científica 2. Extensão
universitária 3. Pesquisa científica I. Gomes,
Francisco Danilo de Souza. II. Viana, Raphael
Gomes. III. Título.

23-170489

CDD-501

Índices para catálogo sistemático:

1. Divulgação científica 501

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



CONSELHO EDITORIAL DA FACULDADE VIASAPIENS – FVS

Prof. Dr. Delano de Sousa Oliveira
Prof. Dr. Diego Petterson Brandao Cedro
Prof. Me. Alex Alves do Nascimento
Prof. Me. Bruno Cavalcante Frota
Prof. Me. Francisco Alves de Souza Neto
Prof. Me. Francisco Leon Torres de Sousa
Profa. Me. Iara Tâmara Pessoa Paiva
Profa. Me. Keila Costa de Souza
Prof. Me. Lucas Arruda Moita
Profa. Ma. Leia Madeira Saboia dos Reis
Prof. Me. Raphael Gomes Viana
Prof. Esp. Francisco Danilo de Souza Gomes
Profa. Esp. Amanda de Lima Silva

COMISSÃO CIENTÍFICA DO IV ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Prof. Dr. Delano de Sousa Oliveira
Prof. Dr. Diego Petterson Brandão Cedro
Profa. Me. Iara Tâmara Pessoa Paiva
Prof. Me. Raphael Gomes Viana
Profa. Esp. Amanda de Lima Silva
Prof. Esp. Francisco Danilo de Souza Gomes
Profa. Esp. Francisco Maxwanio Parente de Vasconcelos

EQUIPE EDITORIAL

Capa

Matheus Pereira Câmara Lucas

Diagramação

Francisco Danilo de Souza Gomes

Revisão ortográfica

Responsabilidade dos autores

“O ser humano é aquilo que a educação faz dele”.

Immanuel Kant

“Educação não transforma o mundo, educação muda as pessoas.

Pessoas transformam o mundo”.

Paulo Freire

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”.

Cora Coralina

PREFÁCIO

Este livro de Anais contém os Resumos Simples aceitos para apresentação no IV Encontro de Iniciação Científica da Faculdade ViaSapiens – FVS, realizado nos dias 22 e 23 de maio de 2023, na cidade de Tianguá – CE.

Em seu primeiro dia, o IV Encontro de iniciação científica fomentou o conhecimento da comunidade acadêmica da serra da Ibiapaba através de palestras com temáticas nas áreas do Ensino, Extensão Universitária e Pesquisa Científica, contando com a participação da Professora Sabrina Kelly, coordenadora de Extensão e Pesquisa do Instituto Federal do Ceará (IFCE) de Tianguá.

Por sua vez, em seu segundo dia, o evento foi agraciado com a apresentação dos Resumos produzidos pela comunidade acadêmica que se fazia presente, contando com a participação de alunos (as) dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade ViaSapiens, bem como, Advogados, Médicos, Enfermeiros e dentre outros profissionais, ocorrendo, dessa forma, uma valorosa troca de conhecimento e de experiências.

Em minha humilde opinião, enquanto coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica desta Faculdade, acredito que este evento foi fundamental para despertar o interesse pela pesquisa em nossos alunos, bem como, para aprimorar as práticas de produções e de questionamentos científicos na região da serra da Ibiapaba, pois como já dizia Paulo Freire: “Qualquer situação em que alguns homens impedem os outros de se engajarem no processo de investigação é de violência; ... alienar os seres humanos de suas próprias decisões é transformá-los em objetos.” (Freire, 1987).

Portanto, acredito que este livro de Anais contém Resumos com a mais alta qualidade técnica-científica, sendo contemplado com materiais das mais variadas áreas de ensino, isto é, administração de negócios, direito, filosofia, sociologia, medicina, dentre inúmeras outras.

Dito isto, desejo a todos uma excelente leitura!

Tianguá, Ceará.
28 de agosto de 2023.

Prof. Esp. Francisco Danilo de Souza Gomes
Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica da Faculdade ViaSapiens - FVS



SUMÁRIO

OS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E O DIREITO BRASILEIRO	37
Hagata Nicolle Gomes Lima	37
Humberto Ribeiro Lima Neto	37
Antônio Otaviano Costa Neto	37
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	37
AROMATERAPIA: UMA ABORDAGEM EM SALA DE AULA	38
Maria Monique Holanda Fontenele.....	38
Tamires Moita Fernandes.....	38
Jordana Aragão Sousa	38
Antônia Natália Fontenele de Sousa	38
OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS DA PANDEMIA NOS JOVENS.....	39
Matheus Almeida da Silva	39
Nhandejara de Carvalho Costa.....	39
Bruno Cavalcante Frota.....	39
A INTEGRALIDADE NA GESTÃO HOSPITALAR	40
Antônio Otaviano Costa Neto	40
Bruno Cavalcante Frota.....	40
Nhandejara de Carvalho Costa.....	40
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO AMBIENTE VIRTUAL.....	41
Laisa Roberta Lima Barroso	41
Thamyres Rodrigues Mesquita Camelo	41
Ana Luiza Lima de Almeida	41
Ana Davilla Araújo Alves	41
Raul Ferreira Maia	41
A TRANSFORMAÇÃO DO DIREITO TRADICIONAL PARA O DIGITAL	42
Marielle Gonçalves da Cunha Brito	42
Rodrigo Gonçalves da Cunha.....	42
Afrânio Gualberto Campos Fontenele Filho	42
A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	43
Maria Thamyres De Sousa Aragão	43
Maria Alice Nereu Soares	43
Francisca Carla Gomes.....	43
Raul Ferreira Maia	43

A ATUAÇÃO DO ADVOGADO EM SEDE DE DELEGACIA E A GARANTIA DE SUAS PRERROGATIVAS.....	44
Maria Lívia Vasconcelos Magalhães	44
William Silva dos Santos	44
A DISTINÇÃO ENTRE A CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA E O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	45
Maria Andriny Almeida Aguiar	45
Eduardo da Conceição Rodrigues	45
Antonia Iara Vieira Lima	45
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	45
A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	46
Valdemiro Chaves Carreiro.....	46
Francisco Eliano de Araujo Silva.....	46
Roberto Silva do Nascimento.....	46
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	46
A IMPORTÂNCIA DO PRÍNCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE NO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	47
Gisele Ribeiro Feitosa	47
Nieves Maria Magalhães Guerreiro	47
Isabel Cristina Chagas Braga	47
Rodrigo Ramos Freire de Castro	47
A INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	48
Samuel Siqueira Silva	48
Maria Lívia Vasconcelos Magalhães	48
Guilherme Torres do Nascimento	48
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	48
A NEGLIGÊNCIA DO ESTADO NO MOMENTO DE INDENIZAR A PRISÃO INJUSTA	49
Pedro Rubens Gonçalves Lopes	49
Gabriel de Azevedo Sousa	49
Isabele Porzelt	49
Túlio Arruda da Ponte Lopes	49
A POSSIBILIDADE DA ENTRADA DA UCRÂNIA NA OTAN: O ESTOPIM PARA A GUERRA?.....	50
João Paulo Amancio Melo	50
Lis Vieira de Barros Nobre	50
Roberto Silva do Nascimento.....	50

Weber Souza Oliveira	50
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	50
A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NAS CÂMARAS MUNICIPAIS BRASILEIRAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	51
Maria Andriny Almeida Aguiar	51
Eduardo da Conceição Rodrigues	51
Maria Alice Nereu Soares	51
Francisco Rôney de Sousa Ribeiro.....	51
DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES ENCARCERADAS: UMA BREVE ANÁLISE JURÍDICO-SOCIAL	52
Adayrlla Ribeiro Sousa	52
Gilmara de Matos Carvalho	52
Antonia Camila Vieira Mendes.....	52
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NAS DECISÕES DO JÚRI: CONFRONTANDO O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	53
Brayhan Kawan Alves Fernandes de Sousa.....	53
Lindomar de Araújo Brito.....	53
Rodrigo Gonçalves da Cunha.....	53
Raphael Gomes Viana.....	53
DIREITO DIGITAL E A ADVOCACIA 4.0	54
Janderlânio Franco de Oliveira	54
Isamara do Vale Silva	54
Túlio Arruda da Ponte Lopes	54
DIREITO DIGITAL E ADVOCACIA 4.0: AS CONCILIAÇÕES VIRTUAIS.....	55
Herânio Pinto dos Santos	55
João Élicris Pessoa da Silva.....	55
João Honorato Linhares	55
Hagata Nicolle Gomes Lima.....	55
Raphael Gomes Viana.....	55
A HISTÓRIA DO TRIBUNAL DE NUREMBERG	56
Carla Evelyn Silva Souza.....	56
Francisco Enagio Araújo Silva	56
Tácila Emily Cardoso.....	56
Renata Fernandes de Sousa.....	56
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	56
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PORTADORES DA ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA.....	57
Marcos Rick Fideles Moreno	57

Maria Geovana Alves Lima	57
Vitória Gomes Rodrigues.....	57
Ana Cristina de Araújo.....	57
O APOIO DA BIELORRÚSSIA A RÚSSIA: MOTIVAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS..	58
Maria Eduarda Alves Sampaio.....	58
Gislayne Moura Sampaio.....	58
Ana Beatriz Nascimento dos Santos	58
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	58
APOIO DA CHINA À RUSSIA: MOTIVAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS.....	59
Antônio de Carvalho Moreira	59
Beatriz Martins Carvalho	59
Ingrid Lohane Macedo Torres.....	59
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	59
A SOBERANIA RELATIVA DO BRASIL EM FACE DO TPI	60
Janiele Ferreira dos Santos.....	60
Rejane Luisa de Lima Tomaz.....	60
Alexandre de Sousa Freires.....	60
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	60
A IMPORTÂNCIA DO PRÍNCÍPIO DO JUIZ NATURAL NO ÂMBITO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL PENAL	61
Gisele Ribeiro Feitosa	61
Nieves Maria Magalhães Guerreiro Marques	61
Isabel Cristina Chagas Braga	61
Tiago Oliveira Freire Carneiro.....	61
JUSTIÇA RESTAURATIVA: POSSUI DE FATO EFETIVIDADE NO QUE CONCERNE AO DIREITO PENAL?	62
Paola de Souza Gomes	62
Maria Layla da Silva	62
Sérgio Luiz Corrêa dos Santos.....	62
CRIMES VIRTUAIS: DOS CRIMES CONTRA A HONRA	63
Giovanna Rodrigues Moura	63
Jarina Aragão	63
Maria Beatriz de Sousa Fernandes	63
Marisa Viana de Oliveira	63
Túlio Arruda da Ponte Lopes	63
USO INDISCRIMINADO DE SUPLEMENTOS POR DESPORTISTAS.....	64
Antônio Felipe Costa Fernandes Luiz Henrique Ferreira Lima Ana Kívia Paiva Moraes.....	64

Ana Caroline Fernandes de Moura.....	64
MARKETING JURÍDICO E O PROVIMENTO 205/2021	65
Valéria Rodrigues Lopes.....	65
Leuana Tomaz de Souza	65
Olivia Kelly Alves Marques Penha.....	65
Francisco Maxwânio Vasconcelos	65
A IMPORTÂNCIA PARA O EMPRESÁRIO DA PROTEÇÃO À PROPRIEDADE INDUSTRIAL	66
Valéria Rodrigues Lopes.....	66
José Laécio Machado da Ponte	66
Julianna Sabóia Ponte	66
AS COMISSÕES INTERNACIONAIS AD HOC DE INVESTIGAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE SEU PAPEL NA BUSCA PELA VERDADE E JUSTIÇA	67
Jhonny Vieira Brito.....	67
Francisco Eliano de Araújo Silva.....	67
Leonardo Rocha da Silva	67
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	67
AS NOVAS MEDIDAS COERCITIVAS DADA PELO O PODER JUDICIÁRIO EM EXECUÇÃO DE TÍTULOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS	68
José de Jesus Carvalho Rodrigues.....	68
Zhayná Ferreira Alves de Lima.....	68
Gislene Carvalho da Silva.....	68
Rodrigo Ramos Freire de Castro	68
ASSÉDIO NO AMBIENTE DE TRABALHO	69
Ana Larisse de Abreu Sousa	69
Maria Aparecida Leilany da Silva.....	69
Vitoria Estefanny Pontes Silva.....	69
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	69
AUXÍLIO-RECLUSÃO: O CONTRASTE ENTRE A SUA IMPORTÂNCIA PARA A GARANTIA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DOS BENEFICIÁRIOS E SUA ESTIGMATIZAÇÃO.....	70
Gabriela Oliveira de Lima.....	70
Marcela de Paiva Araújo.....	70
Fernanda Elisabeth de Lima Castelo Branco	70
O APOIO DA BIELORRÚSSIA A RÚSSIA: MOTIVAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS..	71
Maria Eduarda Alves Sampaio.....	71
Gislayne Moura Sampaio.....	71
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	71

BURNOUT: UM OLHAR PARA O ESGOTAMENTO DO PROFISSIONAL MODERNO	72
Yasmin Ribeiro de Carvalho	72
Antônio de Carvalho Moreira	72
Adriany Alves Silva Pontes.....	72
COMPREENDER AS IDENTIDADES AMAZÔNICAS PARA IMPLEMENTAR POLÍTICAS DE SEGURANÇA	73
Letícia Pereira da Silva	73
Brena Pereira Fernandes.....	73
Gardênia Maria de Souza Ramos	73
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	73
A IMPORTANCIA DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NA COMUNIDADE	74
Ana Dávila Passos Aguiar Ferreira	74
Maria Michele Texeira Bezerra.....	74
Joao Batista de Almeida da Mota.....	74
CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA RÚSSIA-UCRÂNIA PARA O COMÉRCIO EXTERIOR.....	75
Francisco Erlanio Rodrigues Pontes	75
Letícia Pereira da Silva	75
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	75
A AVALIAÇÃO EM SAÚDE ENQUANTO MEIO E PROCESSO DE GESTÃO	76
Antônia Ingrid Fernandes de Moraes.....	76
Audy Alves de Azevedo Filho	76
Antônio Rafael Coelho Jorge	76
Leandro Cordeiro Portela.....	76
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO RECEM-NASCIDO COM DIARREIA	77
Ana Dávila Passos Aguiar Ferreira	77
Maria Michele Teixeira Bezerra	77
Ana Cristina de Araújo.....	77
ASSISTÊNCIA AO RN EM SUPORTE VENTILATÓRIO.....	78
Antonia Naeli Bezerra Pontes	78
Helena Maria Damasceno Passos.....	78
Ana Cristina de Araujo.....	78
A UNIÃO ESTÁVEL NO DIREITO BRASILEIRO	79
Andreza Maria Rodrigues de Matos.....	79
Isabelle de Sousa Damasceno	79
Thays de Medeiros Abreu	79
Raphael Viana	79

Francisco Danilo de Souza Gomes.....	79
A EXPLORAÇÃO SEXUAL NO BRASIL.....	80
Patrícia Ferreira da Rocha.....	80
Antônio De Lima Dos santos	80
Israel Silva Dos Reis	80
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	80
DESAFIOS DA LUTA ANTIMANICOMIAL NA ATUALIDADE.....	81
Kailane Ximendes de Lima.....	81
Carla Vieira Cardoso.....	81
DESVANTAGENS E CRÍTICAS AO PL 2630/2020 EM RELAÇÃO AO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO	82
Jhonny Vieira Brito	82
Leuana Tomaz de Souza	82
Tacila Emily Cardoso Fontenele	82
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	82
DIREITO INTERNACIONAL E AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ATUAIS DO BRASIL	83
Alefe da Costa Amorim.....	83
Alex da Costa Amorim.....	83
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	83
DIREITO A EDUCAÇÃO NO BRASIL	84
Francisco Dione Ferreira da Frota.....	84
Dario Frota de Sá	84
Leonardo do Nascimento Andrade.....	84
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	84
DIREITO MILITAR: A INFLUÊNCIA DO DIREITO ROMANO NA JURISDIÇÃO BRASILEIRA	85
Lis Vieira de Barros Nobre	85
Patricia Fernandes Brandão.....	85
Petkovic Portela Guimarães Lima.....	85
Fernanda Elisabeth de Lima Castelo Branco	85
PROIBIÇÃO DA TORTURA COMO GARANTIA RELATIVA OU ABSOLUTA NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO?	86
Ana Carla Silva de Brito	86
Maria Eduarda da Silva Aguiar Domingues.....	86
Maria Gabriela Araújo Veras	86
Rubia Alves de Brito.....	86
Tulio Arruda da Ponte Lopes	86

PL 2630/2020: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS PRÓS E CONTRAS DA LEI DA FAKE NEWS PARA A LIBERDADE NA INTERNET	87
Antonia Vitoria dos Santos Cunha	87
Laisa Sousa da Silva.....	87
Rodrigo Castro	87
DIREITO DE ARREPENDIMENTO: O DIREITO DO CONSUMIDOR NAS COMPRAS PELA INTERNET	88
Francisco Hélio Damasceno Ferreira	88
Francisco Damasceno Ferreira	88
José Gilney Pontes Menezes	88
Fernanda Elisabeth de Lima Castelo Branco	88
A ATUAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	89
Hillary Holanda Magalhães.....	89
Mirla Neres Ximens de Araújo	89
Benedito Yure Azevedo Aguiar	89
CÍRCULO DE CONSTRUÇÃO DE PAZ COMO MODELO DA JUSTIÇA.....	90
Expedito Mendes de Pinho.....	90
Helenir Canuto do Nascimento	90
Maria Vilma	90
Joao Batista de Almeida da Mota.....	90
OS DIREITOS SUCESSÓRIOS DO CÔNJUGE SOBREVIVENTE À LUZ DO CÓDIGO CIVIL DE 2002	91
Isabel Cristina Chagas Braga	91
Nieves Maria Magalhães Guerreiro	91
Gisele Ribeiro Feitosa	91
Antônia Camila Vieira Mendes.....	91
CF/88 - ARTIGO 5º: XLI – A LEI PUNIRA QUALQUER DESCRIMINAÇÃO ATENTATÓRIA DOS DIREITOS E LIBERDADES FUNDAMENTAIS	92
Willian Ponte Azevedo.....	92
Lizandro Cardoso da Costa	92
Vinicius Alves de Paiva	92
Dalila Miranda Menezes	92
A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DANOS AMBIENTAIS NOS CASOS DE OMISSÃO NA FISCALIZAÇÃO	93
Laryssa Saraiva Barroso.....	93
Raphael Gomes Viana.....	93
VIVÊNCIA DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM EM CAMPANHA DE VACINAÇÃO	94

Ana Cléa Silva da Rocha.....	94
Antonia Larissa de Araújo.....	94
Ruan Kennedy de Sousa Neres	94
Jefferson Dantas da Costa	94
FEMINICÍDIO E A INFERIORIZAÇÃO DA MULHER NA RELAÇÃO	95
Graciane Sousa Bezerra Sales	95
Jacqueline Dias Gomes	95
Benedito Yure Azevedo Aguiar	95
FRAUDE EM ANÁLISE NO CASO DA LOJAS AMERICANAS	96
Alex Siqueira Matias.....	96
Iasmin Marques da Cruz	96
Letícia Ramos Firmo.....	96
Luciane dos Santos Jácome.....	96
ORIENTAÇÃO FAMILIAR E SAÚDE: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA ESF	97
Matheus Almeida da Silva	97
Bruno Cavalcante Frota.....	97
Nhandeyjara de Carvalho Costa.....	97
MEU INSS E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE.....	98
Francisco Edson Prudencio Pereira.....	98
João Vítor Nogueira Rodrigues.....	98
Antônio Carlos Brito Veras Filho	98
IGUALDADE DE GÊNERO NO SÉCULO XXI: O DESENVOLVIMENTO PARA A IGUALDADE.....	99
Bruna Darc Ferreira da Silva.....	99
Indryd Lohane Macedo Torres	99
Maria Adelaide de Oliveira Cardoso.....	99
Raphael Gomes Viana.....	99
INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS: UMA ANÁLISE DE CONHECIMENTOS EM AMBIENTE ACADÊMICO	100
Lívia Stéfany Fontenele Passos.....	100
Yara Maria Dantas Chaves.....	100
Ana Caroline Fernandes de Moura.....	100
A RELAÇÃO ENTRE CORRUPÇÃO E CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS E CONTÁBEIS	101
Auriclécio Passos Vieira	101
Alexandro Cardozo da Silva	101
José Wellington Barbosa da Silva.....	101

Raul Ferreira Maia	101
O DIREITO CRIMINAL E SUA IMPORTÂNCIA NA SOCIEDADE.....	102
Francisco Renan Vieira Rodrigues.....	102
Hilary Mota Pimentel.....	102
Juliana Vieira Passos.....	102
Raphael Gomes Viana.....	102
DIREITO DE IMAGEM NA ÁREA DIGITAL: BREVE ANÁLISE SOBRE AS REPERCUSSÕES JURÍDICAS NA VIDA DE QUEM VIRALIZA SEM CONSENTIMENTO	103
Antonia Vitória dos Santos Cunha.....	103
Isabella Carvalho Barbosa.....	103
Antonia Camila Vieira Mendes.....	103
POR UMA EDUCAÇÃO DO FUTURO: OS SETE SABERES, SEGUNDO EDGAR MORAN.....	104
Jeandre Mendonça de Lima.....	104
Iara Tâmara Pessoa Paiva.....	104
OS DIREITOS SUCESSÓRIOS DO CÔNJUGE SOBREVIVENTE À LUZ DO CÓDIGO CIVIL DE 2002	105
Isabel Cristina Chagas Braga	105
Gisele Ribeiro Feitosa	105
Nieves Maria Magalhães Guerreiro Marques	105
Antonia Camila Vieira Mendes.....	105
A IMPORTÂNCIA DO PRÍNCIPIO DA MENOR ONEROSIDADE NO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	106
Gisele Ribeiro Feitosa	106
Nieves Maria Magalhães Guerreiro Marques	106
Isabel Cristina Chagas Braga	106
Rodrigo Ramos Freire de Castro.....	106
OS PRÍNCIPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO DENTRO DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	107
Nieves Maria Magalhães Guerreiro Marques	107
Isabel Cristina Chagas Braga	107
Gisele Ribeiro Feitosa	107
Raimundo Dias Neto.....	107
A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO AGRONEGÓCIO E OS DESAFIOS PARA A PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL	108
Enzo Aragão Fernandes	108
Victor Bezerra do Vale.....	108
Raphael Gomes Viana.....	108

OS LIXOS DAS UBS, O QUE FAZER COM ELES?	109
Herlene Ferreira Maranguape.....	109
Danielle Feitosa de Souza	109
Vanessa de Sousa Melo.....	109
Antônia Natália Fontenele de Sousa	109
REVISÃO DE LITERATURA: UMA AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIDEPRESSIVA E HIPNÓTICA DO ÓLEO ESSENCIAL DE <i>CROTON</i> <i>GREWIOIDES</i>.....	110
Isabele Félix de Oliveira	110
Emilly Maria Souza Brito	110
Milena Vieira Cardoso	110
Antônia Natália Fontenele de Sousa	110
A RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO AMBIENTAL.....	111
Kailane Gomes Lima.....	111
Loraine Fernandes Damasceno	111
Nayranna Louíse Sousa Lima	111
Raphael Gomes Viana.....	111
O CONSUMO DE CIGARROS ELETRÔNICOS POR JOVENS BRASILEIROS: PROBLEMATIZAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS A SAÚDE A LONGO PRAZO.....	112
Ana Leticia Moreira Ramos Melo.....	112
Isabella Amaro Simões.....	112
Pablo de Vasconcelos Gomes Pereira	112
Adriany Alves Silva Pontes.....	112
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO RECÉM-NASCIDO COM CARDIOPATIA CONGÊNITA	113
Alana Helen Silva Eufrásio	113
Érica Fernandes da Conceição	113
Ana Cristina de Araújo.....	113
AUTISMO, FAMÍLIA E ESCOLA: UMA REVISÃO DE LITERATURA E DADOS ESTATÍSTICOS DOS MUNICÍPIOS DA SERRA DA IBIAPABA	114
Anderson Antonio de Souza.....	114
Mikaely Silva Oliveira	114
Raimunda Araujo Pierre.....	114
Antônia Natália Fontenele de Sousa	114
O PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL A LUZ DA SAÚDE BRASILEIRA....	115
Matheus Pereira Câmara Lucas.....	115
Antônio Otaviano Costa Neto	115
Nhandeyjara de Carvalho Costa.....	115

Leandro Cordeiro Portela.....	115
USO DE ERVAS MEDICINAIS PARA O CONTROLE DOS SINTOMAS DA ANSIEDADE.....	116
Antonia Ingrid Fernandes de Moraes.....	116
Ana Carolina Fernandes de Moraes	116
Vanessa Duarte dos Santos	116
Antônia Natália Fontenele de Sousa	116
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE: UMA ABORDAGEM EM SALA DE AULA.....	117
Luis Eduardo Siqueira da Costa	117
Isabele Félix de Oliveira	117
Jesus Fonteles Quirino dos Santos	117
Antônia Natália Fontenele de Sousa	117
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO RECÉM NASCIDO COM NECESSIDADE DE CUIDADOS DOMICILIARES: RECÉM-NASCIDO PRÉ-TERMO E COM BAIXO PESO.....	118
Francisca Vitória Oliveira Alves.....	118
Katiane Da Silva Manso.....	118
Ana Cristina de Araújo.....	118
POLÍTICAS PÚBLICAS E O BRINCAR COMO DIREITO ESSENCIAL.....	119
Marcia Melo da Silva	119
João Batista de Almeida da Mota.....	119
GENTE É GENTE, ÍNDIO TAMBÉM É GENTE	120
Assunção Silva dos Santos.....	120
Amanda Lima.....	120
Iara Tâmara Pessoa Paiva.....	120
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: COMPREENSÃO DE CONCEITOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA APLICAÇÃO EM SALA DE AULA.	121
Sérgio Matias Pereira	121
Jenislane Silva de Araújo	121
Iara Tâmara Pessoa Paiva.....	121
A EXPLORACAO SEXUAL NO BRASIL.....	122
Patrícia Ferreira da Rocha.....	122
Israel Silva dos Reis	122
Antônio de Lima dos Santos	122
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	122
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À RECÉM NASCIDOS COM CRISE EPILÉPTICA.....	123

Maria Geovana Alves Lima	123
Vitória Gomes Rodrigues.....	123
Marcos Rick Fideles Moreno	123
Ana Cristina de Araújo.....	123
PESSOAS HIPOSSUFICIENTES E O ACESSO Á JUSTIÇA	124
Jander Mendonça de Souza.....	124
Raul Maia.....	124
PRISÕES ILEGAIS E O ABUSO DE AUTORIDADE.....	125
Jander Mendonça de Souza.....	125
Raul Maia.....	125
DESIGN INSTRUCIONAL NA ERA DIGITAL, UM NOVO OLHAR PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM ONLINE: ESTUDO DE CASO DA RÁDIO VIASAPIENS ONLINE E SAPIENS CAST	126
Antonia Bianca Moraes de Aguiar	126
Francisco Wótilla Carneiro Cruz.....	126
DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E PRESCRIÇÃO PENAL.....	127
José de Jesus Carvalho Rodrigues.....	127
Gislene Carvalho da Silva.....	127
Mariana Lima Oliveira de Sousa.....	127
Tiago Oliveira Freire Carneiro.....	127
MEDIAÇÃO JUDICIAL NO DIREITO DA FAMÍLIA – UMA FORMA CÉLERE E EFICAZ QUANTO AO SISTEMA JUDICIÁRIO	128
Gabrielle Sobrinho Damasceno.....	128
João Paulo Aguiar de Sousa.....	128
Benedito Yure Azevedo Aguiar	128
IMPACTO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES NA SUSTENTABILIDADE DO PAÍS	129
Rodrigo de Mesquita Sousa.....	129
Silmara Araújo Soare	129
Lívia Silva Sousa.....	129
Leandro Lima Valência.....	129
O CASO DE DAMIÃO XIMENES E A CONDENAÇÃO DO BRASIL NA CIDH.....	130
Lara Stéffany Brimes	130
Maria Adelaide de Oliveira Cardoso.....	130
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	130
O COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL E SUAS PRINCIPAIS DIFICULDADES.....	131
Zhayná Ferreira Alves de Lima.....	131

Vitaliano Rodrigues Macário	131
Petrus Johannes Van Ool Neto.....	131
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	131
O DIREITO À SAUDE E A JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE.....	132
Leonora Taveras Clase Mendes	132
Maria Lívia Vasconcelos Magalhães	132
Antônia Camila Vieira Mendes.....	132
O DIREITO DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA)	133
Beatriz Martins Carvalho	133
Francisca Isabel Freire Ibiapino	133
Maria Karolainy Alves Morais.....	133
Adriany Alves Silva Pontes.....	133
O ESTATUTO DE ROMA DO TPI: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	134
João Paulo Amancio Melo	134
Rayane Miranda da Rocha	134
Raquel Medeiros Lima	134
Weber Souza Oliveira	134
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	134
O PAPEL DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU NA GUERRA DA RÚSSIA-UCRÂNIA	135
Laryssa Saraiva Barroso.....	135
Isabel Cristina Chagas Braga	135
Gisele Ribeiro Feitosa	135
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	135
O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NO CONFRONTO ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA	136
Jhonny Vieira Brito.....	136
Laisa Sousa da Silva.....	136
Valdemiro Chaves Carreiro.....	136
Vera Lúcia Peres da Silva	136
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	136
O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO ALIADO AO GERENCIAMENTO DE MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS	137
Mariana Ferreira Lima	137
Francisca Elizangela Pedrosa Mendes	137
O PRINCÍPIO DA NÃO EXTRADIÇÃO DE BRASILEIROS NATOS.....	138

Valéria Rodrigues Lopes.....	138
Gislayne Moura Sampaio.....	138
Maria Eduarda Alves Sampaio.....	138
Francisco Danilo de Sousa Gomes.....	138
O PRINCÍPIO DO NE BIS IDEM E O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL.....	139
João Élicris Pessoa da Silva.....	139
Herânio Pinto dos Santos.....	139
João Honorato Linhares.....	139
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	139
A CRISE HUMANITÁRIA DO COVID-19 E SUA REPERCUSSÕES NO ESTADO BRASILEIRO.....	140
Weber Sousa Oliveira.....	140
Nhandejara de Carvalho Costa.....	140
Bruno Cavalcante Frota.....	140
OS CRIMES DE GENOCÍDIO E A JURISDIÇÃO DO TPI.....	141
Pedro Rubens Gonçalves Lopes.....	141
Gabriel de Azevedo Sousa.....	141
Isabele Porzelt.....	141
Túlio Arruda da Ponte Lopes.....	141
O TPI E O CASO DE VLADIMIR PUTIN: UMA ANÁLISE A LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL.....	142
Antonia Vitoria dos Santos Cunha.....	142
Antonio Gustavo Mendes.....	142
Luis Gustavo Urias Cezario.....	142
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	142
O USO INDEVIDO DA IMAGEM DO TRABALHADOR E A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO.....	143
Hagata Nicolle Gomes Lima.....	143
Rayane Miranda da Rocha.....	143
Raquel Medeiros Lima.....	143
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	143
CRIMES CONTRA A HONRA NO MEIO DIGITAL.....	144
Luiz Gustavo Melo Alves.....	144
Mateus Araújo Penha.....	144
Túlio Arruda Da Ponte Lopes.....	144
LAWFARE.....	145
Luiz Gustavo Melo Alves.....	145
Túlio Arruda da Ponte Lopes.....	145

MARKETING DIGITAL DO ADVOGADO 4.0	146
Luiz Gustavo Melo Alves	146
Francisco Maxwanio Parente De Vasconcelos	146
OS CRIMES CIBERNÉTICOS DA DEEP WEEB E OS SEUS ENTRAVES NA LEGISLAÇÃO PENAL BRASILEIRA	147
Yasmin Gomes Pereira.....	147
Maria Clara Gomes Linhares	147
Ana Beatriz Nascimento Martins	147
Tulio Arruda Ponte Lopes.....	147
OS CRIMES DE AGRESSÃO E A JURISDIÇÃO DA TPI	148
Antonio Henrique da Silva Araújo.....	148
Bruna Ivyna Aguiar Araújo.....	148
Rikelma Pinheiro Rodrigues	148
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	148
OS CRIMES DE COMPETÊNCIA JURISDICIONAL DO TPI	149
Beatriz Rodrigues Nascimento.....	149
Beatriz Martins Carvalho	149
Erlane Fernandes Lima.....	149
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	149
OS CRIMES DE GUERRA E A JURISDIÇÃO NO TPI.....	150
Vanessa Vitória Alves de Almeida	150
Verônica Sales de Lima.....	150
Elisama de Abreu Braga.....	150
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	150
OS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E O DIREITO BRASILEIRO	151
Hagata Nicolle Gomes Lima	151
Humberto Ribeiro Lima Neto	151
Antônio Otaviano Costa Neto	151
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	151
A IMPORTÂNCIA DO CULTO RELIGIOSO NA CONSTRUÇÃO DA PAZ.....	152
Lenildo Araújo de Vasconcelos	152
Edson Nóbrega dos Santos.....	152
Luciana Carvalho de Barros Vasconcelos.....	152
Joao Batista de Almeida da Mota.....	152
PRECEDENTES HISTÓRICOS DO TPI: O CASO DE ANTE GOTOVINA	153
Silmara Araújo Soares.....	153

Rodrigo de Mesquita Souza	153
Francisca Carla Gomes de Sousa Silva	153
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	153
PRECEDENTES HISTÓRICOS DO TPI: O CASO DE AUGUSTIN BIZIMUNGU ..	154
Willian Ponte Azevedo.....	154
Bruna Darc Ferreira da Silva.....	154
Victoria Albuquerque Sampaio.....	154
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	154
PRECEDENTES HISTÓRICOS DO TPI: O CASO DE OMAR HASSAN AHMAD AL BASHIR – SUDÃO.....	155
Rayanna Araújo de Aguiar.....	155
Ligia Ribeiro Carvalho.....	155
Mayana Melo Castro	155
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	155
PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO DIREITO BRASILEIRO	156
Milena Rodrigues de Souza.....	156
Isaac Albuquerque Pimentel.....	156
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	156
INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS: UMA ANÁLISE DE CONHECIMENTOS EM AMBIENTE ACADÊMICO	157
Lívia Stéfany Fontenele Passos.....	157
Yara Maria Dantas Chaves.....	157
Delano de Sousa OLiveira.....	157
PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O DIREITO INTERNACIONAL.....	158
Ana Alícia Passos Aguiar.....	158
Maria Adelaide de Oliveira Cardoso.....	158
Lara Stéffany Brimes	158
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	158
PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O DIREITO INTERNACIONAL.....	159
Ana Alícia Passos Aguiar.....	159
Douglas Santana Araujo.....	159
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	159
O PRINCÍPIO DA NÃO RETROATIVIDADE E O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL.....	160
Maria Eduarda Alves Sampaio.....	160
Gislayne Moura Sampaio.....	160

Ana Beatriz Nascimento dos Santos	160
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	160
PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL E MÍNIMO EXISTENCIAL	161
Antonio Emerson de Oliveira Silva	161
Rosa Maria Profiro do Nascimento.....	161
Vanessa de Sousa Cavalcante	161
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	161
PROIBIÇÃO DE TORTURA: GARANTIA ABSOLUTA OU RELATIVA	162
Francisco Tiago da Silva.....	162
Josivan Batista Passos	162
Talita de Maria Vieira Araújo	162
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	162
ORIENTAÇÃO COMUNITÁRIA NO PROCESSO DE GESTÃO.....	163
Jaine de Sousa Santos.....	163
Jenislane Silva de Araujo	163
Carla Vieira Cardoso.....	163
Bruno Cavalcante Frota.....	163
COMO O CÉREBRO APRENDE? ANÁLISE DA NEUROCIÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM A APRENDIZAGEM	164
Iuli Menezes	164
Jordana Rodrigues Pinheiro	164
Iara Tâmara Pessoa Paiva.....	164
PROJETO DE APLICAÇÃO E PROPALAÇÃO DAS LEIS DE PROTEÇÃO À PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	165
Paulo Gean Marques de Paula.....	165
Raimundo Nonato de Freitas Ribeiro.....	165
Ana Dávila Araújo Alves	165
Laura Isabelle Costa Castro.....	165
Francisco Maxwano Vasconcelos Parente	165
O PAPEL DO ENFERMEIRO NA ASSISTÊNCIA À CRIANÇA AUTISTA	166
Maria Francisca do Nascimento.....	166
Flávia de Sousa Cavalcante.....	166
Vanisse Fontenele Passos.....	166
Jefferson Dantas da Costa	166
O IMPACTO DO ENTIQUETAMENTO SOCIAL NA SOCIEDADE.....	167
Antonio Vinícius Medeiros Bezerra.....	167
Raimundo Nonato De Freitas Ribeiro.....	167

Thiago Almeida de Abreu Araújo.....	167
Antônia Camila Vieira Mendes.....	167
A IMPORTÂNCIA DO CONTRATO PARTICULAR DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL.....	168
Antonio Fabrício Vasconcelos Gentil de Farias.....	168
Lutgard de Oliveira Farias.....	168
Levy Aguiar Silva de Andrades.....	168
Raphael Gomes Viana.....	168
SER MULHER; UM FATOR DE RISCO PARA OSTEOPOROSE.....	169
Lívia Stéfany Fontenele Passos.....	169
Yara Maria Dantas Chaves.....	169
Delano de Sousa Oliveira.....	169
DIREITOS FUNDAMENTAIS – DIREITO À VIDA.....	170
Alexandre de Sousa Freires.....	170
José Elias Silva de Oliveira.....	170
Calebe Cardoso Negreiros.....	170
Lívio Gomes Rodrigues.....	170
Raphael Gomes Viana.....	170
SAÚDE, CAMERA & ENFERMAGEM: CONHECIMENTO DE FORMA ACESSÍVEL E DIDÁTICA.....	171
Leandro Freire Vieira Iza Bruna Jorge Cunha Léia Madeira Saboia dos Reis.....	171
RECÉM-NASCIDO (RN) EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL (UTIN).....	172
Rooswellane de Lima Rocha.....	172
Gabriela Cardoso Fontenele.....	172
Francisca Roosllane Lima Rocha.....	172
CRIMES NA INTERNET.....	173
Leonardo Rocha Da Silva.....	173
Hericle Teixeira de Sales.....	173
Luciane dos Santos Jácome.....	173
POLÍTICAS PÚBLICAS E PESSOAS COM DOENÇAS RARAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ÂMBITO DO SUS.....	174
Lívia Helena Silva Sousa.....	174
Mayara Portela Moita.....	174
Maria Rayane Sousa Damasceno.....	174
Francisco de Paulo Guimarães.....	174
O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E A AVALIAÇÃO EM SAÚDE.....	175
Antônia Ingrid Fernandes de Moraes.....	175

Lucas Arruda Moita	175
Antônio Rafael Coelho Jorge	175
Leandro Cordeiro Portela	175
SERENO CACAU, A PRIMEIRA FABRICA CEARENSE DE CHOCOLATE BEAN TO BAR: DO GRÃO A BARRA	176
Antônia Linhares Tiago.....	176
Aline de Oliveira Ramos Cassiano.....	176
Keyla Costa de Souza.....	176
ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL: PROMOVENDO AUTONOMIA COM QUALIDADE AO LONGO DA VIDA	177
Milena Vieira Cardoso	177
Aline Rocha Duarte.....	177
Mariana Andrade Fontenele	177
Ana Gerúsia do Nascimento Souza.....	177
EXTRADIÇÃO E O DIREITO BRASILEIRO.....	178
Ana Keully Vasconcelos Parente	178
Sonia Silva do Nascimento	178
Gabriel de Moura Carvalho.....	178
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	178
DIREITOS SOCIAIS EM TEMPOS DE COVID-19: A QUESTÃO DA SAÚDE	179
Hagata Nicolle Gomes Lima	179
Matheus Pereira Câmara Lucas.....	179
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	179
Sérgio Luiz Corrêa dos Santos	179
Leandro Cordeiro Portela.....	179
A INTERDEPENDÊNCIA DO DIREITO E DA CULTURA PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	181
Karen Lorena César dos Santos	181
Maria Eduarda Moreira da Silva	181
Stephany Coutinho da Silva	181
Adriany Alves Silva Pontes.....	181
O SUS E A PROMOÇÃO DA SAÚDE DE CUIDADORES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD) ATRAVÉS DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) .	182
Jorge Márcio Costa Castro	182
Camilly Cunha Vasconcelos	182
Maria Diovana Fontenele de Brito.....	182
Francisco de Paulo Guimarães	182
A COMPLEMENTARIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: A SEGURANÇA	

COMO MEIO DE GARANTIA NO ACESSO À EDUCAÇÃO.....	183
Antonio Henrique da Silva Araujo.....	183
João Marcos Moreno Fidelis.....	183
Raul Ferreira Maia.....	183
O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA E A SUA RELAÇÃO COM A GUERRA RÚSSIA-UCRÂNIA	184
Carla Evelyn Silva Souza.....	184
Renata Fernandes de Sousa.....	184
Vera Lúcia Peres da Silva.....	184
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	184
AS PRIMEIRAS PESQUISAS DE SATISFAÇÃO DO PACIENTE E SUA IMPORTÂNCIA NA HISTÓRIA.....	185
Antônia Ingrid Fernandes de Moraes.....	185
Leandro Cordeiro Portela.....	185
Antônio Rafael Coelho Jorge.....	185
Sérgio Luiz Corrêa dos Santos.....	185
PRÍNCIPIO DA NÃO EXTRADIÇÃO DE BRASILEIROS NATOS.....	186
Gislene Carvalho da Silva.....	186
José de Jesus Carvalho Rodrigues.....	186
Antônio Francivan Albuquerque dos Santos.....	186
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	186
SOBERANIA DO ESTADO EM RELAÇÃO A CORTES E TRIBUNAIS INTERNACIONAIS.....	187
Hillary Holanda Magalhães.....	187
Antônio Vinícius Medeiros Bezerra.....	187
Regina Bárbara Vieira Braga.....	187
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	187
MALEFÍCIOS DA ALIENAÇÃO PARENTAL NOS ARRANJOS FAMILIARES.....	188
Rodrigo de Mesquita Sousa.....	188
Silmara Araújo Soares.....	188
Lívia Silva Sousa.....	188
Antonia Camila Vieira Mendes.....	188
DIREITO DO CONSUMIDOR NAS COMPRAS PELA INTERNET.....	189
Sávio Portela Braga.....	189
Antônio Edgar Filho Lima Carneiro.....	189
Benedito Yuri Azevedo Aguiar.....	189
O DIREITO DE NÃO AUTO-INCRIMINAÇÃO.....	190
Mariane Damasceno Fontenele.....	190

Narcélia Maria Ataliba.....	190
Rita de Cássia Machado.....	190
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	190
A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E O SURGIMENTO DA LEI MARIA DA PENHA	191
Amadeu Wilker Sales Vieira.....	191
Luciana de Souza Lira.....	191
Emanuela Brito de Oliveira.....	191
FRAUDE PATERNAL: OMISSÕES CIVIS, PENAIS E OS DANOS PARA O HOMEM QUE SOFRE COM ESSA PRÁTICA	192
Guilherme Torres do Nascimento	192
Danilo Álvaro de Sousa Reis	192
Rauny Nogueira Lino.....	192
Antonia Camila Vieira Mendes.....	192
A INVIOLABILIDADE DO DOMICÍLIO COMO DIREITO FUNDAMENTAL E A NULIDADE DAS PROVAS OBTIDAS EM MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO	193
Isadora de Moraes Vasconcelos.....	193
Mayara Carey Rodrigues Miranda	193
Antonia Camila Vieira Mendes.....	193
SISTEMATIZAÇÃO AO PACIENTE NO PERIOPERATÓRIO:UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	194
Nara de Souza Silva	194
Edina Aguiar da Silva	194
Francisco Rarison Pinto Cardoso	194
Antônio Jamelli Souza Sales	194
A IMPORTÂNCIA DO FORNECIMENTO DE RECURSOS PARA PROMOVER A COMUNICAÇÃO ENTRE SURDOS E OUVINTES.....	195
Kailane Ripardo Gadelha.....	195
Meiriene Vitória dos Santos Oliveira.....	195
Emanuela Brito de Oliveira.....	195
PENAS RIGIDAS E MAIS GRAVES AFETAM A SEGURANÇA PÚBLICA DE MANEIRA POSITIVA OU NEGATIVA?.....	196
Bruna Ivyna Aguiar Araújo.....	196
Rikelma Pinheiro Rodrigues	196
Raul Ferreira Maia	196
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NAS QUEIMADURAS:UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	197
Francisco Rarison Pinto Cardoso	197

Edina Aguiar da Silva	197
Maria Yasmin Ramos da Silva.....	197
Antônio Jamelli Souza Sales	197
ASSISTÊNCIA AO RN COM ATRESIA DE ESÔFAGO	198
Bruna da Silva de Oliveira	198
Marana Almeida da Silva.....	198
Ana Cristina de Araújo.....	198
DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO	199
Antonia Adriane da Silva Teles	199
José Mazenir Gonçalves França.....	199
Possidonio Henrique Silva Costa	199
Bruna Silva Frota	199
A FALTA DE ACESSIBILIDADE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS SEM SEUS MEBROS SUPERIORES	200
Victória Albuquerque Sampaio.....	200
Lara Stéffany Brimes	200
Ana Caroline de Souza Alves.....	200
Ana Vitória do Nascimento Araújo.....	200
Samuel Fernandes de Mesquita.....	200
Raphael Gomes Viana.....	200
DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO	201
Antonia Adriane da Silva Teles	201
José Mazenir Gonçalves França.....	201
Possidonio Henrique Silva Costa	201
Bruna Silva Frota	201
PROTEÇÃO DE DADOS NO PANORAMA BRASILEIRO: LGPD E SOBERANIA DIGITAL.....	202
Pedro Henrique Araújo Amaral.....	202
Raquel Medeiros Lima	202
Rayane Miranda da Rocha	202
Antonio Ximenes Carvalho.....	202
A TRANSFORMAÇÃO DO DIREITO TRADICIONAL PARA O DIGITAL	203
Afrânio Gualberto Campos Fontenele Filho	203
Marielle Gonçalves da Cunha Brito.....	203
Rodrigo Gonçalves da Cunha.....	203
Raphael Gomes Viana.....	203

A NEGLIGÊNCIA DO ESTADO NO MOMENTO DE INDENIZAR A PRISÃO INJUSTA	204
Pedro Rubens Gonçalves Lopes	204
Gabriel de Azevedo Sousa	204
Isabele Porzelt	204
Túlio Arruda da Ponte Lopes	204
O PAPEL DA MÍDIA NO ANDAMENTO DE PROCESSOS CRIMINAIS	205
Lana Belle Campos Cavalcante.....	205
Débora Lucas Mota	205
José Gilney Pontes Menezest	205
Fernanda Elisabeth de Lima Castelo Branco	205
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E MARKETING JURÍDICO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO ÂMBITO DA ADVOCACIA.....	206
Isamara do Vale Silva	206
Janiele Ferreira dos Santos.....	206
Rejane Luisa de Lima Tomaz.....	206
Antonio Ximenes Carvalho.....	206
A ESTRUTURA FAMILIAR E A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)	207
Sérgio Luiz Corrêa dos Santos	207
Leandro Cordeiro Portela.....	207
Antônio Rafael Coelho Jorge	207
Bruno Cavalcante Frota.....	207
TRIAGEM NEONATAL COMO MÉTODO DE RASTREIO DE DOENÇAS NO RECÉM NASCIDO ATRAVÉS DO TESTE DO PEZINHO	208
Vitória Gomes Rodrigues.....	208
Maria Geovana Alves Lima	208
Marcos Rick Fideles Moreno	208
Ana Cristina de Araújo.....	208
TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E O DIREITO BRASILEIRO.....	209
Francisco Alves Otaviano Neto.....	209
Emanuel Gerson Sousa Louzeira	209
Maria Larissa Eufrásio Alves.....	209
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	209
UTILIZAÇÃO DA IMAGEM DO TRABALHADOR PARA FINS PUBLICITÁRIO DA EMPRESA.....	210
Leonora Taveras Clase Mendes	210
Maria Lívia Vasconcelos Magalhães	210
Bruna Silva Frota	210

O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) COMO FERRAMENTA DE CIDADANIA .	211
Lucas Arruda Moita	211
Antônio Rafael Coelho Jorge	211
Bruno Cavalcante Frota.....	211
Claudio José Alves do Nascimento	211
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E A VULNERABILIDADE DA MULHER NOS HOSPITAIS	212
Heloísa Paiva Freire	212
Vanessa Passos dos Santos.....	212
Yarla Heloíse Gomes de Moraes.....	212
Benedito Yure Azevedo Aguiar	212
POSSÍVEIS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA GUERRA RÚSSIA E UCRÂNIA	213
Pedro Henrique Araújo Amaral.....	213
Mariane Lima Oliveira de Sousa.....	213
Maria Adelaide de Oliveira Cardoso.....	213
Francisco Danilo de Souza Gomes.....	213
ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM FRENTE A PACIENTES ACOMETIDOS POR NEOPLASIA MAMÁRIA	214
D'Ávila de Sousa Oliveira	214
Luana Raísa Vasconcelos Sampaio Houlton.....	214
Jânder Magalhães Tôrres.....	214
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM DOENÇAS INFECCIOSAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO.....	215
Maria Barbara Fontenele Sampaio	215
Francisco Dyemison Alves.....	215
Jander Magalhães Tôrres.....	215
DOENÇAS DA MAMA: O PODCAST COMO RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	216
Bruna da Silva de Oliveira	216
Helena Maria Damasceno Passos.....	216
Jânder Magalhães Torres.....	216
DOENÇAS DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL: O SEMINÁRIO COMO RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	217
Karoline Vieira Feitosa	217
Laiz da Silva Fontenele	217
Jânder Magalhães Torres.....	217
DOENÇAS IMUNOLÓGICAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE UM SEMINÁRIO TEMÁTICO	218

Davi Jullian Gonçalves Cardoso	218
Philippe Bevilaqua de Souza.....	218
Jander Magalhães Tôrres.....	218
PODCAST SOBRE DOENÇAS DA PELE COMO ATIVIDADE AVALIATIVA NO CURSO DE ENFERMAGEM.....	219
Maria Helena Rodrigues de Almeida.....	219
Rafaela Rodrigues de Holanda.....	219
Jânder Magalhães Torres.....	219
TRATO GENITAL FEMININO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM SEMINÁRIO ACADÊMICO	220
Luana da Silva Gomes.....	220
Eduarda Frota de Almeida.....	220
Jânder Magalhães Tôrres.....	220
UM PODCAST DO CORAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ATIVIDADE DA DISCIPLINA DE PATOLOGIA.....	221
Júlio César Marques	221
José Augusto Gomes	221
Jânder Magalhães Tôrres.....	221
FISIOTERAPIA NO SUS: A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO PARA ALÉM DA REABILITAÇÃO	222
Antônia Daniele Gomes Mourão.....	222
Maria Eduarda Holanda Fontenele.....	222
Antônio Allan Silva Macedo.....	222
Francisco de Paulo Guimarães	222



OS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E O DIREITO BRASILEIRO

Hagata Nicolle Gomes Lima¹
Humberto Ribeiro Lima Neto²
Antônio Otaviano Costa Neto³
Francisco Danilo de Souza Gomes⁴

Introdução: Desde o século XVII os filósofos Hobbes, Locke e Rousseau afirmavam que para o homem viver em sociedade, isto é, em coletividade, necessitaria de uma norma regulamentadora capaz de ditar as regras sobre a relação entre Particular-Estado e Particular-Particular. Dessa forma, com a evolução da sociedade e voltando nossas atenções aos tempos moderno, percebe-se que com a criação das normas jurídicas permitiram que os cidadãos pudessem acionar o poder judiciário quando sofressem uma violação de um direito, tal violação sendo cometida tanto pelo estado ou por outro particular. Isto posto, como consequência, ocorreu de certa forma uma banalização do acesso à justiça, gerando, no Brasil, altos índices de processos parados nas filas dos tribunais brasileiros. **Objetivos:** Em decorrência da morosidade do poder judiciário convencional, isto é, os meios tradicionais. Acredita-se que é imprescindível conhecer os métodos alternativos de solução de conflito. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo principal analisar os institutos da mediação, conciliação e a arbitragem. **Metodologia:** A presente pesquisa foi realizada através da lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 (lei de mediação), lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (lei de arbitragem) e artigos científicos, dessa forma, sendo aplicada a pesquisa de qualitativa de cunho bibliográfica. **Resultados/Discussão:** Com o intuito de garantir a o princípio da eficácia na administração pública, surgem no ordenamento jurídico brasileiro os métodos alternativos de solução de conflitos, tais métodos possuem como principal característica a celeridade processual. A doutrina costuma associar a conciliação com a mediação, contudo, deve-se ser aplicada a conciliação em situações em que não existe vínculo pre-existentes entre as partes. Por sua vez, é recomendado a mediação nos casos em que já existe este vínculo afetivo, como por exemplo, nos casos envolvendo direito de família (pensão). Por último, entende-se que a arbitragem é um método sofisticado que ganhou mais representatividade no direito brasileiro nos últimos tempos, tal instituto pode ser realizado através de uma empresa especializada, onde as partes irão eleger um árbitro imparcial para decidir sobre o litígio. **Conclusão:** Conclui-se que os métodos de solução de conflitos são imprescindíveis para o Estado brasileiro, uma vez que, com estes, as filas de processos nos tribunais tendem a cair drasticamente – fato que já está ocorrendo – conforme dados do CNJ. **Palavras-chave:** Mediação; Conciliação; Arbitragem.

¹ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

² Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³ Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁴ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022). É pesquisador pelo grupo NECTAR da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e pelo coletivo TERRAL da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Revisor da revista SAPIENS desde 2021.

AROMATERAPIA: UMA ABORDAGEM EM SALA DE AULA

Maria Monique Holanda Fontenele⁵

Tamires Moita Fernandes⁶

Jordana Aragão Sousa⁷

Antônia Natália Fontenele de Sousa⁸

Introdução: A aromaterapia é uma prática que se aproveita de concentrados, distinguidos como óleos essenciais. São elementos naturais usados com o intuito de contrabalançar as emoções, aliviar o corpo e a mente e que agem de várias maneiras no organismo, sendo submergidas. As finalidades terapêuticas das ervas aromáticas em rituais são usadas desde a antiguidade.

Objetivo: Explicar a técnica de aromaterapia de forma interdisciplinar mostrando a relação dos efeitos dos óleos essenciais através de massagem relaxante para a saúde emocional e o autocuidado, mostrando as reações bioquímicas que ocorrem no organismo que liberam neurotransmissores de bem estar e felicidade, restabelecendo o equilíbrio do indivíduo de forma integral. **Metodologia:** Foi feita a exposição das informações inerentes à temática, aos discentes, estes, selecionados receberam uma massagem relaxante com óleo essencial, realizado por uma profissional técnica em estética, proporcionando aos discentes uma visão holística acerca dos cuidados em saúde. Em seguida, foi possível realizar um feedback com os participantes em que foi evidenciado que o momento foi visto como prazeroso, harmônico, dinâmico, enriquecedor e que trazia paz, calma e sentimento de bem-estar consigo mesmo.

Resultados/Discussão: Além da discussão em grupo sobre as emoções, causas e efeitos, os presentes compartilharam experiências vivenciadas com essas emoções em uma dinâmica de “rodar a roleta das emoções” com o intuito de ser explanado o tema de uma forma mais palpável, contento a fórmula química da molécula e os efeitos emotivos que elas representam no organismo humano. Foi perceptível pelos relatos em sala de aula que os discentes ficaram fascinantes com a exposição da técnica de aromaterapia de forma interdisciplinar, tendo em vista que muitos ainda não correlacionavam tais conceitos. **Conclusão:** Diante de cenário tão inflamado pelas emoções, onde muitas vezes as pessoas não conseguem distinguir emoção de algo mais patológico. Percebeu-se que depois da aula, os alunos saíram com mais clareza nessas definições e aprenderam que técnicas simples como a inalação de cheiros aromáticos e massagem relaxante são essenciais para manter uma mente calma e um corpo saudável, através do neurotransmissores que desencadeiam reações bioquímicas das sensações de alegria, amor, prazer, concentração, alerta, humor e bem-estar. **Palavras-chave:** Aromaterapia; massagem relaxante; óleos essenciais; bem estar; emoções.

⁵ Acadêmico de Nutrição– FVS

⁶ Acadêmico de Nutrição– FVS

⁷ Acadêmico de Nutrição– FVS

⁸ Mestranda em Educação-UNIVALI, Especialista em Educação Ambiental-UFC, Especialista em Metodologia do Ensino de Química e Biologia-FAVENI, Professora Universitária-Faculdade ViaSapiens, Agente de Gestão de Inovação Educacional-CREDE 05.

OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS DA PANDEMIA NOS JOVENS

Matheus Almeida da Silva⁹
Nhandejara de Carvalho Costa¹⁰
Bruno Cavalcante Frota¹¹

Introdução: A pandemia do Covid-19 trouxe inúmeros impactos para o dia a dia da sociedade brasileira, dentre elas podemos observar graves situações relacionadas a economia e o desenvolvimento da sociedade brasileira. Contudo, não apenas isso. Percebemos que a pandemia trouxe grandes danos para a saúde mental da população mundial, e, obviamente, na população brasileira não foi diferente. **Objetivos:** Busca-se analisar os impactos da pandemia no cotidiano da sociedade brasileira através da perspectiva psicológica, buscando assim compreender os danos da Covid-19 na sociedade. **Metodologia:** Este artigo científico foi constituído por uma pesquisa de cunho qualitativo com o material sendo desenvolvido através da pesquisa bibliográfica em artigos científicos disponíveis na plataforma SCIELO. O estudo concentra-se na pesquisa realizada por Lilian Scheinkman com título “Ansiedade e depressão em sobreviventes da Covid-19: Papel dos preditores inflamatórios e clínicos”. **Resultados/Discussão:** Através do estudo realizado no artigo supracitado, percebe-se que pacientes jovens apresentaram maiores índices de depressão e alterações de sono, em acordo com estudos anteriores sobre o impacto psicológico da pandemia de Covid-19 em pessoas mais jovens. **Conclusão:** Dito isto, pode-se considerar que a pandemia influenciou diretamente para danos à saúde mental, principalmente nos jovens como demonstrado no estudo realizado pelos autores. **Palavras-chave:** Pandemia; Impactos; Neurociência.

⁹ Acadêmico de Psicologia – FVS.

¹⁰ Professora da Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹¹ Professor da Faculdade ViaSapiens – FVS.

A INTEGRALIDADE NA GESTÃO HOSPITALAR

Antônio Otaviano Costa Neto¹²

Bruno Cavalcante Frota¹³

Nhandejara de Carvalho Costa¹⁴

Introdução: A integralidade demanda diferentes níveis de complexidade nos serviços de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, desde aconselhamentos a pequenas cirurgias. A boa avaliação da integralidade requer constantes investimentos em recursos físicos, materiais e humanos, o que atribui à APS sua real significância e não a caracteriza como um serviço de baixa complexidade e que demande baixo investimento. **Objetivos:** Almeja-se compreender o que seria a integralidade na gestão hospitalar. **Metodologia:** O artigo foi desenvolvido através da pesquisa bibliográfica em artigos e livros. **Resultados/Discussão:** A garantia da integralidade, é o trabalho multiprofissional e interdisciplinar dentro das equipes de saúde da família. Por mais que profissionais de categorias consideradas como não médicas, estejam dentro das unidades de saúde, precisa haver um compartilhamento de informações, assim como a possibilidade da sistematização de interconsultas, buscando um maior conhecimento sobre cada caso a partir dos saberes de cada categoria. Nessa perspectiva, Silva, Miranda e Andrade (2017), afirmam que as instituições de saúde assumem papel estratégico na absorção dos conhecimentos, de novas formas de agir e produzir integralidade em saúde, esta entendida aqui como uma ação social que resulta da interação democrática entre os atores no cotidiano de suas práticas na oferta do cuidado de saúde; na medida em que reúnem, no mesmo espaço, diferentes perspectivas e interesses de distintos atores sociais, caracterizando, assim, a abordagem multidisciplinar. **Conclusão:** Esse autores complementam que é necessário que o trabalho em equipe seja norteado por um processo assistencial comum, e que os agentes desenvolvam uma ação de interação entre si e com a comunidade. Para tanto, é imprescindível o desenvolvimento de uma prática comunicativa orientada para o entendimento mútuo, e, assim, vislumbrar obter um maior impacto sobre os diferentes fatores que interferem no processo saúde-doença. Além da necessidade dessa abordagem multiprofissional de forma qualificada, percebe-se que atingir a integralidade de maneira completa acaba sendo uma tarefa não tão simples para as unidades de saúde, pois exige um esforço dos profissionais da equipe de saúde, assim como a garantia da gestão em prover a unidade com os recursos necessários para que sejam disponibilizados aos usuários os serviços pactuados previamente pelo município. **Palavras-chave:** Integralidade; Gestão; Hospital; Saúde.

¹² Acadêmico da Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹³ Professor da Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁴ Professora da Faculdade ViaSapiens – FVS.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO AMBIENTE VIRTUAL

Laisa Roberta Lima Barroso¹⁵
Thamyres Rodrigues Mesquita Camelo¹⁶
Ana Luiza Lima de Almeida¹⁷
Ana Davilla Araújo Alves¹⁸
Raul Ferreira Maia¹⁹

Introdução: No ambiente virtual, a violência contra a mulher atrás da falsa impressão de anonimato, comodidade e sentimento de vingança têm influenciado, decisivamente, para o aumento dos crimes no ciberespaço. Observam-se no cotidiano, pelos meios de comunicação e pela própria rede, que as mulheres são com frequência, vítimas desses crimes, que na maioria das vezes são praticados com o uso de alguma forma de violência. Dentro das relações sociais, a violência se faz presente de diversas formas, sobretudo contra a mulher, que, durante a história ocidental, teve sua situação jurídica jogada à vala da submissão, desrespeito, e sua liberdade completamente vilipendiada. O comportamento violento, não reduzido apenas à agressão física, foi gestado na gênese civilizatória que nos concebeu, o Estado brasileiro tem criado diversos mecanismos legislativos para conter tal violência, necessitando, ainda, de mecanismos que possibilitem a proteção das vítimas. **Objetivos:** Ampliar o conhecimento acerca da violência contra a mulher, ressaltando seus pontos colaborativos, bem como leis que complementem o estudo. **Metodologia:** Fazer estudo do tipo descritivo com fundamentação em artigos, estudos e fatores apresentados pelas diversas vertentes que estudam o tema. **Resultados/Discursão:** A análise e resultados obtidos se deram através da Lei Federal 12.737/12 (A Lei Carolina Dieckemann) é como ficou popularmente conhecida, sancionada no dia 30 de novembro de 2012 pela então presidente Dilma Rousseff, que promoveu mudanças no Código Penal Brasileiro. Ela entrou em vigor no início do mês de abril de 2013 e é responsável por tipificar os delitos ou crimes informáticos, protegendo os usuários de crimes cometidos no ambiente virtual. Além disso, utiliza-se como legislação subsidiária a Lei Maria da Pena – Lei 11.340/2006. **Conclusão:** Diante do exposto concluímos que os crimes virtuais vêm crescendo a cada dia, de modo que já existem algumas leis para a proteção das mulheres, mas o número de denúncias ainda é escasso. O ambiente virtual acabou se tornando “terra sem lei”, mulheres vêm sendo ameaçadas, perseguidas e assediadas reiteradamente. Destarte, é fundamental uma maior conscientização sobre referido assunto, como palestras, propagandas informando a importância da denúncia, tal qual levar informações que já existem alguns aplicativos de apoio as vítimas. É de grande relevância que reforcem as leis e penalidades contra os crimes virtuais. **Palavras-chave:** Violência, mulher, lei, crimes virtuais.

¹⁵ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁶ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁷ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁸ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁹ Professor de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

A TRANSFORMAÇÃO DO DIREITO TRADICIONAL PARA O DIGITAL

Marielle Gonçalves da Cunha Brito²⁰

Rodrigo Gonçalves da Cunha²¹

Afrânio Gualberto Campos Fontenele Filho²²

Introdução: O direito atualmente está passando por uma série de mudanças, diretamente relacionadas aos fenômenos de transformação digital que estão ocorrendo no mundo. No setor de tecnologia jurídica, algumas das inovações digitais que estão definindo o padrão 4.0 são inteligência artificial. O Direito pode analisar as possibilidades e oportunidades que o mundo digital proporciona, em conjunto com os ambientes virtuais, prevendo as formas de regular e resolver os conflitos existentes pelo meio digital. **Objetivos:** Trata-se da possibilidade de redução e melhor gestão do tempo, dos custos e a maior qualificação do serviço, e agilidade na resolução dos conflitos. **Metodologia:** Foi baseada em métodos de pesquisas em sites, tendo o escopo artigos científicos e sintéticas. **Resultados/Discussão:** A transformação digital no Direito é uma realidade proporcionada pela revolução tecnológica, que impactou o mercado jurídico. Em um nicho tão tradicional, como é o do direito, é natural que alguns profissionais da área mais experientes e outros que estão ingressando agora no ramo profissional se assustem com a velocidade com que as coisas acontecem e mudam. É um processo de modernização do trabalho dos profissionais do direito por meio das tecnologias digitais para conseguir melhores resultados e serviços. Isso passa não somente por uma mudança de metodologia, mas principalmente por uma mudança de mentalidade e de cultura no mundo do direito. Nesta nova realidade do sistema jurídico que não era tão comum na década passada, a forma de lidar com a profissão se modernizou, permitindo que muitos profissionais participem de audiências virtuais, dentre outras práticas que hoje fazem parte do cotidiano na área jurídica. **Conclusão:** Chegamos a finalidade de que a transformação do direito tradicional para o digital proporcionou aos profissionais do direito ao sistema jurídico, maior facilidade, agilidade na resolução dos conflitos processuais, tendo por fim grande melhoria, tanto para os profissionais do direito quanto para a população em geral. **Palavras-chaves:** Transformação digital. Direito. Sistema jurídico.

²⁰ Acadêmica de Direito – FVS.

²¹ Acadêmico de Direito – FVS.

²² Acadêmico de Direito – FVS.

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Maria Thamyres De Sousa Aragão²³

Maria Alice Nereu Soares²⁴

Francisca Carla Gomes²⁵

Raul Ferreira Maia²⁶

Introdução: Os princípios são valores fundamentais que segundo Paulo Bonavides, foram convertidos como alicerce normativo sobre o qual se assenta todo o edifício jurídico do sistema constitucional. Nesse diapasão, abordar-se-á o princípio da insignificância, um dos mais importantes para o direito penal. **Objetivos:** O presente trabalho tem como objetivo demonstrar pontos importantes no tocante à aplicação do referido princípio no âmbito das espécies de crimes contra a administração pública. **Metodologia:** Para desenvolver este artigo foram analisadas doutrinas e jurisprudências, bem como, o posicionamento das cortes superiores, afim de que se formasse um entendimento fundamentado que justificasse a aplicação de tal princípio em crimes de todas as espécies, desde que observados os requisitos necessários e os limites de sua aplicação, dadas as circunstâncias do caso concreto. **Resultados/Discussão:** O foco desse artigo é mostrar que o princípio da bagatela em sua aplicação, poderá ser executado em qualquer tipo de delito, tendo em vista a exigência dos requisitos, tanto objetivos como subjetivos, todos eles buscando manter a compatibilidade com o princípio. Ademais, é importante ressaltar que existem diversos casos e decisões judiciais que abrangem o princípio da insignificância em inúmeros ramos do direito, sendo assim, comprovando a aplicação do princípio, porém ainda existem muitos entendimentos jurisprudenciais contra essas hipóteses. **Conclusão.** Depreende-se, portanto, que o princípio da insignificância tem extrema importância no ordenamento jurídico brasileiro. Diante disso, entende-se que tal princípio poderá ser aplicado em situações dos diversos ramos do direito, como a administração pública, por exemplo, sempre observando a questão da moralidade administrativa. Desse modo, é necessário que se tenha o entendimento jurisprudencial, buscando manter a observância no tocante a sanção, para que seja aplicada de forma justa, fazendo o indivíduo pagar pelo seu erro, mas mantendo a aplicação do referido princípio. **Palavras-chave:** Princípios. Administração Pública. Jurisprudências. Aplicação. Insignificância.

²³ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁴ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁵ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁶ Professor de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

A ATUAÇÃO DO ADVOGADO EM SEDE DE DELEGACIA E A GARANTIA DE SUAS PRERROGATIVAS

Maria Lívia Vasconcelos Magalhães²⁷

William Silva dos Santos²⁸

Introdução: A priori, é válido compreender os aspectos definidores das duas fases na persecução penal: a primeira é o Inquérito Policial e a segunda é o Processo, ou seja, a Ação Penal. O Inquérito Policial é o primeiro ato que inicia a persecução penal, através da notícia crime, a autoridade policial instaura o procedimento administrativo, de cunho inquisitório e preparatório para ação penal. O fito do procedimento é fornecer elementos de informação de autoria e materialidade para servir de base ao titular da ação penal e, ao final, deverá ser redigido a termo escrito por meio de Relatório. Dessa forma, o Inquérito Policial possui valor probatório relativo, isto é, os elementos colhidos nesta fase devem ser confirmados na fase processual. Logo, o Inquérito Policial não tem a finalidade de produzir prova, todavia, nesta fase pode haver a produção de três tipos de provas: provas cautelares, provas não repetíveis e as antecipadas. Mas qual a importância do advogado em procedimentos investigatórios?

Objetivos: O presente estudo tem por objetivo compreender a importância da atuação do advogado em sede de delegacia e suas prerrogativas. **Metodologia:** O estudo foi realizado a partir da pesquisa bibliográfica em súmulas, Lei n.12.830/2013, dispositivos da CF/88, Código Penal e Processual Penal e, Estatuto da OAB. **Resultados/Discussão:** Na primeira fase da persecução penal, os advogados desempenham um papel importantíssimo, pois, o advogado vai lidar com um contexto onde as principais informações ainda estão sendo coletadas, é possível que autoridade policial, em cumprimento aos prazos, possa cometer excessos e abusos. Dessa forma, o advogado garante segurança jurídica ao acusado e, principalmente, consegue evitar que este possua prejuízo decorrente de um procedimento deficiente. A Súmula Vinculante 14 do STF diz que, em breves palavras, o advogado poderá ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório. **Conclusão:** O artigo 133 da Constituição Federal de 1988 dispõe que: “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício de sua profissão, nos limites da lei”. Dessa forma, as prerrogativas do advogado para o pleno exercício da profissão e a efetiva defesa de seus clientes devem ser respeitadas, fazendo jus ao mandamento constitucional, cabendo ao advogado atuar para que sua prerrogativa seja, de fato, respeitada. Logo, nos limites da sua atuação, o advogado como defensor do investigado e da ordem jurídica pode e deve intervir quando presença flagrante ou irregularidade no procedimento. **Palavras-chave:** Inquérito Policial; Prerrogativas; Delegacia; Advogado.

²⁷ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁸ Professor de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

A DISTINÇÃO ENTRE A CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA E O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

Maria Andriny Almeida Aguiar²⁹
Eduardo da Conceição Rodrigues³⁰
Antonia Iara Vieira Lima³¹
Francisco Danilo de Souza Gomes³²

Introdução: O Direito Internacional é composto por um conjunto de normas, princípios e costumes. Isto posto, quando voltamos a atenção para o ordenamento jurídico internacional percebemos a existência da Corte Internacional de Justiça (CIJ) e o Tribunal Penal Internacional (TPI). Desse modo, saber distinguir essas duas Cortes Internacionais é de suma importância para compreender a jurisdição e competência no plano Internacional entre os Estados soberanos em todo o globo. **Objetivos:** busca-se analisar a distinção entre a Corte Internacional de Justiça e o Tribunal Penal Internacional, uma vez que ambos possuem características de suma importância para a sociedade globalizada. **Metodologia:** Este resumo tem como fonte a pesquisa de cunho bibliográfico através de artigos científicos e dissertações de mestrado, com o intuito de responder ao objetivos. **Resultados/Discussão:** A Corte Internacional de Justiça é um órgão judicial da Organização das Nações Unidas que tem como objetivo resolver disputas legais entre Estados Soberanos. A Corte é composta por 15 juízes eleitos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, no qual são encarregados de interpretar e aplicar o Direito Internacional em casos que envolvem disputas territoriais, questões diplomáticas, comerciais, entre outras. Por outro lado, o Tribunal Penal Internacional é uma corte criminal internacional que tem como objetivo investigar e julgar indivíduos por crimes internacionais graves, como genocídio, crimes contra a humanidade, dentre outros. **Conclusão:** Conclui-se que a Corte Internacional de Justiça e o Tribunal Penal Internacional são instituições distintas que têm diferentes objetivos e funções. A CIJ atua no campo da solução de conflitos entre Estados Soberanos, o TPI lida com a responsabilização individual por crimes internacionais graves, logo enquanto a Corte Internacional de Justiça atua no âmbito da resolução de conflitos entre Estados, o Tribunal Penal Internacional tem como foco a responsabilização individual de criminosos internacionais. **Palavras-chave:** Jurisdição; Competência; Direito internacional.

²⁹ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

³⁰ Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

³¹ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

³² Mestrando em Educação pela Universidade Vale do Itajaí – UNIVALI. Especialista em Direito Público e Privado pela Faculdade ViaSapiens – FVS (2023). Especialista em Direito e Processo Penal pelo UniAmérica (2022). Professor do Curso de Direito. Especialista em Direito Internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA (2022). Professor do curso de graduação em Direito e Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica da Faculdade ViaSapiens – FVS.

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

Valdemiro Chaves Carreiro³³
Francisco Eliano de Araujo Silva³⁴
Roberto Silva do Nascimento³⁵
Francisco Danilo de Souza Gomes³⁶

Introdução: O tribunal Penal Internacional (TPI) é um organismo internacional permanente. Por sua vez, este foi instituído pelo Estatuto de Roma em 1998, pela Conferência de Roma, com a finalidade de submeter a processo e julgamento de crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão. **Objetivos:** Este trabalho científico tem como objetivo analisar a evolução histórica do Tribunal Penal Internacional, a luz do direito humanitário internacional, demonstrando assim sua importância para sociedade. **Metodologia:** O presente resumo simples tem como fonte de pesquisa uma pesquisa de cunho bibliográfica, para tanto utilizar-se-á artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado com intuito de alcançar os objetivos propostos no presente estudo. **Resultados/Discussão:** Com o fim da Segunda Guerra Mundial ocorreu a primeira tentativa de criação de um Tribunal Internacional, sendo constituído pelos vencedores do conflito a fim de julgar os grandes responsáveis pelos crimes cometidos e assim puni-los pelas barbáries ocorridas durante o período da guerra. Por sua vez, através das experiências vividas com os julgamentos de crimes contra os direitos humanos por intermédio de tribunais *ad hoc*, revelou-se a necessidade da instalação de um Tribunal Penal Internacional permanente, isto é, um órgão de cunho ininterrupto, neutro, independente e imparcial. Isto posto, seu estatuto foi aprovado pela Conferência de Roma em 17 de agosto de 1998, entrando em vigor em 1º de julho de 2002, tendo como princípios fundamentais a complementaridade, universalidade, responsabilidade penal individual, irrelevância da função social, imprescritibilidade e dentre outros. **Conclusão** O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI) foi um marco significativo para o Direito Internacional de maneira a dar a devida atenção aos direitos humanos, espera-se que os países partes estejam vigilantes a tornar efetiva as garantias da dignidade da pessoa humana de maneira a evitar atrocidades já vivenciadas em épocas passadas. **Palavras-chave:** Direito Internacional; Direitos Humanos; Direito comparado.

³³ Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

³⁴ Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

³⁵ Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

³⁶ Mestrando em Educação pela Universidade Vale do Itajaí – UNIVALI. Especialista em Direito Público e Privado pela Faculdade ViaSapiens – FVS (2023). Especialista em Direito e Processo Penal pelo UniAmérica (2022). Professor do Curso de Direito. Especialista em Direito Internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA (2022). Professor do curso de graduação em Direito e Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica da Faculdade ViaSapiens – FVS.

A IMPORTÂNCIA DO PRÍNCIPIO DA MENOR ONEROSIDADE NO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Gisele Ribeiro Feitosa³⁷

Nieves Maria Magalhães Guerreiro³⁸

Isabel Cristina Chagas Braga³⁹

Rodrigo Ramos Freire de Castro⁴⁰

Introdução: Dentro do cenário processual, muito se discute a respeito da importância do Princípio da Menor Onerosidade na Execução Civil. Fundamentada pelos princípios da responsabilidade patrimonial que conceitua, de maneira concreta, que os atos executórios devem atingir os bens do devedor e não a sua pessoa, causando o menor prejuízo possível, a fim de que não prejudique seu sustento e evitando dessa forma, o excesso de execução. Em tese, essas formas de atingir o patrimônio do devedor são divididas de duas formas: sub-rogação e coerção. Dessa maneira, cada um possuindo seu próprio procedimento dentro do âmbito civil. **Objetivos:** Descrever o percurso da execução e as consequências dela dentro do ordenamento jurídico para o exequente e o executado, diante da aplicação dos instrumentos de sanção executiva, em concordância com o artigo 789, do Novo Código de Processo Civil. **Metodologia:** Foi utilizada pesquisa bibliográfica a respeito do tema, através de livros, sites e notícias encontradas por meio de ferramentas de mídias sociais, que abordam a importância do tema proposto. **Resultado/ Discussão:** Diante da pesquisa realizada, tem-se que, a responsabilidade patrimonial se constitui de mecanismo criado pela lei, para que o operadores do direito possa efetivar o cumprimento da execução de maneira efetiva sem causar onerosidade excessiva ao executado. **Conclusão:** O presente estudo identificou a necessidade do cumprimento e a aplicabilidade do tema proposto em conformidade com a lei, pretendendo representar sua importância dentro do processo civil. Logo, atendendo essa demanda, de maneira clara e objetiva, poderá servir como exemplo para outras áreas do direito. Sendo assim, seria garantido o seguimento dos trâmites legais, relacionados a explanação do tema abordado. **Palavras-chave:** Princípio. Menor Onerosidade. Devedor. Execução. Responsabilidade.

³⁷ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

³⁸ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

³⁹ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁴⁰ Professor de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

A INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Samuel Siqueira Silva⁴¹

Maria Lívia Vasconcelos Magalhães⁴²

Guilherme Torres do Nascimento⁴³

Francisco Danilo de Souza Gomes⁴⁴

Introdução: A Constituição Federal de 1988 se atentou de regulamentar a forma da incorporação dos tratados internacionais no direito interno brasileiro, pois dispõem em seu artigo 84, inciso VIII que compete privativamente à União, na qualidade de representante da República Federativa do Brasil, celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional. No Estado brasileiro, para que um tratado seja executado pelo Estado internamente, sua incorporação deverá passar por 4 fases, sendo elas a negociação e assinatura internacional, referendo congressional, ratificação e, por último, a promulgação interna. **Objetivos:** O presente estudo tem por objetivo compreender a incorporação dos tratados internacionais, sobretudo quando operados no ordenamento jurídico brasileiro. Outrossim, a pesquisa busca compreender o desequilíbrio da sobreposição das decisões judiciais às decisões políticas. **Metodologia:** O estudo foi realizado a partir da pesquisa bibliográfica, em artigos científicos, dispositivos da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, Convenção de Viena sobre o direito dos tratados e em dispositivos da Constituição Federal de 1988. **Resultados/Discussão:** Os Tratados Internacionais ingressam no ordenamento jurídico brasileiro por meio da execução de quatro fases distintas, vejamos: (1) negociação do Estado no plano internacional e assinatura do instrumento pelo Estado (2) mensagem do Poder Executivo ao Congresso Nacional para discursão e aprovação do instrumento e aprovação parlamentar mediante decreto legislativo, ou seja, estão sujeitos a referendo pelo Congresso Nacional; (3) ratificação do instrumento pelo Presidente; (4) promulgação do texto legal do tratado mediante decreto presidencial e publicação no diário oficial da União. **Conclusão:** Portanto, por ser um país soberano, o Brasil incorpora os Tratados Internacionais em seu ordenamento jurídico de acordo com as regras do direito interno, conforme as normas estabelecidas na Constituição Federal de 1988, sendo que observa-se uma preocupação e exigência maior ainda, quando os tratados e convenções internacionais versam sobre Direitos Humanos, instituída pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004, inserindo o §3º no art. 5º da CF de 1988, pois se aprovados em dois turnos, por três quintos dos membros de cada casa do congresso nacional, terá a mesma equivalência das emendas constitucionais tornando-se cláusulas pétreas, não podendo ser objeto de proposta de emenda posterior que tente sua retirada ou abolição da carta magna. **Palavras-chave:** Tratados Internacionais. Direito. Congresso Nacional.

⁴¹ Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁴² Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁴³ Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁴⁴ Mestrando em Educação pela Universidade Vale do Itajaí – UNIVALI. Especialista em Direito Público e Privado pela Faculdade ViaSapiens – FVS (2023). Especialista em Direito e Processo Penal pelo UniAmérica (2022). Professor do Curso de Direito. Especialista em Direito Internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA (2022). Professor do curso de graduação em Direito e Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica da Faculdade ViaSapiens – FVS.

A NEGLIGÊNCIA DO ESTADO NO MOMENTO DE INDENIZAR A PRISÃO INJUSTA

Pedro Rubens Gonçalves Lopes⁴⁵

Gabriel de Azevedo Sousa⁴⁶

Isabele Porzelt⁴⁷

Túlio Arruda da Ponte Lopes⁴⁸

A prisão injusta pode por vezes causar danos irreparáveis à vida e ao futuro daqueles que tiveram sua liberdade de locomoção cerceada de forma injusta ou ilegal. O período que pode ser julgado pequeno pela justiça pode tornar-se uma eternidade para aqueles que estão no cárcere, sofrendo todo tipo de violação à sua integridade física e à sua dignidade humana. Nesse contexto, a Constituição Federal Brasileira de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXV prevê a indenização para o condenado por erro judiciário, assim como para o indivíduo que ficar preso além do tempo fixado na sentença. Porém, o que presenciamos na realidade é totalmente o oposto do que reza a Constituição, milhares de indivíduos encarcerados além do fixado na sentença, pessoas presas de forma injusta, muitas vezes ilegal, que provaram sua inocência perante a justiça, mas sofrem o abandono do Estado e da Sociedade. O Estado se nega a pagar qualquer indenização para tais indivíduos, alegando ser um mero erro da justiça, e a sociedade, por sua cultura ultrapassada, não dar qualquer forma ou condição de trabalho para os recém saídos do sistema prisional. Um grande exemplo da questão supracitada é o caso do Douglas Wallacy Ricardo, um jovem negro de 28 anos, que passou 37 dias preso no estado de São Paulo por um roubo que não cometeu. A sentença que o absolveu, baseada em amplas evidências de sua inocência, não desfez o gosto de condenação. Ao buscar compensação na Justiça, a resposta foi a de que não houve abuso em sua prisão e que ele ainda teria que arcar com às custas do processo. Portanto, é fundamental que o Estado cumpra o seu dever de indenizar de forma justa e adequada os cidadãos que foram vítimas de prisão injusta, a fim de garantir a reparação dos danos causados e a promoção dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição. O principal objetivo desse trabalho é mostrar o que está expresso na teoria, o que as leis brasileiras preveem sobre a questão e o que realmente acontece no nosso país. A metodologia trazida pela equipe é um resumo direto e claro do tema em questão, da letra de lei da Constituição Federal, das Leis Brasileiras e de exemplos concretos de casos que não tiveram solução alguma por parte da justiça deixando explícito como ocorrem casos semelhantes na justiça brasileira. **Palavras-chave:** Prisão. Constituição. Indenização. Estado. Justiça.

⁴⁵ Acadêmico de Direito – FVS.

⁴⁶ Acadêmico de Direito – FVS.

⁴⁷ Acadêmica de Direito – FVS.

⁴⁸ Professor de Direito – FVS.

A POSSIBILIDADE DA ENTRADA DA UCRÂNIA NA OTAN: O ESTOPIM PARA A GUERRA?

João Paulo Amancio Melo⁴⁹

Lis Vieira de Barros Nobre⁵⁰

Roberto Silva do Nascimento⁵¹

Weber Souza Oliveira⁵²

Francisco Danilo de Souza Gomes⁵³

Introdução: Após diversas tensões no século XX, principalmente, com as duas grandes guerras mundiais, o mundo viveu uma relativa paz. No início do ano de 2022, após os efeitos devastadores da pandemia de coronavírus (COVID-19), a sociedade se surpreende com uma invasão da Rússia no Estado Ucrainiano, iniciando assim uma guerra. Um temor pelo surgimento de uma terceira guerra mundial é bastante crível, portanto, é preciso observar os impactos das ações da Organização de Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ao se posicionar favoravelmente a entrada da Ucrânia em seu bloco e assim potencializando as tensões para o início da guerra Rússia-Ucrânia. **Objetivos:** A presente pesquisa visa analisar a possibilidade de ingresso da Ucrânia na OTAN como a hipótese ensejadora do estopim do conflito entre a Rússia e Ucrânia iniciado em fevereiro do ano de 2022. **Metodologia:** O trabalho é de natureza bibliográfica, realizado por meio de livros, artigos especializados sobre o tema e a análise de entrevistas de jornalistas e personalidades que estudam este conflito internacional. **Resultados/Discussão:** A OTAN, fundada por doze países no ano de 1949, hoje conta com a participação de trinta e um países, dentro os quais estão os Estados Unidos e diversas nações europeias, formando assim uma gigantesca aliança militar com um poder bélico sem precedentes. Com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), várias ex-repúblicas soviéticas adentraram no bloco, sendo assim, o Estado Russo sentiu-se ameaçado em virtude dessas movimentações. O princípio da defesa coletiva previsto no artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte, informa que um ataque contra um ou mais países será considerado um ataque a todos os países membros da aliança militar. Com a atual aproximação e possibilidade da entrada da Ucrânia na OTAN, a Rússia temendo a expansão desta aliança militar cercando suas fronteiras, foi dado assim o estopim da guerra, contando com o apoio de grandes nações como China, ampliando as tensões a nível global, inclusive com ameaças do uso de bombas nucleares. **Conclusão:** Como foi possível perceber, ocorreu uma crescente expansão da OTAN com a adesão de países do leste europeu e assim elevando a preocupação das autoridades russas, podendo ser considerada a possibilidade da entrada da Ucrânia na organização como o estopim e pretexto para o início do conflito que ainda encontra-se vigente. **Palavras-chave:** Fronteira; Rússia; Aproximação; Tensão; Mundial.

⁴⁹ Advogado. Pós-Graduado em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho e em Direito Privado pela Faculdade Legale. Pós-Graduado em Direito Público pela Faculdade Legale. Bacharel em Direito pela Faculdade Luciano Feijão (FLF). Vice-Presidente da Comissão de Direito Internacional da OAB Subseção Sobral/CE (2022). Membro do Grupo de estudos: "Reflexões jurídicas acerca da guerra Rússia-Ucrânia: um olhar sob a ótica do direito internacional humanitário" da Faculdade ViaSapiens - FVS.

⁵⁰ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁵¹ Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁵² Acadêmico de Direito pelo Centro Universitário Inta – UNINTA.

⁵³ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022).

A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NAS CÂMARAS MUNICIPAIS BRASILEIRAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Maria Andriny Almeida Aguiar⁵⁴
Eduardo da Conceição Rodrigues⁵⁵
Maria Alice Nereu Soares⁵⁶
Francisco Rôney de Sousa Ribeiro⁵⁷

Introdução A representatividade feminina nas câmaras municipais brasileiras é um tema de grande importância para a democracia e para a igualdade de gênero. Embora as mulheres representem metade da população brasileira, sua presença na política ainda é limitada. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições municipais de 2020, apenas 13,5% das cadeiras nas câmaras municipais foram ocupadas por mulheres. Esse número representa um aumento em relação às eleições anteriores, mas ainda está longe de ser representativo da população feminina. **Objetivos:** O objetivo do presente trabalho é analisar os desafios e as perspectivas da representatividade feminina nas câmaras municipais brasileiras. **Metodologia:** o presente artigo foi formulado por meio de uma pesquisa com abordagem exploratória, com a finalidade de conhecer mais sobre o tema e entender o objetivo proposto, partindo de uma revisão bibliográfica composta por fontes de pesquisa primária e secundária como trabalhos acadêmicos e dissertações. **Resultados/Discussão:** Existem vários desafios que as mulheres enfrentam ao tentar se eleger para cargos nas câmaras municipais, sendo o principal o financiamento de campanha, tendo em vista que mulheres possuem menos recursos financeiros do que os homens para investir em campanhas políticas, o que as coloca em desvantagem. Além disso, enfrentam preconceito e discriminação por causa de seu gênero, no qual são frequentemente subestimadas e não levadas a sério como candidatas. Sendo ainda alvos de ataques sexistas e misóginos durante as campanhas eleitorais. Acredita-se ainda a falta de apoio político e partidário, já que os partidos políticos não oferecem às mulheres o mesmo nível de apoio que oferecem aos homens, gerando a falta de oportunidades para concorrer a cargos políticos ou mesmo a falta de recursos para investir em campanhas eleitorais. **Conclusão:** Em suma, a representatividade feminina nas câmaras municipais brasileiras ainda é baixa, sendo necessárias perspectivas para melhorar a situação. Sendo importante que as mulheres recebam o apoio necessário dos partidos políticos e da sociedade em geral para superar os desafios que enfrentam assim como a promoção da igualdade de gênero na política é fundamental para a democracia e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. **Palavras-chave:** Representatividade; Câmaras; Municípios.

⁵⁴ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁵⁵ Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁵⁶ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁵⁷ Professor de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES ENCARCERADAS: UMA BREVE ANÁLISE JURÍDICO-SOCIAL

Adayrlla Ribeiro Sousa⁵⁸

Gilmara de Matos Carvalho⁵⁹

Antonia Camila Vieira Mendes⁶⁰

Introdução: A gestação é um momento de grande importância na vida de mulher. Mas, tratando-se de uma mulher que está em cárcere, requer muitos cuidados na área da saúde e em relação a inviolabilidade dos direitos sobre sua maternidade. A Lei de Execução Penal de 1984 foi alterada com a criação da Lei nº 11.942/2009, na qual, são ressaltados os direitos das encarceradas, focando na proteção diferenciada e qualificada ao cuidado materno-infantil, na garantia ao acesso à saúde das gestantes em situação de privação de liberdade e ao bebê após o nascimento. Essa lei assegura acompanhamento médico à presa, no pré-natal e no pós-parto, sendo extensivo ao recém-nascido. O aumento de mulheres nas penitenciárias e consequentemente a incidência do cruzamento da gestação e da vida em cárcere, demonstra grande vulnerabilidade no ambiente prisional. E isso têm despertado grandes discussões e começaram a fazer parte das políticas públicas nacionais. Cabe ressaltar alguns pontos como: a presa tem o direito a acompanhante durante o trabalho de parto? O guarda pode permanecer na sala de parto? Como deve ser feito o registro dos filhos? E a amamentação? Quais os direitos da presa sobre seus filhos? Com quem a criança pode ficar? Quando há suspensão ou perda do poder familiar? A presa tem direito a prisão domiciliar? Tudo isso, são temas que devem ser abordados em cada caso para que não haja violação aos direitos fundamentais das mulheres submetidas ao cárcere. **Objetivo:** Analisar os direitos fundamentais das mulheres encarceradas no que diz respeito a maternidade dentro dos presídios. Tratar das impressões acerca dos cuidados com a saúde desde a gestação. Analisar a compreensão do conceito de saúde a partir da visão social, psicológica e assistencial. **Metodologia:** Levantamento através de rodas de conversa e estudos por meio de livros e artigos, referente ao assunto, levando em consideração fala de professores durante às aulas em que é citado o tema. **Resultado/Discussão:** A importância de garantir os direitos à maternidade das mulheres presas, nos faz lembrar que todo ser humano deve ser respeitado e se tratando das mulheres grávidas encarceradas não poderia ser diferente. Nesse contexto, surgem os direitos à vida, à saúde e à segurança. **Conclusão:** Destaca-se que a proteção e a garantia dos direitos fundamentais devem ser cada vez mais buscadas e asseguradas tanto referentes as mulheres presas na gestação, quanto as crianças que não podem sofrerem por acontecimentos anteriores aos seus nascimentos. **Palavras-chave:** Direitos. Fundamentais. Saúde. Maternidade. Prisão. Filhos.

⁵⁸ Acadêmica do Curso de Direito, Faculdade ViaSapiens.

⁵⁹ Acadêmica do Curso de Direito, Faculdade ViaSapiens.

⁶⁰ Professora Orientadora. Advogada e docente do Curso de Bacharelado em Direito. Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário, Faculdade ViaSapiens.

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NAS DECISÕES DO JÚRI: CONFRONTANDO O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Brayhan Kawan Alves Fernandes de Sousa⁶¹

Lindomar de Araújo Brito⁶²

Rodrigo Gonçalves da Cunha⁶³

Raphael Gomes Viana⁶⁴

Introdução: A mídia tem a capacidade de influenciar diversos setores sociais, seja de forma benéfica ou não, pois no dia a dia somos bombardeados de notícias através da mesma. Assim sendo que a influência que ela traz em casos de grande repercussão social especialmente aqueles que envolvem crimes contra a vida e que serão julgados pelo júri. Causando danos aos direitos sociais consagrados constitucionalmente, especialmente no que diz respeito ao Princípio da Presunção de Inocência. Mesmo tendo o direito a informação sem censura que é uma garantia constitucional, isso vem sendo uma via de mão dupla, a mídia aborda casos de crimes dolosos contra a vida com grande repercussão e como essa abordagem pode afetar o resultado dos julgamentos dos acusados, intervir, positiva ou negativamente. **Objetivos:** Analisar o afrontamento ao Princípio da Presunção de Inocência nas decisões proferidas pelo Tribunal do Júri em decorrência da influência da mídia em tais decisões, ressaltando que a presunção de inocência é um princípio fundamental de grande alcance e relevância constitucional, pois como diz na CF/88 art. 5º, inciso LVII: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. **Metodologia:** Foi baseada em métodos de pesquisas sintéticas e bibliográficas, tendo o escopo artigos científicos. **Resultados/Discussão:** A mídia e os diversos veículos de comunicação em massa têm possibilitado o acesso fácil e quase imediato a todo tipo de informação. Sua importância é inegável, garantida de forma constitucional. No entanto, na atual era da informação, não é incomum encontrar notícias abertamente sensacionalistas que visam chocar o público-alvo criando realidade criminal distorcida a fim de capitalizar a audiência por meio de um grande alvoroço social, onde vem intervir as garantias dos direitos fundamentais. **Conclusão:** Assim, de forma negativa, o júri sofre a influência, pois notícias que trazem fatos criminosos, principalmente crimes contra a vida sempre causam impactos sociais, pois a mídia se torna por muitas vezes condutora de investigação e cria uma realidade distorcida. **Palavras-chaves:** Tribunal do Júri. Direito Fundamental. Mídia. Princípio da Presunção.

⁶¹ Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁶² Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁶³ Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁶⁴ Professor de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

DIREITO DIGITAL E A ADVOCACIA 4.0

Janderlânio Franco de Oliveira⁶⁵

Isamara do Vale Silva⁶⁶

Túlio Arruda da Ponte Lopes⁶⁷

Introdução: A doutrina é aplicada a situações em que as relações humanas se sistematizam em dados jurídicos dos conflitos de jurisdições aplicáveis a casos práticos digitais. O importante de tudo isso é argumentar os avanços no tratamento dos conflitos digitais, de forma a sanar as divergências tecnológicas. Ou seja, a agilidade e a eficácia na responsabilidade jurídica dos eventos ocorridos na internet, os contratos digitais homologados em sentenças estratégicas interpretadas na consistência dos padrões de circulação do mundo digital. **Objetivo Geral:** Analisar o impacto dos direitos fundamentais e de personalidade na aplicação da inteligência artificial no uso do direito à privacidade e autenticidade nas informações prestadas. **Objetivos específicos:** Identificar os objetos de proteção da LGPD, na aplicação no território nacional; buscar nos fundamentos e princípios das bases legais a responsabilidade civil e administrativa no controle jurídico. **Problema:** Qual a relação entre o Direito digital e as novas tecnologias jurídicas? Como os novos direitos e deveres do Estado estão transformando a realidade digital nas audiências de conciliação? **Justificativa:** Portanto, as relações das extensões virtuais muitas vezes não contam sequer com uma empresa juridicamente vistas vias de negócios jurídicos com estratégia jurídico-comercial que atua de forma a atender as extensões do mundo virtual com a atuação de responsabilidade jurídica. Dessa forma, a blindagem legal como negócio prevista na Lei do Marco Civil da Internet, de comércio eletrônico, é uma extensão virtual de rentabilidade de lucro. Desse modo, a disponibilidade do produto jurídico tem a responsabilidade e o compromisso comercial de solucionar negócios digital em suas limitações tanto comerciais quanto jurídicas no âmbito do mundo digital. É importante destacar que os modelos digitais de atendimentos jurídicos são modelos de negócios empreendedores, nos quais apresentam no formato jurídico com cláusulas contratuais específicas ocorridas a distância através da marginalidade da web em nuvem e mídias sociais potencializadas em redes padronizadas. **Palavras-chaves:** Digital. Direito. Privatização. Comércio. Jurídico

⁶⁵ Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁶⁶ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁶⁷ Professor de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

DIREITO DIGITAL E ADVOCACIA 4.0: AS CONCILIAÇÕES VIRTUAIS

Herânio Pinto dos Santos⁶⁸

João Élicris Pessoa da Silva⁶⁹

João Honorato Linhares⁷⁰

Hagata Nicolle Gomes Lima⁷¹

Raphael Gomes Viana⁷²

Introdução: Sabe-se que em março de 2020 o coronavírus espalhou-se pelo mundo a fora, espalhou-se pelo Brasil, causando mais de 700 mil mortes e milhões de infectados, número apenas no Brasil. Diante desse cenário é preciso o isolamento social, mas a justiça não podia ficar parada. Onde o conselho nacional de justiça através do processo eletrônico, passa a implementar conciliações virtuais. Passa-se a destacar no processo eletrônico as conciliações virtuais, o meio de resolução de conflito através das plataformas do conselho nacional de justiça. As audiências passam a ser centradas na internet uma vez que não se podia deslocar até o fórum. Vale ressaltar, que após a covid 19 ainda se costuma realizar audiências de conciliação virtual. **Objetivos:** Esse estudo tem por finalidade entender o que a importância da conciliação virtual no processo judicial eletrônico atual na perspectiva do novo CPC. **Metodologia:** O presente trabalho baseou-se no estudo de resoluções do conselho nacional de justiça que regulamentam a conciliação virtual. **Resultados/Discussão:** Com o isolamento social a conciliação tende a ser virtual em todo o país. Sendo crescente o número de audiências de conciliação on-line. Surge uma nova forma de advogar, através de sistemas próprios de conciliação virtuais dos tribunais de justiça, onde a conciliação pode ser feita no próprio escritório de advocacia, revolucionando assim o sistema judiciário brasileiro. Através da resolução 358 de 2020 o conselho nacional de justiça passa a regulamentar as conciliações virtuais. **Conclusão:** Portanto, se vê que a advocacia a partir da pandemia passa por uma transformação onde o advogado se quer é convidado a sair do escritório para advogar, podendo dispor de advocacia virtual em outros estados. Após a pandemia, ainda se admite audiência virtual, bastando que seja solicitada, mas o auge mesmo foi durante a pandemia entre 2020 e 2022, surgindo assim a forma de advocacia virtual. **Palavras-chave:** Conciliações Virtuais, Conselho Nacional de Justiça e direito digital.

⁶⁸ Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁶⁹ Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁷⁰ Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁷¹ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁷² Graduado em Direito pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Especialista em Direito Constitucional pela UVA, Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Doutorando em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória – FDV, advogado, Vice-presidente da OAB subseção Sobral (2019-2021), Diretor Secretário Geral da OAB Subseção Sobral – CE (2016-2018), Diretor Acadêmico da Faculdade Via Sapiens – FVS, Membro Fundador da Academia Sobralense de Letras Jurídicas – ASLEJUR.

A HISTÓRIA DO TRIBUNAL DE NUREMBERG

Carla Evelyn Silva Souza⁷³

Francisco Enagio Araújo Silva⁷⁴

Tácila Emily Cardoso⁷⁵

Renata Fernandes de Sousa⁷⁶

Francisco Danilo de Souza Gomes⁷⁷

Introdução: O Tribunal de Nuremberg surgiu após a Segunda Guerra Mundial com a finalidade de julgar os crimes cometidos pela Alemanha nazista, dessa forma sendo o primeiro tribunal *Ad Hoc*, isto é, o primeiro tribunal de exceção da história da humanidade. Em síntese ao longo de seus 30 artigos o documento usa os princípios para o seu funcionamento abrangendo normas de direito material e processual, tipificando assim a crimes internacionais, imputados aos acusados. **Objetivos:** Pretende-se analisa a história do primeiro tribunal *Ad Hoc* da humanidade, o tribunal de Nuremberg, fazendo assim um estudo sistemático sobre a importância normativa desta corte histórica. **Metodologia:** O presente resumo simples tem como fonte de pesquisa, uma pesquisa científica de cunho bibliográfico, para tanto utilizar-se-á artigos científicos, teses de doutorado e dissertações de mestrado, como intuito de responder os objetivos propostos. Além disso, o estudo foi baseado na obra manual de direitos humanos do ilustre doutrinador brasileiro Valério de Oliveira Mazzuoli. **Resultados/Discussão:** Com o fim da Segunda Grande Guerra, começou a se pensar em tribunais especiais, destinado a uma finalidade, assim surgiu o primeiro tribunal ad hoc, através de um acordo assinado pela França, Inglaterra, União Soviética e Estados Unidos, com o intuito de julgar e punir os responsáveis pelo conflito, o tribunal recebeu algumas críticas sobre sua composição, ao avalia-se a questão de violações de direitos fundamentais com a realização de um tribunal de exceção. **Conclusão:** Apesar das críticas, sobre a violação de direitos fundamentais, onde os acusados não podiam nem mesmo escolher seus advogados, ferindo entre outros princípios o do juiz natural, o tribunal de Nuremberg estabeleceu uma base de julgamento para a comunidade internacional sobre crimes de guerra, o que resultou em grande impulso para o direito internacional, servindo também de base para a criação do tribunal Penal Internacional. **Palavras-chave:** Direito internacional; Direito Humano; Nuremberg.

⁷³ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁷⁴ Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁷⁵ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁷⁶ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁷⁷ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022).

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PORTADORES DA ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA

Marcos Rick Fideles Moreno⁷⁸

Maria Geovana Alves Lima⁷⁹

Vitória Gomes Rodrigues⁸⁰

Ana Cristina de Araújo⁸¹

Introdução: O leite de vaca é um dos primeiros alimentos introduzidos na dieta da criança sendo uma fonte rica de proteína e cálcio importantes para o desenvolvimento na infância, além de ter um bom custo/benefício, mas, alguns desenvolvem, sem causa pré-determinada a alergia à proteína do leite de vaca que é uma patologia do grupo de alergias alimentares com maior incidência em crianças onde o organismo reconhece algumas proteínas presente no leite como corpos estranhos, produzindo reações alérgicas com manifestações dermatológica, gastrointestinais, respiratórias e anafilaxia em casos mais graves. **Objetivo:** Ressaltar a importância do conhecimento técnico e científico que o enfermeiro deve ter sobre a temática afim de se obter o diagnóstico o mais precoce possível, para então, orientar sobre cuidados e dietas sem baixas nutricionais para os portadores de APLV e familiares. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica utilizando a plataforma Google Acadêmico, sendo selecionado três artigos entre os anos de 2010 a 2020 e o protocolo de APLV do estado do Ceará do ano de 2019. **Resultado/Discussão:** Observou-se que APLV é uma patologia pouco conhecida pela população e que facilmente é confundida com intolerância à lactose por conta dos sinais e sintomas parecidos, que acomete principalmente crianças na fase pré-escolar. É dividido em reações mediadas por IgE, reações não mediadas por IgE e reações mistas, as quais si diferenciam em tempo de aparição dos sinais e sintomas, sendo imediatos, tardios e composto respectivamente. O principal tratamento de APLV é a dieta de exclusão das proteínas que provocam a resposta imunológica, mas que deve ser feito cuidadosamente a fim de se evitar baixas nutricionais no desenvolvimento da criança, pois o leite é uma importante fonte de cálcio, principalmente nesta fase de crescimento. **Conclusão:** É de grande valia um olhar clínico em especial na atenção básica de saúde afim de identificar, avaliar, tratar de forma eficiente e orientar sobre o cuidado continuado para o portador e familiares a fim de se evitar perdas nutricionais e déficits no desenvolvimento. **Palavras chaves:** Alergia alimentar; APLV; Diagnóstico precoce.

⁷⁸ Acadêmico de Enfermagem da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁷⁹ Acadêmica de Enfermagem da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁸⁰ Acadêmica de Enfermagem da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁸¹ Enfermeira Graduada pela Universidade Vale do Acaraú (UVA); Pós-graduada em Enfermagem Obstétrica pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Pós-graduada em Enfermagem Unidade de Tratamento Intensivo adulto e neonatal (Telos Educacional); Docente da Faculdade Via Sapiens.

O APOIO DA BIELORRÚSSIA A RÚSSIA: MOTIVAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS

Maria Eduarda Alves Sampaio⁸²

Gislayne Moura Sampaio⁸³

Ana Beatriz Nascimento dos Santos⁸⁴

Francisco Danilo de Souza Gomes⁸⁵

Introdução: Belarus e Rússia são nações próximas com vínculos econômicos e político. Belarus é um ator-chave no conflito entre a Rússia e a Ucrânia, embora suas intenções nem sempre pareçam totalmente claras, principalmente com a crise política e as manifestações públicas relacionadas ao presidente Aleksandr Lukashenko, que está no poder há mais de 20 anos. Ambos os países sofrem atualmente diversas repressões externas dos Estados Unidos, União Europeia, pela relação entre a guerra que ocorre em solo ucraniano. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo analisar a motivações entre o apoio dos países na guerra, e as consequências atuais e futuras para relação internacional. **Metodologia:** A metodologia de pesquisa utilizada foi qualitativa e bibliográfica, por meio de doutrinas, acerca do tema. Também foram utilizadas fontes de comunicações, como sites de notícias sobre os fatos envolvendo os países. **Resultados/Discussão:** A assistência da Belarus tornou-se possível à organização de negociações entre representantes russos e ucranianos. Em resposta, Vladimir Putin ofereceu apoio financeiro e militar para ajudar Lukashenko a reprimir os protestos populares, não havendo interferência ou reação internacional. O presidente russo também alertou as potências estrangeiras para não interferirem nos assuntos bielorrussos. Como reação ao constante apoio entre essas nações, a Grã-Bretanha ampliou a severidade das sanções, impondo sanções ao comandante do exército bielorrusso, quatro oficiais de defesa e duas companhias militares, além de sanções no comercia de importação. **Conclusão:** Os Estados Unidos e seus países que compõe a OTAN buscam responsabilizar o governo de Lukashenko contra os crimes de guerra acontecendo na Ucrânia por parte da Rússia, sendo cobrado um alto preço econômico. Dentro das sanções aplicadas contra os países envolvidos, tendo aplicações severas sobre o instituto financeiro e seu fundo soberano, atingindo também as redes financeiras e recursos das elites russas e Bielorrússia, inclusive aos do presidente Putin e dos membros do conselho de segurança. No entanto, apesar de toda comoção internacional, o presidente da Rússia não aparece está disposto a recuar e também aplica as próprias sanções contra a União Europeia, mantendo os balanços econômicos das nações sempre instáveis. **Palavras-chave:** Direito Internacional; Guerra; Economia; Países; Ucrânia.

⁸² Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁸³ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁸⁴ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁸⁵ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022).

APOIO DA CHINA À RUSSIA: MOTIVAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS

Antônio de Carvalho Moreira⁸⁶

Beatriz Martins Carvalho⁸⁷

Ingryd Lohane Macedo Torres⁸⁸

Francisco Danilo de Souza Gomes⁸⁹

Introdução: O cenário no qual decorre a guerra na Ucrânia envolve os principais países do globo, direta ou indiretamente. Esse envolvimento é natural já que as grandes nações exercem sua influência de diversas maneiras, aí incluídas as guerras. A Rússia, como parte agressora, é uma das principais potências nucleares do mundo e herdeira da influência da extinta União Soviética, da qual a Ucrânia também fazia parte. Nesse contexto, a China, como a segunda maior economia do planeta, buscando uma ordem internacional multipolar, na qual possa exercer sua influência, escolheu apoiar a Rússia nesse conflito. Com isso, busca rivalizar com o ocidente, liderado pelos Estados Unidos (EUA) e Europa. Uma das consequências desse movimento chinês é um enfraquecimento do dólar, que ainda é a moeda padrão das trocas internacionais. Devido as várias sanções impostas pelo ocidente contra a Rússia e sua economia, a alternativa dos russos foi passar a negociar sua pauta de exportações majoritariamente com a China, que faz essas transações sem uso do dólar. O objetivo final chinês é o enfraquecimento de seu maior adversário (EUA). **Objetivos:** O principal objetivo deste resumo é trazer uma análise sobre a participação das grandes nações nesse conflito, especialmente da China, buscando assim gerar uma reflexão sobre os reais motivos que movem as ações dessas nações, seus reais interesses. **Metodologia:** Para a produção deste resumo, foram feitas pesquisas bibliográficas em livros, revistas e publicações especializadas. O contexto histórico e econômico, as relações étnicas, foram extraídas de obras com foco em história e geografia. **Resultados/Discussão:** Como resultado deste trabalho, pode-se elencar uma contribuição no aprofundamento do debate de um tema tão relevante, como o choque entre as grandes nações, no contexto de uma guerra “por procuração”. Nesse tipo de conflito, não existe um choque direto entre os exércitos desses *players* (EUA e China), mas sim apoios diplomáticos e materiais, como no fornecimento de material bélico. **Conclusão:** Finalmente, pode-se dizer que tal tema foi abordado de forma satisfatória, trazendo uma breve análise sobre a participação Chinesa no conflito, que é hoje a principal aliada dos russos. Analisou-se as principais motivações e consequências. **Palavras-chave:** Nações; Influência; Guerra.

⁸⁶ Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁸⁷ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁸⁸ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁸⁹ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022).

A SOBERANIA RELATIVA DO BRASIL EM FACE DO TPI

Janiele Ferreira dos Santos⁹⁰

Rejane Luisa de Lima Tomaz⁹¹

Alexandre de Sousa Freires⁹²

Francisco Danilo de Souza Gomes⁹³

Introdução: A soberania é um dos princípios fundamentais do direito internacional público, garantindo aos Estados a independência e autonomia em relação aos demais Estados e organizações internacionais. Já a evolução dos direitos humanos e a globalização das relações internacionais desafiaram a ideia de soberania absoluta política e jurídica sobre seu próprio território. No entanto, a crescente preocupação da comunidade Internacional com violações de direitos humanos e crimes internacionais levou a criação do TPI, que tem como objetivo investigar e julgar esses crimes. Nesse contexto surge a discussão sobre a soberania do Brasil em relação ao TPI. No Brasil enquanto alguns acreditam que a adesão ao Estatuto de Roma representa uma perda de soberania, outros defendem que a cooperação com o TPI é um sinal de comprometimento com a justiça internacional e um reconhecimento da responsabilidade do país nos crimes contra a humanidade. **Objetivos:** Este estudo tem por objetivo analisar a soberania relativa do Brasil em relação ao TPI, considerando seus deveres e responsabilidades internacionais para garantir os direitos humanos e combater crimes internacionais. **Metodologia:** Sendo realizado através de pesquisas bibliográficas e documental, utilizando como fontes a Constituição Federal, tratados internacionais e jurisprudência internacional. **Resultados/Discussão** O Brasil reconheceu a jurisdição do TPI em 2002, ratificando o Estatuto de Roma, significando que o país está obrigado a cooperar com as investigações e julgamentos do tribunal. Sendo a adesão ao estatuto acompanhada de ressalvas que limitam a jurisdição do TPI sobre crimes cometidos no Brasil por agentes públicos e militares estrangeiros em missão de paz. Além disso o Brasil tem defendido a primazia da justiça nacional na punição de crimes internacionais, reconhecendo a validade das decisões do TPI. **Conclusão** A soberania é um direito do Estado, que lhe confere autonomia e independência na condução dos assuntos internos e externos. Entretanto, a soberania dos Estados deve ser vista como relativa, uma vez que se submete a limitações do direito internacional e pela comunidade internacional. No Brasil, enquanto alguns acreditam que a adesão ao Estatuto de Roma representa uma perda de soberania, outros defendem que a cooperação com o TPI é um sinal de comprometimento com a justiça internacional e um reconhecimento da responsabilidade do país nos crimes contra a humanidade. É fundamental que o Brasil mantenha uma postura comprometida com a justiça e os direitos humanos, sem abrir mão dos interesses nacionais e da sua soberania. **Palavras-chave:** Soberania; Direito Internacional; Crimes Internacionais.

⁹⁰ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁹¹ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁹² Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁹³ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022).

A IMPORTÂNCIA DO PRÍNCÍPIO DO JUIZ NATURAL NO ÂMBITO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL PENAL

Gisele Ribeiro Feitosa⁹⁴

Nieves Maria Magalhães Guerreiro Marques⁹⁵

Isabel Cristina Chagas Braga⁹⁶

Tiago Oliveira Freire Carneiro⁹⁷

Introdução: No ambiente de estudo do direito processual penal, muito se debate a respeito do papel do Juiz criminal competente, afim de garantir o seguimento processual sem prejuízo a nenhuma das partes envolvidas. Fundamentado pelo princípio do juiz natural que conceitua, de maneira concreta, que os autos processuais devem ser conduzidos por um juiz devidamente competente, que utiliza sua jurisdição, com o objetivo de resolver determinada demanda. Em tese, esse princípio é garantido pela Constituição Federal e deve ser respeitado pelos operadores do direito. Dessa maneira, quando ocorre o desrespeito a esse fundamento jurídico, geram sanções e nulidades a depender do tipo de competência. **Objetivos:** Descrever sobre a função do juiz dentro do processo penal, bem como sua importância para a aplicação das leis, citadas anteriormente. **Metodologia:** Foi utilizada pesquisa bibliográfica a respeito do tema, através de livros, sites e notícias encontradas por meio das ferramentas de mídias, que abordam a importância do tema proposto. **Resultado/ Discussão:** Diante da pesquisa realizada, tem-se que a figura do Juiz natural é fundamental dentro do ambiente processual, e geralmente, é respeitada, salvo alguns casos, os praticantes da lei, optam pelo seguimento deste princípio, para evitar qualquer tipo de punição em virtude desse descumprimento. **Conclusão:** O presente estudo identificou a necessidade do cumprimento e a aplicabilidade do tema proposto em conformidade com a lei, pretendendo representar sua importância dentro da esfera penal. Logo, atendendo essa demanda, de maneira objetiva e clara, poderá servir como modelo para outras áreas do direito. Sendo assim, seria garantido o seguimento dos trâmites legais, relacionados a apresentação do estudo, em questão. **Palavras-chave:** Penal. Juiz Competente. Jurisdição. Juiz Natural.

⁹⁴ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁹⁵ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁹⁶ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁹⁷ Professor de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

JUSTIÇA RESTAURATIVA: POSSUI DE FATO EFETIVIDADE NO QUE CONCERNE AO DIREITO PENAL?

Paola de Souza Gomes⁹⁸

Maria Layla da Silva⁹⁹

Sérgio Luiz Corrêa dos Santos¹⁰⁰

Introdução: Essa abordagem de resolução de conflitos tem como objetivo central a reparação dos danos causados pela prática delitiva, bem como a reintegração do ofensor à sociedade. No entanto, muitos questionam se essa prática realmente é efetiva na redução da criminalidade e na promoção da justiça. **Objetivos:** Promoção da reparação do dano causado pelo crime, análise da efetividade da Justiça Restaurativa no âmbito do Direito Penal, através de uma revisão bibliográfica, e análise de estudos e pesquisas que buscam verificar se a aplicação de práticas restaurativas em casos criminais tem gerado resultados positivos em termos de redução da reincidência criminal, satisfação das vítimas e promoção da ressocialização do infrator. **Metodologia:** A pesquisa tem como método a pesquisa bibliográfica e pelo passeio da literatura da Resolução 225/2016, CNJ, no art. 2º, são princípios que orientam a Justiça Restaurativa: a corresponsabilidade, a reparação dos danos, o atendimento às necessidades de todos os envolvidos, a informalidade, a voluntariedade, a imparcialidade, a participação, o empoderamento, a consensualidade, a confidencialidade, a celeridade e a urbanidade. Quem realiza a Justiça Restaurativa não é o juiz, e sim o mediador que faz o encontro entre vítima e ofensor e eventualmente as pessoas que as apoiam. Apoiar o ofensor não significa apoiar o crime, e sim apoiá-lo no plano de reparação de danos. É aplicada em infrações de menor e maior potencial ofensivo. **Discussão:** A prática da justiça restaurativa pode proporcionar um espaço para que vítima e ofensor possam dialogar e buscar formas de reparar o dano causado. Ela pode ser vista como uma forma de humanizar o processo penal, já que incentiva a participação ativa das partes envolvidas. No entanto, sua efetividade ainda é um tema controverso. Algumas críticas apontam que a prática da justiça restaurativa pode minimizar a gravidade do crime e acabar deixando a vítima em uma situação de vulnerabilidade, sem a devida proteção do Estado. Além disso, há o receio de que a justiça restaurativa possa ser utilizada como uma forma de coagir a vítima a aceitar acordos que não sejam de seu interesse. **Conclusão:** A justiça restaurativa é uma abordagem promissora para lidar com conflitos criminais de forma mais eficaz e humana. Embora ainda haja desafios em relação à sua implementação e aceitação, as evidências mostram que a justiça restaurativa pode ser uma alternativa viável ao sistema tradicional de justiça criminal. Através da restauração do dano e da responsabilização do ofensor, a justiça restaurativa tem o potencial de fortalecer as relações entre as partes envolvidas e promover uma cultura de diálogo e respeito mútuo. **Palavras-chave:** Dialogar; Justiça Restaurativa; Resolução de Conflitos

⁹⁸ Graduanda em Direito – Faculdade ViaSapiens.

⁹⁹ Graduanda em Direito – Faculdade ViaSapiens.

¹⁰⁰ Professor Mestre – Faculdade ViaSapiens.

CRIMES VIRTUAIS: DOS CRIMES CONTRA A HONRA

Giovanna Rodrigues Moura¹⁰¹

Jarina Aragão¹⁰²

Maria Beatriz de Sousa Fernandes¹⁰³

Marisa Viana de Oliveira¹⁰⁴

Túlio Arruda da Ponte Lopes¹⁰⁵

Introdução: O grande avanço tecnológico permitiu o desenvolvimento de diversos mecanismos para manipulação e a disseminação de imagens e notícias da pessoa humana, assim facilitando a ameaça de intimidação ou mesmo a violação de danos morais. Atingir a honra de alguém pode imputar tanto na órbita penal quanto na órbita civil. A internet é um meio bastante utilizado para exposição de ideias, principalmente no âmbito de críticas ou até mesmo discurso de ódio. A legislação teve que se adaptar aos avanços tecnológicos para punir quem se “esconde”, atrás das telas, para ofender a dignidade de alguém. Dentre os crimes contra a honra subsistem a difamação, injúria e calúnia. Ambos decorrem de práticas ilícitas nas mídias sociais chamadas de “cybercrimes”. De acordo com a Lei nº 13.964/19, se o crime for realizado e divulgado em qualquer mídia, aplica-se o triplo das penas. Para tanto, é necessário o estudo da telecomunicação, como também, os limites da liberdade de expressão dos usuários, para que assim possa-se ter uma consciência de direitos e limites dos usuários no ambiente virtual.

Objetivos: O presente artigo propõe a análise acerca dos crimes contra a honra dentro do mundo virtual. A internet trouxe grandes benefícios para os usuários, em contrapartida trouxe a facilidade de se cometer atos criminosos que ferem a honra da pessoa humana. **Metodologia:** O presente artigo discorreu sobre o tema acerca dos crimes contra a honra no meio virtual. Tal trabalho foi realizado por intermédio de conhecimentos adquiridos e com coletas de informações por meio de pesquisas e leituras de outros artigos. **Resultados/Discussões:** No ordenamento jurídico brasileiro são pautados os crimes contra a honra como: injúria, calúnia e difamação e estes estão previstos no Código Penal, nos artigos 138, 139 e 140. A honra está associada a própria dignidade da pessoa sendo dividida em dois tipos: a subjetiva que está relacionada com o íntimo da pessoa e a objetiva que é em sentido externo, direcionada ao que a pessoa é perante a sociedade. Esses três tipos de crimes contra a honra afetam diretamente na saúde mental da vítima, pois são colocados de forma a atingir a reputação e o seu psicológico. A injúria é atribuir palavras ou qualidades negativas, xingar de termos ofensivos que venham denegrir a imagem. Já caluniar é atribuir falsamente crime que a pessoa tenha supostamente cometido, publicamente ou não e difamar é atribuir fato negativo que não seja crime, atingindo a reputação da pessoa no meio social. **Conclusão:** Através dessa pesquisa, conseguimos compreender a história da internet, a qual com suas novas tecnologias vêm sendo tratada de um novo modo, neste sentido o tema “crimes contra a honra na internet” entrega o conteúdo nas mídias sociais e como são tratados os crimes cometidos na internet, bem como a evolução do tema no que faz menção ao novo formato social que vivemos, advindos da nova era digital.

Palavras-chave: Internet; Honra; Virtual; Crimes; Dignidade.

¹⁰¹ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁰² Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁰³ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁰⁴ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁰⁵ Professor de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

USO INDISCRIMINADO DE SUPLEMENTOS POR DESPORTISTAS

Antônio Felipe Costa Fernandes¹⁰⁶

Luiz Henrique Ferreira Lima¹⁰⁷

Ana Kívia Paiva Moraes¹⁰⁸

Ana Caroline Fernandes de Moura¹⁰⁹

Introdução: O consumo e a comercialização de suplementos que ajudam a melhorar o desempenho físico aumentaram exponencialmente no que se refere a praticantes de atividade física, além disso, no mercado há cada vez mais variedade de tais produtos. O desejo por um físico atlético e os requisitos de alto desempenho para tanto levam muitos indivíduos a recorrer ao uso de tais suplementos. No entanto, a utilização desses produtos deve ser aconselhada e orientada por um profissional capacitado, pois o seu uso indevido favorece o aparecimento de efeitos adversos e pode ser prejudicial à saúde. **Objetivos:** Avaliar o índice de consumo de suplementos alimentares de forma indiscriminada por desportistas. **Metodologia:** O presente estudo utilizou uma abordagem quantitativa. Empregou-se um formulário digital para coleta de dados com perguntas inerentes ao assunto abordado, e o mesmo foi distribuído entre os acadêmicos, docentes e corpo gestor da instituição de ensino de forma virtual por meio de grupos de redes sociais. **Resultados/Discussão:** Na referente pesquisa, obteve-se um total de 33 formulários respondidos. Destes, 42,4% responderam que praticam diariamente alguma atividade física, 72,7% disseram fazer uso de algum tipo de suplemento alimentar. A partir destas informações supracitadas, foi analisado que dentre estes indivíduos que utilizam suplementação um percentual de 65,2% consome tais produtos sem prescrição ou orientação profissional. Partindo deste pressuposto, os participantes citaram que procuram informações sobre como utilizar e quais suplementos adquirir, por meio de redes sociais como *TikTok*, *Instagram*, *Youtube*, dentre outros. **Conclusão:** A pesquisa apresentada revelou uma preocupante realidade: dentre os participantes que utilizam suplementos, a grande maioria o faz sem orientação adequada, buscando informações em redes sociais populares. Esses resultados evidenciam a falta de conscientização sobre a importância da orientação nutricional na utilização de suplementos alimentares. Os resultados da pesquisa reforçam a importância e a necessidade da educação nutricional perante o público desportista. É fundamental que as pessoas busquem atendimento nutricional para garantir uma suplementação adequada, segura e de acordo com suas necessidades individuais. **Palavras-chave:** Desportistas. Suplemento alimentar. Nutrição esportiva. Orientação nutricional

¹⁰⁶ Acadêmico de Nutrição da Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁰⁷ Acadêmico de Nutrição da Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁰⁸ Acadêmica de Nutrição da Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁰⁹ Professora de Nutrição da Faculdade ViaSapiens – FVS

MARKETING JURÍDICO E O PROVIMENTO 205/2021

Valéria Rodrigues Lopes¹¹⁰

Leuana Tomaz de Souza¹¹¹

Olivia Kelly Alves Marques Penha¹¹²

Francisco Maxwano Vasconcelos¹¹³

Introdução: O provimento apresenta esta conceituação de marketing jurídico assim como define a publicidade como o meio pelo qual se tornam públicas as informações a respeito de pessoas, ideias, serviços ou produtos, utilizando os meios de comunicação disponíveis e a publicidade profissional como forma de tornar pública as informações atinentes ao exercício profissional, bem como os dados do perfil da pessoa física ou jurídica inscrita na ordem dos advogados do Brasil, desde que estes meios não sejam vedados pelo código de ética e disciplina da advocacia. **Objetivos:** O trabalho tem como finalidade análise das normas sobre publicidade ao estabelecer a conceituação, as permissões e as proibições do marketing jurídico na advocacia, de acordo com os avanços sociais e tecnológicos. **Metodologia:** Pesquisa bibliográfica: a fonte principal de investigação, através de pesquisas que possibilite uma maior familiaridade com os temas abaixo relacionados. **Resultados/Discussão:** O marketing de conteúdo jurídico é considerado como uma estratégia de marketing que se utiliza da criação e da divulgação de conteúdos jurídicos, disponibilizados por meio de ferramentas de comunicação, no intuito de informar o público e para a consolidação profissional do advogado, da advogada ou do escritório de advocacia. O provimento reitera a preocupação já existente no Código de Ética e Disciplina sobre o caráter informativo da publicidade, a discricção e sobriedade, não podendo configurar captação de clientela ou mercantilização da profissão. Entretanto há importantes vedações relacionadas ao pagamento, patrocínio ou efetivação de qualquer outra despesa para viabilizar aparição em rankings, prêmios ou qualquer tipo de recebimento de honrarias em eventos ou publicações, em qualquer mídia, que vise destacar ou eleger profissionais como detentores de destaque. **Conclusão.** Pode-se considerar que os maiores avanços do provimento correspondem a permissão para uso de redes sociais e demais ferramentas tecnológicas, e a possibilidade de impulsionamento de postagens. **Palavras-chave:** Marketing Jurídico; Advocacia; Ferramentas.

¹¹⁰ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹¹¹ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹¹² Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹¹³ Professora de Nutrição da Faculdade ViaSapiens – FVS

A IMPORTÂNCIA PARA O EMPRESÁRIO DA PROTEÇÃO À PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Valéria Rodrigues Lopes¹¹⁴

José Laécio Machado da Ponte¹¹⁵

Julianna Sabóia Ponte¹¹⁶

Introdução: Questão que causa preocupação para o empresariado é a proteção da marca de sua empresa. O Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI - é o responsável pela concessão e registro de marcas e patentes e tem por objetivo impedir, por exemplo, que o consumidor se confunda e acredite que determinado produto esteja relacionado ou possua semelhança com outro, sem que de fato estejam conectados. **Objetivos:** Analisar a importância para o empresário do registro de sua marca industrial, além da respectiva proteção conferida pelo ordenamento brasileiro. **Metodologia:** Pesquisa bibliográfica: a fonte principal de investigação, através de pesquisas que possibilitem uma maior familiaridade com os temas abaixo relacionados. **Resultados/Discussão:** A Propriedade Industrial é composta por um conjunto de direitos que visa assegurar monopólio temporário sobre determinada invenção, modelos de utilidades, desenho industrial e marcas. De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal em seu inciso XXVII: “aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar”. Nesse sentido, a Lei de Propriedade Industrial assegura como possível de registro como marca todos os sinais distintivos, desde que visualmente perceptíveis e não listados nas vedações legais. Depreende-se, assim, que a lei restringe o registro de marca aos sinais visíveis aos olhos. Ou seja, exclui da possibilidade de registro características perceptíveis pelos outros sentidos, como olfato e audição. Além disso, é preciso salientar que o registro da propriedade industrial não é obrigatório, mas aconselhável para que os autores possam adquirir as inúmeras vantagens de sua proteção, a exemplo da responsabilização daqueles que se utilizarem indevidamente da marca registrada. Para isso, é necessário que o inventor faça o registro prévio da sua invenção no órgão competente para que se constitua o necessário título. **Conclusão.** Os direitos de propriedade industrial são, na verdade, um conjunto de princípios e normas voltados à manutenção da inviolabilidade da produção autoral. Sob a perspectiva econômica, dedicam-se à preservação de sua utilidade e exploração exclusiva. Tratam-se, portanto, de aliados imprescindíveis ao desenvolvimento tecnológico e econômico do país. **Palavras-chave:** Propriedade Industrial - Marca – Registro – Direito Industrial - Inviolabilidade

¹¹⁴ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹¹⁵ Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹¹⁶ Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto - FDUP. Professora do Curso de Direito da Faculdade Via Sapiens.

AS COMISSÕES INTERNACIONAIS AD HOC DE INVESTIGAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE SEU PAPEL NA BUSCA PELA VERDADE E JUSTIÇA

Jhonny Vieira Brito¹¹⁷

Francisco Eliano de Araújo Silva¹¹⁸

Leonardo Rocha da Silva¹¹⁹

Francisco Danilo de Souza Gomes¹²⁰

Introdução: As comissões internacionais *ad hoc* de investigação têm sido cada vez mais utilizadas para investigar violações de direitos humanos, crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Através de sua atuação independente e imparcial, essas comissões têm sido fundamentais para a busca pela verdade e justiça em conflitos armados e situações de crises humanitárias. Neste resumo simples, será analisado o papel das comissões internacionais *ad hoc* de investigação e sua importância para o fortalecimento do direito internacional dos direitos humanos. **Objetivos:** Almeja-se discutir o papel das comissões internacionais *ad hoc* de investigação na busca pela verdade e justiça em conflitos armados e situações de crises humanitárias. Será avaliado como essas comissões têm sido criadas, quais são suas competências, sua independência e imparcialidade na condução das investigações e como suas conclusões podem ser utilizadas para o fortalecimento do direito internacional dos direitos humanos. **Metodologia:** Revisão bibliográfica e análise documental de casos práticos. Serão utilizados artigos científicos, relatórios de organizações internacionais, tratados e convenções internacionais de direitos humanos para embasar a análise dos resultados e discussão. **Resultados/Discussão:** Através da análise dos resultados obtidos nas investigações realizadas pelas comissões internacionais *ad hoc*, é possível perceber sua importância para a busca da verdade e justiça em conflitos armados e situações de crises humanitárias. Essas comissões têm sido capazes de fornecer informações precisas e imparciais sobre violações de direitos humanos, identificando responsáveis e recomendando medidas para evitar que tais violações ocorram novamente. Além disso, suas conclusões podem ser utilizadas para fortalecer o direito internacional dos direitos humanos, permitindo a responsabilização de indivíduos e Estados perante a comunidade internacional. **Conclusão:** Pode-se concluir que as comissões internacionais *ad hoc* de investigação têm desempenhado um papel fundamental na busca pela verdade e justiça em conflitos armados e situações de crises humanitárias. Sua atuação independente e imparcial tem permitido a identificação de responsáveis por violações de direitos humanos e o fornecimento de informações precisas para evitar que tais violações ocorram novamente. Além disso, suas conclusões podem ser utilizadas para fortalecer o direito internacional dos direitos humanos, permitindo a responsabilização de indivíduos e Estados perante a comunidade internacional. **Palavras-chave:** Cooperação; Direitos Humanos; Direito Internacional; Jurisdição.

¹¹⁷ Acadêmico de Direito pela Faculdade Via Sapiens – FVS.

¹¹⁸ Acadêmico de Direito pela Faculdade Via Sapiens – FVS.

¹¹⁹ Acadêmico de Direito pela Faculdade Via Sapiens – FVS.

¹²⁰ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022). É pesquisador pelo grupo NECTAR da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e pelo coletivo TERRAL da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Revisor da revista SAPIENS desde 2021.

AS NOVAS MEDIDAS COERCITIVAS DADA PELO O PODER JUDICIÁRIO EM EXECUÇÃO DE TÍTULOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

José de Jesus Carvalho Rodrigues¹²¹

Zhayná Ferreira Alves de Lima¹²²

Gislene Carvalho da Silva¹²³

Rodrigo Ramos Freire de Castro¹²⁴

Introdução: O Código de Processo Civil (CPC) de 2015 trouxe a possibilidade de aplicação de medidas coercitivas atípicas na fase de execução. Entretanto, o dispositivo gerou diversas discussões acerca de sua constitucionalidade e aplicabilidade. Primeiramente, tem-se em discussão a responsabilidade patrimonial do executado, já que as medidas têm que afetar o patrimônio e não a pessoa do devedor, mas muitas medidas coercitivas são um meio de pressionar psicologicamente o executado para chegar ao resultado pretendido. Por serem medidas não convencionais a discussão sobre o momento de sua aplicabilidade também é alvo de discussão, a utilização de medidas coercitivas atípicas devem ser aplicadas de forma subsidiária e em ultimo caso, somente após esgotado as outras vias permitidas. **Objetivos:** O resumo tem o intuito de demonstrar a importância das medidas coercitivas atípicas na fase executória da esfera cível junto com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. **Metodologia:** A presente pesquisa tem cunho qualitativo, utilizando métodos bibliográficos para alcançar os resultados da pesquisa. **Resultados/Discussão:** As medidas atípicas são meios essenciais para tornar a fase executória mais eficiente e ágil, que utilizadas junto aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade podem facilitar o alcance do resultado pretendido pelo exequente. **Conclusão:** Logo, as medidas coercitivas atípicas implementadas pelo Código de Processo Civil, são formas excepcionais de pressionar o devedor a cumprir com a obrigação, alcançando outras formas de responsabilidade além da patrimonial que são essenciais para a fase de execução. **Palavras-chave:** CPC; Execução; Atípicas; Aplicabilidade; Constitucionalidade.

¹²¹ Acadêmico de Direito pela Faculdade Via Sapiens – FVS.

¹²² Acadêmica de Direito pela Faculdade Via Sapiens – FVS.

¹²³ Acadêmica de Direito pela Faculdade Via Sapiens – FVS.

¹²⁴ Procurador do Município de Tianguá, professor da Faculdade Via Sapiens e mestrando em Educação pela UNIVALI e Faculdade Via Sapiens – FVS

ASSÉDIO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Ana Larisse de Abreu Sousa¹²⁵

Maria Aparecida Leilany da Silva¹²⁶

Vitoria Estefanny Pontes Silva¹²⁷

Francisco Danilo de Souza Gomes¹²⁸

Introdução: A Constituição Federal discorre que todo cidadão tem seu direito garantido por lei, além de alegar que atitudes abusivas ou exageradas por meio de comportamento, gestos e atos que podem trazer danos a integridade, personalidade, dignidade de uma pessoa em seu ambiente de trabalho é considerado como assédio. Com o decorrer dos anos as empresas estão cada vez mais empenhadas em descartar atitudes que ferem à dignidade humana, sendo assim, o assédio tem sido uma pauta a ser postergada nas organizações e empresas. **Objetivos:** O objetivo deste resumo é trazer a tona um assunto que apesar de ser antigo, tem se agravado cada vez mais nos últimos anos, o assédio sexual e moral no ambiente de trabalho, além de causar constrangimento ao indivíduo o mesmo acaba por ceder a situação vigente, por desbrío de perder o emprego. **Metodologia:** A metodologia de pesquisa utilizada foi qualitativa e bibliográfica, por meio do uso de doutrinas e jurisprudência acerca do tema. Também foram utilizados canais de comunicação como sites de notícias sobre os fatos envolvendo o assédio no ambiente de trabalho e trabalhos científicos envolvendo o assunto. **Resultados/Discussão:** É sabido que a lei número 10.244/2001 estabelece a pena de um ano a dois anos de prisão. Já que o desenvolvedor do ato não tem o direito nas condições de hierarquia ou qualquer outra função agir com antiética. Dessa forma, podemos afirmar que a legislação brasileira está cada vez mais buscando a proteção da funcionário, visando assim garantir a preservação de um ambiente de trabalho ético e moral. **Conclusão:** Em vista disso conclui-se conforme dispõe o código civil brasileiro, o artigo 186 transcorre que “aquele que, por ação ou omissão voluntária negligência ou imprudência violar direto e causar dano a outrem ainda que exclusivamente moral comete ato ilícito”. Qualquer ação realizada sem ser no ato profissional que tenha caráter duvidoso que possa ferir os direitos providos da Constituição Federal deverá ser punido conforme a lei. **Palavras-chave:** Direito do Trabalho; Assédio; Relações Trabalhistas.

¹²⁵ Acadêmica de Ciências Contábeis – FVS.

¹²⁶ Acadêmica de Ciências Contábeis – FVS.

¹²⁷ Acadêmica de Ciências Contábeis – FVS.

¹²⁸ Coordenador do NEXTIC e Professor da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em Direito Internacional (2022). Especialista em Direito e Processo Penal (2022).

AUXÍLIO-RECLUSÃO: O CONTRASTE ENTRE A SUA IMPORTÂNCIA PARA A GARANTIA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DOS BENEFICIÁRIOS E SUA ESTIGMATIZAÇÃO

Gabriela Oliveira de Lima¹²⁹

Marcela de Paiva Araújo¹³⁰

Fernanda Elisabeth de Lima Castelo Branco¹³¹

Introdução: O presente trabalho apresenta uma abordagem sobre o auxílio-reclusão e sua importância para garantir o mínimo existencial e a dignidade da pessoa humana dos dependentes do segurado da Previdência Social que está encarcerado. Benefício previdenciário desde 1960, a partir da Lei nº 3807 – Lei Orgânica da Previdência Social –, e atualmente previsto na Lei nº 8213/1991 – Plano de Benefícios da Previdência Social –, o auxílio-reclusão é garantido ao rol de dependentes do segurado da Previdência Social que se encontra preso em regime fechado. Apesar de garantir os meios indispensáveis de manutenção a seus beneficiários, essa prestação previdenciária é alvo de preconceitos e estigma, muitas vezes provocados pela divulgação de informações errôneas acerca dele. **Objetivos:** A seguinte produção tem por escopo desmistificar as informações sobre esse benefício previdenciário, de modo a expor os requisitos exigidos para sua concessão e a sua verdadeira função e, a partir disso, compreender a sua importância e necessidade para a manutenção da dignidade da pessoa humana dos beneficiários. **Metodologia:** Para que fosse possível atingir a finalidade dessa pesquisa buscaram-se fundamentos bibliográficos a partir de teses de doutrinadores do Direito, sites jurídicos, artigos científicos e legislações pertinentes ao tema, bem como conhecimentos de variadas áreas das ciências humanas, como no âmbito antropológico e sociológico, que permitissem compreender a problemática não só por um panorama jurídico, mas principalmente social. **Resultados/Discussão:** Foi possível constatar que a divulgação de notícias falsas mostra-se como uma das principais ferramentas de estigmatização do auxílio-reclusão, pois é comum a veiculação de informações que não vislumbram o objetivo do benefício, são intencionalmente divulgadas com a finalidade de marginalizar cada vez mais aqueles que se encontram reclusos, situação que dificulta o combate ao preconceito de uma sociedade elitista. Logo, ao se aprofundar nas regras que regem o auxílio-reclusão torna-se perceptível o seu caráter preventivo da possível vulnerabilidade social da família cujo provedor tenha sido preso em regime fechado, fato evidenciado em uma de suas normas que determina que essa prestação beneficiária somente será paga aos dependentes do segurado enquadrado no conceito de baixa renda. **Conclusão:** Em suma, o auxílio-reclusão visa assegurar a dignidade da pessoa humana dos beneficiários, mostrando-se como peça fundamental na prevenção da vulnerabilidade social da família do segurado recluso, garantindo-lhe o mínimo existencial. Assim, o combate ao estigma disseminado pela manipulação do senso comum é uma ferramenta imprescindível para que essa garantia previdenciária possa alcançar de forma plena a sua finalidade. **Palavras-chave:** Auxílio-reclusão; Estigma; Dignidade; Vulnerabilidade.

¹²⁹ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹³⁰ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹³¹ Mestranda em Educação pela Universidade Vale do Itajaí – UNIVALI. Especialista em Direito Processual civil pela DAMASIO. Especialista em Direito Público LEGALE. Licenciada em História e Geografia pela Universidade Vale do Acaraú – UVA. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Professora de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

O APOIO DA BIELORRÚSSIA A RÚSSIA: MOTIVAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS

Maria Eduarda Alves Sampaio¹³²

Gislayne Moura Sampaio¹³³

Francisco Danilo de Souza Gomes¹³⁴

Introdução: Belarus e Rússia são nações próximas com vínculos econômico e político. Belarus é um ator-chave no conflito entre a Rússia e a Ucrânia, embora suas intenções nem sempre pareçam totalmente claras, principalmente com a crise política e as manifestações públicas relacionadas ao presidente Aleksandr Lukashenko, que está no poder há mais de 20 anos. Ambos os países sofrem atualmente diversas repressões externas dos Estados Unidos, União Europeia, pela relação entre a guerra que ocorre em solo ucraniano. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo analisar as motivações entre o apoio dos países na guerra, e as consequências atuais e futuras para a relação internacional. **Metodologia:** A metodologia de pesquisa utilizada foi qualitativa e bibliográfica, por meio de doutrinas, acerca do tema. Também foram utilizadas fontes de comunicações, como sites de notícias sobre os fatos envolvendo os países. **Resultados/Discussão:** A assistência da Belarus tornou-se possível à organização de negociações entre representantes russos e ucranianos. Em resposta, Vladimir Putin ofereceu apoio financeiro e militar para ajudar Lukashenko a reprimir os protestos populares, não havendo interferência ou reação internacional. O presidente russo também alertou as potências estrangeiras para não interferirem nos assuntos bielorrussos. Como reação ao constante apoio entre essas nações, a Grã-Bretanha ampliou a severidade das sanções, impondo sanções ao comandante do exército bielorrusso, quatro oficiais de defesa e duas companhias militares, além de sanções no comércio de importação. **Conclusão:** Os Estados Unidos e seus países que compõem a OTAN buscam responsabilizar o governo de Lukashenko contra os crimes de guerra acontecendo na Ucrânia por parte da Rússia, sendo cobrado um alto preço econômico. Dentro das sanções aplicadas contra os países envolvidos, tendo aplicações severas sobre o instituto financeiro e seu fundo soberano, atingindo também as redes financeiras e recursos das elites russas e Bielorrússia, inclusive aos do presidente Putin e dos membros do conselho de segurança. No entanto, apesar de toda a comoção internacional, o presidente da Rússia não parece estar disposto a recuar e também aplica as próprias sanções contra a União Europeia, mantendo o balanço econômico das nações sempre instável. **Palavras-chave:** Direito Internacional; Guerra; Economia; Países; Ucrânia.

¹³² Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS. Membro do grupo de estudo Guerra Rússia-Ucrânia.

¹³³ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS. Membro do grupo de estudo Guerra Rússia-Ucrânia.

¹³⁴ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022). É pesquisador pelo grupo NECTAR da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e pelo coletivo TERRAL da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Revisor da revista SAPIENS desde 2021.

BURNOUT: UM OLHAR PARA O ESGOTAMENTO DO PROFISSIONAL MODERNO

Yasmin Ribeiro de Carvalho¹³⁵

Antônio de Carvalho Moreira¹³⁶

Adriany Alves Silva Pontes¹³⁷

Introdução: A Síndrome de Burnout (SB) tem concepção multidimensional, cuja manifestação é caracterizada pelo esgotamento emocional, redução da realização pessoal no trabalho e por despersonalização do profissional. O conceito de Burnout surgiu nos Estados Unidos na década de 1970, com o nome de Neurastenia, para explicar o processo de deterioração da salubridade profissional dos trabalhadores nas organizações. Durante anos, essa síndrome veio se estabelecendo como uma resposta ao estresse laboral crônico (atitudes e sentimentos negativos). **Objetivos:** Este resumo tem como objetivo dar visibilidade, trazer luz sobre a SB e como tal condição afeta o profissional moderno. Além de informar e esclarecer os direitos trabalhistas para quem tem diagnóstico comprovado. **Metodologia** Para a elaboração do presente resumo simples, adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica de livros, artigos científicos, notícias jornalísticas, *podcasts* de especialistas, dentre outros. Além disso, foram realizadas entrevistas com pessoas que passam por tais situações. **Resultados/Discussão:** Levando-se em conta o tamanho da amostra de pessoas entrevistadas, não é possível dizer de forma categórica que os efeitos encontrados podem ser generalizados para o restante da população alvo. Dito isto, foi possível registrar que o aparecimento do burnout ocorre de maneira lenta e gradual, acometendo o indivíduo progressivamente. A evolução da síndrome pode ser dividida em três momentos: Sobrecarga de trabalho; Desgaste emocional ao desajuste percebido e enfrentamento defensivo. E qual o tratamento para o burnout? É possível tratá-la com algumas das alternativas: Psicoterapia e Mudanças de hábitos. **Conclusão:** Por meio deste estudo, verificou-se que os ambientes de trabalho estão ligados diretamente ao Burnout, sendo um tema importante para o mundo do trabalho e para a sociedade. O objetivo deste estudo foi alcançado ao levantar informações sobre os principais fatores de risco que favorecem o aparecimento da SB e suas consequências para o indivíduo, a organização e a sociedade. Assim, ao dar visibilidade/divulgação, gerou-se conhecimento para os profissionais que cuidam dos trabalhadores e para a população em geral, fomentando medidas para extirpação ou minimização de suas consequências. **Palavras-chave:** Burnout; Estresse; Saúde Mental; Esgotamento Profissional.

¹³⁵ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS

¹³⁶ Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS

¹³⁷ Professora do Curso de Direito, Psicologia, Administração e Ciências Contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Mestranda em Sociologia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UEVA (2019). Especialista em História e Geografia pela IEDUCARE (2013). Licenciada em Sociologia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UEVA (2011).

COMPREENDER AS IDENTIDADES AMAZÔNICAS PARA IMPLEMENTAR POLÍTICAS DE SEGURANÇA

Letícia Pereira da Silva¹³⁸

Brena Pereira Fernandes¹³⁹

Gardênia Maria de Souza Ramos¹⁴⁰

Francisco Danilo de Souza Gomes¹⁴¹

Introdução: O desenvolvimento da Amazônia gera valorização perene da sociodiversidade e identidade local, no entanto, o desenvolvimento territorial, está diretamente vinculado a ações humanas e governamentais. **Objetivos:** O presente artigo simples tem como objetivo tentar entender as possíveis contribuições da sociodiversidade e também das identidades amazônicas, para que seja efetiva a contribuição da implementação de políticas de segurança e assim a justiça alcance seu real objetivo. **Metodologia:** Para este artigo foi utilizado um estudo de caso geral sobre o território Amazônico, se valendo do método dedutivo, tendo como auxílio canais de comunicação, como sites de notícias e jornais. **Resultados/Discussão:** De acordo com os estudos e conhecimentos obtidos ao longo da pesquisa, evidenciou-se que nos últimos anos, a demanda de estudos sobre as transformações socioespaciais no Brasil, ganhou destaque na estratégia da região amazônica, não sobretudo de forma positiva, mas pelo crescimento elevado e qualidade geral das ações antrópicas. Ações ambientais e economicamente sustentáveis não estão em níveis esperados do que o território necessita, pois, muito se quer extrair, gerar renda, se beneficiar, mas pouco se estrutura essas fontes para que ocorram de maneira que preserve a identidade dos povos e daqueles que serão afetados. Uma vez que, devidamente estruturados, organizados e habilitados, os recursos disponíveis em determinada área da região, poderá servir de recurso para atender as próprias demandas. Uma vantagem da boa aplicação de políticas de segurança, seria vista no decorrer dos anos ao ser registradas transformações socioespaciais, sem que seus impactos antrópicos sejam nocivos ao espaço, de forma excessiva. **Conclusão:** Conclui-se então, que as consequências fruto da desorganização política e ambiental, estão em lastros globais, visto que os efeitos são de escala natural, ou seja, os impactos tidos nas áreas de natureza ambiental, influencia na qualidade de vida de todos os seres da terra. Por vez, o planejamento, a organização estruturada tendo como direção o controle das políticas públicas de segurança e justiça se fazem importante e necessário, mesmo que tenham a enfrentar diversos desafios. **Palavras-chave:** Identidade Cultural; Políticas Públicas; Amazônia; Desenvolvimento Territorial.

¹³⁸ Acadêmica de Direito – FVS.

¹³⁹ Acadêmica de Direito – FVS.

¹⁴⁰ Acadêmica de Direito – FVS.

¹⁴¹ Professor de Direito – FVS.

A IMPORTANCIA DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NA COMUNIDADE

Ana Dávila Passos Aguiar Ferreira¹⁴²

Maria Michele Texeira Bezerra¹⁴³

Joao Batista de Almeida da Mota¹⁴⁴

Introdução: O Agente Comunitário de Saúde surgiu como uma necessidade de melhor acompanhamento das famílias, por meio da criação do SUS - Sistema Único de Saúde, quando o Ministério da Saúde implementou o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) em 1980. Essa iniciativa foi desenvolvida para atender às áreas do Nordeste, Distrito Federal e São Paulo. Em seguida, no ano de 1994, o PACS migrou para o Programa de Saúde da Família. Hoje, nós conhecemos essa iniciativa como parte da Estratégia de Saúde da Família (ou NASF). O trabalho do ACS é fundamental para garantir e melhorar a qualidade de vida dos moradores, promover saúde, prevenir doenças, acompanhar famílias e contribuir para o desenvolvimento saudável dos usuários que usufruem do atendimento na Rede de Atenção Básica, como os postos e as Unidades Básicas de Saúde. A forma de acolhimento e atendimento do ACS assegura o progresso na área da saúde como também na diminuição de doenças, infecções e agravos aos moradores, enaltecendo a melhor qualidade no serviço público e aumentando a confiança do usuário. **Objetivo:** Descrever a importância do Agente Comunitário de Saúde para melhor acompanhamento da comunidade em que este está inserido. **Metodologia:** Foi utilizada pesquisa bibliográfica e qualitativa tendo como base a busca de informações para compreender como o usuário do SUS analisa a atuação do ACS. **Resultados/Discussão:** Identificar situações de risco coletivo e individual. O trabalho do ACS é direto com a comunidade. Por isso, facilita a identificação de situações de risco e vulnerabilidade tanto do cenário coletivo quanto do individual. Muitas pessoas não têm acesso aos serviços de saúde ou desconhecem o funcionamento do SUS. Todavia, quando existe uma figura de referência que é o ACS para auxiliar na procura da unidade certa, o quadro do paciente é otimizado e a patologia pode ser controlada. Além disso, as famílias e os grupos da comunidade aprimoram seu conhecimento e se tornam capazes de auxiliar outras pessoas, favorecendo o acesso aos serviços qualificados, como também, ao conhecer o trabalho dos agentes, muitos trabalhadores podem investir nesta carreira para encontrar possibilidades de atuação e crescimento profissional. **Conclusão:** O trabalho do ACS, na Atenção Básica, é de fundamental importância para a concretização da estratégia saúde da família e efetivação do conceito ampliado de saúde. O Agente realiza atividades diferenciadas junto à comunidade e por isso pode ser considerado um elemento nuclear das ações em saúde, com atividades de prevenção das doenças e agravos e de vigilância à saúde, por meio das visitas em domicílios e educação em saúde, individual e coletiva. Ademais, o ACS tanto orienta a comunidade como informa a equipe de saúde sobre a situação das famílias, principalmente aquelas em situação de risco, assumindo o papel de sujeito articulador. Assim, torna-se necessário que haja investimentos não somente no treinamento específico desses profissionais, mas na manutenção da qualidade do processo de trabalho executado por eles, em atividades de supervisão e de reflexão em equipe. Desta forma, eles poderão enfrentar os desafios de sua função com mais segurança e assumir a corresponsabilidade com o SUS e com a Atenção Básica, integrando melhor ao sistema de administração de saúde. **Palavra-Chave:** Agente Comunitário de Saúde; Atenção básica; Saúde; Sistema Único de Saúde.

¹⁴² Acadêmica de Enfermagem da Faculdade Via Sapiens - FVS.

¹⁴³ Acadêmica de Enfermagem da Faculdade Via Sapiens - FVS.

¹⁴⁴ Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Via Sapiens-FVS, Disciplina: Sociologia e Relações Etnias. Historiador – Faculdade de Ciências e Letras da Boa Esperança/Especialista pela Universidade Candido Mendes-UCAM/ Mestrando em Educação UNIVALI/FVS.

CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA RÚSSIA-UCRÂNIA PARA O COMÉRCIO EXTERIOR

Francisco Erlanio Rodrigues Pontes¹⁴⁵

Letícia Pereira da Silva¹⁴⁶

Francisco Danilo de Souza Gomes¹⁴⁷

Introdução: Em 2022, a Rússia, que é considerada o maior país do mundo em área territorial, movida por um sentimento histórico, político, cultural e econômico, iniciou uma invasão dentro do território ucraniano, gerando com isso, uma série de consequências. Acarretou-se uma crise econômica global generalizada na economia de diversos países, como por exemplo: Brasil, Índia e Estados Unidos. **Objetivos:** O presente artigo simples tem como objetivo analisar os rastros tidos pela guerra totalmente desproporcional entre Rússia - Ucrânia e por sua vez verificar os impactos na economia global. **Metodologia:** Para este artigo foi utilizado um estudo de caso, bem como canais de comunicação como sites de notícias e matérias produzidas sobre o tema, que preocupa milhares de redes empresariais e, muitas das quais são diretamente afetadas pela guerra. **Resultados/Discussão:** De acordo com os estudos e conhecimentos obtidos ao longo da pesquisa, evidenciou-se que houve uma desaceleração na produção dos produtos exportados, gerando efeitos negativos, trazendo crise econômica e aumento de preço de muitas mercadorias. A economia sofreu baixa no petróleo, no gás mineral e derivados: trigo, grãos e proteína animal. Muitas dificuldades nesse período em que a inflação fez com que preço das mercadorias aumentasse drasticamente, inclusive no Brasil. Houve falta de fertilizantes e desabastecimento tanto do comércio internacional quanto das exportações. Os impactos contribuíram para o rompimento dos sistemas logísticos internacionais que ainda estavam e estão severamente avariados pelo impacto da pandemia do Covid-19. Tudo isso leva inevitavelmente a preços mais altos e, quanto mais dura a disputa, mais graves são as consequências. Além disso, mesmo no caso de uma pandemia possui efeitos significantes na produção e renda globais, com efeitos secundários no comércio. Não se deve esquecer que as sanções impostas à Rússia pelos países ocidentais estão se espalhando para outros países. **Conclusão:** Conclui-se então, que as consequências fruto da guerra Rússia-Ucrânia, foram além das obtidas diretamente em território ucraniano. Além de milhares de famílias que tiveram pais, filhos, amigos mortos em combate, cidade destruída, lares explodidos, a paz arrancada do meio social, o lastro de destruição afetou a economia global, seja pelos produtos produzidos nos países em crise ou pelos produtos consumidos neles. **Palavras-chave:** Exportação; Economia; Desaceleração dos produtos.

¹⁴⁵ Acadêmico de Direito – FVS. Membro do grupo de estudos: (GE: Guerra Rússia-Ucrânia)

¹⁴⁶ Acadêmica de Direito – FVS. Membro do grupo de estudos: (GE: Guerra Rússia-Ucrânia)

¹⁴⁷ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022). É pesquisador pelo grupo NECTAR da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e pelo coletivo TERRAL da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Revisor da revista SAPIENS desde 2021.

A AVALIAÇÃO EM SAÚDE ENQUANTO MEIO E PROCESSO DE GESTÃO

Antônia Ingrid Fernandes de Moraes¹⁴⁸

Audy Alves de Azevedo Filho¹⁴⁹

Antônio Rafael Coelho Jorge¹⁵⁰

Leandro Cordeiro Portela¹⁵¹

Introdução: Ao analisar a histórica da saúde brasileira, percebe-se que a avaliação dos sistemas de saúde ganha força como um componente essencial para a tomada de decisões que busque superar a crescente tensão entre as expectativas de atendimento da população em função do desenvolvimento de novos conhecimentos e técnicas, de um lado, e a necessidade de controlar os gastos públicos com a saúde, do outro. Por vezes essa relação devendo ser ponderada pelo ente Estatal. **Objetivos:** Almeja-se discutir a importância da avaliação em saúde para a devida tomada de decisão no processo de gestão. **Metodologia:** Buscando alcançar o objetivo proposto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica em sites e artigos científicos. **Resultados/Discussão:** Apesar de visualizar e constatar, por meio das produções científicas, as contribuições advindas da avaliação em saúde, no Brasil, esta prática apresenta-se, ainda, por intermédio de processos incipientes, possuindo, quase sempre, um caráter mais prescritivo e burocrático. Não faz parte da cultura institucional, aparecendo de maneira pouco ordenada e sistematizada, e nem sempre contribuindo com o processo decisório e com a formação dos profissionais, necessitando, portanto, de investimentos de ordem técnica e política por parte da administração pública setorial. Esta ideia reforça o que Contandriopoulos (2006) defende, onde há uma necessidade de institucionalizar a avaliação em todos os níveis do sistema de saúde, de criar uma verdadeira cultura de avaliação, permitindo que qualquer decisão seja tomada com base em evidências cientificamente comprovadas. **Conclusão:** compreende-se a importância da avaliação em saúde enquanto meio e processo de gestão da atenção. Para Hartz e Silva (2005), a avaliação constitui-se como uma espécie de corte transversal no tempo e de visão mais ampla, ou seja, um processo organizativo que visa não apenas à melhoria das atividades em andamento, mas também, planejar o futuro e orientar sobre a tomada de decisões. Isso posto, emerge-se a necessidade de realização de pesquisas avaliativas, em especial sobre a qualidade da atenção, não somente no sentido de aferir a efetividade de intervenções e o uso eficiente dos recursos disponíveis, mas também por considerar as especificidades de cada contexto, incluindo as relações que se processam e produzem reflexos diretos na operacionalização de práticas de saúde. **Palavras-chave:** Saúde; Gestão; Avaliação.

¹⁴⁸ Acadêmica de Psicologia pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁴⁹ Professor da Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁵⁰ Doutor em Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará na área de Farmacologia Renal e Toxinologia.

¹⁵¹ Possui graduação em FACULDADE DE MEDICINA - SOBRAL pela Universidade Federal do Ceará (2007). Especialização em Cardiologia na Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO RECEM-NASCIDO COM DIARREIA

Ana Dávila Passos Aguiar Ferreira¹⁵²

Maria Michele Teixeira Bezerra¹⁵³

Ana Cristina de Araújo¹⁵⁴

Introdução: A diarreia pode ser classificada como o aumento do volume das fezes, juntamente com a alteração na consistência, podendo tornar-se pastosa ou líquida, com um aumento na frequência das evacuações, sendo de três ou mais vezes em 24h, contendo mau cheiro e podendo provocar assaduras. O grande risco da diarreia é a desidratação, que pode ser grave e até fatal para o bebê. O enfermeiro deverá iniciar o tratamento conforme o grau de diarreia, identificando os agravos. **Objetivo:** Descrever as principais causas da diarreia no recém-nascido e os principais cuidados de enfermagem, desde os preventivos até assistenciais, a esses pacientes e suas famílias, nos diferentes níveis de Atenção à Saúde. **Metodologia:** Foi utilizada pesquisa bibliográfica, análises demográficas, dados contemporâneos e publicações. **Resultados/Discussão:** A criança é um ser que necessita de proteção, respeito e cuidado de seus responsáveis e de um atendimento humanizado da equipe de saúde, visto que esta deve oferecer assistência integral e sistematizada. A diarreia infecciosa aguda continua sendo uma das causas mais comuns de mortalidade nos países em desenvolvimento, principalmente em crianças pobres. Mais de 1 bilhão de pessoas no mundo sofrem um ou mais episódios de diarreia aguda a cada ano. Das 100 milhões de pessoas acometidas anualmente por diarreia aguda nos EUA, quase metade tem de restringir as atividades, 10% consultam um médico, cerca de 250 mil precisam de hospitalização e aproximadamente 5 mil morrem. **Conclusão:** O estudo permitiu descrever os aspectos e fatores da diarreia, como também a atuação e função do enfermeiro diante do recém-nascido acometido da diarreia e a família que acompanha. Portanto, é importante que o atendimento e assistência de enfermagem são necessários para a realização de cuidados com o recém-nascido. **Palavras-chaves:** Assistência de Enfermagem; Recém-nascido; Atenção à Saúde; Diarreia.

¹⁵² Acadêmica de Enfermagem pela Faculdade Via Sapiens – FVS.

¹⁵³ Acadêmica de Enfermagem pela Faculdade Via Sapiens – FVS.

¹⁵⁴ Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Via Sapiens – FVS, Disciplina: Processo de Cuidar do Recém-nascido – Enfermeiro – Universidade Vale do Acaraú (UVA – Sobral – CE)/Pós graduada em Enfermagem Obstétrica – Universidade Estadual do Ceará (UECE)/Pós graduada em Enfermagem de Unidade de Tratamento Intenso Adulto Neonatal (Telos Educacional).

ASSISTÊNCIA AO RN EM SUPORTE VENTILATÓRIO

Antonia Naeli Bezerra Pontes¹⁵⁵

Helena Maria Damasceno Passos¹⁵⁶

Ana Cristina de Araujo¹⁵⁷

Introdução: A assistência ventilatória é classificada em invasiva e não invasiva, tendo ambas a finalidade de melhorar a oxigenação e redução da retenção de CO₂ com otimização do esforço respiratório. Com a covid 19 no Brasil, o número de RN com Síndromes Respiratórias Grave (SRAG) aumentou. Em 2020, foram registrados 1.200.044 de casos no Brasil, sendo 712.299 por COVID-19. Destes, 793 na faixa etária de 0 a 28 dias. **Objetivo:** Identificar na literatura a assistência de enfermagem ao RN em Suporte Ventilatório a partir de revisão de literatura. **Metodologia:** Nesse seguimento, realizou-se uma revisão interativa da literatura, que foram selecionados os Descritores em Ciências da Saúde. Os critérios de inclusão foram delimitados em artigos disponíveis na íntegra; que tenham relação com o tema estudado, dentro das seguintes bases de dados: PubMed, LILACS e Medline. No total foram encontrados cinco artigos sobre suporte ventilatório ao RN. **Resultados/Discussão:** A ventilação pulmonar mecânica mudou significativamente a sobrevivência de recém-nascidos com dificuldades respiratórias, sendo um recurso imprescindível às unidades de terapia intensiva neonatal. Seus benefícios tiveram grande participação na melhoria das taxas de mortalidade infantil. Contudo, a ventilação nesses pacientes requer cuidados diferenciados, que garantam os resultados terapêuticos esperados, ao mesmo tempo em que previnam danos aos RN's que dela necessitam. Ventiladores mecânicos possibilitam modos ventilatórios adequados às vulnerabilidades desses pacientes para que o volume de ar desejado chegue aos pulmões no curto intervalo de tempo de inspiração do bebê, sem lesionar suas sensíveis vias aéreas. Sob esse prisma, tem-se o desafio de unir o máximo de benefício com o mínimo de risco, deixando os recém-nascidos protegidos para que possam utilizar de forma segura o suporte ventilatório. **Conclusão:** O estudo tem sua relevância no contexto científico quando este apresenta possibilidades de realizar um estudo futuro, ampliando os saberes, no contexto acadêmico e profissional, o estudo apresenta possibilidades de identificar a assistência ao RN como fundamental para a prática do enfermeiro em um ambiente de baixa, alta complexidade. **Palavras-chaves:** Suporte ventilatório; Recém-nascidos; internação.

¹⁵⁵ Acadêmica de enfermagem-FVS

¹⁵⁶ Acadêmica de enfermagem- FVS

¹⁵⁷ Enfermeira graduada pela Universidade vale do Acaraú (U.V.A- Sobral-CE); Pós-graduado em enfermagem obstétrica pela Universidade Estadual do ceará (U.E.C.E); pós-graduado em enfermagem e unidade de tratamento intensivo adulto neonatal (telos educacional); docente da faculdade ViaSapiens.

A UNIÃO ESTÁVEL NO DIREITO BRASILEIRO

Andreza Maria Rodrigues de Matos¹⁵⁸

Isabelle de Sousa Damasceno¹⁵⁹

Thays de Medeiros Abreu¹⁶⁰

Raphael Viana¹⁶¹

Francisco Danilo de Souza Gomes¹⁶²

Introdução: O presente artigo tem como finalidade discorrer no que se refere ao instituto da união estável, sob a perspectiva do direito das sucessões, defendido por uma base constitucional. O caso de o Código Civil referir-se a sucessão de sócios de forma singular favoreceu a possibilidade de dupla significação do artigo 1.790, pois o enunciado do referido artigo prevê a participação, apenas quanto aos bens obtidos, de forma onerosa, na estabilidade da união, visto que os incisos terceiro e quarto do mesmo artigo se referem à herança do parceiro falecido. **Objetivo:** Esta pesquisa busca analisar a união estável com os fundamentos legislativo e jurisprudencial, com especial olhar do Supremo Tribunal Federal, fundamentada nos princípios da dignidade humana, na afetividade, na igualdade e no pluralismo familiar que será discutido na lei familiar. **Metodologia:** Consiste em pesquisa bibliográfica sendo realizada uma revisão bibliográfica sistemática, os autores buscaram compreender por meio de outras pesquisas, como atualmente tem se abordado tal assunto para se demonstrar quais os processos do instituto da união estável, sob o ponto de vista do direito das sucessões, amparado em base constitucional. **Resultados e discussões:** Realizou-se uma análise mais aprofundada em relação ao instituto da união estável em seu conteúdo, embasadas nas interpretações dos Tribunais Superiores, sendo relevante para o entendimento do estudo. Adequando-se à pesquisa, demonstraram-se diversas formas de compreensão do tema e suportes doutrinários, aos quais se analisa a existência da união e expõe seu reconhecimento, visto que cumpre todos os requisitos necessários para a constituição de entidade familiar. **Conclusão:** A Constituição Federal de 1988 promoveu grande inovação nesta matéria ao elevar a união estável à condição de entidade familiar, embora não se equipara tal instituto a casamento, principalmente devido ao desejo do legislador constituinte de facilitar a conversão de união estável em casamento. Após a promulgação da CRFB/88, houve uma sucessão de leis que disciplinaram a matéria, cada uma com suas peculiaridades, culminando no Código Civil de 2002, que, de certa forma, representou um retrocesso legislativo, na medida em que fez não reproduzir direitos anteriormente conquistado, como propriedade de todos os bens da concubina falecido pelo sobrevivente, o direito real de residência no único prédio do casal. No entanto, a nova legislação civil redefiniu o conceito de união estável, extinguindo alguns requisitos que eram necessários para a sua caracterização, significando um avanço possibilitando casais se beneficiarem de normas destinadas as relações familiares não formalizadas pelo matrimônio. **Palavras-chave:** Entidade familiar; União Estável; Direito dos Companheiros; Direito de Família.

¹⁵⁸ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁵⁹ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁶⁰ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁶¹ Professor de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁶² Professor de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

A EXPLORAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

Patrícia Ferreira da Rocha¹⁶³

Antônio De Lima Dos santos¹⁶⁴

Israel Silva Dos Reis¹⁶⁵

Francisco Danilo de Souza Gomes¹⁶⁶

Introdução: A exploração sexual é um termo empregado para nomear práticas sexuais pelas quais o indivíduo obtém lucros. Ocorre principalmente como consequência da pobreza e a violência doméstica que várias crianças e jovens se submetem a deixarem seus lares e se refugiarem em locais que são vítimas de vários tipos de exploração tais como: prostituição; tráfico; pornografia; turismo sexual. O Brasil é o segundo no ranking mundial em exploração sexual de jovens e crianças vários dados mostram que está em cerca de 500 mil vítimas por ano e a maioria dessas vítimas 75% são meninas e negras, em conformidade com a pesquisa realizada pela Agência do Senado (2022) **Objetivos:** A conscientização e prevenção são as armas contra a exploração sexual, o objetivo do presente resumo simples é analisar o que é essa prática e quais medidas podem ser utilizadas com fim de combater este crime e, conseqüentemente, proteger nossas crianças e adolescentes. **Metodologia:** Utilizou-se a pesquisa qualitativa de cunho bibliográfica através de site de notícias e artigos de revistas. **Resultados/Discussão:** O fenômeno da exploração de crianças e adolescentes passou por um processo de evolução conceitual, tendo um grande avanço durante o século XXI, um dos agravantes que colaboram para o aumento da exploração sexual no Brasil e desemprego que aumenta a vulnerabilidade de crianças e adolescentes à exploração sexual. Além disso, infelizmente, no Brasil existem organizações especializadas na execução deste crime, tendo rotas, inclusive, internacionais. Desta forma, essas organizações criminosas conseguem transportar crianças e mulheres para o exterior com fins de exploração sexual, submetendo-as em grande maioria das vezes a obrigação de utilizarem de seu corpo em troca de um prato de comida. Através de pesquisas realizadas, percebeu-se que a prática também é recorrente através de falsas promessas de uma vida sem dificuldades em países de primeiro mundo, como Portugal, Espanha, Alemanha e dentre outros, ocorre que, quando a vítima chega no respectivo destino a realidade é totalmente diferente, onde, em muitas vezes, a pessoa passa a ser uma escrava sexual. **Conclusão:** Em vista disso, concluiu-se que para que ocorra uma diminuição nos números que envolvem a exploração sexual no Brasil, faz-se necessário trabalhar com políticas públicas de conscientização da população brasileira, bem como, desenvolver mecanismos de punição eficazes para essas práticas que envolvem crianças e adolescentes. **Palavras-chave:** Direito; Exploração sexual; Crianças; Adolescentes.

¹⁶³ Acadêmica de Administração pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁶⁴ Acadêmico de Administração pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁶⁵ Acadêmico de Administração pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁶⁶ Professor de Administração pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

DESAFIOS DA LUTA ANTIMANICOMIAL NA ATUALIDADE

Kailane Ximendes de Lima¹⁶⁷

Carla Vieira Cardoso¹⁶⁸

Introdução: O termo “loucura” foi usado historicamente para denominar pessoas que de algum modo não se encaixavam aos padrões de sua época, lamentavelmente até os dias atuais essa expressão ainda é utilizada. Após anos de práticas supressórias o psiquiatra Franco Basaglia iniciou na Itália durante o século XX um movimento de críticas às instituições psiquiátricas e os tratamentos da época com isso estimula o nascimento de outros movimentos em vários países. **Objetivos:** Discutir os desafios da luta antimanicomial na atualidade; fazer um panorama histórico e da atualidade que mobiliza intersetorialmente os indivíduos; compreender o movimento da luta antimanicomial como luta constante. **Metodologia:** O presente trabalho fundamenta-se em uma revisão bibliográfica. Advindo de um estudo da conceituação dos termos, luta antimanicomial, saúde pública e resgate sócio-histórico. O estudo tem como fundamentação a discursão da luta antimanicomial, movimento que trouxe consigo grandes conquistas no contexto da saúde mental no Brasil. Conseqüentemente faz-se necessário retomar como este movimento realiza suas pautas e práticas com objetivo da progressão da independência destes como proposta da ressocialização desses sujeitos. **Resultados/Discussão:** Para entender os desafios da luta antimanicomial se faz necessário um breve resgate histórico e uma análise da atualidade, devido ao preconceito que ainda é existente nos dias de hoje, numerosos conceitos relacionados a indivíduos com transtorno mental ainda necessitam ser desmistificados. Basaglia, coloca a doença entre parênteses para se aproximar do indivíduo humano, considerando muitos aspectos, como os sociais e culturais e não exclusivamente biológicos. A luta antimanicomial tem sido uma luta constante, o movimento pressupõe sobretudo as mudanças na organização de trabalho, desenvolvimento de outras culturas e lugares sociais. O desenvolvimento da desinstitucionalização influenciou vários países, inclusive o Brasil, que foi local de inúmeras discussões e encontro de trabalhadores em saúde mental, abrindo alternativas de se pensar na desconstrução dos manicômios e na inserção de serviços substituídos em saúde mental. **Conclusão:** O movimento da luta antimanicomial contempla a pessoa em sofrimento psíquico como sujeito político que participa socialmente, indivíduo capaz de ser inserido na sociedade se tornando cada vez mais autônomo e protagonista e cada vez menos manicomial. **Palavras-chave:** Luta antimanicomial. Sócio-histórico. Atualidade. Transtorno mental. Desafios.

¹⁶⁷ Graduanda em Psicologia pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁶⁸ Graduada em Ciências Sociais, Graduada em Psicologia, Professora do Curso de Psicologia da Faculdade Via Sapiens – FVS.

DESVANTAGENS E CRÍTICAS AO PL 2630/2020 EM RELAÇÃO AO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Jhonny Vieira Brito¹⁶⁹

Leuana Tomaz de Souza¹⁷⁰

Tacila Emily Cardoso Fontenele¹⁷¹

Francisco Danilo de Souza Gomes¹⁷²

Introdução: O Projeto de Lei 2630/2020, conhecido como "PL das Fake News", tem como objetivo regulamentar o uso da internet no Brasil, com o propósito de combater a disseminação de notícias falsas e discurso de ódio. No entanto, o PL tem sido criticado por diversos especialistas em direito e organizações de defesa da liberdade de expressão. **Objetivos:** Este resumo tem como objetivo apresentar as principais críticas e desvantagens do PL 2630/2020 em relação ao direito à liberdade de expressão. **Metodologia:** Foram realizadas pesquisas em fontes confiáveis, como sites de notícias, artigos e documentos oficiais, com o intuito de levantar informações relevantes sobre o assunto. **Resultados/Discussão:** O PL 2630/2020 tem sido criticado por especialistas em direito e organizações de defesa da liberdade de expressão devido às limitações que impõe ao direito à liberdade de expressão. Uma das principais críticas se refere à possibilidade de censura e monitoramento indiscriminado por parte do Estado, com base em critérios vagos e subjetivos. Isso pode limitar a liberdade de expressão e prejudicar a privacidade dos usuários da internet. Outra crítica é a obrigatoriedade de identificação dos usuários de redes sociais e serviços de mensagens, o que pode comprometer o anonimato e a privacidade dos indivíduos. Além disso, o PL pode gerar impactos negativos para a livre circulação de informações e para a liberdade de imprensa. Isso porque o projeto prevê a responsabilização de plataformas e serviços de internet pelo conteúdo publicado por terceiros, o que pode levar a restrições na divulgação de notícias e informações, prejudicando o acesso à informação e a liberdade de imprensa. **Conclusão:** A liberdade de expressão é um direito fundamental garantido pela Constituição e deve ser protegido em todas as esferas, inclusive na internet. O PL 2630/2020 pode representar uma ameaça à liberdade de expressão, caso não haja um equilíbrio adequado entre a regulamentação da internet e a proteção dos direitos fundamentais. É importante que o debate sobre o tema seja amplo e democrático, a fim de encontrar soluções que promovam a segurança e a liberdade na internet, sem prejudicar a liberdade de expressão. **Palavras-chave:** Censura; Direitos Fundamentais; Liberdade de Expressão; Fake news.

¹⁶⁹ Pós-graduando em direito imobiliário e do agronegócio. Acadêmico de Direito pela Faculdade Via Sapiens – FVS. Membro dos grupos de estudos: Reflexões jurídicas acerca da guerra Rússia-Ucrânia: um olhar sob a ótica do direito internacional humanitário – FVS e A jurisdição do Tribunal Penal Internacional e o direito brasileiro – FVS. Graduado e Especialista em Letras pela Universidade Estácio de Sá – UNESA. Professor.

¹⁷⁰ Acadêmica de Direito em direito pela Faculdade Via Sapiens – FVS.

¹⁷¹ Acadêmica de Direito em direito pela Faculdade Via Sapiens – FVS. Membro do grupo de estudos: A jurisdição do Tribunal Penal Internacional e o direito brasileiro – FVS.

¹⁷² Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade Via Sapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade Via Sapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022). É pesquisador pelo grupo NECTAR da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e pelo coletivo TERRAL da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Revisor da revista SAPIENS desde 2021.

DIREITO INTERNACIONAL E AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ATUAIS DO BRASIL

Alefe da Costa Amorim¹⁷³

Alex da Costa Amorim¹⁷⁴

Francisco Danilo de Souza Gomes¹⁷⁵

Introdução: Ao analisarmos a geopolítica do continente americano, percebemos que a geopolítica desenvolve laços diplomáticos que conectam diretamente as relações entre os Estados. Voltando nossas atenções para o Brasil, as relações diplomáticas do Estado brasileiro estão baseadas na Constituição Cidadã de 1988 que estabelece o relacionamento do Brasil com outros países, neste documento irei especificar a relação entre o Brasil e os Estados Unidos e algumas peculiaridades entre os dois. **Objetivos:** O objetivo desse artigo é tentar entender melhor o pacto entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA), visando as negociações entre os dois países sejam economicamente, diplomaticamente e também de políticas comuns entre os dois países, vale ressaltar que a política externa é de suma importância atualmente. **Metodologia:** Este trabalho é de cunho qualitativo, baseado nos procedimentos técnicos em pesquisa onde foram utilizados os artigos de pesquisa, reportagens, doutrinas, para que assim fosse possível alcançar os objetivos desejados. **Resultados/Discussão:** Entende-se que, dessa forma, o grande objetivo das discussões acima era fomentar a relação entre os dois grandes países do globo, Brasil e EUA, onde seria de extrema importância trazer á tona o grande pacto de colaboração entre os dois países desde muito tempo, um ponto que vale ressaltar é que o Brasil herdou o modelo econômico dos Estados Unidos, o Capitalismo, há uma semelhança muito nítida entre os dois nesse quesito. Os EUA investiram fortemente nos portos Brasileiros e na Energia Brasileira, o que veio a fomentar ainda mais o pacto econômico entre essas duas grandes potências. **Conclusão:** Por último e não menos importante, trago aqui a relação que o Brasil adquiriu com os Estados Unidos da América onde ele tem sido, historicamente, um dos maiores parceiros do Brasil, tanto no comércio exterior quanto nas relações bilaterais, sendo assim uma das parcerias mais fortes tanto militarmente como politicamente. **Palavras-chave:** Direito; Brasil; Estados Unidos; Diplomacia.

¹⁷³ Acadêmico de direito – FVS.

¹⁷⁴ Acadêmico de direito – FVS.

¹⁷⁵ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022). É pesquisador pelo grupo NECTAR da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e pelo coletivo TERRAL da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Revisor da revista SAPIENS desde 2021.

DIREITO A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Francisco Dione Ferreira da Frota¹⁷⁶

Dario Frota de Sá¹⁷⁷

Leonardo do Nascimento Andrade¹⁷⁸

Francisco Danilo de Souza Gomes¹⁷⁹

Introdução: No Brasil o direito a educação apenas foi reconhecido na constituição federal de 1988, sendo que antes disso o estado não tinha a obrigação formal de garantir a educação de qualidade a todos os brasileiros, o ensino público era tratado como uma assistência, um amparo dado aqueles que de alguma forma não poderiam pagar. Por sua vez, em 20 de dezembro 1961 foi sancionada a lei número 4.024 que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, com recursos do estado. **Objetivos:** Busca-se analisar o direito a educação com base na constituição federal de 1988 e na legislação específica para compreendermos se o estado está garantindo a eficácia deste direito para a sociedade independentemente da classe social. **Metodologia:** a metodologia de pesquisa utilizada foi qualitativa e bibliográfica, por meio do uso de doutrinas e jurisprudência acerca do tema, também foram utilizados canais de comunicação como sites de notícias. **Resultados/Discussão:** O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 garante que a educação é um direito social, dessa forma, compete o estado preservar e garantir este direito. Contudo, mesmo assim, considera-se a situação da educação no Estado brasileiro preocupante. Tal afirmação pode ser comprovada através do importante dado apresentado pela pesquisa nacional por amostra de domicílios continua (PNDA) de 2019 onde mostrava que temos no Brasil cerca de 6,6% de analfabetos, o equivalente a 11 milhões de pessoas. Além disso, após o ápice da pandemia o número praticamente continua o mesmo levando em conta da falta do direito a educação para todas as classes sociais, sem contar que, segundo estudiosos no campo da educação, a pandemia trouxe sérios problemas para o processo de formação de crianças e adolescentes. **Conclusão:** Mediante os fatos apresentamos, concluímos que mesmo com o passar de anos e o modernismo em decorrer de tempos modernos, o progresso feito na educação brasileira a nível nacional ainda se mostra um problema para a sociedade, principalmente quando falamos de famílias de classes baixa e pobres. Dessa forma, entende-se que em muitas vezes famílias hipossuficientes não possuem dinheiro para investigar na educação, devendo assim o estado garantir. **Palavras-chave:** Direito; Educação; Brasil.

¹⁷⁶ Acadêmico de Administração – FVS.

¹⁷⁷ Acadêmico de Administração – FVS.

¹⁷⁸ Acadêmico de Administração – FVS.

¹⁷⁹ Coordenador do NEXTIC e Professor da Faculdade ViaSapiens - FVS. Mestrando em Educação pela Universidade Vale do Itajaí – UNIVALI. Especialista em Direito Internacional (2022). Especialista em Direito e Processo Penal (2022).

DIREITO MILITAR: A INFLUÊNCIA DO DIREITO ROMANO NA JURISDIÇÃO BRASILEIRA

Lis Vieira de Barros Nobre¹⁸⁰

Patricia Fernandes Brandão¹⁸¹

Petkovic Portela Guimarães Lima¹⁸²

Fernanda Elisabeth de Lima Castelo Branco¹⁸³

Introdução: Este artigo tem como finalidade explorar a influência do Direito Romano na formação do Direito Militar Brasileiro. O Direito Romano, um conjunto de normas jurídicas desenvolvidas na Roma Antiga, desempenhou um papel crucial na estruturação do sistema legal militar brasileiro, principalmente no que concerne ao conceito de justiça especializada, considerando que, assim como em Roma, no direito brasileiro, os processos militares são atribuídos a uma partição do sistema jurídico que não se confunde com a Justiça comum. Um exemplo notável dessa influência é o uso do *provocatio ad populum*, um instrumento jurídico romano que permitia aos cidadãos invocarem seu direito de defesa perante a Assembleia em casos de crimes cometidos por civis, protegendo sua vida e patrimônio. **Objetivos:** O presente trabalho tem como objetivo identificar os princípios do Direito Romano incorporados na legislação militar brasileira ao longo da história e analisar como essa influência contribuiu para o desenvolvimento de uma jurisdição militar específica no Brasil. **Metodologia:** Este trabalho adota uma abordagem bibliográfica, por meio da análise e interpretação de artigos, livros e fontes oficiais relevantes, a fim de sintetizar os principais resultados encontrados. **Resultados/Discussão:** A influência do Direito Romano na jurisdição militar brasileira é ampla e diversa. Dentre os aspectos impactados por essa influência, destaca-se a estrutura das Forças Armadas brasileiras, enfatizando a importância da disciplina e da obediência hierárquica. Além disso, o Direito Romano contribuiu para a definição dos procedimentos de punição de crimes militares, a proteção da honra e dignidade do soldado, bem como a garantia do devido processo legal e do direito de defesa. **Conclusão:** A partir da metodologia adotada, constata-se que a influência do Direito Romano na jurisdição militar brasileira é significativa e abrangente. Os princípios e normas jurídicas romanas incorporados na legislação militar brasileira desempenharam um papel fundamental na estruturação do sistema legal militar do país, como o princípio do direito das gentes, que regulava as relações entre os povos, hoje chamado de direitos internacionais do Estado e Direito Justiniano, atualmente, o Corpus Juris Civilis. Compreender a influência do Direito Romano nos dias atuais é essencial para uma compreensão mais aprofundada da história e do funcionamento do Brasil como um todo, especialmente considerando o papel essencial das Forças Armadas na defesa nacional e na manutenção da ordem interna. **Palavras-chave:** Legislação militar; Direito romano; Jurisdição brasileira; Hierarquia; Evolução histórica.

¹⁸⁰ Acadêmica de direito - Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁸¹ Acadêmica de direito - Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁸² Acadêmica de direito - Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁸³ Advogada. Professora no curso de Direito na Faculdade Via Sapiens .Especialista em Direito Público e em Direito Processual Civil. Graduação em Direito pela Universidade Estadual do Piauí. Membro da Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem (2022). Membro da Comissão da Pessoa Com Deficiência (2022) Presidente da Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência OAB CE (2019-2021). Membro da Comissão de Direito Municipal (2021) da OAB CE Subseção Ibiapaba.

PROIBIÇÃO DA TORTURA COMO GARANTIA RELATIVA OU ABSOLUTA NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO?

Ana Carla Silva de Brito¹⁸⁴

Maria Eduarda da Silva Aguiar Domingues¹⁸⁵

Maria Gabriela Araújo Veras¹⁸⁶

Rubia Alves de Brito¹⁸⁷

Tulio Arruda da Ponte Lopes¹⁸⁸

Introdução: A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso II, prevê como direito fundamental o de não ser submetido à tortura. Ademais, estabeleceu que a prática desta violência humanitária consiste em crime de cunho inafiançável e insustentável de graça e anistia. Ocorre que, não obstante a proibição da tortura seja uma regra absoluta, ou seja, que não admite exceção, o que se observa na realidade clandestina das instituições penais é uma cultura de repressão e intolerância àqueles que são os usuários preferidos do Direito Penal: os pobres, os pretos e os descamisados sociais. Ou seja, no plano abstrato, a proibição da tortura é absoluta. Por outro lado, no plano concreto, esta proibição teórica tem sido, inconstitucional e ilegalmente, relativizada. Campo fértil dessa prática horrenda e reprovável da tortura tem sido, por exemplo, a realidade vivida pelos apenados dentro do sistema presidiário brasileiro, para se citar um contexto onde os direitos fundamentais de uma classe estigmatizada onde seu direito fundamental tem sido violado sistemática e generalizadamente. **Objetivos:** Tratou-se de uma análise interpretativa dos caminhos percorridos até o presente pelo ordenamento jurídico e a definição do crime de tortura. Fez-se uma observação crítica ao Estado Democrático de Direito, sob a finalidade de reprimir este crime que atenta a dignidade humana. **Metodologia:** Foi baseada em métodos de pesquisas bibliográficas e sintéticos, tendo o escopo artigos científicos, e livros. **Resultados/Discussão:** O crime de tortura é uma prática abominável que permanece arraigada na sociedade desde os primórdios. Apesar da previsão na Constituição Federal e nas normas internacionais de direitos humanos, a proteção efetiva contra o crime de tortura ainda consiste numa prática longe de ser concretizada. Tal situação não deve se desenvolver, pois evidencia um grave desrespeito ao princípio da Dignidade da Pessoa Humana, bem como aos direitos e garantias fundamentais. **Conclusão:** Apesar da tipificação no ordenamento jurídico, muitos juízes ainda desclassificam a tortura e a colocam como lesão corporal, abuso de autoridade, constrangimento ilegal e outros, esse descaso com a legislação vem permitindo a continuidade da prática da tortura principalmente por agentes das forças de segurança pública que veem na impunidade a autorização para a prática recorrente. **Palavras-chave:** Tortura. Direitos Fundamentais. Violência.

¹⁸⁴ Acadêmica de direito - Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁸⁵ Acadêmica de direito - Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁸⁶ Acadêmica de direito - Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁸⁷ Acadêmica de direito - Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁸⁸ Professor de direito - Faculdade ViaSapiens – FVS.

**PL 2630/2020: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS PRÓS E CONTRAS DA LEI DA
FAKE NEWS PARA A LIBERDADE NA INTERNET**

Antonia Vitoria dos Santos Cunha¹⁸⁹

Laisa Sousa da Silva¹⁹⁰

Rodrigo Castro¹⁹¹

Introdução: No Brasil, a discussão sobre a regulamentação da internet tem ganhado destaque nos últimos meses, especialmente após a apresentação da PL 2630/20, também conhecido como a Lei das Fake News. O projeto de lei visa regulamentar as plataformas digitais, para prevenir a propagação de notícias falsas e fortalecer a democracia no país. A proposta de norma aplica-se as chamadas *big techs*, que são as grandes plataformas digitais, como a Meta (dona do Facebook, Instagram e Whatsapp) e o Google, essas devem atuar de forma responsável por conteúdos que motivem e propague crimes contra o Estado Democrático de Direito. Vale ressaltar, que além de trazer mudanças para o meio digital, seu descumprimento é passível de sanções não só administrativas, como multas e advertências. **Objetivo:** Realizar uma análise dos pontos positivos e negativos da PL 2630/20, a fim de avaliar seus possíveis impactos na liberdade na internet e contribuir para o debate público e intelectual sobre a regulação da informação online, sem inserir nenhuma opinião de cunho político-partidário. **Metodologia:** Para a construção desse trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas com abordagem qualitativa, com o estudo da legislação proposta, além de examinar a visão dos diferentes envolvidos no debate. **Resultados/ Discussão:** A discussão levantada permitiu uma reflexão crítica sobre os desafios e limitações da regulação da internet, demonstrou ainda a existência de argumentos consistentes tanto em favor, quanto contra a legislação proposta, ressaltando a complexidade do assunto e a importância de uma análise aprofundada de seus impactos e consequências. **Conclusão:** O tema da regulação da Lei das Fake News destacou a importância e a evolução que a internet tem hoje, além do enorme espaço que o meio digital ocupa na sociedade, espaço tão abrangente que exige interferência do Legislativo. Ademais, surge a exigência de soluções que equilibrem a liberdade de expressão e a proteção de direitos fundamentais. **Palavras-chave:** FakeNews. Regulamentação da internet. PL2630/20. Liberdade de expressão.

¹⁸⁹ Aluna do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁹⁰ Aluna do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

¹⁹¹ Professor do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

DIREITO DE ARREPENDIMENTO: O DIREITO DO CONSUMIDOR NAS COMPRAS PELA INTERNET

Francisco Hélio Damasceno Ferreira¹⁹²

Francisco Damasceno Ferreira¹⁹³

José Gilney Pontes Menezes¹⁹⁴

Fernanda Elisabeth de Lima Castelo Branco¹⁹⁵

Introdução: Nos últimos anos, impulsionado pelos avanços tecnológicos e posterior pela pandemia do Covid-19, as compras online atingiram aumentos significativos, nesse sentido, considerando a nova realidade de consumo, voltou à tona uma unidade do direito, antes menos utilizado quando pensamos em direito do consumidor, o Direito de Arrependimento. O presente trabalho abordará as relações de consumo por meio de vendas na internet. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso XXXII, garante que o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor, sendo desta forma um direito fundamental, surgiu o Código de Defesa do Consumidor sob a Lei nº 8.078/90, com o intuito de tutelar os direitos do consumidor. Posteriormente, o Decreto 7962/13 que regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispõe sobre a contratação no comércio eletrônico, juntamente com seus aspectos na relação de consumo. **Objetivo:** Este estudo busca analisar as legislações vigentes responsáveis por reger as relações de consumo e garantir a proteção aos direitos do consumidor, traz uma série de regras para que consumidores não sejam colocados em situação de vulnerabilidade, que entre eles é o direito de arrependimento. **Metodologia:** O presente estudo trata-se de pesquisa bibliográfica, utiliza-se o método qualitativo, fundamentando-se em artigos científicos, doutrinas jurídicas, decisões jurisprudenciais e legislações vigentes, buscando esclarecer a respeito do direito de arrependimento. **Resultados/Discussão:** O direito de arrependimento está disposto no artigo 49 do CDC, garantindo ao consumidor a possibilidade de devolver o produto que adquiriu, sem a necessidade de qualquer justificativa para tanto, mas desde que a compra tenha sido realizada fora do estabelecimento comercial, como bem preconiza o referido artigo, quem compra por meio eletrônico, possui desvantagem quanto aqueles que adquirem o produto diretamente do comércio. O art.5º do Decreto 7962/13 também determina o exercício do direito de arrependimento pelo consumidor e traz disposições acerca do comércio eletrônico, o qual podemos considerar uma extensão do comércio convencional. **Conclusão:** Ambas legislações aqui discutidas, preconizam o direito do consumidor, sob uma ótica que analisa prós e contras, visualiza-se tal direito como uma ferramenta de extrema importância para o desenvolvimento econômico e social das relações de consumo entre os dois lados da transação comercial. **Palavras-chave:** Compras; Direito do arrependimento; Direito do consumidor; Internet.

¹⁹² Acadêmico de Direito – FVS.

¹⁹³ Acadêmico de Direito – FVS.

¹⁹⁴ Acadêmico de Direito – FVS.

¹⁹⁵ Professora do curso de Direito da Faculdade Via Sapiens - FVS. Advogada. Graduação em Direito pela Universidade Estadual do Piauí. Graduação em Geografia e História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Atuação nas áreas de Direito Previdenciário, Direito Cível, Direito do Consumidor.

A ATUAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Hillary Holanda Magalhães¹⁹⁶

Mirla Neres Ximens de Araújo¹⁹⁷

Benedito Yure Azevedo Aguiar¹⁹⁸

Introdução: A Lei Maria da Penha surgiu em 2006, tendo como ponto de partida a trágica história de Maria da Penha Maia Fernandes; apenas uma vítima de violência doméstica, entre milhares que são acometidas por tal situação no país. Essa lei, que leva o nome da primeira mulher que denunciou a situação deplorável que preponderava, na qual a impunidade prevalecia para os agressores domésticos, marginalizando as mulheres e seus infortuitos; foi fruto de muito esforço e de uma longa luta pessoal, social e jurídica pelas as mulheres para, enfim, se fazer puníveis os atos violentos praticados contra elas. No período anterior à criação desta lei, a temática da violência doméstica contra a mulher, apesar de haver previsão na constituição, era negligenciada pelo Estado, em virtude do poder judiciário não atender as necessidades de punições, tais quais os delitos careciam, essa circunstância configurava-se como fato de que esse crime era considerado infração de menor potencial ofensivo. Tal interpretação não permitia ao réu que fossem aplicadas penas restritivas de liberdade, dessa maneira, na maioria das vezes, a pena do agressor era revertida em prestação de serviços, deixando-os livres para cometer os mesmos crimes, bem como a retaliações. **Objetivos:** O presente artigo visa ressaltar a importância de uma legislação específica para a proteção da mulher, uma figura tão negligenciada pelo Estado, que por um certo período, foi desprovida de leis que as protegessem e lhes garantissem segurança, principalmente em suas casas. **Metodologia:** A metodologia de pesquisa utilizada foi qualitativa, por meio de textos científicos, embasado em pesquisas da nossa constituição e através de sites com pesquisas relacionadas ao referido tema. **Resultados/Discussão:** Analisando a relação entre a implementação da Lei Maria da Penha e a situação fática anterior a esta, observa-se um grande avanço para preservação da integridade da mulher, física, psicológica e social, em virtude das mudanças legislativas, quanto à punição dos agressores. **Conclusão:** A lei Maria da Penha vem sendo modificada ao longo do tempo para abranger as diversas hipóteses de agressão à mulher, promovendo-lhes segurança. Pois, apesar da existência desse normativo, os casos de violência ainda se fazem fortemente presentes na realidade de muitas mulheres. Assim, elas, as tuteladas, neste novo cenário, tem autonomia para buscar amparo junto ao poder judiciário, não mais se sujeitando a situações de vulnerabilidade e maus-tratos, como ocorria em situações anteriores à tutela. Toda via, a legislação tipifica tais condutas, bem como, prevê punibilidade para o delinquente, garantindo, efetivamente, a justiça. **Palavras-chave:** proteção; legislação; punibilidade.

¹⁹⁶ Acadêmico de Direito – Faculdade Via Sapiens

¹⁹⁷ Acadêmico de Direito – Faculdade Via Sapiens

¹⁹⁸ Professor de Direito – Faculdade Via Sapiens

CÍRCULO DE CONSTRUÇÃO DE PAZ COMO MODELO DA JUSTIÇA

Expedito Mendes de Pinho¹⁹⁹

Helenir Canuto do Nascimento²⁰⁰

Maria Vilma²⁰¹

Joao Batista de Almeida da Mota²⁰²

Introdução: Ao alvorecer do terceiro milênio, presencia-se o aumento da criminalidade e violência ao redor do mundo, percebe-se que a ineficácia do sistema de justiça criminal-tradicional a oferecer uma solução adequada a esse fenômeno. A prisão aos atos infracionais demonstra ao longo do tempo, que se trata de um mecanismo cruel, desumano e ineficaz à recuperação e ressocialização e não reincidência dos adolescentes em medidas socioeducativas evitando a medida de prisão. **Objetivo:** Constitui-se num caminho de um novo rumo a ser tomado na tentativa de lidar com um problema, na medida em que busca a pacificação do conflito, mediante uma intervenção pedagógica mais efetiva para melhor acompanhamento destes adolescentes. **Metodologia:** pesquisa de natureza qualitativa em que se utilizou o descritor círculos de construção de paz, como mecanismo de escuta e estratégia de desenvolvimento da pessoa humana. **Resultados:** o conselho nacional de justiça, órgão do judiciário de controle da atuação administrativa e disciplinar com competência para zelar pela observância dos princípios constitucionais do artigo 37 da constituição federal, para fins de implementação da justiça restaurativa entendeu como necessário e relevante esta estratégia. **Conclusão:** Há, portanto, necessidade de aplicabilidade nos círculos de construção de paz, como ferramenta mais usada e de melhor eficácia nas práticas restaurativas seja de integração por toda sociedade onde possa promover maior consciência comunitária e afim, evitar reincidência criminosa. No entanto, o sucesso e a perpetuação de modelo humanizado de pacificação ainda dependem de projeto, supervisão e de políticas públicas permanentes. **Palavra-chave:** Justiça; Paz; Ressocialização.

¹⁹⁹ Acadêmico do Curso de Especialização em Docência do Ensino Religioso, Faculdade Via Sapiens - FVS.

²⁰⁰ Acadêmico do Curso de Especialização em Docência do Ensino Religioso, Faculdade Via Sapiens - FVS.

²⁰¹ Acadêmico do Curso de Especialização em Docência do Ensino Religioso, Faculdade Via Sapiens - FVS.

²⁰² Docente do Curso de Enfermagem Pedagogia e do Curso de Especialização em Docência do Ensino Religioso FVS, Disciplina: Sociologia da Religião. Historiador – Faculdade de Ciências e Letras da Boa Esperança/Especialista pela Universidade Candido Mendes- UCAM/ Mestrando em Educação UNIVALI/FVS.

OS DIREITOS SUCESSÓRIOS DO CÔNJUGE SOBREVIVENTE À LUZ DO CÓDIGO CIVIL DE 2002

Isabel Cristina Chagas Braga²⁰³

Nieves Maria Magalhães Guerreiro²⁰⁴

Gisele Ribeiro Feitosa²⁰⁵

Antônia Camila Vieira Mendes²⁰⁶

Introdução: O presente trabalho versa sobre a sucessão do cônjuge à luz do Código Civil de 2002. Assim, o cônjuge sobrevivente é aquele que era casado com o falecido no momento da abertura da sucessão, vale dizer, no exato instante da morte do autor da herança. O Código Civil de 2002 regulamenta os Direitos Sucessórios, que inclusive incluiu o cônjuge como herdeiro necessário e trouxe alguns benefícios ao cônjuge sobrevivente. **Objetivos:** Descrever quais os direitos sucessórios do cônjuge sobrevivente perante as inovações trazidas pelo Código Civil de 2002. **Metodologia:** Foi utilizada pesquisa representativa exploratória, de caráter bibliográfico, utilizando artigos científicos, lei seca, revistas jurídicas e livros da área de Direito Civil Sucessório, para fundamentar a pesquisa. **Resultados/Discussão:** Algumas inovações foram incluídas pelo Novo Código Civil de 2002, como o direito real de habitação sobre o único imóvel da família, que independe do regime de bens e da manutenção do estado de viuvez. Ressalta-se que a sucessão se dá sobre os bens do falecido, sendo transmissão *causa mortis*. O cônjuge sobrevivente, na ausência de ascendentes e descendentes herdará a totalidade da herança, independente do regime de bens. Quando concorre com os ascendentes do falecido, herdará qualquer que seja o regime de bens, sendo que se concorrer com o pai e mãe do falecido, cabe 1/3 da herança para cada um. Se concorrer apenas com o pai ou a mãe ou outro ascendente de grau distinto, ao cônjuge e ao ascendente caberá 1/2 da herança. Havendo descendentes, o cônjuge sobrevivente herdará dependendo do regime de bens. **Conclusão:** Diante disso, observa-se que a chegada do Novo Código Civil de 2002 trouxe uma nova legislação acerca do cônjuge sobrevivente, adicionando o cônjuge sobrevivente como herdeiro necessário independente do regime de bens adotado, logo, tem direito à legítima, ou seja, aos herdeiros necessários pertence de pleno direito a metade da herança. Além disso, o cônjuge reserva algumas outras vantagens como o direito real de habitação, e na falta de descendente e ascendente, toda a herança se transfere ao cônjuge sobrevivente, desde que não ocorram os impedimentos. **Palavras-chave:** Sucessões. Cônjuge sobrevivente. Direito Civil. Herdeiro necessário.

²⁰³ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁰⁴ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁰⁵ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁰⁶ Advogada e docente do Curso de Bacharelado em Direito. Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário.

CF/88 - ARTIGO 5º: XLI – A LEI PUNIRA QUALQUER DISCRIMINAÇÃO ATENTATÓRIA DOS DIREITOS E LIBERDADES FUNDAMENTAIS

Willian Ponte Azevedo²⁰⁷

Lizandro Cardoso da Costa²⁰⁸

Vinicius Alves de Paiva²⁰⁹

Dalila Miranda Menezes²¹⁰

Introdução: Observando o cenário caótico em que vivemos, podemos perquirir que as garantias elencadas na Constituição Federal de 1988 assim como os processos judiciais que visam a garantia e a plenitude de abonar a todos uma igualdade perante a lei está à beira de um colapso. Trazendo nessa perspectiva, um olhar minucioso para as questões que afetam na seguridade dos direitos elencados no título III da CF/88 que trazem de forma expressa os direitos e garantias fundamentais. Essa é uma cláusula importante, pois garante a proteção legal de todos os cidadãos contra discriminação em diversas áreas da vida, como no trabalho, educação, na saúde, na habitação, entre outros. Isso significa que a lei deve ser aplicada de forma igualitária para todos, sem qualquer tipo de discriminação, seja ela baseada em raça, cor, gênero, orientação sexual, religião entre outros. **Objetivos:** Esse trabalho objetiva esclarecer e explicar os aspectos que vivenciamos ou presenciamos no cotidiano para uma melhor observação da segurança jurídica e garantia dos direitos fundamentais. Ele visa assegurar que todas as pessoas tenham seus direitos e liberdades fundamentais protegidos, e que não sofram discriminação injusta ou ilegal em nenhum aspecto da vida. **Metodologia:** A metodologia exposta no texto refere-se a garantia dos direitos aplicados a qualquer tipo de discriminação que possa atentar contra nossas liberdades fundamentais. Dando ênfase no dever do estado de criar e editar leis que punam quaisquer ameaças a esse princípio. Para a pesquisa foram usados sites de informações de pesquisa governamental e não governamental, a própria CF/88 e artigos científicos. **Resultados:** É notório que o estado brasileiro ainda se encontra repleto de atitudes incoerentes que buscam por meios de artimanhas uma forma de burlar as leis, os devidos processos legais em benefícios de autoridades que tem um status e conhecimentos de alta repercussão. Acreditamos que o estado não pode tolerar tais atitudes, pois isso fere a moralidade e a ética e a moral que compõem as estruturas da figura do estado. **Conclusão:** Portanto, pode-se concluir que o artigo 5º, inciso XLI da CF/88 é uma garantia fundamental para a promoção da igualdade e da justiça social em uma sociedade democrática e pluralista, contribuindo para a construção de um país mais justo e igualitário para todos os seus cidadãos. **Palavras-Chave:** Constituição Federal, Garantias Fundamentais, Direitos, Leis, Liberdades.

²⁰⁷ Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁰⁸ Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁰⁹ Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²¹⁰

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DANOS AMBIENTAIS NOS CASOS DE OMISSÃO NA FISCALIZAÇÃO

Laryssa Saraiva Barroso²¹¹

Raphael Gomes Viana²¹²

INTRODUÇÃO: Viver em meio ambiente saudável é um direito fundamental previsto na Constituição Federal de 1988, sendo um dever de toda a sociedade e do Estado zelar pelo seu equilíbrio. Deste aspecto decorre a importância do tema, pois como direito fundamental a preservação do mesmo é de incumbência de todos os cidadãos e do Estado, os quais devem atuar para prevenir e reparar os danos ambientais. Sendo assim, para o desenvolvimento do tema fez-se necessário um estudo dos dispositivos de leis e jurisprudências que tratam da responsabilidade civil do Estado por omissão na fiscalização dos crimes ambientais, utilizando para tal o método Dedutivo. Necessário se fez o entendimento e conceituação de dano ambiental, o entendimento dos princípios norteadores do direito ambiental, bem como o estudo das espécies de responsabilidade civil. **METODOLOGIA:** O presente artigo utilizou uma abordagem qualitativa, mostrando que o cidadão e o Estado têm papéis semelhantes quanto a forma de cuidar do meio ambiente para o convívio social. Além disso, ele descreve de forma objetiva as sanções acerca da violação de tal assunto abordado. **RESULTADOS:** Tem-se então que todos são responsáveis pelos atos praticados e, uma vez que este venha causar algum prejuízo, a este cabe a obrigação de reparar. A responsabilidade do agente nestes casos como regra é a responsabilidade objetiva. Contudo, em alguns casos específicos, o Estado, que é o possuidor do dever de fiscalizar, é omissor ou não age de maneira suficiente a impedir que um dano ambiental ocorra, devendo então, ser responsabilizado por sua ação ou omissão. **CONCLUSÃO:** Verifica-se desta forma, que nos atos omissivos do Estado em seu dever de fiscalizar, a responsabilidade do mesmo se dá de forma objetiva, ou seja, independe da comprovação da efetiva culpa por parte deste, bastando para a sua configuração a sua omissão e o dano efetivo ao meio ambiente. **PALAVRAS-CHAVE:** Responsabilidade civil objetiva; Direito Ambiental; Dano ambiental; Crime ambiental; Omissão na fiscalização.

²¹¹ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²¹² Professor do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

VIVÊNCIA DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM EM CAMPANHA DE VACINAÇÃO

Ana Cléa Silva da Rocha²¹³

Antonia Larissa de Araújo²¹⁴

Ruan Kennedy de Sousa Neres²¹⁵

Jefferson Dantas da Costa²¹⁶

Introdução: A vivência prática no decorrer da graduação é uma importante estratégia para promover o crescimento profissional. Reconhecendo a importância do momento, a T03 do curso de enfermagem da Faculdade Via Sapiens participou da ação para contribuição na campanha de vacinação. Proporcionando aos acadêmicos conhecer o funcionamento de uma campanha de vacinação e realizar a vacinação junto com preceptor e com a equipe da unidade. **Objetivos:** Relatar a experiência de acadêmicos de enfermagem na campanha de vacinação contra a gripe e do reforço bivalente da covid-19. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência, desenvolvido a partir da vivência de acadêmicos de enfermagem na campanha de vacinação da influenza e Covid-19 bivalente, realizada no dia 15 de abril de 2023. Ação vinculada a disciplina de processo do cuidar da criança e do adolescente da Faculdade Via Sapiens, sob orientação do professor da disciplina na UBS da Família da Rodoviária Raimundo Nogueira Bevilaqua, no município de Tianguá-CE. **Resultados/Discussão:** Com a ação foi possível conhecer a estrutura e organização da sala de vacinação, além de acompanhar o fluxo de atendimento da campanha. As atividades realizadas foram: Receber os cartões, conferir a idade, grupo de prioridades e assinalar no mapa de consolidado; Fazer o registro no cartão de vacina; E realizar a aplicação da vacina supervisionado pelo professor da disciplina. Desta forma, todos os alunos presentes na ação atuaram em todas as etapas da campanha de vacinação, onde pudemos vivenciar na prática os conteúdos vistos em sala, com segurança e confiança nas atividades realizadas. **Conclusão:** Diante disso, nota-se que a ação foi importante para os acadêmicos conhecerem o funcionamento de uma campanha de vacinação e realizarem a vacinação junto com preceptor. Além disso, a vivência ajudou os alunos a desenvolverem habilidades que são cruciais para a sua formação acadêmica e profissional, como trabalho em equipe, liderança, comunicação e organização. Essas habilidades são importantes para o desenvolvimento acadêmico, ajudando a potencializar o desempenho nos estudos, fornecendo um sólido conjunto de habilidades que podem ser aplicadas em diferentes contextos profissionais. **Palavras-chave:** Campanha; Vacinação; Enfermagem.

²¹³ Acadêmica de Enfermagem – FVS

²¹⁴ Acadêmica de Enfermagem – FVS

²¹⁵ Acadêmico de Enfermagem – FVS

²¹⁶ Professor de Enfermagem – FVS

FEMINICÍDIO E A INFERIORIZAÇÃO DA MULHER NA RELAÇÃO

Graciane Sousa Bezerra Sales²¹⁷

Jacqueline Dias Gomes²¹⁸

Benedito Yure Azevedo Aguiar²¹⁹

Introdução: O feminicídio é um problema social que se caracteriza pelo assassinato de mulheres em razão do seu gênero. Esse tipo de violência tem origem em uma cultura que inferioriza as mulheres e as trata como objetos, na maioria das vezes praticada em âmbito familiar, por alguém conhecido, com quem a vítima possui ou possuía uma relação afetiva, em razão da perda do controle sobre a mulher, da propriedade que o agressor julgava ter sobre a mulher, precedido por violência sexual, mutilação e desfiguração da mesma, desvalorizando suas vidas e suas contribuições para a sociedade. **Objetivos:** O objetivo deste resumo é discutir a relação entre a inferiorização da mulher e o feminicídio, apresentando dados sobre a incidência desse tipo de violência, suas causas e consequências. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica de estudos e pesquisas sobre o tema. **Metodologia:** Este artigo foi formulado por meio de uma pesquisa com abordagem exploratória partindo de uma revisão bibliográfica. **Resultados/Discussão:** A inferiorização da mulher é um problema cultural que se reflete em diversas esferas da sociedade, como a educação, o mercado de trabalho, a política e a mídia. Esse processo de desvalorização da mulher leva a uma cultura de violência que contribui para o feminicídio. Os agressores muitas vezes se sentem no direito de controlar e agredir as mulheres, tratando-as como objetos e não como seres humanos, suas motivações usuais são o ódio, o desprezo ou sentimento de controle da mulher. Além disso, a falta de punição adequada para esses crimes contribui para a sua perpetuação, em sua grande maioria caracterizada por mortes violentas, chamando a atenção para esse fenômeno, ceifando a vida de mulheres, deixando crianças órfãs e famílias destruídas. **Conclusão:** O feminicídio é um problema social grave que está diretamente relacionado à inferiorização da mulher. É preciso investir em políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e previnam a violência contra as mulheres. É importante também que haja uma mudança cultural que valorize as mulheres e as trate com respeito e dignidade. A punição adequada dos agressores e o apoio às vítimas são medidas fundamentais para a redução da incidência de feminicídio e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. **Palavras-chave:** feminicídio; mulheres; violência; inferiorização, problema social.

²¹⁷ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²¹⁸ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²¹⁹ Professor do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

FRAUDE EM ANÁLISE NO CASO DA LOJAS AMERICANAS

Alex Siqueira Matias²²⁰

Iasmin Marques da Cruz²²¹

Letícia Ramos Firmo²²²

Luciane dos Santos Jácome²²³

Introdução: No dia 11 de janeiro, a notícia do grande endividamento das Lojas Americanas foi deflagrada, quando o Sérgio Rial renunciou o cargo de CEO e revelou dívidas que a empresa estava “escondendo”. Foi vista por alguns como, talvez, a maior fraude corporativa da história do Brasil. A fraude, ato de má fé com o intuito de ludibriar ou lesar outrem, está descrito, com suas diversas formas e tipos, em nossa lei, podendo de algumas formas se encaixar nesse ocorrido. **Objetivos:** O objetivo deste trabalho é, ao analisar o incidente das Lojas Americanas, estudar sua suposta fraude, as características desse crime, e como ela poderia ter ocorrido, nesse caso, de acordo com o modo como é expressado no nosso ordenamento jurídico. **Metodologia:** A metodologia de pesquisa adotada foi descritiva e bibliográfica, por meio de doutrinas, jurisprudência e a lei, para o estudo jurídico. Além disso foram utilizados canais de comunicação como sites de notícias, contendo descrição dos fatos, além do pronunciamento dos envolvidos e especialistas sobre o tema, para a revisão do acontecimento citado. **Resultados/Discussão:** Ao analisar o caso, mesmo com as investigações ainda de início, pode-se discutir diversas fraudes. O incidente ocorreu devido a um erro no balanço da empresa, com um prejuízo que somaria mais de 40 bilhões, o qual os responsáveis afirmaram não conhecer. Dessa forma, “fraudes” podem ser consideradas ao analisar o caso, como a fraude tributária (artigo 1º, da Lei nº 8.137/90), devido as incongruências nos demonstrativos contábeis; fraude contra a economia popular (incisos VII e X do artigo 3º da Lei nº 1.521/51), pelas afirmações e autopromoções da empresa, supostamente falsas devido de no mínimo 4 anos de dívidas; fraude contra o Sistema Financeiro Nacional (artigo 6º, da Lei nº 7.492/86), por induzir ao erro, os sócios e investidores, devido a suspeita ocultação de informações. Além, do que mais geraria discussões, que o uso de informações privilegiadas para vantagem no mercado de capitais (artigo 27-D, da Lei nº 6.385/76) que possui o termo internacional de *insider trading*. **Conclusão:** Dessa maneira, o ocorrido com a empresa lojas Americanas, gerou um grande alvoroço no país, ficando em alta por bastante tempo. O incidente gerou bastante discussão, diversas colocações estão disponíveis em vários meios de comunicação. No acontecimento, se pode analisar desde a fraude contábil, até contra a economia popular, sendo um acontecimento perfeito como material de estudo do tema das fraudes. **Palavras-chave:** Fraudes; Direito Empresarial; Atualidades Jurídicas.

²²⁰ Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²²¹ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²²² Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²²³ Professora dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade Via Sapiens - FVS. Mestra em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2019).

ORIENTAÇÃO FAMILIAR E SAÚDE: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA ESF

Matheus Almeida da Silva²²⁴

Bruno Cavalcante Frota²²⁵

Nhandeijara de Carvalho Costa²²⁶

Introdução: Percebe-se que, mesmo sendo um fundamento preponderante na atenção primária, o conhecimento e envolvimento familiar ainda é uma necessidade que precisa ser priorizada nas unidades de saúde do município de Sobral, pois fica claro, pelas avaliações realizadas, que o atendimento para os indivíduos na ESF ainda se concentra muito na pessoa em si, não havendo uma priorização do contexto familiar e social no qual está inserida. Compreendida como uma relação de parceria entre a família e os provedores do cuidado para a tomada de decisão em saúde, o cuidado centrado na família deve primar pela troca de informações de maneira aberta e objetiva, pelo respeito às diferenças social, cultural e linguística e pela adoção de planos de intervenções flexíveis, que melhor se adaptem às necessidades do usuário e de seus familiares (PAULA *et al.*, 2017). **Objetivos:** Busca-se compreender a importância da orientação familiar sob a perspectiva das ESF. **Metodologia:** Utilizou-se da pesquisa *in loco* para o desenvolvimento do presente resumo simples, além disso, para compreender os aspectos da problemática buscou-se embasamento em livros e artigos científicos. **Resultados/Discussão:** Paula *et al.* (2017), em seu estudo que teve como objetivo avaliar a presença e extensão da orientação comunitária e do enfoque familiar na atenção primária, sob a ótica dos usuários e profissionais, observou que tem sido prática rotineira a alta rotatividade de profissionais na atenção básica, particularmente médicos, decorrente da falta de estrutura das unidades e apoio de outros serviços da RAS, sobrecarga de trabalho, falta de capacitação e dificuldades na interiorização e fixação dos profissionais nas equipes de saúde, o que compromete a vinculação familiar com os usuários adstritos naquele território. Araújo (2014) já defendia que, é através da família, ou seja, na centralização do cuidado no contexto familiar, que se proporciona uma amplitude de considerações no planejamento e nas ações prestadas pela equipe multidisciplinar, tornando-a mais resolutiva, mudando significativamente o modelo assistencial da ESF, bem como tornando mais forte a APS, quando bem implementado. **Conclusão:** Desta forma, infere-se que o foco na família advém da subjetividade e responsabilidade por parte dos profissionais de saúde, assim como da organização, dentro da unidade de saúde, em priorizar, no planejamento das suas atividades a orientação familiar como objetivo do serviço. **Palavras-chave:** Orientação; Família; Saúde.

²²⁴ Acadêmico de Psicologia – FVS.

²²⁵ Professor da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²²⁶ Professora da Faculdade ViaSapiens – FVS.

MEU INSS E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE

Francisco Edson Prudencio Pereira²²⁷

João Vítor Nogueira Rodrigues²²⁸

Antônio Carlos Brito Veras Filho²²⁹

Introdução: A plataforma digital "meu INSS", tem como objetivo desafogar o atendimento presencial nas agências e garantir a prestação de serviços no órgão previdenciário a todos. Essa inclusão é comprometida pois a maioria dos segurados não possuem qualquer afinidade no acesso tecnologia. Indo em contraposição a Constituição Federal, ferindo o princípio da igualdade previsto no artigo 5º, que diz "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". A plataforma fazendo parte da seguridade social deveria ser universal com objetiva e proteção do povo contra os riscos sociais, mas sem acesso de todos essa relação fica comprometida. **Objetivos:** Investigar como a Plataforma meu INSS torna-se excludente dentro do contexto em que parte dos seus segurados não tem acesso a internet, bem como não possuem domínio sobre a tecnologia. Debater como esse sistema elaborado com o intuito de facilitar e evitar grandes problemas não respeita o Princípio da Igualdade, aos segurados. **Metodologia:** Realizamos buscas na plataforma do Google Acadêmico, a fim de analisarmos e de forma analítica compreendermos como a plataforma "Meu INSS" impacta na vida dos seus usuários, sejam seus segurados, os artigos para referência desse trabalho os anos são de 2020-2022, que pudessem apresentar dados discussões sobre essa temática. **Resultados/Discussão:** durante a leitura dos artigos referenciados apresentam que a maioria dos segurados não possuem afinidade tecnológica, destacando-se em sua maioria trabalhadores em idade de se aposentar, ao depararam-se apenas em realizar uma consulta e/ou emissão de alguns documentos através da internet não conseguem por não possuírem o domínio necessário. Reafirmando a ideia da desigualdade que ainda é bastante presente no Brasil, sendo assim, uma falha na consideração do interesse público, através da prestação de serviços na área de previdência social. **Conclusão:** Este trabalho apresenta uma discussão sobre as dificuldades de acesso dos assegurados a previdência social, após a recente criação da plataforma digital "meu INSS", cujo objetivo seria desafogar o atendimento presencial nas agências e garantir a prestação de serviços da Previdência a todos. No entanto aumentaram as distancias, demonstrando prejuízos aos beneficiários e as desigualdades.

²²⁷ Acadêmico de Direito – FVS

²²⁸ Acadêmico de Direito – FVS

²²⁹ Professor do Curso de Direito – FVS

IGUALDADE DE GÊNERO NO SÉCULO XXI: O DESENVOLVIMENTO PARA A IGUALDADE

Bruna Darc Ferreira da Silva²³⁰

Indryd Lohane Macedo Torres²³¹

Maria Adelaide de Oliveira Cardoso²³²

Raphael Gomes Viana²³³

Introdução: A Igualdade de gênero apesar de ser um assunto polêmico é extremamente importante e infelizmente vemos essa desigualdade entre os gêneros recorrente no século XXI, embora algumas mudanças já tenham sido alcançadas, é possível perceber que a desigualdade entre os gêneros, no Brasil, ainda é muito evidente, pois em pleno século XXI, é comum, mesmo depois de todos os avanços tecnológicos e do progresso das sociedades, que mulheres sejam tolhidas de direito por conta dos privilégios dos homens. O movimento feminista é considerado o mais bem-sucedido movimento do século passado é motivado pela luta de direitos e liberdade das mulheres, visando não somente as mulheres, mas a diversidade e as minoria, devemos frisar que existem grupos e movimentos que se intitulam feministas, porém a abordagem que desejam é a da qualificação do homem como ser inferior, por isto informamos que o movimento feminista se trata de uma luta pela liberdade dos dois sexos e não contra o sexo oposto.

Objetivos: Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é analisar os fatores que contribuem para a manutenção dessa problemática, da desigualdade entre os gêneros, a fim de construir um país mais igualitário. **Metodologia:** Nossos dados se baseiam em entrevistas já realizadas por um grupo de pessoas que fazem parte de ONGs não governamentais, também, em pesquisas aprofundadas sobre o assunto, para que possamos ter um conhecimento amplo sobre o assunto e chegar à uma conclusão concreta. **Resultados/Discussão:** Ao analisar a pesquisa elaborada pela McKinsey em 2016, publicada pela a revista Estadão, mostra que se houver um avanço na igualdade entre os gêneros, o PIB da América Latina subiria em mais de US\$ 2,6 trilhões até 2025, devemos salientar que, algumas empresas possuem porcentagem de vagas e cargos para mulheres, mas ainda assim, não resolve o problema entre os gêneros. **Conclusão:** Podemos considerar essa pesquisa como descritiva, pois aprofunda o conhecimento da realidade, não só direito sociais, mas econômicos. Podemos explicar os procedimentos utilizados, onde adotamos os tipos de pesquisa verídicas, onde são realizados a partir de materiais já publicados e disponibilizados.

²³⁰ Acadêmica de Direito – FVS

²³¹ Acadêmica de Direito – FVS

²³² Acadêmica de Direito – FVS

²³³ Professor de Direito – FVS

INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS: UMA ANÁLISE DE CONHECIMENTOS EM AMBIENTE ACADÊMICO

Lívia Stéfany Fontenele Passos²³⁴

Yara Maria Dantas Chaves²³⁵

Ana Caroline Fernandes de Moura²³⁶

Introdução: As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) são patologias que podem ser causadas por vírus, bactérias e outros microrganismos. Em sua maioria são infecções passíveis de tratamento medicamentoso, porém ainda são motivos de preocupação em relação a saúde pública, principalmente no que tange a população jovem. São alguns exemplos dessas infecções: herpes genital, sífilis, infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV), gonorreia, infecção pelo papiloma vírus humano (HPV) e hepatites virais. **Objetivos:** Avaliar o nível de conhecimento sobre infecções sexualmente transmissíveis entre acadêmicos de cursos de graduação em uma faculdade no interior do Ceará. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa. A coleta de dados se deu por meio de uma pesquisa de campo com aplicação de um formulário elaborado pela ferramenta *Google Forms* com 8 perguntas e enviado através de grupos de alunos e docentes no aplicativo *Whatsapp*. **Resultados/Discussão:** O formulário foi respondido por 24 pessoas que se consideraram como homens e mulheres cisgênero, a idade variou entre 17 e 50 anos ou mais. 55% relataram início da vida sexual antes do 18 anos e 20% não se previnem durante as relações sexuais. Todos relataram saber o que são infecções sexualmente transmissíveis e como ocorre a transmissão, porém apenas 30% já realizaram exames para diagnóstico dessas infecções. **Conclusão:** Grande parte dos participantes da pesquisa possuem algum nível de conhecimento sobre as infecções. Entretanto, percebe-se que mesmo informados sobre as patologias e os perigos, muitos não previnem-se de forma adequada e não fazem exames frequentes para detecção dessas infecções, o que pode levar a um diagnóstico tardio e também ao aumento no índice de transmissão. A falta de conhecimento sobre meios de prevenção e de um diagnóstico precoce impede que o tratamento haja de forma mais eficaz e, sobretudo, também é um fator importante para elevar os índices de propagação dessas infecções. **Palavras-chave:** Infecções sexualmente transmissíveis. Prevenção primária. Sexo seguro.

²³⁴ Acadêmica de Enfermagem – FVS

²³⁵ Acadêmica de Enfermagem – FVS

²³⁶ Nutricionista. Docente da Disciplina de Microbiologia – Graduação em Enfermagem FVS.

A RELAÇÃO ENTRE CORRUPÇÃO E CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS E CONTÁBEIS

Auriclécio Passos Vieira²³⁷

Alexandro Cardozo da Silva²³⁸

José Wellington Barbosa da Silva²³⁹

Raul Ferreira Maia²⁴⁰

Introdução: A corrupção e os crimes econômicos ameaçam a economia e a sociedade brasileira devido à sonegação fiscal, exigindo conscientização, fortalecimento dos órgãos de controle e fiscalização, aprimoramento da legislação e uso da contabilidade para identificar atividades ilegais. É necessária uma abordagem conjunta entre Estado e sociedade para combater essas práticas e garantir a proteção de todos. Esse trabalho trabalha enfatiza a problemática, destacando a importância de abordar esse assunto na atualidade. **Objetivos:** Pretende-se com o presente resumo explicitar discussões com intuito de adotar medidas mais eficazes para prevenir e combater esses problemas, incluindo a conscientização da população, o fortalecimento dos órgãos de controle e fiscalização, o aprimoramento da legislação e a capacitação dos profissionais da contabilidade no que tange as medidas de salvaguarda contra os crimes de corrupção contra a ordem econômica e jurídica. **Metodologia:** O estudo e levantamento dos dados para realização do presente trabalho são oriundos de revisões bibliográficas através de relatórios emitidos pela Controladoria-Geral da União (CGU), Receita Federal e outros órgãos de fiscalização; leis brasileiras como a Lei de Improbidade Administrativa, a Lei Anticorrupção e a Lei de Lavagem de Dinheiro; artigos, livros e outros materiais que abordem a temática da corrupção e crimes econômicos; além de estudos sobre educação e conscientização da população para o combate à corrupção. **Resultados/Discussão:** Considerando os dados observados constata-se que as práticas ilegais de corrupção e sonegação fiscal prejudicam o Estado e a sociedade como um todo, impedindo a arrecadação de recursos que poderiam ser investidos em áreas como saúde, educação e segurança pública. Soluções possíveis incluem o investimento na educação e conscientização da população, fortalecimento dos órgãos de controle e fiscalização e aprimoramento da legislação. Além disso, a contabilidade desempenha um papel fundamental nesse contexto, pois é através dela que é possível identificar indícios de práticas ilícitas. **Conclusão:** Por fim, conclui-se que é necessária a conscientização da população, o fortalecimento dos órgãos de controle e fiscalização, o aprimoramento da legislação e a capacitação dos profissionais da contabilidade são medidas cruciais para proteger o Estado e a sociedade como um todo. **Palavras-chave:** Corrupção, Crimes e Soluções.

²³⁷ Acadêmico de Direito – FVS

²³⁸ Acadêmico de Direito – FVS

²³⁹ Acadêmico de Direito – FVS

²⁴⁰ Professor de Direito – FVS

O DIREITO CRIMINAL E SUA IMPORTÂNCIA NA SOCIEDADE

Francisco Renan Vieira Rodrigues²⁴¹

Hilary Mota Pimentel²⁴²

Juliana Vieira Passos²⁴³

Raphael Gomes Viana²⁴⁴

Introdução: O Direito Criminal é um ramo do direito que se dedica ao estudo das normas e dos princípios que regulam as condutas criminosas e as consequências jurídicas delas decorrentes. É uma área do direito que tem por objetivo garantir a segurança jurídica e a proteção da sociedade, por meio da punição dos infratores da lei. **Objetivos:** O principal objetivo do Direito Criminal é proteger a sociedade contra a prática de crimes, seja por meio da prevenção, seja pela punição dos criminosos. Através do sistema penal, o Direito Criminal busca aplicar a justiça e promover a paz social, garantindo a proteção dos direitos fundamentais do cidadão. **Metodologia:** A metodologia do Direito Criminal envolve o estudo das leis e dos princípios do direito penal, bem como a análise de casos concretos e a aplicação da doutrina e da jurisprudência. O processo penal é conduzido pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário, que têm a responsabilidade de garantir que as normas do direito penal sejam aplicadas de forma justa e imparcial. **Resultados/Discussão:** O Direito Criminal tem um papel fundamental na proteção da sociedade, garantindo que os indivíduos que cometem crimes sejam responsabilizados e punidos pelos seus atos. No entanto, é importante ressaltar que o sistema penal não pode ser utilizado como instrumento de vingança ou de opressão, devendo sempre respeitar os direitos fundamentais do acusado e as garantias processuais previstas na Constituição. **Conclusão:** O Direito Criminal é um ramo do direito de extrema importância para a sociedade, uma vez que garante a aplicação da justiça e a proteção dos direitos fundamentais. No entanto, é necessário que o sistema penal seja utilizado de forma equilibrada e justa, evitando abusos e garantindo que os direitos do acusado sejam respeitados. **Palavras-chave:** Direito Criminal, sistema penal, proteção da sociedade, justiça, consequências jurídicas.

²⁴¹ Acadêmico de Direito – FVS

²⁴² Acadêmica de Direito – FVS

²⁴³ Acadêmica de Direito – FVS

²⁴⁴ Professor de Direito – FVS

DIREITO DE IMAGEM NA ÁREA DIGITAL: BREVE ANÁLISE SOBRE AS REPERCUSSÕES JURÍDICAS NA VIDA DE QUEM VIRALIZA SEM CONSENTIMENTO

Antonia Vitória dos Santos Cunha²⁴⁵

Isabella Carvalho Barbosa²⁴⁶

Antonia Camila Vieira Mendes²⁴⁷

Introdução: Com o crescente uso da internet e das mídias sociais, a exposição de imagem se tornou uma questão cada vez mais relevante. Com a facilidade de compartilhamento de imagens e informações, muitas vezes sem o consentimento das pessoas envolvidas, a privacidade e os direitos de imagem podem ser facilmente violados. **Objetivo:** Explorar o impacto da exposição digital na vida das pessoas e maneiras pelas quais ela pode afetar a privacidade, o bem-estar e a qualidade de vida geral dos indivíduos. **Metodologia:** Para a construção desse trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas com abordagem qualitativa, com o estudo de fatores históricos, das normas jurídicas relacionadas ao tema e fatores sociais que influenciam a ineficácia da aplicação dessa legislação. **Resultados/ Discussão:** Nota-se que o direito de imagem se baseia no direito fundamental à privacidade e à intimidade. Ele versa, portanto, sobre a garantia de proteger um bem jurídico de suma importância para uma pessoa conviver em sociedade. Assim, surgem também consequências negativas, prejudiciais às pessoas de diversas maneiras, já que existem o compartilhamento dessas mídias para ridicularizar e propagar preconceitos. Dessa maneira, o surgimento da internet trouxe transformações sociais que modificaram de forma radical novos comportamentos, trazendo consigo desafios que a sociedade deve enfrentar. **Conclusão:** Ante o exposto, é necessário um foco maior sobre como os operadores do direito podem proteger um direito fundamental e tão relevante na nossa sociedade. Portanto, não basta apenas que haja leis dedicadas a proteger o direito de imagem, mas sim que as mesmas sejam adaptadas para esse novo cenário social, para que sejam eficientes no meio digital e sejam capazes de promover o bem-estar. **Palavras-chave:** Direitos fundamentais; Imagem; Exposição digital.

²⁴⁵ Aluna do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁴⁶ Aluna do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁴⁷ Professora do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

POR UMA EDUCAÇÃO DO FUTURO: OS SETE SABERES, SEGUNDO EDGAR MORAN

Jeandre Mendonça de Lima²⁴⁸

Iara Tâmara Pessoa Paiva²⁴⁹

Introdução: Este artigo tem como objetivo fazer análise do livro “os sete saberes necessários à educação do futuro de Edgar Morin. O livro do Morin é considerado um marco na Pedagogia, formado em Direito, História e Geografia, mas é no estudo sociológico que ele se destacou. Na obra supracitada, Morin trabalha com uma interligação de saberes, explicando a complexidade e a transdisciplinaridade. Pois, segundo Morin, os saberes de nada nos serviriam se fossem compartimentados. Assim, pretendemos expor os sete saberes fundamentais para a educação do futuro, que devem ser ensinados a toda a sociedade, sem rejeição ou exclusividade cultural, mas que parecem estar ignorados ou esquecidos. **Objetivos:** Compreender como está posto no Livro - Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. Adaptando à realidade brasileira. **Metodologia:** utilizada foi a de revisão bibliográfica/documental com o livro e artigos que trabalham o livro de Edgar Morin. **Resultados e Discussão:** Eles dizem respeito aos setes buracos negros da educação, completamente ignorados, subestimados ou fragmentados nos programas educativos. Programas esses que devem ser colocados no centro das preocupações sobre a formação dos jovens, futuros cidadãos. **Conclusão:** Portanto, este trabalho evidenciou alguns conceitos trabalhados por Morin, como as cegueiras do conhecimento, Intelecto, razão e ilusão, onde mostra que nenhum conhecimento é absoluto e imutável, ou seja, cada indivíduo possui uma percepção sobre determinado estudo, Morin fala que “Nenhuma teoria científica era imune para sempre contra o erro”. Perceber o contexto global da educação é fundamental, assim deve-se desenvolver aptidões para organizar o conhecimento, sendo um problema universal porque as realidades estão cada vez mais, multiciplinares, transversais, multidimensionais e globais, ou seja, o conhecimento precisa estar ligado ao indivíduo integralmente, no sentido Biológico, Psíquico, Social, Afetivo e Racional, dessa forma vemos o indivíduo como um todo para que possamos enfim ter um conhecimento efetivo.

²⁴⁸ Acadêmico de Pedagogia ViaSapiens Online.

²⁴⁹ Mestra em Geografia. Coordenadora Geral da ViaSapiens Online.

OS DIREITOS SUCESSÓRIOS DO CÔNJUGE SOBREVIVENTE À LUZ DO CÓDIGO CIVIL DE 2002

Isabel Cristina Chagas Braga²⁵⁰

Gisele Ribeiro Feitosa²⁵¹

Nieves Maria Magalhães Guerreiro Marques²⁵²

Antonia Camila Vieira Mendes²⁵³

Introdução: O cônjuge é aquele faleceu durante a constância matrimonial no momento da abertura da sucessão. Assim, o cônjuge sobrevivente é aquele que herdara os bens do de cujus. O Código Civil de 2002 regulamenta os Direitos Sucessórios, que inclusive incluiu o cônjuge como herdeiro necessário, e trouxe alguns benefícios ao Cônjuge sobrevivente. **Objetivos:** Descrever quais os direitos sucessórios do Cônjuge sobrevivente perante as inovações trazidas pelo Código Civil de 2002. **Metodologia:** Foi utilizada pesquisa representativa exploratória, de caráter bibliográfico, utilizando artigos científicos, lei seca, revistas jurídicas e livros da área de Direito Civil Sucessório, para fundamentar a pesquisa. **Resultados/Discussão:** Algumas inovações foram incluídas pelo Novo Código Civil de 2002, como o direito real de habitação sobre o único imóvel da família, que independe do regime de bens e da manutenção do estado de viuvez. Ressalta, que a sucessão se dá sobre os bens do falecido, sendo transmissão causa mortis. O Cônjuge sobrevivente, na ausência de ascendentes e descendentes herdará a totalidade da herança, independente do regime de bens, O Cônjuge, concorrendo com ascendentes, herdará qualquer que seja o regime de bens, sendo que se concorrer com o pai e mãe do falecido, caberá 1/3 da herança para cada um, inclusive o cônjuge. Se concorrer apenas com o pai ou a mãe, ao cônjuge e ao ascendente caberá 1/2 da herança. Havendo descendentes, o cônjuge sobrevivente herdará dependendo do regime de bens. **Conclusão:** Diante disso, observa que a chegada do Novo Código Civil de 2002 trouxe uma nova legislação acerca do cônjuge sobrevivente, adicionando o cônjuge sobrevivente como herdeiro necessário independente do regime de bens adotado, logo, tem direito à legítima, ou seja, aos herdeiros necessários pertence de pleno direito a metade da herança; além disto o cônjuge reserva algumas outras vantagens sobre os descendentes e ascendentes em certos casos. **Palavras-chave:** Sucessões; Cônjuge sobrevivente; Direito Civil; Herdeiro necessário.

²⁵⁰ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁵¹ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁵² Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁵³ Advogada e docente do Curso de Bacharelado em Direito. Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário.

A IMPORTÂNCIA DO PRÍNCIPIO DA MENOR ONEROSIDADE NO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Gisele Ribeiro Feitosa²⁵⁴

Nieves Maria Magalhães Guerreiro Marques²⁵⁵

Isabel Cristina Chagas Braga²⁵⁶

Rodrigo Ramos Freire de Castro²⁵⁷

Introdução: Dentro do cenário processual, muito se discute a respeito da importância do Princípio da Menor Onerosidade na Execução Civil. Fundamentada pelos princípios da responsabilidade patrimonial que conceitua, de maneira concreta, que os atos executórios devem atingir os bens do devedor e não a sua pessoa, causando o menor prejuízo possível, afim de que não prejudique seu sustento e evitando dessa forma, o excesso de execução. Em tese, essas formas de atingir o patrimônio do devedor são divididas de duas formas: sub-rogação e coerção. Dessa maneira, cada um possuindo seu próprio procedimento dentro do âmbito civil.

Objetivos: Descrever o percurso da execução e as consequências dela dentro do ordenamento jurídico para o exequente e o executado, diante da aplicação dos instrumentos de sanção executiva, em concordância com o artigo 789, do Novo Código de Processo Civil.

Metodologia: Foi utilizada pesquisa bibliográfica a respeito do tema, através de livros, sites e notícias encontradas por meio de ferramentas de mídias sociais, que abordam a importância do tema proposto.

Resultado/ Discussão: Diante da pesquisa realizada, tem-se que, a responsabilidade patrimonial se constitui de mecanismo criado pela lei, para que o operadores do direito possa efetivar o cumprimento da execução de maneira efetiva sem causar onerosidade excessiva ao executado.

Conclusão: O presente estudo identificou a necessidade do cumprimento e a aplicabilidade do tema proposto em conformidade com a lei, pretendendo representar sua importância dentro do processo civil. Logo, atendendo essa demanda, de maneira clara e objetiva, poderá servir como exemplo para outras áreas do direito. Sendo assim, seria garantido o seguimento dos trâmites legais, relacionados a explanação do tema abordado.

Palavras-chave: Princípio; Menor Onerosidade; Devedor; Execução; Responsabilidade.

²⁵⁴ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁵⁵ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁵⁶ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁵⁷ Professor de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

OS PRÍNCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO DENTRO DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Nieves Maria Magalhães Guerreiro Marques²⁵⁸

Isabel Cristina Chagas Braga²⁵⁹

Gisele Ribeiro Feitosa²⁶⁰

Raimundo Dias Neto²⁶¹

Introdução: Dentro do cenário jurídico brasileiro, muito se discute a respeito dos princípios e sua aplicação dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Dessa forma, os princípios funcionam como um norte, para a fundamentação das decisões. Em tese, todas as áreas jurídicas, possuem seus próprios princípios, na justiça do trabalho os principais princípios são: inércia, proteção, conciliação, celeridade, extrapolação, irrecorribilidade das decisões interlocutórias, jus postulandi, oralidade, subsidiariedade e informalidade. Sendo assim, entende-se a importância da aplicação desses princípios, afim de que os direitos dos cidadãos sejam respeitados, em conformidade com a lei. **Objetivos:** Descrever os benefícios dessa prática, bem como, as consequências delas dentro da sociedade, além dos prejuízos, que podem acarretar, para o Estado, e para as partes quando existe um desrespeito a essas normas dentro do processo. **Metodologia:** Foi utilizada pesquisa bibliográfica, a respeito do tema, por meio de sites e notícias encontradas através das ferramentas de mídia. **Resultado/Discussão:** Diante da pesquisa realizada, tem-se que a Consolidação das Leis Trabalhistas deverá ser cumprida e qualquer ato que desobedeça suas normas está sujeito a punição legal. **Conclusão:** O estudo apresentado deixa claro a necessidade de seguimento e aplicabilidade das normas jurídicas do nosso ordenamento, que tem como finalidade a organização e equidade dos direitos de deveres da sociedade, neste caso, em especial a trabalhista, tendo em vista que nos dias atuais os empregadores possuem mais liberdade para negociar as condições de trabalho com o empregado, e as empresas têm mais segurança para aplicar as normas coletivas, pois se sobrepõem às regras da CLT, fazendo-as funcionar de forma que se mantenha uma relação justa. **Palavras-chave:** Princípios; Fundamentação; Justiça do Trabalho; Normas; Jurídicas.

²⁵⁸ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁵⁹ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁶⁰ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁶¹ Professor de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO AGRONEGÓCIO E OS DESAFIOS PARA A PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Enzo Aragão Fernandes²⁶²

Victor Bezerra do Vale²⁶³

Raphael Gomes Viana²⁶⁴

Introdução: O uso da inteligência artificial (IA) está cada vez mais presente em diversos setores da economia, inclusive no agronegócio. No entanto, a utilização de tecnologias de IA no setor agropecuário traz consigo desafios para a proteção da propriedade intelectual. **Objetivos:** O presente resumo tem por objetivo discutir as implicações do uso da IA no agronegócio e os desafios relacionados à proteção da propriedade intelectual. **Metodologia:** Os conceitos aqui apresentados foram extraídos a partir da leitura e análise do artigo "A Inteligência Artificial No Agronegócio E Os Desafios Para A Proteção Da Propriedade Intelectual", de Mariana Piovezani Moreti, Tassia Oliveira, Rejane Sartori e Wilker Caetano. **Resultados/discussão:** diante da análise realizada, importa discutir sobre a necessidade de uma regulamentação específica para proteger os direitos de propriedade intelectual no uso de tecnologias de inteligência artificial no setor agropecuário. Como bem observado no artigo, há uma crescente utilização de tecnologias de IA no agronegócio, mas também existem desafios relacionados à proteção da propriedade intelectual, tais como a identificação da autoria das informações geradas pela IA, pois como a IA gera um grande volume de informações, é necessário estabelecer critérios claros para identificar a autoria dessas informações e definir quem tem propriedade sobre elas; além desse desafio, é possível citar também a proteção legal desses dados, pois, uma vez que as informações geradas podem ser consideradas como propriedade intelectual, surge a necessidade de se criar leis específicas que de fato abrangem essas situações. **Conclusão:** Dessa forma, a utilização de tecnologias de IA no setor agropecuário deve se somar a esforço conjunto para garantir que seus benefícios sejam compartilhados de forma justa e equitativa entre todos os atores envolvidos, além disso, é fundamental a colaboração entre os diversos atores envolvidos no setor agropecuário para lidar com os desafios relacionados à proteção da propriedade intelectual e promover a inovação e o desenvolvimento sustentável no setor. **Palavras-chave:** Agronegócio; Proteção; Propriedade intelectual.

²⁶² Acadêmico de Direito - FVS

²⁶³ Acadêmico de Direito - FVS

²⁶⁴ Professor de Direito - FVS

OS LIXOS DAS UBS, O QUE FAZER COM ELES?

Herlene Ferreira Maranguape²⁶⁵

Danielle Feitosa de Souza²⁶⁶

Vanessa de Sousa Melo²⁶⁷

Antônia Natália Fontenele de Sousa²⁶⁸

Introdução: O descarte incorreto dos resíduos nas unidades básicas de saúde podem ocasionar danos à saúde humana e ao meio ambiente. O maior risco é o lixo infectante caracterizado pela presença de agentes biológicos como sangue e derivados, secreções e excreções humanas, tecidos, partes humanas, peças anatômicas etc. **Objetivo:** Esta pesquisa objetivou mostrar a importância da consciência dos profissionais de saúde e as consequências do descarte incorreto dos resíduos, relatando também a necessidade do cumprimento das regras exigida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e as soluções cabíveis para este problema tão sério e preocupante. **Metodologia:** A Análise ocorreu a partir de uma pesquisa de coleta de dados realizada em uma unidade X de saúde, com profissionais e pacientes, onde percebeu-se que a maioria dos resíduos gerados nesse lugar é retirado de forma incorreta, pois é descartado e coletado pelos profissionais que realizam a coleta do lixo comum das residências. **Resultados/Discussão:** Observa-se a falta de fiscalização dos agentes públicos sobre essa ação rotineira e diária das Unidades Básicas de saúde. Percebe-se que existe uma falta de sensibilização humana de alguns profissionais que atua na área de saúde tanto com a comunidade interna e externa como em relação ao meio ambiente em geral, já que o risco de contaminação e geração de doenças é enorme pelo manuseio dos resíduos sólidos sem as devidas regras de biossegurança. **Conclusão:** Portanto, se faz mais que necessário que as regras sejam cumpridas, que as pessoas criem estratégias que possam atuar de forma positiva nesse problema, como a criação de um plano de ação em que haja a fiscalização a prevenção e a sensibilização de todos os envolvidos nesta situação, haja vista que não existem problemas ambientais, existem sim apenas sintomas ambientais de problemas humanos. **Palavras-chave:** Descarte incorreto; Consciência humana; Descaso; Estratégias.

²⁶⁵ Acadêmica de Enfermagem – FVS

²⁶⁶ Acadêmica de Enfermagem – FVS

²⁶⁷ Acadêmica de Enfermagem – FVS

²⁶⁸ Mestranda em Educação-UNIVALI, Especialista em Educação Ambiental-UFC, Especialista em Metodologia do Ensino de Química e Biologia-FAVENI, Professora Universitária-Faculdade ViaSapiens, Agente de Gestão de Inovação Educacional-CREDE 05.

**REVISÃO DE LITERATURA: UMA AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE
ANTIDEPRESSIVA E HIPNÓTICA DO ÓLEO ESSENCIAL DE *CROTON*
*GREWIOIDES***

Isabele Félix de Oliveira²⁶⁹

Emilly Maria Souza Brito²⁷⁰

Milena Vieira Cardoso²⁷¹

Antônia Natália Fontenele de Sousa²⁷²

Introdução: O Transtorno de Depressão (TD) e a insônia são desordens que têm afetado grande parcela da população mundial. Estima-se que cerca de 4,4% da população mundial sofra de depressão de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). No caso da insônia, estudos realizados por Everitt indicam que um terço dos adultos nos países ocidentais experimenta dificuldade para iniciar ou manter o sono pelo menos uma vez por semana. **Objetivo:** Diante do exposto, a presente pesquisa visa mostrar um estudo bibliográfico sobre os efeitos do óleo essencial das folhas de *C. grewioides* (quimiotipo anetol) e suas propriedades antidepressiva e hipnótica, usados na medicina popular. **Metodologia:** Durante a execução da pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico utilizando o SciFinder e o Scopus, visando a aquisição de dados mais recentes sobre óleos essenciais e os constituintes prevalentes encontrados nestes. Assim, foram pesquisadas informações atualizadas que apresentem resultados de estudos etnobotânicos e químicos da referida planta, incluindo novos relatos sobre a química de seu óleo, além de dados sobre suas propriedades biológicas. **Resultado/Discussões:** Existem relatos a respeito da eficácia in vivo de seu óleo essencial frente à doença/desordens relacionadas ao Sistema Nervoso Central (SNC). Nesse contexto, o autor Lazarini, em seu livro: Óleo essencial de Croton zehntneri: efeitos em modelos comportamentais relacionados à depressão e à ansiedade, descrevem o efeito depressor do sistema nervoso central do óleo de *C. grewioides*, rico em metil eugenol (24,6%) e estragol (10,3%), em testes realizados em ratos. Por sua vez, no artigo Atividade de eliminação de radicais dos óleos essenciais de *Croton grewioides* Baill e os compostos majoritários eugenol e metil eugenol, o ilustre Oliveira leciona que o óleo de *C. grewioides*, com 85,7% de anetol e 4,8% de estragol, exibiu em camundongos ação antinociceptiva. Em bioensaios realizados em ratos e sapos, Albuquerque, Sorenson e Leal-Cardoso (1995) verificaram que o óleo de *C. grewioides*, abundante em estragol (58,8%) e anetol (26,5%), causou bloqueio da transmissão neuromuscular. Investigação previamente realizada com o óleo dessa espécie vegetal com alta porcentagem de estragol, demonstrou sua atividade antiespasmódica quando testado no íleo isolado de cobaia. **Conclusão:** Assim, conforme os autores supracitados, hoje em dia, a aromaterapia, uma terapia complementar que envolve o tratamento com óleos essenciais, é usada mundialmente para aliviar a insônia, a depressão, a ansiedade e alguns distúrbios diagnósticos. Ressalta-se que a atividade farmacológica exibida por um óleo volátil está intimamente relacionada com a sua composição química. **Palavras-chave:** Óleo Essencial; Transtorno de Depressão; Insônia.

²⁶⁹ Acadêmica de Enfermagem – FVS.

²⁷⁰ Acadêmica de Enfermagem – FVS.

²⁷¹ Acadêmica de Enfermagem – FVS.

²⁷² Mestranda em Educação-UNIVALI, Especialista em Educação Ambiental-UFC, Especialista em Metodologia do Ensino de Química e Biologia-FAVENI, Professora -Faculdade ViaSapiens, Agente de Gestão de Inovação Educacional CREDE 05.

A RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO AMBIENTAL

Kailane Gomes Lima²⁷³
Lorraine Fernandes Damasceno²⁷⁴
Nayranna Louíse Sousa Lima²⁷⁵
Raphael Gomes Viana²⁷⁶

Introdução: No que diz respeito às questões ambientais, e segundo a teoria objetiva, um importante passo em frente no regime de prevenção e contenção dos danos ambientais, uma vez que tende a satisfazer a necessidade de certos danos que não podem ser reparados pelos padrões tradicionais de culpa. A responsabilidade civil objetiva em matéria ambiental (independentemente de culpa) é um mecanismo processual que protege os direitos das vítimas da coletividade em caso de danos. Um dos pressupostos da constituição da responsabilidade é a existência de dano, pelo que a obrigação de indenizar só se concretizará quando for necessária a reparação. A Constituição Federal de 1988, em capítulo dedicado ao meio ambiente, estabeleceu três tipos de responsabilidade como meio de reparação do dano ambiental, a saber: responsabilidade civil, responsabilidade criminal e responsabilidade administrativa, que são distintas e independentes entre si. **Objetivo:** Este resumo viabiliza analisar a teoria objetiva na imputação da responsabilidade ao causador de uma atividade lesiva ao meio ambiente se afirmar em razão do caráter de irreversibilidade dos danos ambientais (via de regra), da multiplicação dos fatores que originam o dano e também pela dificuldade de prova do elemento subjetivo-a culpa. **Metodologia:** A metodologia de pesquisa utilizada foi qualitativa e bibliográfica, por meio de artigo e doutrina. Utilizamos também canais de comunicação, como o site jusbrasil. **Resultado/Discussão:** Acrescente-se ainda que o Princípio 13 da Declaração do Rio (1992) estabelece que “os Estados devem ter legislação nacional sobre responsabilidade e indenização para vítimas de poluição e outras formas de danos ambientais”. Portanto, cada estado deve ter um sistema para prevenir e reparar danos ambientais causados por atividades sob sua jurisdição, a fim de evitar danos ao meio ambiente de outros estados. **Conclusão:** Como se afirmou anteriormente a responsabilidade civil no Direito Ambiental pode ser assim sintetizada: objetiva, fundamentada na teoria do risco integral, na inversão do ônus da prova e também no abrandamento da carga probatória do nexo de causalidade. Um dos pressupostos para a configuração da responsabilidade é a existência do dano, por conseguinte, a obrigação de ressarcir só se concretiza onde há o que reparar. E o dano ambiental apresenta peculiaridades em relação ao dano ambiental ecológico. **Palavras-chave:** Dano; Responsabilidade; Prevenção.

²⁷³ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁷⁴ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁷⁵ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

²⁷⁶ Professor do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

O CONSUMO DE CIGARROS ELETRÔNICOS POR JOVENS BRASILEIROS: PROBLEMATIZAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS A SAÚDE A LONGO PRAZO

Ana Leticia Moreira Ramos Melo²⁷⁷

Isabella Amaro Simões²⁷⁸

Pablo de Vasconcelos Gomes Pereira²⁷⁹

Adriany Alves Silva Pontes²⁸⁰

Introdução: Os cigarros eletrônicos também conhecidos popularmente como vape são dispositivos utilizados para o tabagismo. Assim como os cigarros tradicionais, esses aparelhos são nocivos, apesar da crença popular entre os usuários de que o aparelho é menos prejudicial à saúde. Mesmo que não em forma de combustão, o cigarro eletrônico também se utiliza da nicotina para a produção de sua fumaça, além de outras substâncias como o monóxido de carbono mesmo gás tóxico que sai do escapamento de carros. Os danos à saúde podem surgir a curto e longo prazo, esse tipo de cigarro é responsável por causar doenças respiratórias, doenças cardiovasculares, dermatites e até mesmo o câncer. No Brasil a venda, produção, divulgação e distribuição do produto é proibida em território nacional desde 2009. **Objetivos:** Alertar os jovens sobre os riscos do uso do vape; Incentivar hábitos saudáveis; Desmentir informações falsas. **Metodologia:** Utilizamos sites e artigos como fonte de pesquisa. Entrevistamos também uma pessoa do nosso convívio que utiliza cigarros eletrônicos. **Resultados/Discussão:** A iniciação ao cigarro eletrônico entre os jovens se deve à popularidade do aparelho, pela crença popular que o vape é menos danoso que o tradicional cigarro de queima e pelos diferentes sabores disponíveis aos jovens usuários. Como todos possuem alto teor de nicotina, com o passar do tempo consumidores tornam-se viciados na substância, situação análoga ao que ocorre com fumante de cigarros tradicionais. Além disso, o uso de cigarros eletrônicos também prejudica a saúde mental e a disposição de quem os utiliza. **Conclusão:** Em suma, para que a diminuição da utilização do cigarro eletrônico ocorra de forma efetiva, é necessária a informação, e esclarecimento sobre os malefícios do aparelho e despopularizarão de seu uso ilegal. **Palavras-chave:** Cigarro Eletrônico; Saúde; Nicotina; Doenças.

²⁷⁷ Acadêmica de Direito – FVS

²⁷⁸ Acadêmica de Direito – FVS

²⁷⁹ Acadêmico de Direito – FVS

²⁸⁰ Professora de Direito – FVS

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO RECÉM-NASCIDO COM CARDIOPATIA CONGÊNITA

Alana Helen Silva Eufrásio²⁸¹

Érica Fernandes da Conceição²⁸²

Ana Cristina de Araújo²⁸³

Introdução: As cardiopatias congênitas são um conjunto de malformações na estrutura ou na função do coração que surgem durante o desenvolvimento fetal. Resultam de alterações morfológicas e anatômicas do sistema cardiovascular. Desde 2001, as anomalias congênitas são a segunda causa de mortalidade em menores de um ano. Entre 2008 e 2018 o Ceará registrou o segundo maior número de internações e óbitos entre neonatais e bebês. **Objetivos:** Descrever a assistência de enfermagem ao recém-nascido com cardiopatia congênita. **Metodologia:** A revisão integrativa sucedeu a partir da análise de 3 artigos relacionados ao tema publicado nos últimos 5 anos nas bases de dados científicas Google Acadêmico e Scielo. No período de fevereiro a abril de 2023. **Resultados/Discussão:** Por se tratar de uma patologia recorrente na saúde pública, pois no Brasil, de cada grupo de 100 nascidos vivos, um é portador de cardiopatias congênitas, o diagnóstico preciso e precoce das cardiopatias congênitas é fundamental para a instituição do tratamento, pronta e adequadamente. Recursos, como avaliação física detalhada, oximetria de pulso (teste do coraçãozinho) e ecocardiograma (ECC), podem ser utilizados para detecção inicial e confirmação diagnóstica. O diagnóstico precoce e o tratamento adequado são fundamentais para prevenir o risco de complicações graves. O conhecimento do histórico de saúde e as observações resultantes de um bom exame físico, que são atribuições do enfermeiro, são medidas que podem prevenir intercorrências em crianças com cardiopatias congênitas evitando complicações futuras. O enfermeiro deve estar atento às anormalidades presentes no neonato, tendo em vista que a avaliação precoce dos achados de cardiopatia congênita é a chave para um bom prognóstico. **Conclusão.** Conclui-se, então, de acordo com esse estudo, ficou evidente que o enfermeiro atua de forma longitudinal no cuidado ao recém-nascido cardiopata, desde a gestação com o acompanhamento e a realização do pré-natal, onde é possível identificar precocemente as cardiopatias congênitas e anomalias, no nascimento da criança realizando a avaliação inicial e a triagem do RN, através da verificação dos principais sinais e por fim chegar em possíveis diagnósticos de enfermagem e planejamento do cuidado, tudo isso sendo realizado de forma sistematizada e coordenada de acordo com as necessidades de cada paciente. **Palavras-chave:** RN; Cardiopatias congênitas; Cuidados de enfermagem.

²⁸¹ Acadêmica de Enfermagem – FVS

²⁸² Acadêmica de Enfermagem – FVS

²⁸³ Enfermeira graduada pela universidade Estadual Vale do Acaraú (U.V.A-Sobral-Ce); Pós-graduada em enfermagem obstétrica pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Pós-graduada em enfermagem de unidade de tratamento intensivo adulto Neonatal (Telos Educacional); Docente da Faculdade Via Sapiens.

AUTISMO, FAMÍLIA E ESCOLA: UMA REVISÃO DE LITERATURA E DADOS ESTATÍSTICOS DOS MUNICÍPIOS DA SERRA DA IBIAPABA

Anderson Antonio de Souza²⁸⁴

Mikaely Silva Oliveira²⁸⁵

Raimunda Araujo Pierre²⁸⁶

Antônia Natália Fontenele de Sousa²⁸⁷

Introdução: Este estudo visa mostrar uma discussão acerca das crianças que se enquadram no espectro autista dos municípios pertencentes à Microrregião Geográfica da Serra da Ibiapaba. Relatando a importância do desempenho da criança com autismo e a inclusão familiar, buscando espaço nas suas cidades pertencentes. **Objetivo:** Buscou-se realizar uma breve contextualização dos dados, causas, grupo familiar e inclusão escolar da criança e mostrar os dados estatísticos coletados nas secretarias de educação dos municípios da Serra da Ibiapaba, sendo estes dados quantitativos de 8 cidades da microrregião. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa para verificar as características, inclusão família, escola e uma pesquisa documental do tipo quantitativa para obtenção de dados estatísticos em decorrência dos aumentos diários de causas do autismo na região, totalizando 900 crianças registradas com laudo médico, comprovando sinais em níveis, um ao nível três, que define-se dentro dos estereótipos junto com TDAH, e também são características ressaltadas na pesquisa. **Resultado/Discussões:** Tem-se percebido uma geração de crianças com características pertencentes ao espectro autista e diante desse levantamento de casos, que muitas vezes são descobertos no ambiente escolar, por diversos fatores, entre eles, pela observação da docência por meio do desenvolvimento cognitivo da criança, logo na primeira infância. Desta forma, percebe-se, que dificilmente esta síndrome é identificada antes dos três anos, pois os sintomas não são claros antes desta época, os sintomas são geralmente caracterizados por: ausência de fala, intolerância a sons, dificuldade de se socializar. É notória a dificuldade de interação, socialização e aprendizagem. Nesse contexto, a relação família e o desenvolvimento da criança autista ajuda a estabelecer vínculos entre professores, e demais profissionais envolvidos para que as atividades propostas estejam direcionadas às necessidades e peculiaridades de cada criança. **Conclusão:** É importante ressaltar que a família vivencia dores em diversas fases da vida, começando pelo momento da notícia sobre a deficiência e durante o processo de desenvolvimento da criança, um atendimento consciente e responsável neste momento, se faz necessário para aceitação e inclusão desta criança na sociedade, vale evidenciar que a definição de família ultrapassa a presença consanguíneos, referindo-se a essa de forma ampliada, o apoio profissional aos familiares deve-se de forma empática juntamente com o poder público e a educação, visar propostas que estejam direcionadas às necessidades e peculiaridades de cada criança, fornecendo aos profissionais estratégias que visem sempre buscar melhores condições para o desenvolvimento social destas crianças. **Palavras-chave:** Autista; Educação; Família.

²⁸⁴ Acadêmico de Psicologia – FVS. Grupo de Estudo: Psicologia Positiva e Ambientes Terapêuticos.

²⁸⁵ Acadêmica de Psicologia – FVS. Grupo de Estudo: Psicologia Positiva e Ambientes Terapêuticos.

²⁸⁶ Acadêmica de Psicologia – FVS.

²⁸⁷ Mestranda em Educação-UNIVALI, Especialista em Educação Ambiental-UFC, Especialista em Metodologia do Ensino de Química e Biologia-FAVENI, Professora Universitária-Faculdade ViaSapiens, Agente de Gestão de Inovação Educacional-CREDE 05.

O PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL A LUZ DA SAÚDE BRASILEIRA

Matheus Pereira Câmara Lucas²⁸⁸

Antônio Otaviano Costa Neto²⁸⁹

Nhandejara de Carvalho Costa²⁹⁰

Leandro Cordeiro Portela²⁹¹

Introdução: Ao falarmos sobre a dignidade do indivíduo, um dos grandes princípios que sustenta a sociedade brasileira é o princípio da dignidade da pessoa humana, como princípio universal. Contudo, ao analisar os princípios que sustentam a ordem democrática do Estado brasileiro, percebemos outro grande princípio, trata-se do princípio da Reserva do Possível. **Objetivos:** O presente Resumo Simples tem por objetivo principal analisar o que seria o princípio da reserva do possível e como funciona sua aplicabilidade no que diz respeito ao direito à saúde. **Metodologia:** Este estudo é composto por uma pesquisa de cunho qualitativa, com os procedimentos técnicos sendo realizados através da pesquisa bibliográfica. Dessa forma, buscando compreender e alcançar os objetivos propostos. **Resultados/Discussão:** Ao falar-se sobre o princípio da reserva do possível, podemos compreender como um princípio que sustenta as condições financeiras do Estado. No que diz respeito ao direito a saúde, como bem é compreendido, entende-se que o Estado tem o dever de garantir este direito para com a sua população, fato este que pode ser sustentando através da implantação do Sistema Único de Saúde, conhecido popularmente como o SUS. **Contudo,** o princípio da reserva do possível faz como que este direito à saúde seja ponderado, isto é, ele será plenamente assegurado, desde que não ponha em risco os direitos da coletividade. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que este princípio constitucional brasileiro permite com que o Estado cumpra com suas obrigações para com a população em caráter geral, fazendo com que assim seja sempre ponderado em primeiro lugar a situação da coletividade em face do indivíduo. **Palavras-chave:** Reserva do possível; Constitucional; Saúde.

²⁸⁸ Bacharelado em Direito – FVS.

²⁸⁹ Bacharelado em Direito – FVS.

²⁹⁰ Professor de Direito e Enfermagem – FVS.

²⁹¹ Possui graduação em FACULDADE DE MEDICINA - SOBRAL pela Universidade Federal do Ceará (2007). Especialização em Cardiologia na Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência.

USO DE ERVAS MEDICINAIS PARA O CONTROLE DOS SINTOMAS DA ANSIEDADE

Antonia Ingrid Fernandes de Morais²⁹²

Ana Carolina Fernandes de Morais²⁹³

Vanessa Duarte dos Santos²⁹⁴

Antônia Natália Fontenele de Sousa²⁹⁵

Introdução: Muitas plantas medicinais são usadas na preparação de chás, na forma de remédios caseiros. Esses usos vêm do conhecimento popular ou tradicional de cada localidade. Nesse sentido, esta pesquisa visa mostrar o efeito terapêutico do uso de ervas medicinais para o controle dos sintomas de ansiedade, mostrando o percentual de pessoas que se beneficiam do tratamento fitoterápico. **Objetivo:** Mostrar dados estatísticos coletados por um formulário, enumerar os principais sintomas, faixa etária e o tratamento buscado por pessoas que sofrem de ansiedade. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa de campo, por meio de formulário digital, para coletar dados estatísticos que demonstraram a eficácia do uso de ervas medicinais na diminuição dos sintomas de ansiedade, bem como faixa etária e principais sintomas apresentados por esses pacientes. **Resultado/Discussão:** Foram coletados dados de 55 pessoas, e apurado os seguintes resultados: 94% das pessoas entrevistadas afirmaram que se julgam ansiosas. Os indivíduos de faixa etária entre 15 e 33 anos, são os que apresentam mais sintomas, e os com menos sintomas encontram-se na faixa etária de mais de 49 anos. Os principais sintomas relatados foram: inquietação, irritabilidade, preocupação excessiva, cansaço, tremores, coração acelerado, falta de sono e tensão muscular. Um fator preocupante é que apesar das pessoas se identificarem como ansiosas, reconhecerem os sintomas, a maioria não busca tratamento profissional. Dentre os entrevistados, apenas 24% buscou ajuda com psicólogo e 5% buscou tratamento psicológico e/ou psiquiátrico, os demais buscaram tratamentos paliativos, como chás de ervas medicinais ou simplesmente esperaram os sintomas desaparecerem naturalmente sem intervenção de medicamentos. Foi constatado quais ervas eram usadas e se eles sentiam alguma melhora dos sintomas com o uso. As ervas utilizadas em forma de chás são: camomila, passiflora e valeriana. Assim, 73% afirmaram sentir melhora nos sintomas da ansiedade com consumo diário dos chás, 11% fazem uso apenas esporádico, porém relatam um bem-estar quando consomem e 16% não sentem melhora significativa com o uso. **Conclusão:** Percebe-se que a pequena parcela de pesquisados tem algum sintoma de ansiedade e usam as plantas medicinais para melhorar os sintomas. Assim, se faz necessário mais estudos sobre essas plantas e seus efeitos terapêuticos no combate de doenças do sistema nervoso central, como ansiedade, depressão e insônia. **Palavras-chave:** Conhecimento popular; Plantas medicinais; Ansiedade.

²⁹² Acadêmica de Psicologia– FVS, Grupo de estudo: Psicologia positiva e Ambientes terapêuticos.

²⁹³ Acadêmica de Psicologia– FVS, Grupo de estudo: Psicologia positiva e Ambientes terapêuticos.

²⁹⁴ Acadêmica de Psicologia– FVS, Grupo de estudo: Psicologia positiva e Ambientes terapêuticos.

²⁹⁵ Mestranda em Educação-UNIVALI, Especialista em Educação Ambiental-UFC, Especialista em Metodologia do Ensino de Química e Biologia-FAVENI, Professora Universitária-Faculdade ViaSapiens, Agente de Gestão de Inovação Educacional-CREDE 05.

PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE: UMA ABORDAGEM EM SALA DE AULA

Luis Eduardo Siqueira da Costa²⁹⁶

Isabele Félix de Oliveira²⁹⁷

Jesus Fonteles Quirino dos Santos²⁹⁸

Antônia Natália Fontenele de Sousa²⁹⁹

Introdução: A Organização das Nações Unidas (ONU) define o conceito de sustentabilidade, refletindo sobre a necessidade de suprimir do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. **Objetivo:** Fazer uma pesquisa com os estudantes da área da saúde sobre sustentabilidade e preservação ambiental no local onde vivem. **Metodologia:** A pesquisa tem natureza qualitativa e as respostas foram organizadas baseadas no Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). As perguntas foram aplicadas a estudantes do primeiro período dos Curso da Área da Saúde, como Nutrição, Enfermagem e Fisioterapia, os depoentes correspondem a uma turma equivalente a 30 alunos. Para a coleta de dados, foi usado uma ferramenta digital chamada Padlet contendo dois questionamentos: No meio em que você vive, que situações você observa que afeta o meio ambiente? Que soluções você têm para os problemas ambientais respondidos na questão anterior? **Resultados/Discussão:** Os problemas ambientais citados foram: construção desenfreada de loteamentos em áreas de preservação, onde utilizam terras férteis que são preciosas na agricultura para a construção civil. Descarte incorreto de resíduos sólidos em locais urbanos e em fontes de água natural. Relataram também sobre a falta de saneamento básico em algumas localidades e ainda sobre as queimadas em alguns períodos do ano. Os entrevistados citam como soluções, que deveria haver uma fiscalização maior a respeito da expansão urbana em locais de preservação. Que haja um controle mais efetivo para utilizar terras inférteis para a construção e deixar as terras férteis para a agricultura. E colocar mais lixeiras de coleta seletiva pelas ruas. Assim, diante do conceito de sustentabilidade que é criar soluções viáveis que afetam menos o meio ambiente e a preservação da natureza, os entrevistados ressaltam que essas sugestões de soluções também partem da sensibilização e educação ambiental de cada cidadão. **Conclusão:** Nesse contexto, trabalhar temas relacionados à preservação do meio ambiente na sala de aula é como plantar uma semente de sensibilização e conscientização no aluno, pois posteriormente ele poderá difundir no local onde reside, a importância de cuidar do meio, logo, isso mostra que a educação vai além da sala de aula. Portanto, é perceptível que através desta metodologia, que as relações entre temas e componentes curriculares podem ser úteis aos estudantes na compreensão de diversos aspectos, como aprender a valorizar os meios naturais, e não somente o conhecimento científico. **Palavras-chave:** Recursos naturais. Sensibilização ambiental. Resíduo sólido.

²⁹⁶ Acadêmico de Enfermagem– FVS Grupo de estudos e pesquisas para a qualidade de vida das pessoas idosas (GEPQUAPI)

²⁹⁷ Acadêmico de Enfermagem– FVS

²⁹⁸ Acadêmico de Enfermagem – FVS

²⁹⁹ Mestranda em Educação-UNIVALI, Especialista em Educação Ambiental-UFC, Especialista em Metodologia do Ensino de Química e Biologia-FAVENI, Professora Universitária-Faculdade ViaSapiens, Agente de Gestão de Inovação Educacional-CREDE 05.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO RECÉM NASCIDO COM NECESSIDADE DE CUIDADOS DOMICILIARES: RECÉM-NASCIDO PRÉ-TERMO E COM BAIXO PESO

Francisca Vitória Oliveira Alves³⁰⁰

Katiane Da Silva Manso³⁰¹

Ana Cristina de Araújo³⁰²

Introdução: A prematuridade é caracterizada pelo nascimento antes de 37 semanas completas de gestação. No Brasil, o nascimento de bebês prematuros corresponde a 12,4% dos nascidos vivos, com o parto prematuro teremos consequências, como o baixo peso ao nascer, que se dá pelo nascimento com o peso igual ou inferior a 2.500g e no Brasil esse número é de 5 á 6 % segundo o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC). **Objetivos:** O objetivo é descrever a porcentagem de nascidos vivos pré-termos (bebês que nascem com menos de 37 semanas de gestação) e com baixo peso (com peso inferior a 2.500g), assim como destacar a importância da assistência de enfermagem com esse RN. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de campo descritiva realizada entre os meses de fevereiro a junho de 2023, em um município da Serra da Ibiapaba. Onde foi elaborado um formulário contendo 16 perguntas subjetivas. O participante foi informado sobre o presente estudo e sua finalidade, em que assinou o termo de consentimento livre e esclarecido, assegurando seus direitos e sua confidencialidade. **Resultados/Discussão:** por se tratar de um problema urgente de saúde pública, dependendo de onde nascem, permanecem também as disparidades nas chances de sobrevivência de um bebê prematuro e com baixo peso, medidas podem ser tomadas para que esses bebês sejam salvos, que incluem cuidados de qualidade antes, durante e após o parto, prevenção e gerenciamento de infecções comuns e a suplementação com vitaminas e minerais, principalmente nas primeiras semanas de vida desse RN. **Conclusão:** Diante do exposto, levando em consideração que a prematuridade e baixo peso ao nascer é um problema de saúde pública e é uma das principais causas de mortalidade neonatal, é de suma importância que a assistência de enfermagem ao neonato prematuro e com baixo peso seja de qualidade, é fundamental acolher às necessidades de repouso, calor, nutrição, higiene, observação e atendimento contínuo aos bebês, principalmente no período neonatal (de 0 á 28 dias), até atingir seus 2 anos de idade. **Palavras-chave:** Enfermagem; Pré-termo; Baixo peso; Neonatal.

³⁰⁰ Acadêmica de Enfermagem pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³⁰¹ Acadêmica de Enfermagem pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³⁰² Enfermeira graduada pela universidade Estadual Vale do Acaraú (U.V.A-Sobral-Ce); Pós-graduada em enfermagem obstétrica pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Pós-graduada em enfermagem de unidade de tratamento intensivo adulto Neonatal (Telos Educacional); Docente da Faculdade Via Sapiens

POLÍTICAS PÚBLICAS E O BRINCAR COMO DIREITO ESSENCIAL

Marcia Melo da Silva³⁰³

João Batista de Almeida da Mota³⁰⁴

Introdução: A Declaração Universal dos Direitos da Criança, que teve sua aprovação na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1959 e evidenciada pela Convenção dos Direitos da Criança de 1989, reafirma que “Toda criança terá direito a brincar e a divertir-se, cabendo à sociedade e às autoridades públicas garantirem a ela o exercício pleno desse direito”. Assim, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, baseadas na Declaração supracitada, garantem o brincar como direito. Com a criação da Lei nº 13.257 de 2016, conhecida como Marco Legal da Primeira Infância, a criança passa a ser prioridade para as políticas públicas. Nessa direção, o trabalho intitulado políticas públicas e o brincar como direito essencial busca compreender como as políticas públicas tem efetivado esse direito? Desse modo, o trabalho se apresenta relevante ao discutir sobre a temática, ainda desafiadora, dada a lenta compreensão da sociedade sobre a infância e o papel do brincar. **Objetivo:** Refletir sobre o papel das políticas públicas na efetivação do brincar como direito essencial das crianças. **Metodologia:** Foi utilizada pesquisa bibliográfica, tendo como base a busca de informações em livros e outros meios de comunicação afins. **Resultados/Discussão:** Ao longo do tempo o brincar se constituiu apenas como atividade própria do círculo familiar, no entanto, uma nova concepção sobre as atividades lúdicas, passaram a compor a esfera pública a partir de novos paradgmas no campo da ciência, pedagogia, psicologia, sociologia, antropologia, que foram contribuindo para a mudança de mentalidades acerca do brincar. Desse modo, a sociedade ao avançar historicamente na compreensão sobre a infância, passa a reconhecer que as crianças não são apenas propriedade da família, mas sujeitos de direitos, invocando a responsabilidade do Estado. Assim, uma das primeiras consequências desta evolução se deu no século XIX com o surgimento da escolaridade obrigatória que além de ensinar a ler e a escrever teve também como objetivo a construção da subjetividade. Portanto, as políticas públicas tem papel fundamental na efetivação do direito do brincar. **Conclusão:** A pesquisa evidencou que o brincar ainda é compreendido como atividade própria da dinâmica familiar, ao passo que lentamente começa a se institucionalizar através das políticas públicas, no cotidiano das instituições, como numa sala de aula utilizando-se da pedagogia ou em um programa social que apoia o brincar e o desenvolvimento infantil. **Palavras-chave:** Políticas Públicas. Brincar. Pedagogia. Subjetividade.

³⁰³ Acadêmica de Pedagogia – Faculdade Via Sapiens On Line

³⁰⁴ Docente do Curso de Pedagogia da Faculdade Via Sapiens-FVS, Disciplina: História da Educação– Faculdade de Ciências e Letras da Boa Esperança/Especialista pela Universidade Candido Mendes- UCAM/ Mestrando em Educação UNIVALI/FVS.

GENTE É GENTE, ÍNDIO TAMBÉM É GENTE

Assunção Silva dos Santos³⁰⁵

Amanda Lima³⁰⁶

Iara Tâmara Pessoa Paiva³⁰⁷

Introdução: Gente é gente, índio também é gente é um projeto e surgiu da necessidade de demonstrar para os alunos que a cultura indígena está presente no nosso dia-a-dia através da culinária, dos dialetos, da dança, dos adereços, da arte, dos hábitos mais simples como deitar em redes entre outros. É preciso perceber e sentir que o povo indígena faz parte das nossas raízes, que assim como nós eles precisam ser respeitados, ter seus direitos assegurados e entender de seus deveres, pois são cidadãos também. Aqui não vitimizaremos os nativos, mas reconheceremos a importância dessa gente e que em meados de 1500 quando aqui os portugueses chegaram já habitavam as Terras que hoje são conhecidas e chamadas de Brasil.

Objetivo: Tem o intuito de fazer com que o educando perceba a importância da cultura indígena, pois ela está presente no nosso dia-a-dia através da brincadeira, das festas populares, da culinária, de objetos, da dança, de dialetos etc. **Metodologia:** Foi estruturado por meio de : Organização da turma em equipes para pesquisa de campo; Trabalhos como desenvolvimento de textos nas mais variadas formas dos gêneros textuais: Como poema, poesia, cordel, receita, jogos pedagógicos, cartazes etc; Desenvolvimento de utensílios com argila, objetos com madeira como botes, brinquedos. Painéis, pinturas, lembranças; Estudos realizados sobre a culinária indígena, brincadeiras; Representação dos índios antes e depois da chegada dos portugueses; Culminância com apresentação dos trabalhos e das comidas. Realizando assim uma mostra cultural para os demais das turmas das séries iniciais suas tradições. Com sua diferença ajuda a incrementar a cultura brasileira. **Resultados e Discussão:** Foi observável na leitura e análise que precisamos trabalhar a cultura indígena no decorrer do ano todo não apenas na data alusiva a homenagem ao povo nativo 19 de abril. Fazendo com que o educando perceba que ele vivencia a cultura indígena todos os dias dentro de sua própria residência, da sua comunidade local, do meio social onde ele vive através da culinária, das festas populares, das danças, através dos dialetos, das músicas, dos objetos entre outros. Perceber que o índio é gente igual a gente, que tem direitos e deveres. **Conclusão:** Portanto, com as leituras e discussão sobre o tema, compreendemos o Perceber que o índio é gente igual a gente, que tem direitos e deveres. Estes povos precisam serem reconhecidos e respeitados por todos. Com este Projeto: Gente é gente, índio também é gente Estes povos precisam serem reconhecidos e respeitados por todos. Com este Projeto: Gente é gente, índio também é gente tem o intuito de fazer com que o educando perceba a importância da cultura indígena, pois ela está presente no nosso dia-a-dia através da brincadeira, das festas populares, da culinária, de objetos, da dança, de dialetos etc. Existe a necessidade de olhar para o índio como uma pessoa como a gente. **Palavras-chave:** Gente, Índio, Educação, Pedagogia, Ensino.

³⁰⁵ Acadêmica de Pedagogia da ViaSapiens Online.

³⁰⁶ Professora da Faculdade ViaSapiens.

³⁰⁷ Professora da Faculdade ViaSapiens.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: COMPREENSÃO DE CONCEITOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA APLICAÇÃO EM SALA DE AULA.

Sérgio Matias Pereira³⁰⁸
Jenislane Silva de Araújo³⁰⁹
Iara Tâmara Pessoa Paiva³¹⁰

Introdução: Este artigo tem como objetivo fazer a revisão bibliográfica de alguns documentos, com destaque nas leis: Lei 10.639/03 e Lei 11645/18 que determinam o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena nos sistemas de ensino público e privado, de forma que toda a comunidade escolar – professores/as, alunos/as, gestores/as e funcionários/as – possa se envolver em práticas educativas em prol da superação do racismo e de outras formas de discriminação. Analisando nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação (2004) as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira também como documento normativo. **Objetivos:** Compreender os conceitos e desenvolver práticas pedagógicas em sala de aula para combater todas as formas de preconceito/violências e discriminação. **Metodologia** utilizada foi a de revisão bibliográfica/documental que consistiu na revisão de material bibliográfico existente e que diz respeito ao temática; Educação Antirracista. **Resultados/Discussão:** Como afirma Ângela Davis, “não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”. Nesse contexto, refletir sobre as relações raciais em nossa sociedade, combater o racismo e todas as formas de preconceito, compreender as diferenças entre racismo explícito e estrutural e inserir elementos da história e cultura afro-brasileiras no currículo é dever de todo educador. Neste trabalho, buscamos compreender sobre como a escola pode contribuir para a transformação do racismo que ainda existe nos espaços escolares. Assim criamos a partir de leituras de especialista como: MUNANGA (2006) que tartam a questão do racismo no Brasil de hoje. Algumas ações que podemos fazer em sala d aula: Debate sobre a história e a cultura das populações africanas, afro-brasileiras e indígenas; Prática cotidiana e multidisciplinar; Desmitificar o imaginário Coletivo; Problematicar no imaginário Coletivo; Alterar de forma crítica os conteúdos escolares; Estar vigilante para que a temática racial apareça como elemento de valorização dos grupos historicamente marginalizados; Possibilitar um diálogo com diferentes representações que compõem a sociedade; Apropriar-se de outras perspectivas pedagógicas para o trato das relações étnico-raciais. **Conclusão:** Portanto, este trabalho evidenciou alguns conceitos importantes para a compreensão de como tratar o racismo. Buscar práticas pedagógicas que ajudam a promoção de uma educação antirracista. Criando espaços de reflexão/ação de forma crítica, consistente e transformadora se cria uma educação antirracista. **Palavras-chave:** Educação antirracista; conceitos; práticas pedagógicas.

³⁰⁸ Acadêmico de Pedagogia da ViaSapiens Online.

³⁰⁹ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens.

³¹⁰ Mestra em Geografia. Coordenadora Geral da ViaSapiens Online.

A EXPLORACAO SEXUAL NO BRASIL

Patrícia Ferreira da Rocha³¹¹

Israel Silva dos Reis³¹²

Antônio de Lima dos Santos³¹³

Francisco Danilo de Souza Gomes³¹⁴

Introdução: A exploração sexual é um termo empregado para nomear práticas sexuais pelas quais o indivíduo obtém lucros. Ocorre principalmente como consequência da pobreza e a violência doméstica que várias crianças e jovens se submetem a deixarem seus lares e se refugiarem em locais que são vítimas de vários tipos de exploração tais como: prostituição; tráfico; pornografia; turismo sexual. O Brasil é o segundo no ranking mundial em exploração sexual de jovens e crianças vários dados mostram que está em cerca de 500 mil vítimas por ano e a maioria dessas vítimas 75% são meninas e negras, em conformidade com a pesquisa realizada pela Agencia do Senado (2022) **Objetivos:** A conscientização e prevenção são as armas contra a exploração sexual, o objetivo do presente resumo simples é analisar o que é essa prática e quais medidas podem ser utilizadas com fim de combater este crime e, conseqüentemente, proteger nossas crianças e adolescentes. **Metodologia:** Utilizou-se a pesquisa qualitativa de cunho bibliográfica através de site de notícias e artigos de revistas. **Resultados/Discussão:** O fenômeno da exploração de crianças e adolescentes passou por um processo de evolução conceitual, tendo um grande avanço durante o século XXI, um dos agravantes que colaboram para o aumento da exploração sexual no Brasil e desemprego que aumenta a vulnerabilidade de crianças e adolescentes à exploração sexual. Além disso, infelizmente, no Brasil existem organizações especializadas na execução deste crime, tendo rotas, inclusive, internacionais. Desta forma, essas organizações criminosas conseguem transportar crianças e mulheres para o exterior com fins de exploração sexual, submetendo-as em grande maioria das vezes a obrigação de utilizarem de seu corpo em troca de um prato de comida. Através de pesquisas realizadas, percebeu-se que a prática também é recorrente através de falsas promessas de uma vida sem dificuldades em países de primeiro mundo, como Portugal, Espanha, Alemanha e dentre outros, ocorre que, quando a vítima chega no respectivo destino a realidade é totalmente diferente, onde, em muitas vezes, a pessoa passa a ser uma escrava sexual. **Conclusão:** Em vista disso, concluiu-se que para que ocorra uma diminuição nos números que envolvem a exploração sexual no Brasil, faz-se necessário trabalhar com políticas públicas de conscientização da população brasileira, bem como, desenvolver mecanismos de punição eficazes para essas práticas que envolvem crianças e adolescentes. **Palavras-chave:** Direito; Exploração sexual; Crianças; Adolescentes.

³¹¹ Acadêmica de Administração da Faculdade ViaSapiens – FVS.

³¹² Acadêmico de Administração da Faculdade ViaSapiens – FVS.

³¹³ Acadêmico de Administração da Faculdade ViaSapiens – FVS.

³¹⁴ Professor de Administração da Faculdade ViaSapiens – FVS.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À RECÉM NASCIDOS COM CRISE EPILEPTICA

Maria Geovana Alves Lima³¹⁵

Vitória Gomes Rodrigues³¹⁶

Marcos Rick Fideles Moreno³¹⁷

Ana Cristina de Araújo³¹⁸

Introdução: A epilepsia é uma afecção crônica caracterizada por crises decorrentes de descargas neuronais excessivas, em que por um determinado período de tempo, há um mau funcionamento do cérebro, causado pela emissão de sinais, descargas elétricas incorretas emitidos pelos neurônios. Sendo os recém nascidos os mais frequentemente afetados por esta temática neurológica por, se encontrarem em uma fase na qual seu Sistema Nervoso Central (SNC) apresenta-se em constante evolução, desde o período intraútero. **Objetivo:** Apresentar a importância e essencialidade da atuação capacitada da assistência do profissional de enfermagem diante de uma crise epilética em recém nascido, identificando sinais e sintomas de modo a orientar e avaliar o casos de maneira correta. **Metodologia:** A revisão se deu a partir do estudo bibliográfico de 06 artigos, dos últimos 10 anos, voltados ao tema com base no Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (Scielo) e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). **Resultado/Discussão:** Uma enfermidade que acomete cerca de 2% da população e 50 milhões de pessoas, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), sendo no período neonatal mais recorrentes, e as crises epiléticas classificadas como: sutis, tônicas, mioclônicas e espasmos, se caracterizando também com crises de ausência, podendo se manifestar de formas diferentes dependendo do paciente, ocorrendo em cerca de 1% dos nascidos vivos, sendo 30 vezes mais frequentes entre os recém nascidos pré-termo, são consideradas uma das manifestações mais frequentes de comprometimento neurológico no período neonatal podendo com identificação rápida levar ao tratamento com condutas imediatas e precoces de modo a evitar lesões permanentes. **Conclusão:** Portanto, a assistência de enfermagem, orientação e percepção para avaliar, corrigir de maneira eficiente sobre casos ocorridos com neonatos, que podem passar despercebidos a identificação desde as causas primárias as secundárias afim de manter a qualidade de vida do recém nascido e responsáveis assim evitando e/ou amenizando quais seriam aos causadores por o desencadeamento do quadro epilético, assumindo a conduta correta. **Palavras-chave:** Assistência de enfermagem, Eplepsia, Neonatos, Recém nascido.

³¹⁵ Acadêmica de enfermagem da Faculdade ViaSapiens – FVS.

³¹⁶ Acadêmica de enfermagem da Faculdade ViaSapiens – FVS.

³¹⁷ Acadêmica de enfermagem da Faculdade ViaSapiens – FVS.

³¹⁸ Professora orientadora da Faculdade ViaSapiens – FVS.

PESSOAS HIPOSSUFICIENTES E O ACESSO Á JUSTIÇA

Jander Mendonça de Souza³¹⁹

Raul Maia³²⁰

Introdução: Pessoas hipossuficientes são aquelas que estão impossibilitadas de arcar com taxas e custas judiciais, e conforme o art. 98 do CPC: a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recurso para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem o direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. **Objetivos:** que aqueles hipossuficientes tenha o reconhecimento da gratuidade da justiça, podendo usufruir de um direito seu, também sendo garantido toda a assistência judiciária gratuita, tendo o devido direito à defesa e ao contraditório, sendo o NPJ, uma das maiores das ferramentas no meio de ajuda para sintetizar esse problema da sociedade. **Metodologia:** pesquisas bibliográficas, artigos e jornais dos tribunais. **Resultados/Discussão:** Mais de 86 milhões de brasileiros não têm acesso aos serviços jurídico-assistenciais oferecidos pela Defensoria Pública da União (DPU). É o que mostra a Pesquisa Nacional de Defensoria Pública 2021. Desse total, 78 milhões são pessoas economicamente vulneráveis com renda familiar de até três salários mínimos (esse que recebem 3 salários mínimos ou menos, estão assegurados pela Constituição Federal, art. 5º, inciso LXXIV), e é válido que sem o defensor público, não têm de fato qualquer possibilidade de acesso à Justiça. A pesquisa é um dos maiores diagnósticos já feitos sobre a defensoria pública no país. **Conclusão:** O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) é uma solução que busca ajudar a resolver esse problema. Ele consiste em um espaço de atendimento jurídico gratuito oferecido por algumas faculdades de Direito brasileiras. O NPJ funciona como uma clínica jurídica, onde estudantes de Direito podem prestar assistência jurídica gratuita à comunidade, sob a supervisão de professores e advogados, a falha no acesso à justiça no Brasil é um problema sério, mas o NPJ é uma solução importante para ajudar a superar essa dificuldade, e ao oferecer serviços jurídicos gratuitos para a comunidade e permitir que estudantes de Direito tenham uma experiência prática na área jurídica, o NPJ contribui para garantir que a justiça seja acessível a todos. **Palavras-chave:** Pessoas hipossuficientes; NPJ; Defensoria; direito; Acesso á justiça.

³¹⁹ Aluno do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

³²⁰ Professor do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

PRISÕES ILEGAIS E O ABUSO DE AUTORIDADE

Jander Mendonça de Souza³²¹

Raul Maia³²²

Introdução: As prisões ilegais e o abuso de autoridade são problemas graves que afetam a população em geral e colocam em risco a democracia e o Estado de Direito, as prisões ilegais e o abuso de autoridade ocorrem quando as autoridades responsáveis pela aplicação da lei excedem seus poderes e violam as garantias constitucionais dos cidadãos, e isso pode acontecer por diversas razões, como a falta de preparo e de treinamento dos agentes públicos, a pressão por resultados rápidos, a corrupção e a impunidade. **Objetivos:** apresentar a importância da proteção contra prisões ilegais e abuso de autoridade, com base na garantia dos direitos humanos e na manutenção da ordem democrática. **Metodologia:** revisão bibliográfica, com base em artigos, livros e documentos relevantes sobre o assunto. **Resultados/Discussão:** A Constituição Federal de 1988 é clara quanto à garantia da liberdade individual e do devido processo legal, então nesse sentido, a prisão ilegal é aquela que ocorre sem a existência de provas suficientes ou sem a ordem judicial competente, que não é algo raro, pelo contrário, é algo contínuo e recorrente em todas esferas jurídicas. **Conclusão:** Prisões ilegais e abuso de autoridade são questões que afetam diretamente a sociedade, trazendo graves consequências para a democracia e para a ordem constitucional, é fundamental que haja a proteção dos direitos humanos e do devido processo legal, bem como o estabelecimento de mecanismos de controle e de responsabilização das autoridades que excedem seus poderes, somente assim poderemos garantir a segurança e a justiça para todos os cidadãos, sem comprometer os valores fundamentais da democracia e do Estado de Direito. **Palavras-chave:** Prisões ilegais; Constituição; Abuso de autoridade; Garantias; Direito.

³²¹ Aluno do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

³²² Professor do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

DESIGN INSTRUCIONAL NA ERA DIGITAL, UM NOVO OLHAR PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM ONLINE: ESTUDO DE CASO DA RÁDIO VIASAPIENS ONLINE E SAPIENS CAST

Antonia Bianca Moraes de Aguiar³²³

Francisco Wótilla Carneiro Cruz³²⁴

Introdução: Este artigo apresenta projetos desenvolvidos por um Design Instrucional (DI) de uma Faculdade na modalidade de Ensino a Distância que visa inovar a experiência de ensino e aprendizagem através do uso da tecnologia. A Rádio ViaSapiens Online e o SapiensCast são exemplos de como o DI pode ser aplicado em um contexto educacional - tecnológico, proporcionando um aprendizado mais interativo. A Rádio ViaSapiens Online é um recurso tecnológico de comunicação que visa informar, educar e entreter, enquanto o SapiensCast é o PodCast da Faculdade ViaSapiens Online que aborda temas relacionados à educação e tecnologia. Ambas as iniciativas foram desenvolvidas com base em uma abordagem direcionada ao universitário, contando com metodologias pedagógicas inovadoras visando proporcionar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico, utilizando a tecnologia a favor da educação. **Objetivos:** Este artigo discute o processo de desenvolvimento e implantação dessas iniciativas, bem como os resultados obtidos até o momento, destacando o impacto positivo obtido de pesquisas na comunidade educacional com o objetivo de explanar experiências de um DI em uma Instituição de Ensino Superior (IES), visando destacar a contribuição desse profissional para o desenvolvimento de projetos inovadores. A **Metodologia** utilizada no desenvolvimento desse projeto foi a pesquisa de laboratório, onde utilizamos o estúdio da Instituição de Ensino Superior para alcançar resultados sólidos. **Resultados/Discussão:** Nota-se que projetos de cunho tecnológico proporcionam uma aprendizagem mais interativa. Através do quadro Diálogos Educacionais presente no SapiensCast é perceptível a participação ativa dos acadêmicos do curso de pedagogia que presenciam através de uma conversa com secretários de educação da região que já atuam na área, o seu curso na prática. O programa é transmitido ao-vivo no canal do Youtube da faculdade e na Rádio ViaSapiens Online além de estar disponível no Spotify para ouvir a qualquer hora e em qualquer lugar, desenvolvendo uma aprendizagem moderna e acessível. **Conclusão:** Conclui-se que o Design Instrucional é necessário para desenvolver ferramentas que permitem uma aprendizagem ativa através da tecnologia proporcionando um modelo de ensino moderno e tecnológico. **Palavras-chave:** Design Instrucional; Aprendizagem; Tecnologia.

³²³ Acadêmica de Recursos Humanos – ViaSapiens Online.

³²⁴ Mestrando em Educação. Diretor Geral da ViaSapiens Online.

DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E PRESCRIÇÃO PENAL

José de Jesus Carvalho Rodrigues³²⁵

Gislene Carvalho da Silva³²⁶

Mariana Lima Oliveira de Sousa³²⁷

Tiago Oliveira Freire Carneiro³²⁸

Introdução: O presente resumo abordará a importância para a sociedade atual do estudo da prescrição penal sob a perspectiva da duração razoável do processo, tendo em vista que se trata de um tema clássico para os juristas de diferentes áreas e extremamente importante para o avanço do ordenamento jurídico brasileiro no âmbito penal. Podemos afirmar que ao estudar a prescrição penal no ordenamento alia-se ao estudo o senso comum quando a mesma é uma consequência da morosidade processual, que acaba por ferir o princípio da duração razoável do processo. **Objetivos:** Realizar uma análise do princípio da duração razoável do processo através de parâmetros constitucionais e doutrinários, aplicados à realidade de fato. **Metodologia:** A presente pesquisa tem cunho informativo, utilizando métodos constitucionais e doutrinas para alcançar os resultados da pesquisa. **Resultados/Discussão:** Trata-se de fator de extrema insegurança jurídica para o denunciado e a sociedade, uma vez que a demora no procedimento penal atinge, sobretudo, a liberdade daquele e a ideia de Justiça, quanto à última, notadamente quando declarada extinta a punibilidade, em razão da delonga processual. **Conclusão.** Até o presente momento podemos concluir e nos basearmos na Emenda Constitucional nº 45, datada de 08.12.2004, incluiu o inciso LXXVIII ao art. 5º da Constituição Federal, norma que visa garantir que os processos, seja na seara judicial ou administrativa e tramitem em prazo razoável e que sejam assegurados os meios para a efetivação do rápido andamento dos feitos. **Palavras-chave:** Prescrição; Morosidade processual; Duração razoável do processo.

³²⁵ Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³²⁶ Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³²⁷ Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³²⁸ Professor de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

MEDIAÇÃO JUDICIAL NO DIREITO DA FAMÍLIA – UMA FORMA CÉLERE E EFICAZ QUANTO AO SISTEMA JUDICIÁRIO

Gabrielle Sobrinho Damasceno³²⁹

João Paulo Aguiar de Sousa³³⁰

Benedito Yure Azevedo Aguiar³³¹

Introdução: A mediação judicial é um método de solução de conflitos no qual as partes envolvidas em uma disputa recorrem a um terceiro imparcial, o mediador, para ajudá-las a encontrar uma solução consensual. No Brasil existem alguns tipos, os quais são utilizados de acordo com a causa litigiosa. A mediação surgiu por volta da década de 70, com as políticas de ampliação do acesso a justiça. No âmbito do direito de família, a mediação judicial é uma alternativa interessante para a resolução de conflitos, já que além de preservar os vínculos afetivos e familiares, também trás celeridade para o feito. **Objetivos:** O principal objetivo desse trabalho é apresentar um método alternativo de solução de conflitos. Enfatizando as diversas possibilidades positivas, satisfatórias e céleres que a mediação judicial pode trazer na solução de conflitos familiares, além de que é uma forma que busca minimizar os impactos emocionais e financeiros. Busca também uma mudança de cultura, quanto a busca por amparo judicial, destacando que a Constituição Federal, em seu capítulo II, artigo 4º, determina que compete ao CNJ incentivar a conciliação e a mediação. A Resolução CNJ nº 125 é uma resposta a essa demanda constitucional, explica Daldice Santana. **Metodologia:** Para a realização desse trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas, a partir de materiais já publicados, com intuito de colaborar com o conhecimento já existente quanto ao assunto. **Resultados/Discussão:** Com o estudo observa-se que a mediação judicial no direito de família tem sido cada vez mais utilizada como uma alternativa aos processos judiciais contenciosos. Isso se deve ao fato de que a mediação é capaz de proporcionar soluções mais rápidas e eficazes, além de preservar os vínculos afetivos e familiares, o que é especialmente importante quando estão envolvidos filhos menores. **Conclusão.** A mediação judicial no direito de família é uma alternativa interessante para a resolução de conflitos familiares, pois busca promover a comunicação e o diálogo entre as partes envolvidas. O processo de mediação é conduzido por um mediador capacitado e imparcial, que ajuda as partes a identificar seus interesses e necessidades e a encontrar uma solução consensual. A mediação judicial é uma alternativa mais rápida, eficaz e menos onerosa do que os processos judiciais contenciosos, e deve ser considerada sempre que possível como uma forma de resolver conflitos no direito de família. **Palavras-chave:** Conflito. Diálogo. Mediação. Rápidez. Solução.

³²⁹ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³³⁰ Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³³¹ Professor de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

IMPACTO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES NA SUSTENTABILIDADE DO PAÍS

Rodrigo de Mesquita Sousa³³²

Silmara Araújo Soare³³³

Lívia Silva Sousa³³⁴

Leandro Lima Valência³³⁵

Introdução: A Constituição Federal em seu art.5º, inciso IV trata da atividade econômica e a defesa do meio ambiente, logo, tendo em vista essa garantia constitucional, a nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) que vigora desde abril de 2021, objetiva deixar mais moderno e mais transparentes as contratações públicas existentes no país. A nova legislação tem como um dos seus maiores pilares a inclusão de critérios sustentáveis quando ocorrem licitações, com a finalidade de produzir práticas mais responsáveis e reduzir o impacto no meio ambiente nas atividades governamentais. **Objetivo:** O objetivo do resumo é apresentar o impacto trazido pela nova Lei de Licitações na sustentabilidade do Brasil, destacando os aspectos mais relevantes na legislação e seus possíveis benefícios. **Metodologia:** O trabalho foi produzido a partir de informações disponíveis em fontes de confiança, como sites governamentais e artigos que falam sobre sustentabilidade e licitações públicas, bem como, através da Lei 14.133/2021 e da Constituição Federal. **Resultados:** Vários benefícios podem ser trazidos através da inclusão de critérios sustentáveis nas licitações, como a drástica redução do impacto ambiental em atividades governamentais, a realização de práticas responsáveis na cadeia de fornecimento, assim como um maior incentivo ao uso de meios tecnológicos e procedimentos bem mais sustentáveis. Pois, a nova Lei de Licitações aduz que empresas que se destacarem em aspectos sustentáveis irão receber pontuação adicional na hora da concorrência nas licitações, gerando um maior incentivo na realização de práticas sustentáveis pelas empresas. **Conclusão:** A nova Lei de Licitações propicia um grande avanço na promoção e aplicação da sustentabilidade no território brasileiro. Entretanto, para que haja uma real adoção dos critérios presentes na lei, será de fundamental importância investir em fiscalização e capacitação por parte dos órgãos do poder público e das empresas privadas que são contratadas. Dessa forma, incluir critérios sustentáveis nos processos licitatórios trará grandes benefícios sociais e ambientais, além de estimular práticas responsáveis por parte das empresas privadas. **Palavras-chave:** Sustentabilidade.Licitações.Inovações.

³³² Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³³³ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³³⁴ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³³⁵ Graduado em Português e Inglês pela UEVA (2004); Bacharel em Direito pela UNIFOR (2010); Mestrando em Educação; Docente de Direito Administrativo I e II da Faculdade Via Sapiens, Tianguá; Procurador Geral do Município de Tianguá/CE.

O CASO DE DAMIÃO XIMENES E A CONDENAÇÃO DO BRASIL NA CIDH

Lara Stéffany Brimes³³⁶
Maria Adelaide de Oliveira Cardoso³³⁷
Francisco Danilo de Souza Gomes³³⁸

Introdução: O caso de Damião Ximenes é um exemplo marcante de violação dos direitos humanos no sistema de saúde mental no Brasil. Damião Ximenes era um paciente psiquiátrico que morreu em uma instituição de saúde mental em Sobral, no Ceará, em 1999. Ximenes foi submetido a tratamento desumano e cruel, incluindo condições precárias de sobrevivência, tratamento negligente e abusos. A CIDH é um órgão autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA) responsável por promover e proteger os direitos humanos da região. **Objetivos:** Nesta pesquisa, busca-se analisar o caso e a condenação brasileira. Em 2010, o CIDH concluiu que o Brasil violou os direitos humanos de Damião Ximenes. O órgão responsabilizou o Brasil pela sua morte devido à negligência e tratamento desumano nos serviços de saúde mental. A CIDH também iniciou que o sistema de saúde mental do país era falso e que os direitos dos pacientes não eram protegidos. **Metodologia:** Em busca de atingir os objetivos deste artigo, foi utilizado em especial, o método de pesquisa bibliográfica, que é considerado por especialistas o primeiro passo de toda pesquisa científica, além de documentários. **Resultados/Discussão:** Após o fato, houve diversas mudanças no país, como por exemplo, a lei nº 10.216/2001, é resultado da luta dos direitos das pessoas com adoecimento psíquico. Sob o apoio da lei, a hospitalização passou a ser vista como uma execução nos tratamentos de adolescentes mentais. Observando que, mesmo lentamente, a legislação atualizou o modo como era feito o tratamento, sendo que agora busca-se uma inserção cada vez maior do adoecido na sociedade. Além desses fatos, a sentença feita pela Corte fez com que o município de Sobral fundasse uma Rede de Atenção à Saúde Mental (Raism). Em âmbito nacional, a condenação influenciou de maneira direta o Centro de Atenção Psicossocial (Caps). **Conclusão:** Na experiência do caso Damião Ximenes, encontramos as condições necessárias para se discutir e repensar novos sentidos e práticas no campo das políticas de saúde mental e do Marco legal dos direitos humanos. **Palavras-chave:** Direitos Humanos; Saúde Mental; Violação; Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

³³⁶ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³³⁷ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³³⁸ Professor de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

O COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL E SUAS PRINCIPAIS DIFICULDADES

Zhayná Ferreira Alves de Lima³³⁹

Vitaliano Rodrigues Macário³⁴⁰

Petrus Johannes Van Ool Neto³⁴¹

Francisco Danilo de Souza Gomes³⁴²

Introdução: O tráfico humano é tipificado como crime pelo Código Penal brasileiro, em seu artigo 149-A, entretanto o sistema é falho e a simples tipificação na legislação não é suficiente para combatê-lo de forma eficaz. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apresentou uma pesquisa em dezembro de 2022 demonstrando que 96,36% das vítimas do tráfico são mulheres, sendo o Brasil país de origem das vítimas em 85,99% dos casos estudados. A Embaixada e Consúlados dos EUA esclareceu que o governo brasileiro possui plano de ação para minimizar o tráfico, entretanto os esforços do governo não são suficientes para alcançar os critérios mínimos do combate ao tráfico humano, mesmo que já tenha ocorrido um esforço maior do Estado. A *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC) está presente no Brasil desde 1991 e tem grande papel na busca pela redução do tráfico humano, uma de suas ações é a colaboração na promoção de treinamentos especializados dos agentes públicos para conseguirem identificar, prevenir e punir corretamente. **Objetivos:** O presente resumo simples tem como objetivo analisar o tráfico humano no território brasileiro, bem como, demonstrar as principais dificuldades para o seu combate. **Metodologia:** Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, utilizou-se uma pesquisa de cunho qualitativa, através dos métodos bibliográficos. **Resultados/Discussão:** Indubitavelmente, o tráfico humano é um crime bárbaro que causa grande comoção social, principalmente por tal prática ter como público-alvo crianças, adolescentes e mulheres. Dessa forma, acredita-se que uma das formas de amenizar a situação e combater tal crime seria a criação de programas e núcleos especializados que promovam ações de prevenção, identificação, apoio e recuperação às vítimas. As ações necessitam abranger os agentes públicos e os civis. Além disso, cabe mencionar que uma arma contra o tráfico de pessoas é a informação. Dessa forma, acredita-se que é necessário o investimento do Estado em públicas capazes de informar à sociedade como se prevenirem, evitando que pessoas leigas caiam em golpes, como por exemplo falsas promessas de emprego no exterior. **Conclusão:** O Brasil está caminhando contra o combate do tráfico humano, entretanto é inegável a falha do Estado nessa luta, sendo uma das principais causas a desigualdade, pois a população que não tem acesso aos seus direitos fundamentais se torna alvos fáceis de serem abordados por criminosos. Logo, é necessário buscar a diminuição da desigualdade, junto com meios de combate ao tráfico humano. **Palavras-chave:** Tráfico humano; Brasil; Mulheres;

³³⁹ Bacharelada em Direito pela Faculdade ViaSapeins – FVS.

³⁴⁰ Bacharelada em Direito pela Faculdade ViaSapeins – FVS.

³⁴¹ Bacharelada em Direito pela Faculdade ViaSapeins – FVS.

³⁴² Coordenador do NEXTIC e Professor da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em Direito Internacional (2022). Especialista em Direito e Processo Penal (2022).

O DIREITO À SAÚDE E A JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Leonora Taveras Clase Mendes³⁴³

Maria Lívia Vasconcelos Magalhães³⁴⁴

Antônia Camila Vieira Mendes³⁴⁵

Introdução: O direito à Saúde está positivado no art. 196 da Constituição Federal de 1988 e se apoia na pretensão de obter essa garantia através da viabilização de políticas públicas que garantam o acesso universal e igualitário. Nota-se que de acordo com o conflito entre a necessidade de cada indivíduo e a garantia ao direito à saúde, o sistema político, jurídico e médico precisa avançar paralelamente, para responder às demandas inerentes a esse direito. Considerando-se que se espera toda assistência integral por parte do Estado, abordar essa temática remete a uma responsabilidade e busca por políticas públicas que possam coibir as inúmeras lacunas existentes nessa esfera. A elaboração de políticas públicas é uma atividade prioritária dos Poderes Legislativo e Executivo, ou seja, gerir, legislar, formatar e implementar são atos advindos do poder estatal. **Objetivos:** O presente estudo tem por objetivo compreender a importância da judicialização de políticas públicas de Saúde, sobretudo quando operadas como ferramentas do próprio sistema político. Outrossim, a pesquisa busca compreender o desequilíbrio da sobreposição das decisões judiciais às decisões políticas. **Metodologia:** O estudo foi realizado a partir da pesquisa bibliográfica, em artigos científicos, dispositivos da Constituição Federal de 1988 e Lei Reguladora do Sistema Único de Saúde, Lei n. 8.080/90. **Resultados/Discussão:** O Sistema Único de Saúde é uma das medidas de política pública para a saúde, o qual garante o acesso universal, igualitário e gratuito para questões que versem sobre ações e serviços de saúde. Todavia, esse sistema não consegue, por si só, ou juntamente com outros dispositivos específicos, garantir esse direito extremamente complexo. A formulação e implementação de políticas públicas requerem alocação de recursos estatais e devido à demora, ou até mesmo a negligência da Administração Pública, existem casos que não podem esperar. Dessa forma, para que o direito à saúde seja concretizado, quando inexistem políticas públicas, o indivíduo administrado aciona o Judiciário. **Conclusão:** Portanto, o direito à saúde e a adoção de políticas públicas são pautas que precisam ser discutidas para evitar a superlotação de demandas no Judiciário. Não há o que se falar que o Estado é o grande garantidor da saúde, porém deve ser ofertada de forma digna e eficiente. Acresce que a atuação jurisdicional é agente político capaz de efetivar e fomentar políticas públicas de saúde, quando não asseguradas pelos Poderes Legislativo e Executivo, nos casos de omissão da efetivação do referido ou quando a desvio de finalidade por parte do Poder Público. **Palavras-chave:** Direito Constitucional; Saúde; Políticas Públicas.

³⁴³ Graduanda em Direito pela Faculdade ViaSapiens;

³⁴⁴ Graduanda em Direito pela Faculdade ViaSapiens, Integrante do grupo de pesquisa: A jurisdição do Tribunal Penal Internacional e o direito brasileiro e Membro Acadêmica da Comissão de Direito Municipal da OAB/CE - Subseção Ibiapaba;

³⁴⁵ Advogada, Docente na Faculdade Via Sapiens e especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário.

O DIREITO DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Beatriz Martins Carvalho³⁴⁶
Francisca Isabel Freire Ibiapino³⁴⁷
Maria Karolainy Alves Morais³⁴⁸
Adriany Alves Silva Pontes³⁴⁹

Introdução: O Transtorno de Espectro Autista são alterações físicas e funcionais do cérebro e está relacionada ao desenvolvimento motor da linguagem e comportamento, segundo a Secretária de Saúde do Paraná. Fundamentada em pesquisas, é de suma importância ressaltar os desafios para inclusão de crianças autistas, respaldada na sua longa trajetória com autismo, a um imenso caminho na educação, e na sociedade em combate à violência, uma a cada três crianças com deficiência sofre de violência psicológica ou física, esse índice só tem crescido nas escolas públicas, e no ambiente familiar. **Objetivos:** O objetivo principal da pesquisa é oferecer um novo posicionamento e ponto de vista referente aos problemas de inclusão e socialização do TEA no ambiente escolar, o conteúdo aqui presente apresentado, baseia-se nos estudos realizados e práticas que vem sendo aplicadas atualmente no nosso país e mundo. Assim aguardamos que as seguintes diretrizes encontradas aqui, possam instigar novas estratégias eficazes de socialização e sistemas de apoio com maior eficácia de aplicação. **Metodologia:** Esta pesquisa tem por predileção metodológica o estudo bibliográfico e será realizada por meio de levantamento da produção científica na área a partir do ano de 2015. Realizamos um levantamento de estudos nacionais e internacionais que abordavam a inclusão escolar de crianças com TEA. Optamos pela pesquisa nesses portais por indexarem estudos sobre saúde e educação que são avaliados por comitês científicos antes de sua publicação, como: Literatura Latino- Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). São bibliotecas que oferecem serviços de busca com bases de dados de referência, cientificamente confiáveis e fácil acesso. **Resultados/Discussão:** Os direitos dos autistas no Brasil são assegurados por leis como a Berenice Piana e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI). ambas consideram pessoas com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), para todos os efeitos legais, como pessoas com deficiência. A lei vem para proteger e cuidar de nossas crianças, sendo autistas ou não, todas tem o direito de ser respeitadas e asseguradas pela sociedade e Estado direitos. **Conclusão:** Por fim, os estudos feitos para esta pesquisa modificaram o nosso pensamento sobre os direitos e principalmente sobre como a sociedade rege a essas crianças, indica a necessidade do meio social e do poder público em oferecer acolhimento, estrutura, tratamentos, acompanhamentos profissionais com objeto de minimizar a quantidade de crianças com autismo nessa situação. Lutar para que um dia se ofereça uma melhor qualidade de vida a essas crianças.

Palavras-chave: Autismo. Crianças. Sociedade. Direito.

³⁴⁶ Acadêmica de Direito – FVS

³⁴⁷ Acadêmica de Direito – FVS

³⁴⁸ Acadêmica de Direito – FVS

³⁴⁹ Professora do Curso de Direito, Psicologia, Administração e Ciências Contábeis da Faculdade Via Sapiens-FVS. Mestranda em Sociologia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UEVA (2019). Especialista em História e Geografia pela IEDUCARE(2013). Licenciada em Sociologia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UEVA(2011).

O ESTATUTO DE ROMA DO TPI: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

João Paulo Amancio Melo³⁵⁰

Rayane Miranda da Rocha³⁵¹

Raquel Medeiros Lima³⁵²

Weber Souza Oliveira³⁵³

Francisco Danilo de Souza Gomes³⁵⁴

Introdução: No cenário pós II Guerra Mundial o conceito de crimes internacionais se consolidou com um maior enfoque na proteção dos direitos humanos. Nesse contexto geopolítico, observou-se a necessidade de criar um mecanismo internacional que penalize atitudes que causem desordem no âmbito internacional de forma unificada e cooperada. Desse modo, é importante analisar os principais pontos do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI), importante mecanismo para assegurar a paz global. **Objetivos:** Este trabalho visa expor as principais características do Estatuto de Roma do TPI e sua importância no contexto global. **Metodologia:** O trabalho é de natureza bibliográfica, realizado por meio de livros e artigos especializados sobre o tema. **Resultados/Discussão:** O Estatuto de Roma é um tratado internacional que instituiu o Tribunal Penal Internacional. Atualmente, o Estatuto conta com a adesão de mais de cento e vinte Estados. No Brasil, encontra-se positivado por meio do Decreto nº 4.388 de 25 de setembro de 2002. Uma das características iniciais é que o TPI é um tribunal permanente, ou seja, não tem prazo para sua dissolução, diferentemente dos antecessores do TPI, tais como o Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda, que atuaram por prazo determinado. No tocante ao âmbito de atuação do TPI, é considerado complementar, isto é, ele não visa substituir ou se sobrepor sobre as jurisdições locais de cada país, mas sim atuar caso o sistema de justiça local não seja capaz de julgar ou se negue a fazer, sendo chamado pela doutrina de princípio da complementaridade. Outra característica é o objeto de sua jurisdição, o TPI julga os indivíduos e não os Estados, sendo assim, a responsabilidade é individual. No tocante aos tipos penais, sua competência abrange os crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crime de agressão. Portanto, é cristalino que o TPI atua de forma restrita mantendo assim seu caráter excepcional. **Conclusão:** Desse modo, foi possível expor de forma sintética as principais características do TPI e perceber sua importância, haja vista, a adesão de diversos países e a relevância dos crimes que são de sua competência, sendo importante mecanismo para punir indivíduos que queiram promover o caos mundial e assim evitar novos aspirantes a cometer atrocidades perpetradas outrora. **Palavras-chave:** Tribunal; Jurisdição; Crimes; Punição; Global.

³⁵⁰ Advogado. Pós-Graduado em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho e em Direito Privado pela Faculdade Legale. Pós-Graduando em Direito Público pela Faculdade Legale. Bacharel em Direito pela Faculdade Luciano Feijão (FLF). Vice-Presidente da Comissão de Direito Internacional da OAB Subseção Sobral/CE (2022). Membro do Grupo de estudos: "A jurisdição do Tribunal Penal Internacional e o direito brasileiro" da Faculdade ViaSapiens - FVS.

³⁵¹ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS. Membro do Grupo de estudos: "A jurisdição do Tribunal Penal Internacional e o direito brasileiro" da FVS.

³⁵² Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS. Membro do Grupo de estudos: "A jurisdição do Tribunal Penal Internacional e o direito brasileiro" da FVS.

³⁵³ Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Inta – UNINTA.

³⁵⁴ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito da Faculdade ViaSapiens - FVS.

O PAPEL DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU NA GUERRA DA RÚSSIA-UCRÂNIA

Laryssa Saraiva Barroso³⁵⁵

Isabel Cristina Chagas Braga³⁵⁶

Gisele Ribeiro Feitosa³⁵⁷

Francisco Danilo de Souza Gomes³⁵⁸

Introdução: No cenário mundial, muito se discute a respeito do papel da Organização das Nações Unidas, criada em 1945, com o objetivo de zelar pela paz, sua principal função é intervir mediante os conflitos para evitar que eventos tais como ocorridos no século XX, não venham a se repetir. Essa interferência, é exercida através do Conselho de Segurança, estando todos de acordo com a sanção imposta para o descumprimento do tratado de paz, a fim de manter a tranquilidade e a segurança internacional. Diante disso, o papel da ONU na Guerra da Ucrânia, não foi ativa em virtude de o Estado russo não reconhecer que está cometendo um ato ilícito.

Objetivos: Descrever os benefícios e as desvantagens dessa prática, bem como, as consequências delas dentro do ambiente internacional, além dos prejuízos, que podem acarretar, para o mundo e a sociedade no tocante a atuação da Organização das Nações Unidas.

Metodologia: Foi utilizada pesquisa bibliográfica, a respeito do tema, por meio de sites e notícias encontradas através das ferramentas de mídia, que abordam a importância do tema estudado.

Resultados/Discussão: A pesquisa mostrou a negligência da Organização das Nações Unidas (ONU) no que tange ao conflito, uma vez que não existe impedimento para sua interferência no início da guerra. Segundo o presente tema, a ONU tem um grande papel na duração da guerra e no número de mortes que ocorreram.

Conclusão: O estudo identificou, a necessidade de responsabilização da ONU e ações para o esclarecimento internacional, no tocante, a essa problemática. Logo, atendendo a essa demanda, de maneira clara e objetiva, poderá diminuir a insatisfação das mídias e da sociedade que se sentem inseguros, na gestão e atuação da ONU, no âmbito da resolução dos conflitos. Sendo assim, seria garantido o seguimento da verdadeira função, da entidade, relacionados ao tema explanado.

Palavras-chave: Organização das Nações Unidas. Paz. Conflitos. Conselho de Segurança. Negligência.

³⁵⁵ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³⁵⁶ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³⁵⁷ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³⁵⁸ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022).

O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NO CONFRONTO ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA

Jhonny Vieira Brito³⁵⁹

Laisa Sousa da Silva³⁶⁰

Valdemiro Chaves Carreiro³⁶¹

Vera Lúcia Peres da Silva³⁶²

Francisco Danilo de Souza Gomes³⁶³

Introdução: Os Estados Unidos está envolvido no confronto entre Rússia e Ucrânia, desde que se iniciou em 2014 com a anexação da Crimeia pela Rússia e a consequente instabilidade na região. Seu envolvimento nesse conflito é fundamental para suas pretensões econômicas e militares e ainda implementar a dinâmica das políticas sociais que envolvem essa disputa territorial a importância dessa mediação é a base para uma solução pacífica para o conflito. **Objetivos:** O objetivo deste resumo simples de artigo científico é analisar a atuação dos Estados Unidos no conflito entre Rússia e Ucrânia, bem como demonstrar sua importância para a manutenção da instabilidade e da paz na região. Além disso, o estudo busca avaliar as consequências destas ações para as relações internacionais e para a política global. **Metodologia:** A metodologia a ser utilizada neste trabalho é a pesquisa bibliográfica, com análise de artigos científicos, livros e reportagens, que tratam do tema em questão. Além disso, também será realizada uma pesquisa de fontes primárias, como discursos e pronunciamentos de autoridades norte-americanas sobre o conflito. **Resultados/Discussão:** O resultado da pesquisa aponta para a importância dos Estados Unidos no sentido de reunir esforços para promover a paz e a estabilidade política na região em conflito. Desde o início da crise o governo norte-americano tem se posicionado em defesa da integridade territorial da Ucrânia, adotando medidas no campo diplomático e na área econômica buscando pressionar a Rússia a recuar em suas ações agressivas, uma vez que a região é de grande importância para a economia mundial por ser um grande produtor exportador de grãos para vários países o que vem sendo prejudicado em função do conflito. As medidas adotadas pelos Estados Unidos visam punir o país agressor através de sanções econômicas, tais medidas buscam impactar

³⁵⁹ Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³⁶⁰ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³⁶¹ Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³⁶² Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³⁶³ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade Via Sapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade Via Sapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022)

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO ALIADO AO GERENCIAMENTO DE MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS

Mariana Ferreira Lima³⁶⁴

Francisca Elizangela Pedrosa Mendes³⁶⁵

Introdução: O planejamento é uma das funções administrativas de maior relevância no meio corporativo. É a partir dele que a empresa consegue definir seus objetivos, os meios necessários para executá-los e a forma de fazê-los. O planejamento estratégico do negócio é o ponto de partida para alcançar melhores resultados e obter um mapeamento detalhado das ações a serem realizadas e dos resultados obtidos. Desta forma, o gestor do negócio consegue trabalhar com precisão e clareza, encerrando, assim, com a imprecisa gestão por intuição. Esta necessidade amplia-se ao passo que as transformações digitais ocorrem, uma vez que, com as constantes mudanças no mercado, surge também a mudança no comportamento do consumidor. **Objetivos:** O estudo tem por objetivo elucidar a importância do planejamento estratégico para um melhor desempenho de micro e pequenos negócios. Almeja, também, contribuir com o conhecimento de ferramentas que podem ser utilizadas para esta atuação. **Metodologia:** O presente estudo foi realizado a partir de pesquisa descritiva bibliográfica em artigos científicos, dissertações e livros didáticos. **Resultados/Discussão:** Durante o processo de planejamento é necessário seguir uma sequência lógica de ações para obter um resultado positivo. Inicialmente é preciso realizar um diagnóstico preciso da empresa com a análise de ambientes. Uma ferramenta essencial para esse processo é a Análise SWOT, que averigua os ambientes internos com suas forças e fraquezas, e externo com as oportunidades e ameaças do empreendimento. Com a coleta de informações, o gestor consegue definir os objetivos com metas realistas e um Plano de Ação com cronograma de ações, responsáveis designados e prazos estipulados, podendo, quando necessário, realizar alterações. Com a realização das ações, torna-se indispensável a análise dos resultados. Desta forma, além das métricas das atuações é preciso ter um acompanhamento financeiro do Fluxo de Caixa da empresa, para avaliar os avanços ou regressões do período. **Conclusão.** Portanto, é possível observar que o planejamento estratégico vai além de definir ações a serem realizadas. Nele é possível avaliar toda a empresa de forma precisa e eficiente, a fim de manter alinhada as políticas institucionais com o desenvolvimento do negócio, alcançando melhores resultados. Entende-se também que, independente do porte do negócio, um bom planejamento é essencial para que este torne-se duradouro e rentável. Para isso é preciso que os micro e pequenos empreendedores compreendam a importância de planejar o seu negócio, utilizando as ferramentas necessárias para facilitar o processo e desvinculem-se da gestão por intuição. **Palavras-chave:** Planejamento Estratégico; Ferramentas Administrativas; Gerenciamento.

³⁶⁴ Graduanda em Administração e Ciências Contábeis pela Faculdade ViaSapiens – FVS, Integrante do grupo de pesquisa: A aplicabilidade das normas brasileiras da Contabilidade para as micro e pequenas empresas

³⁶⁵ Professora dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. MBA em Gestão de Pessoas pelo Centro Universitário INTA - UNINTA. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Possui larga experiência em Finanças Corporativas. Já atuou como líder de equipes de alta performance nas áreas de Finanças, Contabilidade, Planejamento Orçamentário

O PRINCÍPIO DA NÃO EXTRADIÇÃO DE BRASILEIROS NATOS

Valéria Rodrigues Lopes³⁶⁶

Gislayne Moura Sampaio³⁶⁷

Maria Eduarda Alves Sampaio³⁶⁸

Francisco Danilo de Sousa Gomes³⁶⁹

Introdução: Ao analisar-se a Constituição Federal de 1988, percebe-se que em seu artigo 5º, inciso LI, o princípio constitucional da não extradição de brasileiros natos, cuja redação afirma expressamente que “nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei”. Por sua vez, entende-se que a extradição é um ato de cooperação internacional que envolve o Brasil e algum outro país. De acordo com a lei há distinção entre brasileiros natos e naturalizados, visto que em alguns crimes o naturalizado poderá ser extraditado, entretanto o brasileiro nato nunca será extraditado, por ter proteção constitucional. **Objetivos:** Busca-se analisar a relação entre o Estado brasileiro sob a perspectiva da não tradição de brasileiros natos fazendo assim uma análise entre o direito internacional público e o direito brasileiro. **Metodologia:** O presente resumo simples tem como fonte de pesquisa, uma pesquisa científica de cunho bibliográfica, para tanto utilizou-se, artigos científicos, dissertações de mestrado, e reportagens com o intuito de responder os objetivos propostos. **Resultados/Discussão:** Entende-se que o brasileiro nato será julgado e condenado no Brasil por qualquer crime que venha a cometer em território nacional. Contudo, a uma possibilidade para que o brasileiro nato seja extraditado. Neste caso, em conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), trata-se da perda da nacionalidade brasileira. Em decisão no caso de Cláudia Cristina Sobral, sem precedentes, o STF considerou que a perda de nacionalidade brasileira prevista no artigo 12, parágrafo 4, da CF, deveria ser aplicada ao caso em virtude de Cláudia ter adquirido nacionalidade americana, devendo assim ser extraditada para EUA. **Conclusão:** Conclui-se que com esta pesquisa, temos em consideração a nossa Constituição Federal que trata da nacionalidade e de direitos e garantias fundamentais, o privilégio do brasileiro nato não ser extraditado em nenhuma hipótese, por qualquer crime que seja, devido a sua proteção legal vigente na Carta Magna. **Palavras-chave:** Brasileiro; Constitucional; Crime; Extradicação.

³⁶⁶ Acadêmica de Direito – FVS.

³⁶⁷ Acadêmica de Direito – FVS.

³⁶⁸ Acadêmica de Direito – FVS.

³⁶⁹ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022).

O PRINCÍPIO DO NE BIS IDEM E O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

João Élicris Pessoa da Silva³⁷⁰

Herânio Pinto dos Santos³⁷¹

João Honorato Linhares³⁷²

Francisco Danilo de Souza Gomes³⁷³

Introdução: Inicialmente, o artigo 20 do decreto do Tribunal Penal Internacional (TPI) determina expressamente as seguintes disposições sobre o princípio *Ne bis in idem*; “Salvo disposição contrária do presente Estatuto, nenhuma pessoa poderá ser julgada pelo Tribunal por atos constitutivos de crimes pelos quais esta já tenha sido condenada ou absolvida” ou seja uma vez condenada por crimes mesmo que seja crimes de caráter internacional não poderá ser julgada pelo Tribunal Penal Internacional, inclusive na hipótese de absolvição. **Objetivos:** O presente artigo tem por finalidade entender as regras da aplicação do princípio do *ne bis in idem* no âmbito do tribunal penal internacional, ou seja, apresentar que nenhum ser humano pode ser julgado ou condenado mais de uma vez pela prática do mesmo crime. **Metodologia:** O presente trabalho foi constituído por uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfica, onde baseou-se na análise interpretativa dos artigos 20 e 80 do decreto número 4.388, de 25 de setembro de 2002, que de fato regulamenta o Tribunal Penal Internacional (TPI). **Resultados/Discussão:** Nessa perspectiva, entende-se que com a aplicação do artigo 20 e 80 do decreto de número 4.338, sabe-se que não poderá cumprir pena no âmbito nacional e internacional pelo mesmo crime e nada impedirá a aplicação do direito interno, salvo na hipótese de ineficiência, erro ou imparcialidade do julgamento, conforme prescreve o artigo 20 do decreto que regulamenta o Tribunal penal Internacional. **Conclusão:** Portanto, se vê a aplicabilidade do princípio para que o direito interno e externo seja aplicado para o mesmo crime quando o direito interno o regulamenta. A aplicabilidade do princípio para hipótese de cumprir uma única pena dentro do país onde ocorreu a ação. Observa-se que o princípio impede que o criminoso pague a pena duas vezes. Nesse caso chega-se a conclusão da aplicação do princípio do *ne bis in idem* para que a pena não seja duplicada, mas que se faça cumprir uma única vez. **Palavras-chave:** Princípio; Tribunal Penal Internacional; *Ne bis in idem*.

³⁷⁰ Acadêmico de Direito – FVS.

³⁷¹ Acadêmico de Direito – FVS.

³⁷² Acadêmico de Direito – FVS.

³⁷³ Professor de Direito – FVS.

A CRISE HUMANITÁRIA DO COVID-19 E SUA REPERCUSSÕES NO ESTADO BRASILEIRO

Weber Sousa Oliveira³⁷⁴

Nhandejara de Carvalho Costa³⁷⁵

Bruno Cavalcante Frota³⁷⁶

Introdução: O direito à saúde é de caráter fundamental, sendo reservado no artigo, 5, caput da Carta Magna, vejamos: “Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). Dessa forma, por se tratar de um direito diretamente ligado com a qualidade de vida da população e por ser um princípio que está diretamente associado ao princípio universal da dignidade humana, entende-se ser um assunto que merece ser discutido e analisado pela comunidade acadêmica. **Objetivos:** Busca-se compreender o direito a saúde no Estado brasileiro durante o momento de pandemia do Covid-19. **Metodologia:** Este resumo foi constituído por uma pesquisa qualitativa com procedimentos técnicos sendo executados através da pesquisa bibliográfica. **Resultados/Discussão:** Ao falar-se sobre o direito a saúde, compreende-se que este direito se encontra amparado pelo princípio da dignidade da pessoa humana, uma vez que o bem-estar do indivíduo é uma das características que se sustenta este direito. Dito isso, Ingo Wolfgang Sarlet (2002, p. 62) explica que a dignidade humana é a qualidade: “intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável”. Ao falarmos sobre os impactos da Covid-19 na população brasileira, podemos encontrar inúmeras situações relacionadas a propriedade, o ativismo judicial e, também, a saúde. **Conclusão:** Podemos concluir que assim como inúmeros outros Estados, o Estado brasileiro não estava pronto para os efeitos decorrentes da pandemia do Covid-19. Dessa forma, foi necessário um conjunto de atitudes do Estado em parceria com entidades privadas para que assim fosse possível minimizar os dados decorrentes da pandemia. **Palavras-chave:** Crise; Covid-19; Estado; Brasil.

³⁷⁴ Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Inta – UNINTA.

³⁷⁵ Professora do Curso de Enfermagem e Direito da FVS.

³⁷⁶ Coordenador do Curso de Enfermagem da FVS.

OS CRIMES DE GENOCÍDIO E A JURISDIÇÃO DO TPI

Pedro Rubens Gonçalves Lopes³⁷⁷

Gabriel de Azevedo Sousa³⁷⁸

Isabele Porzelt³⁷⁹

Túlio Arruda da Ponte Lopes³⁸⁰

Introdução: Antes de explorar o tema supracitado, é importante sabermos o significado do termo genocídio e a origem dessa nomenclatura. A palavra genocídio, do grego *genos* significa tribo, raça e do latim *cide* – significa matar, é usada para fazer referência ao ato de exterminação sistemática de um grupo étnico ou a todo ato que tenha como principal objetivo o extermínio de um aspecto cultural fundamental de um povo. **Objetivo:** Entender sobre a jurisdição do TPI em relação a crimes de genocídio. **Metodologia:** Para a realização deste trabalho foram utilizados artigos científicos que falam sobre crimes de genocídios como fontes de pesquisas. **Resultado/Discussão:** O termo genocídio foi utilizado pela primeira vez em 1944 por Raphael Lemkin, jurista polonês que contribuiu durante e depois do período da Segunda Guerra Mundial para construção das leis internacionais acerca desse crime. Podemos citar como exemplo de genocídio o holocausto que ocorreu na Alemanha durante a segunda Guerra Mundial, onde a perseguição foi intensa e cerca de 6 milhões de judeus morreram. Mortes essas resultantes de militares do regime nazista que pregavam a superioridade de sua raça desprezando e massacrando todos que não se adequavam aos padrões adotados por eles. **Conclusão:** Nesse contexto, o objetivo do TPI é julgar indivíduos acusados de cometer crimes de guerra, crimes contra a humanidade, genocídio e crimes de agressão. O Tribunal Penal Internacional atua apenas em casos nos quais os Estados nacionais não possuem a capacidade ou vontade políticas para julgar os crimes, o tribunal não tem poder de julgar Estados ou organizações internacionais, somente indivíduos. O TPI tem jurisdição sobre os 123 Estados-partes que ratificaram o Estatuto de Roma, incluindo a União Europeia. O tribunal pode julgar crimes cometidos em qualquer lugar do mundo, desde que haja a presença de um acusado em seu território ou que o crime tenha sido cometido por um nacional do Estado-parte. Dessa forma, o TPI é considerado uma ferramenta importante para a proteção dos direitos humanos e para a punição de crimes graves. No entanto, o tribunal enfrenta críticas, principalmente de países não signatários do Estatuto de Roma, que preferem manter a soberania nacional sobre a justiça e têm receio de que o TPI possa ser usado para fins políticos. **Palavras-chave:** Tribunal. Guerra. Direitos Humanos.

³⁷⁷ Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³⁷⁸ Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³⁷⁹ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

³⁸⁰ Professor de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

O TPI E O CASO DE VLADIMIR PUTIN: UMA ANÁLISE A LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL

Antonia Vitoria dos Santos Cunha³⁸¹

Antonio Gustavo Mendes³⁸²

Luis Gustavo Urias Cezario³⁸³

Francisco Danilo de Souza Gomes³⁸⁴

Introdução: Em fevereiro de 2022, com aproximação da Ucrânia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o líder político da Rússia, Vladimir Putin, utilizando-se da percepção que ameaças cercam o seu país, iniciou uma guerra buscando a anexação do território ucraniano. Com o decorrer do conflito, a comissão de investigação da Organização das Nações Unidas (ONU) afirmou ter evidências de violação aos direitos humanos. Levando em conta este fato, o Tribunal Penal Internacional (TPI), emitiu mandado de prisão contra o atual presidente da Rússia, Vladimir Putin, e a comissária russa para infância, Maria Lvova-Belova, acusando ambos de deportação ilegal de crianças ucranianas. **Objetivos:** Este trabalho objetiva analisar sob a ótica do direito internacional o funcionamento do mandado de prisão emitido pelo TPI e quais consequências este fato pode acarretar para o líder russo. **Metodologia:** Foram utilizados métodos qualitativos e bibliográficos de pesquisa, por meio de artigos e jurisprudências que tratam sobre o assunto. Além disso, canais de comunicação como sites de notícias que narram os fatos do conflito serviram de base para a pesquisa. **Resultados/Discussão:** Em suma, o mandado de prisão contra Putin e Maria Lvova destaca a complexidade das relações internacionais. Visto que, esse mandado possui potencial de promover a responsabilização da Rússia por violações de direitos humanos em conflitos armados, contudo existem motivos que impedem a resolução dessa ordem judicial. A Rússia não é signatária do Estatuto de Roma, não estando sujeita à jurisdição do TPI, dessa forma limitando a capacidade do tribunal de agir nessa situação. Contudo, a Ucrânia é um Estado membro e o Tribunal Internacional pode julgar conflitos ocorridos em países membros que sofram ataques de não signatários. **Conclusão:** Conclui-se que essa situação destaca a complexidade das relações internacionais, podendo gerar diversos efeitos, desde a dificuldade que o presidente da Rússia pode encontrar para realizar visitas diplomáticas em Estados signatários do TPI, como o Brasil, até a maneira que este conflito pode incentivar a ocorrência de outras disputas, sendo um claro exemplo o caso da China e Taiwan. **Palavras-chave:** Prisão; Crimes; Guerra; Rússia; Ucrânia.

³⁸¹ Acadêmica de direito – FVS. Membro do grupo de estudos: Reflexões jurídicas acerca da guerra Rússia-Ucrânia: um olhar sob a ótica do direito internacional humanitário.

³⁸² Acadêmica de direito – FVS. Membro do grupo de estudos: Reflexões jurídicas acerca da guerra Rússia-Ucrânia: um olhar sob a ótica do direito internacional humanitário.

³⁸³ Acadêmica de direito – FVS. Membro do grupo de estudos: Reflexões jurídicas acerca da guerra Rússia-Ucrânia: um olhar sob a ótica do direito internacional humanitário.

³⁸⁴ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022).

O USO INDEVIDO DA IMAGEM DO TRABALHADOR E A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO

Hagata Nicolle Gomes Lima³⁸⁵

Rayane Miranda da Rocha³⁸⁶

Raquel Medeiros Lima³⁸⁷

Francisco Danilo de Souza Gomes³⁸⁸

Introdução: Devido o desenvolvimento dos meios de comunicação e distribuição de informação nas redes sociais, os intérpretes são cada vez mais chamados a lidar com as afrontas aos direitos da personalidade, fato que também ocorre nas relações trabalhistas. Por vez, presenciemos situações que são vistas como “meras brincadeiras” para aqueles que às praticam, mas que a luz do direito brasileiro podem resultar em ações judiciais, como por exemplo o uso indevido da imagem ou a humilhação pública, principalmente nas relações de trabalho. **Objetivos:** O presente resumo simples tem como objetivo principal analisar a possibilidade de indenização através do uso indevido da imagem do trabalhador por parte de seu empregador. **Metodologia:** Para alcançar os resultados esperados para o presente estudo, utilizar-se-á a pesquisa de cunho bibliográfica através de artigos científicos, doutrinas e jurisprudências. **Resultados/Discussão:** Por vezes, a exposição da imagem do funcionário ocorre sem autorização do mesmo e, em outras vezes, tal exposição resulta diretamente em situações desconfortáveis ou humilhantes. Dessa forma devemos nos questionar: É possível indenização sobre a utilização indevida da imagem do trabalhador? Podemos encontrar a resposta para tal questionamento tanto na doutrina como, também, nos entendimentos jurisprudências, conforme podemos extrair da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-4), no Recurso Ordinário - RO 0001160-53.2014.5.04.0351. No julgado em questão, a 2ª turma da corte do tribunal regional reconheceu que uma vez que a imagem do trabalhador seja utilizada sem sua devida autorização, faz jus o empregador reparar o empregado por tal situação, com fundamento no artigo 20 do CC. **Conclusão:** Conclui-se que é possível o direito de indenização por parte do trabalhador a partir do momento da utilização indevida de sua imagem por parte do empregador, com fundamento do artigo 20 do código civil brasileiro. Contudo, devido o grande aumento dos casos envolvendo este assunto, acredita-se ser necessário uma legislação específica para tratar sobre a temática visando assim suprir as lacunas jurídicas. **Palavras-chave:** Direito do trabalho; Empregado; Empregador.

³⁸⁵ Acadêmica de Direito – FVS.

³⁸⁶ Acadêmica de Direito – FVS.

³⁸⁷ Acadêmica de Direito – FVS.

³⁸⁸ Professor de Direito – FVS.

CRIMES CONTRA A HONRA NO MEIO DIGITAL

Luiz Gustavo Melo Alves³⁸⁹

Mateus Araújo Penha³⁹⁰

Túlio Arruda Da Ponte Lopes³⁹¹

Introdução: Os crimes contra a honra estão previstos no capítulo V do código penal, são eles a calúnia, a difamação e a injúria, que atingem o direito fundamental à honra previsto na constituição federal, esses crimes não estão alheios do meio digital. São considerados de crimes cibernéticos abertos quando cometidos na internet, e por se tratar de crimes em que o meio utilizado veio se aprimorando rapidamente nos últimos anos, existe uma dificuldade do direito acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade nesse meio. **Objetivos:** Esse estudo tem por finalidade conceituar os crimes contra a honra e fazer uma análise dos crimes contra a honra que ocorrem no meio digital. **Metodologia:** O presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, descritiva, baseando-se no código penal brasileiro, artigos sobre o tema e em demais legislações presentes no ordenamento jurídico brasileiro. **Resultado/Discussão:** Os crimes contra a honra são crimes de menor potencial ofensivo, entretanto, eles podem deixar essa esfera a depender das circunstâncias. Ao estudarmos os crimes contra a honra, analisamos a honra em duas áreas, a honra objetiva, que é atingida pelos crimes de calúnia e difamação, e a honra subjetiva, que é atingida no crime de injúria. O crime de difamação ocorre quando uma pessoa imputa, falsamente, um fato criminoso a alguém, a difamação é atribuir um fato não criminoso a alguém que manche sua imagem perante a sociedade e a injúria ocorre com a ofensa a dignidade de alguém podendo ocorrer verbalmente, por escrito e até fisicamente. Não estando alheios ao meio digital, os crimes contra a honra também estão presentes nos meios digitais, podendo ocorrer de várias formas, em comentários, postagens, entre outros meios disponíveis pelas plataformas. A legislação atual já abrange sobre os crimes contra a honra no meio digital, além de apresentar a possibilidade de retratação, entretanto, existem algumas dificuldades para a justiça a respeito desses crimes no meio digital, por exemplo: o anonimato, e até mesmo casos em que os crimes não são comunicados ao judiciário, se enquadrando nas cifras negras. É importante ressaltar que, para os crimes contra a honra, por regra, a ação penal é privada. **Conclusão:** os crimes de injúria, difamação e calúnia atingem a honra da pessoa, nesses crimes, por regra, a ação penal é privada. Podendo ser cometidos nos meios digitais, o código já apresenta normas para esses casos, existindo algumas dificuldades do direito acompanha alguns casos no meio digital. **Palavras-chave:** crimes contra a honra. Meio digital. Calúnia. Difamação. Injúria.

³⁸⁹ Acadêmica de Direito – FVS.

³⁹⁰ Acadêmica de Direito – FVS.

³⁹¹ Professor de Direito – FVS.

LAWFARE

Luiz Gustavo Melo Alves³⁹²

Túlio Arruda da Ponte Lopes³⁹³

Introdução: O termo *lawfare* pode ser entendido como a utilização do direito como uma arma, para alcançar um fim político-social, um tipo de assédio judicial que tem como objetivo calar o adversário ou minar a sua credibilidade perante à sociedade. O termo *lawfare* foi criado na década de 1970 e ganhou dimensão militar em 2001, mas a sua prática está presente em diversas sociedades do passado. **Objetivos:** Esse estudo tem por finalidade fazer apontamentos sobre o conceito de *lawfare* e apresentar alguns exemplos de *lawfare* nas sociedades. **Metodologia:** o presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, descritiva, baseando-se em artigos científicos e livros sobre o tema. **Resultado/Discussão:** o direito surge e desenvolve-se, para consecução dos objetivos buscados pela sociedade, como, por exemplo, a manutenção da paz, a ordem, a segurança e o bem-estar comum, de modo a tornar possível a convivência e o progresso social, entretanto o direito também pode ser utilizado para perseguir pessoas, se enquadrando no *lawfare*. *Lawfare* era utilizado para se referir à instrumentalização do direito como uma arma complementar às armas bélicas das guerras e embates físicos tradicionais, mas com a diminuição de casos de conflitos armados, o termo ganhou novo significado, sendo atualmente atrelado ao uso da lei como substituto das armas bélicas e da própria guerra militar, com aparência de legalidade, e essa aparência de legalidade é criada com o auxílio da imprensa. O professor estadunidense Orde Kittrie em sua obra “*lawfare: a lei como arma de guerra*” estabelece três dimensões do *lawfare* em sua obra, a escolha da jurisdição, a escolha de legislação e as externalidades. Para ocorrer o *lawfare* é necessário uma pessoa ou instituição ter o poder de julgar e utilizar a lei como uma arma, no decorrer da história várias pessoas tiveram a posse desse poder. Mesmo o *lawfare* ter sido denominado recentemente, ele já estava presente em várias sociedades antigas, que utilizavam a lei como forma de perseguir e julgar injustamente, para exemplo é o caso de Jesus, o caso de Sócrates, e no Brasil um dos principais casos de *lawfare* que é apresentado é o caso da operação “Lava Jato”. **Conclusão:** O *lawfare* é a utilização da lei como uma arma de perseguição política, ela apresenta características de aparência de legalidade, e a imprensa auxilia para a criação dessa aparência. Mesmo que sua tipificação tenha sido atribuída recentemente, ela já estava presente nas sociedades pretéritas. **Palavras-chave:** *lawfare*. Direito. Lei. Arma.

³⁹² Acadêmico de Direito – FVS.

³⁹³ Graduado em direito pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Professor do curso de Direito da faculdade ViaSapiens – FVS. Especializado em Direitos Sociais e políticas públicas com foco em direito tributário pelo Centro de Educação Tecnológica Darcy Ribeiro.

MARKETING DIGITAL DO ADVOGADO 4.0

Luiz Gustavo Melo Alves³⁹⁴

Francisco Maxwanio Parente De Vasconcelos³⁹⁵

Introdução: O marketing é uma ferramenta crucial para o crescimento profissional de qualquer empresa, não sendo diferente para a advocacia, entretanto para a advocacia o marketing e o marketing digital apresentam algumas limitações, e o descumprimento dessas limitações podem gerar sanções para o advogado. **Objetivos:** Esse estudo tem por finalidade conceituar o marketing jurídico no meio digital e apresentar algumas das limitações e estratégias para o marketing jurídico. **Metodologia:** O presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, descritiva, baseando-se no código de ética da OAB, artigos científicos sobre o tema e em demais legislações presentes no ordenamento jurídico brasileiro. **Resultado/Discussão:** segundo a OAB, o Brasil tem mais de 1.3 milhão de advogados regularmente cadastrados, dessa forma é necessário que o advogado se destaque para ser mais requisitado por clientes, e a melhor forma dele se destacar é por meio do marketing, mas é apresentado algumas limitações e regras para ocorrer o marketing jurídico, a principal regra é que o marketing jurídico tem caráter informativo, sendo feito por meio da publicidade, sendo vetado a propaganda, outras limitações estão no artigo 40 da resolução N° 02/2015-CFOAB. Os avanços tecnológicos e das redes sociais desenvolveu uma nova espécie de marketing, que mudou a forma de fazer marketing, sendo o principal o *inbound* marketing, sendo muito utilizado no marketing jurídico, sendo estudado a área que o advogado atua, o público-alvo e a rede social utilizada. Existem estratégias que são essenciais para o desenvolvimento do advogado no meio digital, o principal, que já foi abordado, é conhecer o código de ética, as resoluções e os provimentos da OAB, outra estratégia é criar uma conta profissional, dessa forma há distinção sobre as funções e atribuições do escritório e a vida pessoal do advogado, fazer uma boa gestão de redes sociais, é essencial um equilíbrio do que é postado, é necessário dialogar com seus futuros clientes, dessa forma é passado o sentimento de confiança no seu trabalho, outro ponto crucial é saber o que vai postar, o que o advogado posta pode atingir o código de ética, mas também pode desvincular sua página do seu objetivo principal. **Conclusão:** O marketing é essencial para o crescimento profissional de qualquer empresa, para a advocacia é apresentado algumas regras para o marketing e o marketing digital, e o principal marketing utilizado é o *inbound* marketing. Existem algumas estratégias que são fundamentais para aprimorar o marketing jurídico digital. **Palavras-chave:** Marketing. Marketing digital. Marketing jurídico. Código de ética. Advogado.

³⁹⁴ Acadêmica de Direito – FVS.

³⁹⁵ Coordenador do Curso de Direito da FVS.

OS CRIMES CIBERNÉTICOS DA DEEP WEB E OS SEUS ENTRAVES NA LEGISLAÇÃO PENAL BRASILEIRA

Yasmin Gomes Pereira³⁹⁶

Maria Clara Gomes Linhares³⁹⁷

Ana Beatriz Nascimento Martins³⁹⁸

Tulio Arruda Ponte Lopes³⁹⁹

Introdução: A Deep Web é uma parte da internet que não é acessível pelos mecanismos de busca convencionais, pois ela abriga diversos tipos de atividade ilícitas e criminosas, no qual pode ocorrer com relativa impunidade. Isso ocorre porque os seus usuários podem manter o anonimato, sendo dificultoso rastrear suas atividades. **Objetivos:** O vigente estudo tem como fito analisar as problemáticas acerca do caráter punitivo e investigativo dos crimes. Um dos entraves na legislação brasileira é a falta de cooperação internacional para rastrear os criminosos que atuam na Deep web, bem como a escassa capacitação e recursos das autoridades competentes para investigar e combater tais crimes. Nesse contexto, os policiais e o Ministério Público não dispõem de equipamentos, softwares ou pessoal especializado para lidar com esse tipo de crime cibernético. Além disso, há uma carência de normas e protocolos específicos para regular a atuação das autoridades nesse âmbito. **Metodologia:** O método utilizado na pesquisa trata-se do explicativo, que busca conectar ideias de modo a explicar as causas e os efeitos de determinado acontecimento. Para isso, foram utilizadas doutrinas, notícias e dados estatísticos sobre o assunto, expondo de forma clara a problemática acerca do tema. **Discussão:** Nessa perspectiva, é notória a adversidade que a legislação penal encontra para a sua eficácia concreta, é primordial conscientizar a população sobre os riscos e as consequências de acessar ou participar de atividades ilícitas nesse meio. Nesse prisma, ela representa apenas uma pequena fração da internet, mas é um espaço que desafia as leis e a ética oferecendo diversos riscos para quem acessa. **Conclusão:** Por fim, é fulcral analisar medidas para aprimorar a legislação brasileira e sua capacidade de enfrentar os crimes na Deep web, bem como a complexidade para enfrentar tais violações. Inúmeros delitos compartilhados na Internet profunda violam de forma brutal e extrema a dignidade da pessoa humana, sendo necessário promover uma cultura de respeito aos direitos humanos e valores éticos. **Palavras-chave:** DeepWeb. Crimes virtuais. Legislação Penal.

³⁹⁶ Acadêmico de Direito – FVS, integrante do Grupo de Estudos Tribunal Penal Internacional;

³⁹⁷ Acadêmico de Direito – FVS, integrante do Grupo de Estudos Tribunal Penal Internacional;

³⁹⁸ Acadêmico de Direito – FVS, integrante do Grupo de Estudos Tribunal Penal Internacional;

³⁹⁹ Professor de Direito – FVS.

OS CRIMES DE AGRESSÃO E A JURISDIÇÃO DA TPI

Antonio Henrique da Silva Araújo⁴⁰⁰

Bruna Ivyna Aguiar Araújo⁴⁰¹

Rikelma Pinheiro Rodrigues⁴⁰²

Francisco Danilo de Souza Gomes⁴⁰³

Introdução: O Tribunal Penal Internacional é um organismo global permanente, criado pelo Estatuto de Roma para julgar indivíduos acusados de praticar as mais bárbaras atrocidades. Perante isso, é evidente que os crimes de agressão contra a humanidade estão e sempre estiveram presente em nossa existência, sendo a paz um fenômeno raro e objetivado pelos indivíduos. Com isso, percebe-se a grande importância desse órgão internacional na resolução de conflitos que possam lesar a soberania, integridade territorial ou autonomia de outro Estado, como também apurar e julgar pessoa incriminada por cometer genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e de agressão, pois esses sujeitos não devem ficar impunes após cometerem tais atrocidades. Diante disso, vale ressaltar a importância da preservação da soberania de cada país, razão pela qual o TPI somente deve agir se o Estado em que ocorreu o fato não conseguir ou não desejar realizar os procedimentos criminais cabíveis. **Objetivo:** Analisar o poder exercido pelo Tribunal Penal Internacional em face dos crimes cruéis de grande impacto global, com o intuito de estabelecer justiça no país em que opere e resguardar a paz e a segurança jurídica daquele território. **Metodologia:** Abordagem quantitativa, com a utilização de procedimentos bibliográficos e explicativos. **Resultado/Discussão:** A temática abordada apresenta a importância, dentre outros aspectos, a resolução de conflitos e, por conseguinte, um denso olhar sobre os elementos do crime de agressão e suas particularidades, como também as causas de exclusão da responsabilidade criminal internacional e os desafios na ativação da jurisdição sobre o crime de agressão. **Conclusão:** Sendo assim, o Tribunal Penal Internacional, um órgão de suma importância e necessário para a humanidade deve ser preservado e mantido. Assim como a soberania dos países, para que a deliberação dessas inconformidades seja feita de forma efetiva e aprimorada, dando continuidade ao maior intuito disso que é a harmonia global. **Palavras-chave:** Estado; Tribunal Internacional; Conflitos.

⁴⁰⁰ Aluno do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens. Integrante do grupo de estudos sobre o Tribunal Penal Internacional.

⁴⁰¹ Aluna do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens. Integrante do grupo de estudos sobre o Tribunal Penal Internacional.

⁴⁰² Aluna do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens. Integrante do grupo de estudos sobre o Tribunal Penal Internacional.

⁴⁰³ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022).

OS CRIMES DE COMPETÊNCIA JURISDICIONAL DO TPI

Beatriz Rodrigues Nascimento⁴⁰⁴

Beatriz Martins Carvalho⁴⁰⁵

Erlane Fernandes Lima⁴⁰⁶

Francisco Danilo de Souza Gomes⁴⁰⁷

Introdução: O Tribunal Penal Internacional (TPI) foi o primeiro tribunal penal internacional permanente. Foi constituída em Haia, Holanda, em 2002, sob o artigo 3 do Estatuto de Roma. O objetivo do TPI é promover o direito internacional, e sua função é considerar indivíduos, não estados. Na década de 1990, dois tribunais internacionais temporários foram estabelecidos para julgar criminosos cometidos durante a guerra civil na ex-Iugoslávia. O tribunal de Haia é o primeiro tribunal internacional desde os tribunais de Nuremberg e Tóquio, criados pelos Aliados para castigar crimes cometidos por alemães e japoneses durante a Segunda Guerra Mundial. **Objetivos:** Em virtude da importância do Tribunal Penal Internacional para a composição da ordem mundial, acredita-se ser necessário compreender quais são os crimes de sua competência jurisdicional, sendo este o objetivo principal do presente resumo simples. **Metodologia:** Com o intuito de alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos científicos, sites e materiais em canais de comunicação. **Resultados/Discussão:** O TPI é uma corte internacional cujo objetivo é promover a preservação dos direitos humanos e julgar os indivíduos que cometam crimes de genocídios, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crimes de agressão. Ela é uma corte de última instância, isto é, o TPI não agirá se um caso foi ou estiver sendo investigado ou julgado pelo Estado-membro. Além disso, o TPI só julga casos que ele considerar extremamente graves. Em todas as suas atividades, o TPI observará os padrões de julgamento justo e imparciais não sendo permitido a criação de tribunais de exceções, como o tribunal de Nuremberg. **Conclusão:** Acredita-se que a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI) foi fundamental para manter a paz e a ordem no direito internacional, transmitindo para os representantes de Estados que atos que violem a dignidade humana serão tolerados e os seus respectivos responsáveis serão processados e julgados. **Palavras-chave:** Tribunal Penal Internacional; Competência; Crimes.

⁴⁰⁴ Aluna do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.

⁴⁰⁵ Aluna do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.

⁴⁰⁶ Aluna do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.

⁴⁰⁷ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022).

OS CRIMES DE GUERRA E A JURISDIÇÃO NO TPI

Vanessa Vitória Alves de Almeida⁴⁰⁸

Verônica Sales de Lima⁴⁰⁹

Elisama de Abreu Braga⁴¹⁰

Francisco Danilo de Souza Gomes⁴¹¹

Introdução: Em junho de 1998, em Roma, foi realizada a conferência para o estabelecimento do Tribunal Penal Internacional, adotando o estatuto de Roma que constituiu o TPI como uma instância jurisdicional de caráter permanente e independente, sendo sujeito de personalidade jurídica internacional, julgando os mais graves crimes cometidos contra a humanidade, como por exemplo os crimes de guerras. **Objetivos:** O presente trabalho busca analisar a jurisdição do tribunal penal em específico nos crimes de guerra, sob uma perspectiva geral das atribuições a este tribunal estabelecidos de como, quando e até onde esses poderes têm efetividade respeitando o princípio da soberania. **Metodologia:** O método de pesquisa utilizado por este estudo foi qualitativo e bibliográfico, por meio de tratados internacionais e revistas acadêmicas no que concerne ao tema. **Resultados/Discussão:** O Tribunal Penal Internacional não possui competência para julgar Estados nacionais, somente indivíduos, com restrições estabelecidas legalmente, dessa maneira sua jurisdição não é universal, a efetividade do TPI depende da colaboração entre os estados, pois cada estado possui monopólio de uso da força por exercício de sua soberania, sua atuação se limita aos países signatários do Estatuto de Roma, esta falta de alcance deixou que alguns crimes fossem absolutos aumentando a possibilidade de represálias ilegais de países com maior poder militar e político. Mesmo crimes de guerras cometidos por países não signatários sofrem pelas manifestações do TPI e de tratados internacionais, por constrangimento político e internacional. Conforme o artigo 8º, do Estatuto de Roma os crimes de guerra são aqueles que violam as Convenções de Genebra de 1949, entende-se que são estes crimes, aqueles que fazem parte de uma conduta criminosa cometida em larga escala dentro de um plano ou de uma política. **Conclusão:** Conclui-se que os Estados que firmaram a ratificação em participar dos mecanismos oferecidos pelo Tribunal, comprometeram-se a cooperar para efetividade da instituição e que o julgamento do TPI é suplementar, logo, só será fomentado se o Estado encarregado pela pena do sujeito infringente não efetivar, por tanto sua jurisdição se limita a jurisdição da soberania interna, visto que para que possa ter jurisdição é preciso que todos os mecanismos internos de um Estado de combate à um crime tenham falhado. **Palavras-chave:** Direito internacional; Crimes de Guerra; Jurisdição.

⁴⁰⁸ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.

⁴⁰⁹ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.

⁴¹⁰ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.

⁴¹¹ Coordenador do NEXTIC e Professor da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em Direito Internacional (2022). Especialista em Direito e Processo Penal (2022).

OS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E O DIREITO BRASILEIRO

Hagata Nicolle Gomes Lima⁴¹²

Humberto Ribeiro Lima Neto⁴¹³

Antônio Otaviano Costa Neto⁴¹⁴

Francisco Danilo de Souza Gomes⁴¹⁵

Introdução: Desde o século XVII os filósofos Hobbes, Locke e Rousseau afirmavam que para o homem viver em sociedade, isto é, em coletividade, necessitaria de uma norma regulamentadora capaz de ditar as regras sobre a relação entre Particular-Estado e Particular-Particular. Dessa forma, com a evolução da sociedade e voltando nossas atenções aos tempos moderno, percebe-se que com a criação das normas jurídicas permitiram que os cidadãos pudessem acionar o poder judiciário quando sofressem uma violação de um direito, tal violação sendo cometida tanto pelo estado ou por outro particular. Isto posto, como consequência, ocorreu de certa forma uma banalização do acesso à justiça, gerando, no Brasil, altos índices de processos parados nas filas dos tribunais brasileiros. **Objetivos:** Em decorrência da morosidade do poder judiciário convencional, isto é, os meios tradicionais. Acredita-se que é imprescindível conhecer os métodos alternativos de solução de conflito. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo principal analisar os institutos da mediação, conciliação e a arbitragem. **Metodologia:** A presente pesquisa foi realizada através da lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 (lei de mediação), lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (lei de arbitragem) e artigos científicos, dessa forma, sendo aplicada a pesquisa de qualitativa de cunho bibliográfica. **Resultados/Discussão:** Com o intuito de garantir a o princípio da eficácia na administração pública, surgem no ordenamento jurídico brasileiro os métodos alternativos de solução de conflitos, tais métodos possuem como principal característica a celeridade processual. A doutrina costuma associar a conciliação com a mediação, contudo, deve-se ser aplicada a conciliação em situações em que não existe vínculo pre-existentes entre as partes. Por sua vez, é recomendado a mediação nos casos onde já existe este vínculo afetivo, como por exemplo, nos casos envolvendo direito de família (pensão). Por último, entende-se que a arbitragem é um método sofisticado que ganhou mais representatividade no direito brasileiro nos últimos tempos, tal instituto pode ser realizado através de uma empresa especializada, onde as partes irão eleger um árbitro imparcial para decidir sobre o litígio. **Conclusão:** Conclui-se que os métodos de solução de conflitos são imprescindíveis para o Estado brasileiro, uma vez que, com estes, as filas de processos nos tribunais tendem a cair drasticamente – fato que já está ocorrendo – conforme dados do CNJ. **Palavras-chave:** Mediação; Conciliação; Arbitragem.

⁴¹² Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁴¹³ Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁴¹⁴ Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁴¹⁵ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022).

A IMPORTÂNCIA DO CULTO RELIGIOSO NA CONSTRUÇÃO DA PAZ.

Lenildo Araújo de Vasconcelos⁴¹⁶

Edson Nóbrega dos Santos⁴¹⁷

Luciana Carvalho de Barros Vasconcelos⁴¹⁸

João Batista de Almeida da Mota⁴¹⁹

Introdução: O homem é um ser religioso. A religião sempre esteve estreitamente ligada ao ser humano. O homem ao se deparar com o mundo, com suas relações, questiona sobre a sua existência, a partir do sentimento de construir a sua consciência e de se confrontar com os mistérios que o envolve. A própria vida e a morte são grandes mistérios que abrem um questionamento, interrogando sobre a nossa vinda e nossa ida: de onde vim, para onde vou. O homem passa então a buscar um significado para todo esse processo através de perspectivas religiosas, e é justamente isso que lhe dá sentido e direção. Desde os primórdios, as civilizações foram estruturadas através de elementos religiosos. Toda vida social, econômica e cultural foram desenvolvidas em decorrência da religião. Somos herdeiros das práticas religiosas que se configura como um caminho percorrido pela sociedade. A nossa compreensão dos direitos e deveres são provenientes de ideais religiosos. A prática religiosa condiciona o ambiente ao qual estamos inseridos e molda nossas ações e nos dá noções do que é certo ou errado. **Objetivo:** A religião como prática de evidenciar os ensinamentos recebidos se transforma numa fonte de sabedoria que impõe desafios, confrontos e contestações, mas os valores adquiridos através da prática dos cultos religiosos resistem ao tempo e às diferentes gerações que a sucedem. **Resultados e Discussões:** As diferentes religiões com suas doutrinas trabalham fundamentos que visam melhorar o desenvolvimento da sociedade através da prática do perdão, da partilha, do respeito, da tolerância, tendo como ponto central o serviço em função de um mundo melhor. O envolvimento religioso incentiva as diversas práticas que tem como objetivo trazer benefícios a quem recebe e principalmente a quem doa. O culto religioso alcança a quem pratica uma visão positiva da vida e um sentimento de esperança por um mundo mais justo e humano. **Conclusão:** Ir a Igreja e viver em comunidade, participando da vida e dos interesses de outras pessoas, nos colocam na dinâmica da construção de uma sociedade mais participativa e servidora pela proximidade. Enquanto o ser humano tiver a preocupação e o desejo de se organizar e viver em sociedade, a trabalhar e respeitar as diferenças, a religião nos seus mais diversos cultos, desempenhará um papel importante na construção da paz e na manutenção daquilo que é bom e necessário.

Palavra- Chave: Religião. Culto Religioso. Paz

⁴¹⁶ Acadêmico do Curso de Especialização em Docência do Ensino Religioso, Faculdade Via Sapiens - FVS.

⁴¹⁷ Acadêmico do Curso de Especialização em Docência do Ensino Religioso, Faculdade Via Sapiens - FVS.

⁴¹⁸ Acadêmico do Curso de Especialização em Docência do Ensino Religioso, Faculdade Via Sapiens - FVS.

⁴¹⁹ Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Via Sapiens-FVS, Disciplina: Sociologia e Relações Étnicas. Historiador – Faculdade de Ciências e Letras da Boa Esperança/Especialista pela Universidade Candido Mendes-UCAM/ Mestrando em Educação UNIVALI/FVS.

PRECEDENTES HISTÓRICOS DO TPI: O CASO DE ANTE GOTOVINA

Silmara Araújo Soares⁴²⁰

Rodrigo de Mesquita Souza⁴²¹

Francisca Carla Gomes de Sousa Silva⁴²²

Francisco Danilo de Souza Gomes⁴²³

Introdução: Ao voltarmos nossas atenções para o direito internacional humanitário é nítido que a legislação surge após um conjunto de eventos bárbaros, como por exemplo, as atrocidades cometidas pelo nazismo durante a segunda guerra mundial. Delimitando nossa abordagem aos precedentes históricos do Tribunal Penal Internacional (TPI), um caso de grande repercussão na sociedade internacional foi o caso do tenente-general aposentado croata, Ante Gotovina, que serviu na Guerra da Independência da Croácia. Ele comandou a ofensiva militar "Operação Tempestade" que tentou reconquistar a última zona de resistência controlada pelos sérvios na Croácia em 1995. **Objetivos:** Apresentar um caso concreto para entendimento dos fatos ocorridos no Tribunal Penal Internacional (TPI) para a ex-Iugoslávia, de modo a analisar os fatos com objetivo de exame, discussão e julgamento. **Metodologia:** Coleção de artigos e resumos sistematicamente organizados que viabilizaram o entendimento sobre a jurisdição que busca investigar e julgar indivíduos acusados de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crime de agressão. **Resultados/Discussão:** Segundo a acusação, o general Ante Gotovina foi responsável pela morte de centenas de civis e soldados, além de perseguição, saques, tratamentos cruéis e transferência forçada de populações para a República da Iugoslávia ou para a Bósnia Herzegovina. O Tribunal Penal Internacional indiciou-o por crimes de guerra e crimes contra a humanidade relacionados à "Operação Tempestade". Em 2011, Gotovina foi considerado culpado e condenado a 24 anos de prisão. Porém, em 2012, as condenações foram anuladas por uma série de apelação no Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (TPIJ) e ele foi libertado da prisão. **Conclusão:** Muitos croatas consideraram Gotovina como um herói de guerra e rejeitaram a afirmação de que ele era culpado de crimes, ao mais, o Tribunal Penal Internacional decide por sua absolvição, mesmo com os registros dos crimes cometidos por ele. O que acabou sendo uma vitória Croata. Em contrapartida, na Sérvia, a notícia não foi bem recebida. **Palavras-chave:** TPI; Ante Gotovina; Crimes de guerra.

⁴²⁰ Acadêmica de Direito – FVS (Integrante do GE: Tribunal Penal Internacional)

⁴²¹ Acadêmica de Direito – FVS (Integrante do GE: Tribunal Penal Internacional)

⁴²² Acadêmica de Direito – FVS (Integrante do GE: Tribunal Penal Internacional)

⁴²³ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022).

PRECEDENTES HISTÓRICOS DO TPI: O CASO DE AUGUSTIN BIZIMUNGU

Willian Ponte Azevedo⁴²⁴

Bruna Darc Ferreira da Silva⁴²⁵

Victoria Albuquerque Sampaio⁴²⁶

Francisco Danilo de Souza Gomes⁴²⁷

Introdução: Muito se tem discutido, recentemente, acerca das questões de jurisdição penal internacional, onde podemos observar ocasiões que o sistema penal internacional vem se movimentando em questões de crimes de guerras, genocídios e crimes de agressão contra a humanidade. Trazendo nesse contexto para o tema abordado, podemos observar que a questão humanitária que ocorreu em Ruanda no ano de 1994 é um ponto onde o Tribunal Penal Internacional (TPI) tem em sua competência, pois os acontecimentos em Ruanda pela questão de poder de etnia entre *HUTUS* e *TUTSIS* (Dois dos maiores grupos étnicos do país) grupos que fizeram com que se gerasse uma crise catastrófica que acabou cominando um genocídio que teve como um dos seus líderes *Augustin Bizimungu* (Ex-general das Forças Armadas Ruandesas). **Objetivos:** Este trabalho objetiva esclarecer e explicar a importância do TPIR (Tribunal Penal Internacional em Ruanda) em relação aos acontecimentos em Ruanda e a penalização dos líderes envolvidos em todos os crimes que foram cometidos contra aquele povo. **Metodologia:** Nossos dados se baseiam em pesquisas aprofundada de vários artigos estudados e escritos por jornalistas e pesquisadores que adentraram no assunto amplamente, a fim de entender e esclarecer este acontecimento, que houve em Ruanda na África do Sul. **Resultados/Discussão:** Ao ler e analisar os artigos feitos por pesquisadores, os resultados obtidos nessas pesquisa mostram que foi de suma importância aplicação da jurisdição do TPI (Tribunal Penal Internacional) que foi criada pelo o Estatuto de Roma em 1998, para a acusação contra as pessoas que foram responsáveis pelo o genocídio de Ruanda, entre eles, o *Augustin Bizimungu*, onde foi acusado culpado e condenado à 30 anos de reclusão, por seu envolvimento direito e responsabilidade hierárquica no genocídio de 1994. **Conclusão:** O presente trabalho utiliza-se à uma análise revisional para verificar o contexto histórico que originou o genocídio em Ruanda, os motivos que levaram aos demais países não impedi-lo, bem como analisar o Tribunal Penal Internacional para Ruanda e os resultados obtidos nos julgamentos ali realizados. O caso de *Bizimungu* é emblemático da brutalidade do genocídio de Ruanda e da impunidade que muitos líderes militares e políticos desfrutaram após o conflito. Destaca-se também, os desafios enfrentados pelos tribunais internacionais ao tentar julgar e punir crimes de guerra e crimes contra a humanidade. **Palavras-chave:** Direitos Humanos; Teoria do Poder; Genocídio; Ruanda; Tribunal Penal Internacional.

⁴²⁴ Acadêmico de Direito – FVS. Membro do GE: Tribunal Penal Internacional e o Direito brasileiro.

⁴²⁵ Acadêmica de Direito – FVS. Membro do GE: Tribunal Penal Internacional e o Direito brasileiro.

⁴²⁶ Acadêmica de Direito – FVS. Membro do GE: Tribunal Penal Internacional e o Direito brasileiro.

⁴²⁷ Professor de Direito da FVS.

PRECEDENTES HISTÓRICOS DO TPI: O CASO DE OMAR HASSAN AHMAD AL BASHIR – SUDÃO

Rayanna Araújo de Aguiar⁴²⁸

Ligia Ribeiro Carvalho⁴²⁹

Mayana Melo Castro⁴³⁰

Francisco Danilo de Souza Gomes⁴³¹

Introdução: O Tribunal Penal Internacional (TPI) de 1988 trata-se de uma organização internacional com sede em Haia, Holanda, criado através do Estatuto de Roma, com fim de processar e julgar crimes graves cometidos contra a sociedade internacional e atuar de forma complementar às jurisdições penais nacionais dos seus respectivos Estados signatários. O Tribunal Penal Internacional decretou dois mandados de prisão contra o ex-presidente do Sudão, Omar Hassan Ahmad Al Bashir. Entretanto, o Estado Sudanês alegou não reconhecer a jurisdição do TPI, alegando que tal atitude violaria diretamente o seu poder soberano. **Objetivos:** Este trabalho objetiva analisar a relação entre o presente caso e a competência do Tribunal Penal Internacional. **Metodologia:** A metodologia de pesquisa aplicada foi qualitativa e bibliográfica, por intermédio do estudo de caso prático, artigos, doutrinas e notícias. **Resultados/Discussão:** Primeiramente, ressalta-se que Sr. Al-Bashir, foi acusado pelo Tribunal Penal Internacional de figurar como coautor de pelo menos 10 crimes, nos quais envolviam os conflitos étnicos na região de *Darfun (Região no Sudão)*, por crimes de guerra, contra a humanidade e genocídios. Ademais, foram expedidos dois mandados de prisão, entre 2009 e 2010 pela corte supracitada. Porém, ele tinha o benefício da imunidade de ser Chefe de Estado e seu país insistia em não reconhecer à jurisdição do TPI, alegando não configurar como um dos países signatários do Estatuto de Roma. Todavia, segundo o artigo 13 do estatuto, há a previsão do TPI exercer sua jurisdição perante indivíduos pertencentes a países que não o aderiram. **Conclusão:** Nessa prisma, Omar Hassan Ahmad Al Bashir foi destituído do cargo no ano de 2019, extinguindo, sua imunidade do executivo. No mais, em 2020, a ministra sudanesa frisou o dever de o Estado cooperar para justiça às vítimas, e, dessa forma, o Estado do Sudão assumiu compromisso e entregou o ex-presidente a corte internacional. **Palavras-chave:** TPI; Darfun; Sudão; Omar Al-Bashir.

⁴²⁸ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁴²⁹ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁴³⁰ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁴³¹ Professor de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO DIREITO BRASILEIRO

Milena Rodrigues de Souza⁴³²

Isaac Albuquerque Pimentel⁴³³

Francisco Danilo de Souza Gomes⁴³⁴

Introdução: O Princípio da presunção de inocência foi consagrado no artigo 9º da Declaração de Direitos de Homem e do Cidadão de 1789, segundo o qual todo acusado é considerado inocente até ser declarado culpado. Com isso a Constituição Federal Brasileira de 1988 traz a presunção de inocência presente no artigo 5º, inciso LVII, o qual estabelece que ninguém é culpado até que seja julgado de sentença penal condenatória, se tornando limitada a se aplicar para determinado acusado até que haja a declaração de culpa, dessa forma acredita-se que por se tratar de um princípio diretamente referido aos direitos humanos, merece ser analisado no presente resumo simples. **Objetivo:** Esse trabalho visa analisar como a presunção de inocência se aplica a determinado acusado, considerando a Constituição Federal Brasileira de 1988, bem como a legislação específica. **Metodologia:** O presente resumo simples tem como metodologia uma pesquisa bibliográfica, onde utilizaremos a doutrina através da obra manual do direito penal, do ilustre doutrinador Guilherme de Souza Nucci. **Resultados/Discussão:** A presunção de inocência no direito brasileiro está prevista no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal de 1988. Acredita-se que tal princípios constitucional tem como principal objetivo assegurar o direito à liberdade, fazendo com que pessoas inocentes não tenham o seu direito de ir e vir cerceado pelo Estado de forma arbitral, isto é, injusta. Contudo, como sabemos, muitas vezes no direito a realidade se afasta daquilo que está previsto em lei, tornando-se, de certa forma, uma mera utopia normativa. A realidade é que muitas vezes o princípio não é respeitado, fazendo com que assim pessoas sejam presas antes da sentença penal condenatória transitar em julgado. **Conclusão:** Diante do que foi exposto observou-se que o princípio da presunção de inocência se faz de extrema importância para o Código Penal Brasileiro, por ser um princípio que defende um direito fundamental, sendo este o direito da livre locomoção (liberdade). Contudo, infelizmente, na sociedade brasileira, a presunção por vezes não é respeitada, muitas vezes em virtude de características diretamente relacionadas ao racismo ou a desigualdade social. **Palavras-chave:** Direito; Inocência; Culpa.

⁴³² Acadêmica de Administração e Ciências Contábeis – FVS.

⁴³³ Acadêmica de Administração e Ciências Contábeis – FVS.

⁴³⁴ Professor de Administração e Ciências Contábeis – FVS.

INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS: UMA ANÁLISE DE CONHECIMENTOS EM AMBIENTE ACADÊMICO

Lívia Stéfany Fontenele Passos⁴³⁵

Yara Maria Dantas Chaves⁴³⁶

Delano de Sousa OLiveira⁴³⁷

Introdução: A osteoporose é uma patologia caracterizada pela perda progressiva de massa óssea, deixando o osso fraco e quebradiço. A principal causa do aparecimento desta doença é a deficiência no hormônio de estrogênio (hormônio feminino). Nesse sentido, a mulher se torna mais vulnerável a doença, se tornando um fator de risco. Além disso, vale ressaltar que na menopausa os ovários femininos deixam de produzir esse hormônio, o que, por sua vez facilita a evolução da doença na mulher. **Objetivos:** Essa pesquisa tem como objetivo verificar a relação do hormônio de estrogênio com o avanço da doença chamada osteoporose e identificar que ser mulher contribui como um fator de risco para a aceleração da patologia, mostrando meios para se cuidar e prevenir. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada por meio de revisão literária, no qual foi utilizado artigos publicados com os temas “osteoporose”, “menopausa” e “hormônio de estrogênio”. **Resultados/Discussão:** Percebe-se que a osteoporose está intimamente ligada com os processos hormonais, e devido ao déficit do hormônio estrogênio, o que causa uma má absorção de cálcio pelos tecidos ósseos. De acordo com as revisões bibliográficas, constata-se que a pessoa acometida por essa patologia merece um acompanhamento adequado, visto que o indivíduo apresenta uma grande deficiência óssea o que pode trazer sérias problemáticas para que está acometido por essa desordem osteoporótica. **Conclusão:** Portanto, percebe-se que há uma relação do hormônio estrogênio, e a patologia da osteoporose, na qual as mulheres durante a fase da menopausa estão mais suscetíveis a adquiri-la, visto que nessa fase os níveis de hormônios diminuem. Esse processo ocorre pois, os hormônios de estrogênios diminuem a reabsorção do osso, o que restringem a taxa de remodelação óssea e ajudam a manter um equilíbrio focal entre a formação e reabsorção do esqueleto, o que causa essa doença. **Palavras-chave:** Estrogênio, Menopausa, hormônio.

⁴³⁵ Acadêmica de Enfermagem pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁴³⁶ Acadêmica de Enfermagem pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁴³⁷ Professor da Faculdade ViaSapiens – FVS.

PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O DIREITO INTERNACIONAL

Ana Alcía Passos Aguiar⁴³⁸

Maria Adelaide de Oliveira Cardoso⁴³⁹

Lara Stéffany Brimes⁴⁴⁰

Francisco Danilo de Souza Gomes⁴⁴¹

Introdução: Assegurado pelo Estado Democrático de Direito, o princípio da dignidade da pessoa humana integra como princípio fundamental da República Federativa do Brasil, sendo conjecturado no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, de 1988: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III– a dignidade da pessoa humana”. No Constitucionalismo alude novos grupos de direitos fundamentais, notadamente pertinentes à necessidade de solucionar os novos conflitos, revelados durante o período bélicos. Nesse contexto, Nathalia Masson sucinta que “como os direitos e garantias fundamentais igualmente trouxe inovações, tal qual a consagração expressa do princípio da dignidade da pessoa humana enquanto fundamento do Estado Democrático de Direito, reconhecendo o legislador constituinte de 1988 que não é a pessoa humana que existe em função do Estado, e sim o contrário.” **Objetivos:** Como tanto os direitos fundamentais quanto os direitos humanos buscam assegurar e promover a dignidade da pessoa humana, e são direitos conectados, observando, quanto à finalidade, as expressões, de fato, se aparentam. Este resumo simples tem como objetivo analisar o princípio da dignidade da pessoa humana. **Metodologia:** Pesquisa doutrinária e orientação jurisprudencial para fins de metodologia qualitativa e revisão sistemática explorando o contexto histórico. **Resultados/Discussão:** Relativamente aos direitos humanos, no âmbito internacional, destacam-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, de 1966, e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966. **Conclusão:** Entende-se que os direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes, mesmo porque fundados na dignidade, como atributo inerente à pessoa humana, o que é confirmado pela Declaração de Viena, de 1993. Por fim, os direitos fundamentais estão alicerçados na dignidade da pessoa humana, entendida como valor jurídico supremo. **Palavras-chave:** Constituição; Direitos fundamentais; Estado.

⁴³⁸ Acadêmica de Direito – FVS. Grupo de estudos: Tribunal Penal Internacional.

⁴³⁹ Acadêmica de Direito – FVS. Grupo de estudos: Tribunal Penal Internacional.

⁴⁴⁰ Acadêmica de Direito – FVS. Grupo de estudos: Tribunal Penal Internacional.

⁴⁴¹ Professor de Direito – FVS.

PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O DIREITO INTERNACIONAL

Ana Alcía Passos Aguiar⁴⁴²

Douglas Santana Araujo⁴⁴³

Francisco Danilo de Souza Gomes⁴⁴⁴

Introdução: Assegurado pelo Estado Democrático de Direito, o princípio da dignidade da pessoa humana integra como princípio fundamental da República Federativa do Brasil, sendo conjecturado no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, de 1988: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III– a dignidade da pessoa humana”. No Constitucionalismo alude novos grupos de direitos fundamentais, notadamente pertinentes à necessidade de solucionar os novos conflitos, revelados durante o período bélicos. Nesse contexto, Nathalia Masson sucinta que “como os direitos e garantias fundamentais igualmente trouxe inovações, tal qual a consagração expressa do princípio da dignidade da pessoa humana enquanto fundamento do Estado Democrático de Direito, reconhecendo o legislador constituinte de 1988 que não é a pessoa humana que existe em função do Estado, e sim o contrário.” **Objetivos:** Como tanto os direitos fundamentais quanto os direitos humanos buscam assegurar e promover a dignidade da pessoa humana, e são direitos conectados, observando, quanto à finalidade, as expressões, de fato, se aparentam. Este resumo simples tem como objetivo analisar o princípio da dignidade da pessoa humana. **Metodologia:** Pesquisa doutrinária e orientação jurisprudencial para fins de metodologia qualitativa e revisão sistemática explorando o contexto histórico. **Resultados/Discussão:** Relativamente aos direitos humanos, no âmbito internacional, destacam-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, o Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos, de 1966, e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966. **Conclusão:** Entende-se que os direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes, mesmo porque fundados na dignidade, como atributo inerente à pessoa humana, o que é confirmado pela Declaração de Viena, de 1993. Por fim, os direitos fundamentais estão alicerçados na dignidade da pessoa humana, entendida como valor jurídico supremo. **Palavras-chave:** Constituição; Direitos fundamentais; Estado.

⁴⁴² Acadêmica de Direito – FVS. Grupo de estudos: Tribunal Penal Internacional.

⁴⁴³ Acadêmico de Direito – FVS. Grupo de estudos: Tribunal Penal Internacional.

⁴⁴⁴ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor de Direito.

O PRINCÍPIO DA NÃO RETROATIVIDADE E O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

Maria Eduarda Alves Sampaio⁴⁴⁵

Gislayne Moura Sampaio⁴⁴⁶

Ana Beatriz Nascimento dos Santos⁴⁴⁷

Francisco Danilo de Souza Gomes⁴⁴⁸

Introdução: O princípio da não retroatividade tem como regra a ser adotada no ordenamento jurídico na qual as normas não podem ser retroativas, princípio este que visa garantir a segurança, a certeza e a estabilidade do ordenamento jurídico. Sendo aplicado no tribunal penal internacional este princípio de forma que não prejudique o réu, a lei diz que ninguém pode ser responsabilizado criminalmente por seus atos até que entre em vigor nova lei ou uma modificação. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo analisar aplicação do princípio da não retroatividade no Tribunal Penal Internacional e seu funcionamento. **Metodologia:** A metodologia de pesquisa utilizada foi qualitativa e bibliográfica, por meio de doutrinas e jurisprudências acerca do tema. **Resultados/Discussão:** O princípio da irretroatividade estabelece duas características do Tribunal Penal Internacional, a primeira é que os crimes decorrentes de tratados cometidos após a entrada em vigor deste Estatuto são puníveis, e a segunda é que, nos casos em que a lei é mais favorável ao lesado, aplicar-se-á a opção retrospectiva mais vantajosa. Seguir novas leis pode levantar dúvidas sobre quais leis devem ser aplicadas em uma determinada situação, especialmente se a situação já ocorreu dentro de seu período de vigência e esta foi revogada. Nesse sentido, ocorre um fenômeno conhecido como conflito de leis ou conflito intertemporal de leis. As leis são feitas para aplicação futura. O princípio não retroativo da lei significa que, quando uma lei se torna obrigatória, ela não tem efeito retroativo, não alterado o passado. **Conclusão:** Diante dos expostos apresentados, observa-se que o uso do princípio da irretroatividade é matéria multidisciplinar, usada inclusive no tribunal penal internacional. Sendo utilizado neste contexto na aplicação em casos de crimes de genocídio, crime contra a humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão, dentre outros crimes. A irretroatividade não é absoluta, sendo possível que o efeito de determinada lei ao entrar em vigor alcance o passado sem retroatividade. **Palavras-chave:** Direito Internacional; Princípios; Lei; Crimes.

⁴⁴⁵ Acadêmica de Direito– FVS. Membro do grupo de estudo Tribunal Penal Internacional

⁴⁴⁶ Acadêmica de Direito– FVS. Membro do grupo de estudo Tribunal Penal Internacional

⁴⁴⁷ Acadêmica de Direito– FVS. Membro do grupo de estudo Tribunal Penal Internacional

⁴⁴⁸ Professor de Direito – FVS.

PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL E MÍNIMO EXISTENCIAL

Antonio Emerson de Oliveira Silva⁴⁴⁹

Rosa Maria Profiro do Nascimento⁴⁵⁰

Vanessa de Sousa Cavalcante⁴⁵¹

Francisco Danilo de Souza Gomes⁴⁵²

Introdução: O Princípio da Reserva do Possível surgiu através de um julgamento no Tribunal Constitucional Federal Alemão em um caso em que se discutiu o acesso a Universidade. Entende-se que é algo essencial, uma vez que garante a prestação de serviços que são os Direitos Sociais Fundamentais de forma limitada as condições orçamentarias do Estado, cumprindo as medidas necessárias para que a pessoa não seja impedida em seus direitos. Por sua vez, ao voltarmos nossas atenções para o Direito Brasileiro percebemos ele previsto no artigo 5º da Constituição Federal de 1988. **Objetivos:** O presente resumo simples tem como objetivo analisar o Princípio da Reserva do Possível no qual representa os Direitos Sociais Fundamentais assegurados na Constituição Federal, para compreendermos se o Estado pode garantir os direitos médicos, a educação ou lazer, por exemplo. **Metodologia:** Essa pesquisa foi qualitativa e bibliográfica, por meio do uso de Doutrina e artigos científicos, tendo como obra principal de estudos o Manual dos Direitos Humanos de Valério de Oliveira Mazzuoli. **Resultados/Discussão:** Entre os Direitos Sociais garantidos pode-se destacar a divisão igualitária dos recursos e a efetividade dos serviços prestados de acordo com as necessidades da sociedade, ou seja, a garantia do mínimo existencial que é a maneira justa de assegurar a dignidade da pessoa humana, propondo uma condição de vida digna a todos os integrantes da coletividade. **Conclusão:** Por fim, conclui-se que ao se tratar do Princípio da Reserva do Possível estamos falando de um mecanismo onde o Estado irá alegar não ter recursos para determinadas situações, como por exemplo nos casos do medicamento das crianças que sofrem com AME (Atrofia Muscular Espinhal) devido ao elevado custo, de certa forma, pondo em risco o direito a saúde da população. Dessa forma, cabe medida judicial para garantir os direitos da população, conforme estabelece a Constituição Federal de 1998, em seu artigo 5º. **Palavras-chave:** Direito; Mínimo Existencial; Direitos Sociais.

⁴⁴⁹ Acadêmico de Administração e Ciências Contábeis – FVS. Membro do grupo de estudos: Innovatio- Grupo de estudos em inovação.

⁴⁵⁰ Acadêmica de Administração– FVS. Membro do grupo de estudos: A inclusão social dos deficientes auditivo nas instituições de ensino superior.

⁴⁵¹ Acadêmica de Administração e Ciências Contábeis – FVS. Membro do grupo de estudos: A inclusão social dos deficientes auditivos nas instituições de ensino superior.

⁴⁵² Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022). É pesquisador pelo grupo NECTAR da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e pelo coletivo TERRAL da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Revisor da revista SAPIENS desde 2021.

PROIBIÇÃO DE TORTURA: GARANTIA ABSOLUTA OU RELATIVA

Francisco Tiago da Silva⁴⁵³

Josivan Batista Passos⁴⁵⁴

Talita de Maria Vieira Araújo⁴⁵⁵

Francisco Danilo de Souza Gomes⁴⁵⁶

INTRODUÇÃO: A Constituição Federal do Brasil, documento máximo que rege as leis do país, traz um leque de direitos fundamentais a cada cidadão brasileiro e estrangeiros que aqui residem, dentre os quais está a absolutez da proibição da prática de tortura. Em seu artigo 5º, inciso III, a Constituição afirma que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”, no entanto, a mera proibição teórica dita em lei não garante na praxe, o cumprimento desta garantia, fazendo com que muitas vezes ela seja relativizada e a dignidade da pessoa humana, comprometida. **OBJETIVOS:** Almeja-se compreender se o ordenamento jurídico brasileiro admite a utilização de métodos envolvendo a tortura como mecanismo de sanções penais. Acredita-se que assim será possível determinar se o direito da proibição da tortura é uma garantia absoluta ou relativa. **METODOLOGIA:** A metodologia de pesquisa utilizada foi qualitativa e bibliográfica, por meio do uso de doutrinas, canais de comunicações como sites de notícias e de estudo de caso sobre o tema. **RESULTADOS:** Embora seja uma garantia absoluta prevista em leis nacionais e internacionais, a prática da tortura ainda se mostra presente em nossa sociedade de forma mascarada, como por exemplo na atuação do Estado através da polícia e órgãos semelhantes. Tal afirmação não é meramente especulativa, em conformidade com os inúmeros trabalhos acadêmicos produzidos acerca do tema e de dados levantados por ONGs e jornais que defendem a garantia dos direitos humanos. Segundo um destes levantamentos feitos em 2022, em diários dos Tribunais de Justiça de todo o país, localizou-se processos, desde junho 2017, em que policias civis, penais e militares respondem pelo crime de tortura, com uma média de um agente processado por tortura a cada dez dias no período. O levantamento traz vários dados importantes como: quais estados mais apresentam denunciados para este crime, principais métodos de tortura utilizados, quantos agentes foram punidos, perfil das vítimas, etc. **CONCLUSÃO:** Embora considerada uma prática ilegal e cruel, o crime de tortura ainda acontece no Brasil, sendo utilizado principalmente por agentes do Estado. É muito importante combater este crime e garantir a absolutez do direito ao respeito e a dignidade humana. **PALAVRAS-CHAVE:** Direito; Absoluto; Dignidade humana.

⁴⁵³ Acadêmico de Ciências Contábeis – FVS.

⁴⁵⁴ Acadêmico de Administração – FVS.

⁴⁵⁵ Acadêmica de Administração – FVS.

⁴⁵⁶ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS.

ORIENTAÇÃO COMUNITÁRIA NO PROCESSO DE GESTÃO

Jaine de Sousa Santos⁴⁵⁷

Jenislane Silva de Araujo⁴⁵⁸

Carla Vieira Cardoso⁴⁵⁹

Bruno Cavalcante Frota⁴⁶⁰

Introdução: A avaliação do atributo “Orientação Comunitária” torna-se importante, pois favorece a escuta das preocupações e opiniões dos usuários para que, juntamente com os profissionais, possam encontrar a melhor solução. Portanto, percebe-se que a elaboração dessa estratégia relacional possa melhorar o conhecimento da equipe de saúde das UBS sobre o cotidiano vivenciado pelos usuários, família e comunidade (RODRIGUES *et al.*, 2019).

Objetivos: Busca-se analisar o que seria a orientação comunitária no processo de gestão na saúde pública. **Metodologia:** Para a realização desta pesquisa foi necessário a utilização de materiais bibliográfico, como artigos científicos, livros e pesquisa de campo.

Resultados/Discussão: Vale destacar que, tanto no atributo anterior como neste, as avaliações nas unidades atingiram baixos escores, descaracterizando aquilo que se propõe a Atenção Primária, ou seja, o enfoque familiar e comunitário, na percepção dos usuários, não está sendo priorizados nas unidades de saúde do município de Sobral. No entanto, essa avaliação negativa não é uma prerrogativa somente desse município, pois Paula *et al.* (2017), observou, através da sua pesquisa de revisão sistemática, que estudos que avaliaram a presença da orientação comunitária e do enfoque familiar nos serviços primários de saúde, em diferentes municípios, demonstraram baixos escores, mesmo nas unidades com ESF, caracterizando como um contrassenso aos princípios da APS e PNAB no Brasil. **Conclusão:** Assim, fica claro que tanto em relação à “Orientação Familiar” como também à “Orientação Comunitária”, há uma necessidade de implicação, na equipe de saúde do município, de um cuidado maior para essas questões, pois impera-se uma mudança do processo de trabalho da ESF, visando promover a participação da população na formulação de propostas e intervenções que possam enfrentar os condicionantes sociais, culturais e econômicos, seja na atenção primária ou nas deliberações do Conselho de Saúde. Desta forma, é imprescindível que seja estimulado a reativação dos Conselhos Locais de Saúde, em todos os territórios, pois atualmente, somente os Conselhos da Coelce, Estação e Novo Recanto, dentre os territórios avaliados, encontram-se em pleno funcionamento. No entanto, mesmo com esse dispositivo funcionando, ainda foi possível uma avaliação negativa, como o que ocorreu nas unidades da Estação e Coelce, revelando a necessidade de uma melhor disseminação e participação popular nesse ambiente dialógico.

Palavras-chave: Orientação; Comunidade; Gestão.

⁴⁵⁷ Zootecnista.

⁴⁵⁸ Teóloga.

⁴⁵⁹ Professora da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁴⁶⁰ Professor da Faculdade ViaSapiens – FVS.

COMO O CÉREBRO APRENDE? ANÁLISE DA NEUROCIÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM A APRENDIZAGEM

Iuli Menezes⁴⁶¹

Jordana Rodrigues Pinheiro⁴⁶²

Iara Tâmara Pessoa Paiva⁴⁶³

Introdução: A atenção sobre o funcionamento encefálico tem se mostrado cada vez maior, tanto entre leigos quanto entre profissionais. Por mais que tal curiosidade remonte aos eruditos gregos, tais como Hipócrates e Aristóteles, é apenas a partir do século XIX que conseguimos obter avanços expressivos na forma de compreender o sistema nervoso, sendo o século XXI o mais frutífero na geração de conhecimentos sobre essa área. **Objetivo:** Análise do livro: Como o cérebro aprende? Sob a análise da neurociência e sua relação com a aprendizagem. **Metodologia:** Foi utilizado a revisão bibliográfica/documental que consistiu na revisão de material bibliográfico existente e que diz respeito da temática, sobre Neurociência. Utilizamos o acervo da Biblioteca Virtual Pearson BV, assim optamos por análise do livro de Rockson Costa Pessoa. **Resultados e Discussão:** Foi observável na leitura e análise pelas autoras deste artigo que o livro pauta-se em esclarecer como o cérebro aprende e, diferentemente dos muitos existentes nos dias atuais, esclarece aspectos inerentes ao cérebro que demonstram que todos podem aprender. A compreensão primeira parte, a qual se propõe a apresentar o encéfalo, sobre a fantástica estruturação do sistema nervoso e suas distintas conexões, Na segunda parte deste livro, aborda-se a aprendizagem a partir da perspectiva biológica, a qual, a despeito do que se preconiza, pode trazer uma percepção interessantíssima, e até, por que não, romântica, sobre nossa busca por aprendizagem, nosso vício, como muito bem demonstrado pelo autor, um vício que é permeado por emoções e pelo ambiente que nos circunda. Por fim, já na terceira parte do material, Rockson aborda os elementos inerentes à aprendizagem na prática, não como um manual de conduta, mas como um mapa cujo tesouro só poderá contemplar quem se arriscar a observar o processo de ensino-aprendizagem de uma nova perspectiva. **Conclusão:** Portanto, com as leituras e discussão sobre o tema, compreendemos o que o autor quis dizer. É o referido vício em aprender, tão adequadamente abordado pelo autor, e nos instigando a buscar novas formas de fazer nossos alunos terem vontade de compreender os temas que almejamos ensinar. É um material que busca mediar um diálogo entre os novos achados das ciências do cérebro e os educadores. **Palavras-chave:** Aprendizagem, Aspectos fisiológicos, Cérebro, Estimulação, Psicologia da aprendizagem.

⁴⁶¹ Acadêmica de Pedagogia – ViaSapiens Online.

⁴⁶² Acadêmica de Psicologia da Faculdade ViaSapiens – ViaSapiens Online – Professora e Coordenadora da Escola Monseñor Aguiar.

⁴⁶³ Professora Orientadora - Mestra em Geografia, Coordenadora Geral da ViaSapiens Online.

PROJETO DE APLICAÇÃO E PROPALAÇÃO DAS LEIS DE PROTEÇÃO À PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Paulo Gean Marques de Paula⁴⁶⁴

Raimundo Nonato de Freitas Ribeiro⁴⁶⁵

Ana Dávila Araújo Alves⁴⁶⁶

Laura Isabelle Costa Castro⁴⁶⁷

Francisco Maxwano Vasconcelos Parente⁴⁶⁸

Introdução: A falta de conhecimento do direito pode levar a injustiças sociais, acontecendo principalmente com os mais vulneráveis, como é o caso das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, que na maioria das vezes não possui o amparo social adequado para o seu desenvolvimento, é as vezes gerando obstáculos para a integração dos mesmo na sociedade. Nesse sentido, foram criadas diversas leis para ajudar e auxiliar as pessoas com TEA, mas para que essas leis sejam postas em prática e necessário que as pessoas e familiares dos autistas, conheçam e reivindique que as leis sejam postas em prática. **Objetivos:** Este projeto visa analisar a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista no sistema jurídico brasileiro, principalmente pelas Leis Berenice Piana e Romeo Mion, analisando todas as características dos autistas e a responsabilidade que a escola possui na sua educação e inclusão, demonstrando os instrumentos que devem ser usados pelo sistema vigente, dando enfoque na efetividade da legislação nos municípios de São Benedito e Tianguá. **Metodologia:** Utilizando-se do métodos de pesquisa de campo e bibliográfico-descritivo, considerando que fornece um estudo totalmente teórico, embasado na lei, jurisprudência e na doutrina, bem como também no uso de outros estudos científicos, utilizando também o método dedutivo, desde já, serão observadas várias situações em que já ocorreu sobre o tema em questão, partindo de premissas verdadeiras para então chegar em uma conclusão baseada totalmente em situações verídicas demonstradas ao longo da pesquisa. **Resultados/Discussão:** As divulgações de informações serão por meio de palestras, rodas de conversa em grupo e mídias sociais, serão coletados dados de familiares de pessoas com TEA, para entender um pouco das problemáticas e empecilhos acometidos no dia a dia dessas pessoas, bem como a aplicação da Lei Berenice Piana e da Lei Romeo Mion e sua efetividade na inclusão nas escolas do município de São Benedito e Tianguá. **Conclusão:** Muito do tema abordado não e de conhecimento geral da população, a partir da divulgação do projeto em uma roda de conversa e nas salas do Direito da Faculdade Via Sapiens, podemos observas que mesmo os acadêmicos de Direito tem dificuldade de indentificar as leis que servem para a proteção das pessoas com TEA, sendo assim, mais divulgação e extensão de público para que possa chegar a mais pessoas com as dificuldades vistas no decorrer da pesquisa. **Palavras-chave:** TEA; Autismo; Lei Berenice Piana; Lei Romeo Mion.

⁴⁶⁴ Acadêmico de Direito – FVS.

⁴⁶⁵ Acadêmico de Direito – FVS.

⁴⁶⁶ Acadêmica de Direito – FVS.

⁴⁶⁷ Acadêmica de Direito – FVS.

⁴⁶⁸ Graduado em Direito pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - Especialista em Direito Processual Civil e Direito Processual do Trabalho pela Faculdade Ítalo Brasileiro.

O PAPEL DO ENFERMEIRO NA ASSISTÊNCIA À CRIANÇA AUTISTA

Maria Francisca do Nascimento⁴⁶⁹

Flávia de Sousa Cavalcante⁴⁷⁰

Vanisse Fontenele Passos⁴⁷¹

Jefferson Dantas da Costa⁴⁷²

Introdução: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio neurológico caracterizado por desenvolvimento atípico, comprometimento na comunicação e na interação social, padrão de comportamentos restritos e repetitivos. Essas alterações podem ser identificadas nos primeiros meses de vida, sendo o diagnóstico estabelecido por volta dos 2 a 3 anos de idade, mais prevalente no sexo masculino. O comprometimento intelectual varia do grau leve ao severo e são classificados em : Nível leve àqueles que necessitam de pouco suporte, com dificuldade de comunicação, porém sem limitações na interação social; Nível moderado necessitam de suporte, praticamente não se comunicam e tem deficiência de linguagem; nível severo necessita de maior suporte, apresenta um déficit grave na comunicação verbal, na interação social, tem cognição reduzida, tendem ao isolamento social e não conseguem lidar bem com a mudança. **Objetivos:** Partindo desse pressuposto, o objetivo desse estudo é descrever o papel do enfermeiro nos cuidados as crianças autistas. **Metodologia:** O presente estudo realizado em abril de 2023, foi elaborado a partir de revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, a construção utilizou-se de levantamentos bibliográficos na base de dados eletrônica: Scielo (Scientific Eletronic Library Online), foram revisados de 05 artigos e excluídos 02, critérios de inclusão: textos íntegros e gratuitos dos tipos artigos, nos idiomas inglês e português, de 2017 a 2022. Critérios de exclusão: arquivos duplicados, indisponíveis na íntegra de forma gratuita e que não responderam à pergunta norteadora. **Resultados/Discussão:** O enfermeiro desempenha um papel importante na identificação dos sinais e sintomas de risco para o TEA, por ser um profissional que está envolvido na avaliação do crescimento e desenvolvimento na saúde infantil. Adquirir conhecimento suficiente para diferenciar o autismo de outras síndromes, atentar-se aos sinais de alerta, saber orientar, dar apoio, prover uma assistência humanizada ao portador de autismo e seus familiares, dispondo do melhor tratamento e qualidade de vida para ambos. O enfermeiro deverá solicitar acompanhamento multiprofissional para a criança com TEA, promover atividades de interação entre a família e à criança, com estímulos terapêuticos para maior estimulação de participação da criança. **Palavras-chave:** Enfermeiro. Autista. Criança

⁴⁶⁹ Graduanda em Enfermagem, Faculdade Via Sapiens (FVS), Integrante do GEPQUAPI.

⁴⁷⁰ Graduanda em Enfermagem, Faculdade Via Sapiens (FVS), Integrante do GEPQUAPI.

⁴⁷¹ Graduanda em Enfermagem, Faculdade Via Sapiens (FVS), Integrante do GEPQUAPI.

⁴⁷² Docente do curso de Enfermagem da Faculdade Via Sapiens (FVS), Residente em Saúde da Família.

O IMPACTO DO ENTIQUETAMENTO SOCIAL NA SOCIEDADE

Antonio Vinícius Medeiros Bezerra⁴⁷³
Raimundo Nonato De Freitas Ribeiro⁴⁷⁴
Thiago Almeida de Abreu Araújo⁴⁷⁵
Antônia Camila Vieira Mendes⁴⁷⁶

Introdução: O etiquetamento social, ou labeling, é um conceito utilizado nas ciências sociais para descrever como as pessoas são rotuladas e categorizadas por diferentes grupos e instituições. Vale frisar também que esse processo de rotulação pode afetar a forma como as pessoas se percebem e como são percebidas pelos outros, além de influenciar a forma como são tratadas pela sociedade e pelas instituições. Outrossim, vale ressaltar que sobre o preconceito entre as pessoas o art.3º da CF, inciso IV, trata de qualquer tipo de discriminação perante a sociedade brasileira. Portanto, o etiquetamento social é um tema relevante para a compreensão das desigualdades sociais, uma vez que a rotulação pode ser usada para marginalizar grupos e indivíduos que são considerados diferentes ou desviantes em relação às normas sociais. Além disso, o processo de rotulação pode afetar a autoestima e a autoimagem das pessoas, prejudicando a sua integração social. **Objetivos:** Verificar e compreender os motivos que ocasionam o labeling e a discriminação social. **Metodologia:** O presente estudo realizou-se por meio de uma pesquisa bibliográfica analítica descritiva, além de análise de artigos e do texto constitucional. **Resultados/discussão:** É necessário dialogar sobre a importância de evitar o etiquetamento social, criando uma sociedade mais justa e inclusiva, reconhecendo a diversidade humana e valorizando as pessoas por sua individualidade, em vez de julgá-las com base em generalizações estereotipadas. Assim, é relevante promover a igualdade de oportunidades e o respeito mútuo, permitindo que cada indivíduo seja valorizado. Vale ressaltar que, ajudar a combater preconceitos e estereótipos, é permitir que as pessoas sejam vistas por suas habilidades, realizações e personalidades, em vez de serem julgadas por sua raça, gênero, orientação sexual ou, religião. **Conclusão:** Portanto, infere-se que há esperança de que a conscientização sobre o etiquetamento social e suas consequências possam trazer mudanças positivas, a educação, a sensibilização e a promoção da empatia para que possam ajudar a superar os preconceitos e a discriminação. Em última análise, é de relevância a implantação de políticas públicas, pois o etiquetamento social é um problema que deve ser abordado em níveis individuais, sociais e políticos para garantir uma sociedade justa e igualitária para todos. **Palavras-chave:** Etiquetamento Social; Desigualdade; Discriminação; Educação; Ações Afirmativas.

⁴⁷³ Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁴⁷⁴ Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁴⁷⁵ Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁴⁷⁶ Professora de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS. Advogada.

A IMPORTÂNCIA DO CONTRATO PARTICULAR DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL

Antonio Fabrício Vasconcelos Gentil de Farias⁴⁷⁷

Lutgard de Oliveira Farias⁴⁷⁸

Levy Aguiar Silva de Andrades⁴⁷⁹

Raphael Gomes Viana⁴⁸⁰

Introdução: A presente pesquisa tem como temática “A importância do Contrato Particular de Compra e Venda de Imóvel”, sendo que este é um instrumento juridicamente vinculativo que descreve as condições acordadas entre o comprador e o vendedor de uma propriedade. É o principal documento legal em qualquer processo de venda. Em essência, ele define os elementos acordados do negócio, inclui proteções importantes para todas as partes envolvidas e fornece uma estrutura legal para fechar a venda. Este documento é, portanto, de importância crítica para vendedores e compradores. Pretende-se responder a seguinte problemática: “Qual a importância do contrato particular de compra e venda de imóvel? Como **Objetivos:** pretende-se analisar a importância do contrato particular de compra e venda de imóvel, reconhecer as características básicas do contrato de compra e venda de imóvel e analisar o papel dos cartórios de registro na efetivação do contrato de compra e venda do imóvel. **Metodologia:** a pesquisa é do tipo bibliográfica, que consiste na revisão do material bibliográfico existente, a respeito da temática em estudo: a importância do contrato particular de compra e venda de imóvel. É uma técnica que consiste na seleção e coleta de informações por meio da leitura, crítica de documentos e materiais bibliográficos, bibliotecas, jornais e arquivos. É considerada uma etapa essencial porque inclui um conjunto de fases que englobam observação, interpretação, reflexão e análise para obter as bases necessárias para o desenvolvimento do estudo. Com base no já citado anteriormente, como **Resultados,** pretende-se enfatizar que este contrato sinaliza a intenção de todas as partes de se envolver em uma transação de venda do imóvel, fortalecendo as condições que devem ser atendidas para que a venda seja concluída e a propriedade da propriedade seja considerada boa e fiel para o novo comprador. Como **Conclusão,** as premissas anunciam a importância do instrumento de compra e venda do imóvel para que se assegure, tanto ao comprador, quanto ao vendedor, os amparos legais e necessários para a efetivação do processo de compra e venda. **Palavras-chave:** Compra. Contrato. Imóvel. Legalização. Venda.

⁴⁷⁷ Acadêmico de Direito – FVS.

⁴⁷⁸ Acadêmico de Direito – FVS.

⁴⁷⁹ Acadêmico de Direito – FVS.

⁴⁸⁰ Professor de Direito – FVS.

SER MULHER; UM FATOR DE RISCO PARA OSTEOPOROSE

Lívia Stéfany Fontenele Passos⁴⁸¹

Yara Maria Dantas Chaves⁴⁸²

Delano de Sousa Oliveira⁴⁸³

Introdução: A osteoporose é uma patologia caracterizada pela perda progressiva de massa óssea, deixando o osso fraco e quebradiço. A principal causa do aparecimento desta doença é a deficiência no hormônio de estrogênio (hormônio feminino). Nesse sentido, a mulher se torna mais vulnerável a doença, se tornando um fator de risco. Além disso, vale ressaltar que na menopausa os ovários femininos deixam de produzir esse hormônio, o que, por sua vez facilita a evolução da doença na mulher. **Objetivo:** Essa pesquisa tem como objetivo verificar a relação do hormônio de estrogênio com o avanço da doença chamada osteoporose e identificar que ser mulher contribui como um fator de risco para a aceleração da patologia, mostrando meios para se cuidar e prevenir. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada por meio de revisão literária, no qual foi utilizado artigos publicados com os temas “osteoporose”, “menopausa” e “ hormônio de estrogênio”. **Resultados/Discussão:** Percebe-se que a osteoporose está intimamente ligada com os processos hormonais, e devido ao déficit do hormônio estrogênio, o que causa uma má absorção de cálcio pelos tecidos ósseos. De acordo com as revisões bibliográficas, constata-se que a pessoa que acometido por essa patologia merece um acompanhamento adequado, visto que o indivíduo apresenta uma grande deficiência óssea o que pode trazer sérias problemáticas para que está acometido por essa desordem osteoporótica. **Conclusão:** Portanto, percebe-se que há uma relação do hormônio estrogênio, e a patologia da osteoporose, na qual as mulheres durante a fase da menopausa estão mais suscetíveis a adquiri-lá, visto que nessa fase os níveis de hormônios diminuem. Esse processo ocorre pois, os hormônios de estrogênios diminuem a reabsorção do osso, o que restringem a taxa de remodelação óssea e ajudam a manter um equilíbrio focal entre a formação e reabsorção do esqueleto, o que causa essa doença. **Palavras-Chave:** Estrogênio, Menopausa, hormônio.

⁴⁸¹ Acadêmica de Enfermagem – FVS.

⁴⁸² Acadêmica de Enfermagem – FVS.

⁴⁸³ Professor Orientador – FVS.

DIREITOS FUNDAMENTAIS – DIREITO À VIDA

Alexandre de Sousa Freires⁴⁸⁴

José Elias Silva de Oliveira⁴⁸⁵

Calebe Cardoso Negreiros⁴⁸⁶

Lívio Gomes Rodrigues⁴⁸⁷

Raphael Gomes Viana⁴⁸⁸

Introdução: Os Direitos Fundamentais, previstos na Constituição Federal de 1988, são pilares que sustentam a democracia e asseguram a dignidade humana. Contudo, a implementação desses direitos nem sempre é efetiva e isso pode gerar consequências graves para a população. Nesse sentido, faz-se necessárias à dignidade humana e garantir a proteção jurídica das pessoas em face do Estado e da sociedade. A Organização das Nações Unidas (ONU), também reconhece esses direitos como essenciais para o desenvolvimento humano, colocando-os como uma de suas principais bandeiras. **Metodologia:** Para analisar a efetividade dos Direitos Fundamentais, é importante observar a realidade social do país. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, em 2020, cerca de 19 milhões de brasileiros passaram fome, sendo que a pandemia do Corona vírus agravou ainda mais essa realidade. **Resultado/Discussão:** Tendo em vista a realidade social do país, a proteção dos Direitos Fundamentais, em especial da dignidade humana, torna-se cada vez mais urgente. A corrupção e a má administração são fatores que impedem a garantia desses direitos à população, afetando diretamente a vida de milhões de brasileiros. É papel do Estado e da sociedade em geral, garantir que esses direitos sejam respeitados, promovendo políticas públicas efetivas e reprimindo qualquer violação desses direitos. **Conclusão:** A proteção dos Direitos Fundamentais é essencial para garantir a dignidade humana. O Brasil tem um longo caminho a percorrer para que esses direitos sejam efetivamente respeitados, com inclusão social, igualdade e liberdade. A sociedade, acompanhada do poder público, deve se unir na luta pela garantia desses direitos e combater a corrupção e a má administração dos recursos públicos, objetivando a construção de um país mais justo e inclusivo para todos. **Palavras-chave:** Direitos humanos, dignidade, proteção jurídica, sociedade e liberdade.

⁴⁸⁴ Graduado em Gestão Pública. Acadêmico do curso de direito do segundo período – FVS.

⁴⁸⁵ Bacharel em Ciências Contábeis. Acadêmico do curso de direito do segundo período – FVS.

⁴⁸⁶ Acadêmico do curso de direito do segundo período – FVS.

⁴⁸⁷ Graduado em Educação Física. Acadêmico do curso de direito do segundo período – FVS.

⁴⁸⁸ Professor - FVS

SAÚDE, CAMERA & ENFERMAGEM: CONHECIMENTO DE FORMA ACESSÍVEL E DIDÁTICA

Leandro Freire Vieira⁴⁸⁹
Iza Bruna Jorge Cunha⁴⁹⁰
Léia Madeira Saboia dos Reis⁴⁹¹

Introdução: Este projeto visa a criação e divulgação de vídeos didáticos sobre saúde e enfermagem, utilizando a plataforma digital, Instagram. A escolha do Instagram como plataforma de divulgação se dá pelo fato de que esta rede social é uma das mais populares atualmente, sendo utilizada por milhões de pessoas em todo o mundo. Além disso, ela possui recursos como o IGTV (Instagram TV) que permite a postagem de vídeos com duração mais longa, o que é fundamental para a transmissão de conteúdo educacional. **Objetivo:** O objetivo principal é reproduzir informações relevantes e confiáveis para o público em geral, de maneira acessível e prática. **Metodologia:** O projeto será desenvolvido por uma equipe de alunos dos cursos de enfermagem, fisioterapia, nutrição e psicologia da Faculdade Via Sapiens. Os vídeos abordarão temas diversos, como: prevenção de doenças, alimentação saudável, prática de atividades físicas e cuidados com a saúde mental. **Resultados/Discussão:** Serão realizadas pesquisas e consultas em fontes confiáveis, como: artigos científicos, manuais técnicos e entrevista sobre o assunto com alguns profissionais especialistas da área abordada no vídeo, para conferir qualidade e veracidade do conteúdo. Além disso, os vídeos serão produzidos com o apoio de profissionais de audiovisual, garantindo uma linguagem clara e objetiva, com recursos visuais que facilitem a compreensão dos temas abordados. A divulgação dos vídeos será realizada por meio do perfil no Instagram criado, especificamente, para o projeto, que contará com a utilização de hashtags e marcações, para ampliar o alcance do conteúdo. Além disso, serão realizadas parcerias com instituições e profissionais da área da saúde para ampliar a divulgação do projeto. **Conclusão:** Em suma, o projeto de vídeos didáticos sobre saúde e enfermagem, divulgados no Instagram, apresenta uma iniciativa inovadora e acessível para disseminar informações relevantes e confiáveis para o público em geral. Com a utilização de profissionais capacitados e recursos técnicos adequados, o projeto tem o potencial de contribuir significativamente para a promoção da saúde e da qualidade de vida. **Palavras-chave:** Educação em saúde; Enfermagem; Doenças.

⁴⁸⁹ Acadêmico de Enfermagem – FVS

⁴⁹⁰ Acadêmico de Enfermagem – FVS

⁴⁹¹ Biomédica, Mestra e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Medicina Tropical do Instituto Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

RECÉM-NASCIDO (RN) EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL (UTIN)

Rooswellane de Lima Rocha⁴⁹²

Gabriela Cardoso Fontenele⁴⁹³

Francisca Roosllane Lima Rocha⁴⁹⁴

INTRODUÇÃO: O recém-nascido (RN) de alto risco possui instabilidade fisiológica e hemodinâmica, que são ocasionadas pela gestação de alto risco, tendo como consequência distúrbios congênitos e problemas durante a gravidez, necessitando de cuidados especializados em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) após o nascimento, na qual terão importância na redução da mortalidade infantil. Assistir o RN é uma preocupação da equipe de enfermagem, onde cuidar do recém-nascido de forma humanizada envolve mais que conhecimento e habilidade técnica. Assim a assistência de enfermagem nessa unidade se faz importante, uma vez que, a mesma exerce papel fundamental no planejamento e na execução de cuidados, avaliando de forma individual as necessidades de cada recém-nascido. Contudo, é indispensável que a equipe de enfermagem da UTIN possua experiência clínica, responsabilidade com o cuidar e competência diante das urgências apresentadas pelos recém-nascidos internados. **OBJETIVO:** Descrever a percepção dos familiares em relação aos cuidados prestados pela enfermagem. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de caso de natureza qualitativa, através da obtenção de respostas dos entrevistados, para descrever a assistência de enfermagem ao recém-nascido em UTIN. O estudo foi realizado na cidade de Tianguá – CE, entre os meses de novembro a dezembro do ano de 2022. Foram utilizadas e analisadas as respostas dos familiares por meio de um roteiro composto por oito perguntas subjetivas e objetivas para avaliar suas percepções sobre a assistência diante do período de internação do RN. **RESULTADOS:** Foram realizadas análises dos resultados das entrevistas, de cunho qualitativa, sendo interpretadas e transcritas de forma fidedigna. Com base nas respostas dos entrevistados foi possível dividir as suas percepções em duas categorias, a primeira prevalecendo o ponto negativo citado como a falta de empatia por parte de alguns profissionais, diante de um momento que predomina o medo e insegurança. A segunda na qual representa o ponto positivo como: as suas percepções a respeito dos conhecimentos e da competência da equipe de enfermagem diante os cuidados prestados ao RN. **CONCLUSÃO:** Conclui-se, portanto, que é de extrema importância uma assistência humanizada por parte da equipe de enfermagem ao prestar os cuidados ao RN, ao informar e sanar dúvidas dos familiares, garantindo a eles segurança e esperança no progresso de melhora do RN. Assim, o laço entre os parentes, paciente e equipe de enfermagem deve ser cada vez mais fortalecido através do acolhimento por parte da equipe, tornando o ambiente hostil da UTI neonatal em um ambiente mais tranquilo e acolhedor. **Palavras-chave:** Assistência. Recém-nascido. Enfermagem. Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN).

⁴⁹² Acadêmica de Enfermagem – FVS.

⁴⁹³ Acadêmica de Enfermagem – FVS.

⁴⁹⁴ Enfermeira pela UNINASSAU. Esp. Em Segurança do Paciente e Gestão de Risco Assistencial. Docente da FVS. Enfermeira Assistencial da UMNSA.

CRIMES NA INTERNET

Leonardo Rocha Da Silva⁴⁹⁵

Hericle Teixeira de Sales⁴⁹⁶

Luciane dos Santos Jácome⁴⁹⁷

Introdução: Com o aumento do uso da internet em todo o mundo, também houve um aumento significativo na quantidade de crimes praticados em ambientes virtuais. Os crimes online podem ser categorizados em uma variedade de tipos, incluindo fraudes online, cyberbullying, phishing, hawking, entre outros. A maioria desses crimes são realizados com a intenção de obter benefícios financeiros e/ou prejudicar outras pessoas. **Objetivos:** O objetivo deste artigo é discutir os principais crimes na internet e explorar as principais ferramentas e estratégias utilizadas para controlar e combater tais violações. Será realizada uma análise aprofundada das diferentes categorias de infrações e quais as principais consequências para com suas vítimas. **Metodologia:** Para realização deste artigo, será conduzida uma revisão da literatura existente sobre crimes na internet e suas características. **Resultados/Discussão:** Os resultados desta análise indicam que os crimes na Internet são cada vez mais frequentes, exigindo uma ação mais eficaz das autoridades. A análise se concentrou nas principais categorias de crimes na Internet, tais como fraudes online, cyberbullying, phishing, Hawking, entre outros. A discussão se concentrou nas principais estratégias e ferramentas utilizadas pelas autoridades para garantir a segurança na internet, incluindo leis e regulamentos, savvy technology e capacitação das pessoas. **Conclusão:** Resultados sugerem a importância da conscientização da população sobre segurança virtual, que pode ser alcançada através de campanhas públicas e programas educacionais. **Palavras-chave:** internet; crimes online; segurança na internet.

⁴⁹⁵ Acadêmico de Direito – FVS

⁴⁹⁶ Acadêmico de Direito – FVS

⁴⁹⁷ Professora dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Mestra em Economia pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2019).

POLÍTICAS PÚBLICAS E PESSOAS COM DOENÇAS RARAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ÂMBITO DO SUS

Lívia Helena Silva Sousa⁴⁹⁸

Mayara Portela Moita⁴⁹⁹

Maria Rayane Sousa Damasceno⁵⁰⁰

Francisco de Paulo Guimarães⁵⁰¹

Introdução: O Sistema Único de Saúde, estabelecido pela Lei 8080, de 1990, traz a universalidade como um dos seus princípios essenciais, determinando que todos os cidadãos tem direito às ações e serviços de saúde, sem nenhum tipo de discriminação. Nesse contexto, as pessoas com Doenças Raras(DR) necessitam de políticas públicas de saúde que efetivem seus direitos, em vista dos processos e etapas que precisam percorrer, desde o diagnóstico, que é difícil e demorado até encontrar um tratamento adequado e definitivo. Nessa direção, problematizamos sobre como acontece a atenção à saúde das pessoas com Doenças Raras (DR) e quais os desafios e perspectivas de avanço na oferta de saúde pública voltada ao público? A temática apresentada se constitui relevante ao discutir sobre um problema pertinente na sociedade **Objetivo:** Analisar a atenção integral à saúde de pessoas com Doenças Raras no âmbito do SUS. **Metodologia:** Foi realizada pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, utilizando, livros, revistas, artigos, publicações de órgãos governamentais entre outros. **Resultados/Discussão:** O Ministério da Saúde (MS) aponta que cerca de 13 milhões de pessoas vivem com doenças raras no Brasil e, para 95% não há tratamento específico. Assim, apesar das conquistas no campo das políticas públicas de saúde voltadas para pessoas com Doenças Raras(DR), tendo como exemplo a Política Nacional de Atenção Integral às pessoas com Doenças Raras e a aprovação das Diretrizes para Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), instituídas pela portaria GM/MS nº 199 de 30/01/2014, ainda se faz necessário avançar em muitos aspectos, sobretudo no que se refere a organização da Rede de Atenção à Saúde (RAS), desde acesso a medicação específica, atuação humanizada dos profissionais e maior qualidade nos serviços da Atenção Básica e Atenção Especializada. para o atendimento desses pacientes. **Conclusão:** Foi evidenciado que a atenção integral à saúde das pessoas com Doenças Raras (DR), no âmbito do SUS sofreu avanços significativos. No entanto, essa parcela da população ainda sofre por ter seus direitos negados, necessitando de políticas públicas de saúde mais efetivas na busca de soluções para suas necessidades enquanto pacientes do SUS. **Palavras-chave:** Políticas Pública. SUS. Doenças Raras. Direitos.

⁴⁹⁸ Acadêmica de Enfermagem do Curso da Faculdade Via Sapiens- FVS / Técnica de Enfermagem- EEEP GWA.

⁴⁹⁹ Acadêmica de Enfermagem – FVS.

⁵⁰⁰ Acadêmica de Enfermagem – FVS

⁵⁰¹ Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Via Sapiens-FVS, Disciplina: Políticas e Programas Públicos de Saúde/Assistente Social -Universidade Norte do Paraná-UNOPAR/ Especialista em Gestão de Organizações Sociais -UVA / Pedagogo Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA / Especialista em Educação em Direitos Humanos-UFC.

O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E A AVALIAÇÃO EM SAÚDE

Antônia Ingrid Fernandes de Morais⁵⁰²

Lucas Arruda Moita⁵⁰³

Antônio Rafael Coelho Jorge⁵⁰⁴

Leandro Cordeiro Portela⁵⁰⁵

Introdução: Segundo Tanaka e Melo (2001), avaliação significa expor um valor assumido a partir do julgamento realizado com base em critérios previamente definidos. Acrescentam, ainda, que, no âmbito dos programas e dos serviços de saúde, a avaliação é compreendida como uma estratégia técnico-administrativa destinada à tomada de decisão, na qual o exercício dessa capacidade é dado pelo contexto e pela organização do processo de trabalho. **Objetivos:** Este material tem como objetivo analisar o aspecto econômico relacionado a prática de avaliação no âmbito da saúde. **Metodologia:** Essa pesquisa constitui-se por uma abordagem de cunho qualitativa, com procedimentos técnicos sendo realizados através da pesquisa de cunho bibliográfica. **Resultados/Discussão:** Com a expansão do setor de serviços e liderança no desenvolvimento econômico e crescimento global, autores entendem que a sociedade tem buscado, cada vez mais, por qualidade dos serviços e bens essenciais, inclusive, nos serviços da área da saúde, quando é uma assistência humanizada e qualificada, e tem sido almejada pelos consumidores desse tipo de cuidado, além de que passa a ter um olhar mais atento dos profissionais e dos usuários do sistema (ARAÚJO *et al.*, 2017). Dessa forma, a avaliação dos serviços de saúde direcionada para a qualidade da assistência conquistou espaço no Brasil nos anos 90 com o fortalecimento do controle social e a valorização da participação da comunidade nas ações de planejamento e avaliação (RIBEIRO *et al.*, 2015). **Conclusão:** Nesse sentido, a avaliação é considerada um instrumento político em busca de poder para modificar/influenciar a direcionalidade e velocidade da atenção à saúde. Torna-se imprescindível para o processo de avaliação o claro mapeamento de quais interessados (stakeholders) detêm poder para tomar decisão. O exercício dessa capacidade será dado pelo contexto e pela organização do processo de trabalho, na execução das atividades, como na gestão da rede de atenção (TANAKA, 2011). Os objetivos de uma avaliação são inúmeros, e visam ajudar no planejamento e na elaboração de uma intervenção, assim como fornecer informação para melhorar a intervenção no seu decorrer, determinar seus efeitos com vistas a decidir se ela deve ser mantida, transformada de forma importante ou interrompida, e além de se tencionar a contribuição para o progresso dos conhecimentos para a elaboração teórica (CONTANDRIOPOULOS, 2006). **Palavras-chave:** Economia; Gestão; Avaliação.

⁵⁰² Acadêmica de Psicologia pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁵⁰³ Professor. Doutorando em Biotecnologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr).

⁵⁰⁴ Doutor em Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará na área de Farmacologia Renal e Toxinologia.

⁵⁰⁵ Possui graduação em FACULDADE DE MEDICINA - SOBRAL pela Universidade Federal do Ceará (2007). Especialização em Cardiologia na Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência.

SERENO CACAU, A PRIMEIRA FABRICA CEARENSE DE CHOCOLATE BEAN TO BAR: DO GRÃO A BARRA

Antônia Linhares Tiago⁵⁰⁶

Aline de Oliveira Ramos Cassiano⁵⁰⁷

Keyla Costa de Souza⁵⁰⁸

Introdução: Sereno Cacau é uma fábrica de chocolates situada na Serra da Ibiapaba, em Tianguá-CE. O empresário fundador da empresa, Bruno Freitas, deixou a Califórnia para investir no sonho, um projeto um tanto quanto ousado, mas que vem mostrando resultados surpreendentes, e um crescimento exponencial, para tão pouco tempo de atuação no mercado. A Sereno Cacau é a primeira fábrica de chocolates 100% cearense, mas esse não é o único diferencial da Sereno Cacau. A produção da fábrica utiliza um sistema conhecido como "cabruca", que é o cultivo do cacau sob as sombras das árvores nativas da Mata Atlântica, ou seja, o cultivo de forma sustentável, pois não há assim, desmatamento. **Objetivo:** Expor um negocio lucrativo, sustentável e inovador, criado a partir de um sonho de um empreendedor cearense que buscou conhecimentos e especializações internacionais para implantar uma fabrica no interior cearense. **Metodologia:** Para tanto foi realizado uma pesquisa bibliográfica, assim também como entrevistas com o empresário Bruno Freitas, idealizador da fabrica da Sereno Cacau. **Resultados/Discussão:** A fábrica é a primeira no Ceará a produzir o chocolate Bean To Bar ou "do grão à barra". Bean to bar é como se chama os chocolates produzidos por marcas que acompanham todo o processo do cacau, e não utilizam aditivos artificiais As empresas que produzem chocolate Bean to Bar selecionam fazendas ou cooperativas que produzem cacau especial ou fino, compram seus grãos de cacau e executam o processo completo de produção do chocolate até a barra final, diferente de grandes fábricas que fazem todo o processo de forma segmentada. O Conceito de Bean To Bar é fazer o chocolate do grão à barra de forma artesanal, com foco no sabor do cacau, com ingredientes puros e naturais, sem gordura vegetal, sem aromatizante, com valorização da cadeia produtiva e transparência. Isso significa produzir pequenos lotes com atenção e cuidado, conhecer exatamente de onde vem o cacau. **Conclusão:** Foi possível concluir que o formato de produção dos chocolates da Sereno Cacau é tendencia mundial e tende a ficar mais forte a cada dia pois a procura por alimentos mais saudáveis, contendo menos açúcar é uma preocupação da população como um todo, visando ainda contribuir com a natureza na questão do não desmatamento. **Palavras-chave:** Chocolate. Sustentável. Bean To bar

⁵⁰⁶ Acadêmica da Dupla titulação – Administração e Ciências Contábeis da Faculdade ViaSapiens.

⁵⁰⁷ Acadêmica da Dupla titulação – Administração e Ciências Contábeis da Faculdade ViaSapiens.

⁵⁰⁸ Professora da Faculdade ViaSapiens.

ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL: PROMOVENDO AUTONOMIA COM QUALIDADE AO LONGO DA VIDA

Milena Vieira Cardoso⁵⁰⁹

Aline Rocha Duarte⁵¹⁰

Mariana Andrade Fontenele⁵¹¹

Ana Gerúsia do Nascimento Souza⁵¹²

Introdução: O processo de envelhecimento é algo fisiológico e é inerente a todo indivíduo. No decorrer dos anos o corpo humano enfrenta alterações celulares que atuam diretamente nas modificações do funcionamento dos órgãos e sistemas que contemplam o ser humano, uma vez que iniciam essas transformações as pessoas idosas tendem a apresentar uma maior fragilidade e possuem grande probabilidade do aparecimento de doenças. Logo, é imprescindível que exista a adoção de hábitos saudáveis ainda na fase adulta para assegurar a esta uma maior autonomia e qualidade de vida. **Objetivo:** Conhecer ações de promoção de saúde e prevenção das doenças para um envelhecimento saudável. **Metodologia:** A pesquisa consiste em uma revisão narrativa, realizada no período de 24 de abril de 2023 até nove de maio do mesmo ano. Para a coleta de dados foram selecionados artigos científicos nas bases de dados on-line: Scielo e Pubmed, que respondessem ao objetivo deste estudo. Foram identificados sete estudos no banco de dados de buscas, e após a leitura na íntegra dos artigos foram excluídos quatro que não preenchiam os critérios do estudo, permanecendo somente três que contemplaram a temática, sendo utilizados para o desenvolvimento do trabalho. **Resultado/Discussões:** A partir da análise dos artigos, observou-se que a população brasileira vem aumentando a expectativa de vida, com isso nas próximas décadas teremos uma população predominantemente idosa, essa característica revela a importância da adoção de hábitos saudáveis, tais como: a reeducação alimentar; prática regular de exercícios físicos; busca de atendimentos para consultas de rotina nas unidades de saúde, afim de obter uma avaliação física e psicológica; exercitar a mente; ter uma higiene do sono e do corpo; dentre outras medidas que devem ser aderidas principalmente na fase adulta para permitir a este indivíduo um envelhecimento saudável e assegurando a sua autonomia. **Conclusão:** Tendo em vista os aspectos observados, percebe-se que a pessoa idosa pode alcançar uma velhice saudável, mesmo diante das alterações fisiológicas observadas no processo do envelhecimento, podendo apresentar uma melhor qualidade de vida e diminuição do risco de doenças a partir da adesão das práticas acima citadas que são condicionantes para promover mais vida ativa nesse ciclo biológico. **Palavras-chave:** Envelhecimento. Qualidade de vida. Autonomia.

⁵⁰⁹ Acadêmica de Enfermagem – FVS (Integrante do grupo de estudo e pesquisas para a qualidade de vida das pessoas idosas- GEPQUAPI).

⁵¹⁰ Acadêmica de Enfermagem – FVS (Integrante do grupo de estudo e pesquisas para a qualidade de vida das pessoas idosas- GEPQUAPI).

⁵¹¹ Acadêmica de Enfermagem – FVS (Integrante do grupo de estudo e pesquisas para a qualidade de vida das pessoas idosas- GEPQUAPI).

⁵¹² Enfermeira. Professora do Curso de Enfermagem da Faculdade Via Sapiens. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas para a Qualidade de vida das Pessoas Idosas- GEPQUAPI. Mestra em Saúde da Família- RENASF-UVA. Especialista em Gestão Lean- UVA. Especialista em Enfermagem do Trabalho- UNINTA. Especialista em Gerência de Centros de Saúde da Família- UVA. Especialista em Saúde Pública- UNAERP.

EXTRADIÇÃO E O DIREITO BRASILEIRO

Ana Keully Vasconcelos Parente⁵¹³

Sonia Silva do Nascimento⁵¹⁴

Gabriel de Moura Carvalho⁵¹⁵

Francisco Danilo de Souza Gomes⁵¹⁶

Introdução: Extradicação é um ato de cooperação internacional que envolve os países de uma forma geral. Por meio desse ato, os países solicitam ou concedem a entrega, a outro país, de uma pessoa acusada ou já condenada por um ou mais crimes, com intuito de julgá-la e puni-la. A CF/1988 assegura que nenhum brasileiro nato será entregue pelo governo brasileiro a outra nação para que cumpra pena por crimes cometidos naquele território. Essa garantia, contudo, não abrange estrangeiros que entram no Brasil depois de cometer crimes em outros países: eles podem ser extraditados a qualquer tempo e a qualquer país onde tenham desrespeitado a lei. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo examinar o processo e aplicação da extradicação, e suas especificidades dentro do direito brasileiro. **Metodologia:** A metodologia de pesquisa usada foi de natureza bibliográfica e qualitativa, baseada em um estudo de normas constitucionais, jurisprudência e artigos jurídicos. **Resultado/Discussão:** A extradicação é um assunto que instiga a sociedade internacional, principalmente por envolver normas de direito interno e externo. Quando voltamos nossa atenção para a extradicação de estrangeiros que tenham cometido crimes no exterior e adentram o território brasileiro, devemos saber que este pode ser extraditado, desde que o Brasil tenha com a nação ofendida um tratado recíproco de extradicação. O referido tema ganhou destaque no cenário jurídico brasileiro com o caso do italiano "Cesare Battisti", onde o mesmo obteve na data de 13 de janeiro de 2009, a condição de asilado político pelo então Ministro da Justiça Tarso Genro, fundamentado no Estatuto dos Refugiados de 1951 e na Lei 9.474 de 1997, sob a alegação de “fundado temor de perseguição por motivos de opinião política”. Tendo em vista que um dos motivos que impedem a extradicação no Brasil é o fato de o crime possuir conotação política, de acordo com o artigo 77, inciso VII, da Lei 6.815 de 1980. **Conclusão:** De acordo com a análise feita sobre a extradicação, mais voltada para a aplicação no Brasil, pôde-se perceber que é um tema bastante repercutido por ter alguns direitos que vedam a extradicação em determinadas situações. Com base em casos concretos citados, é possível verificar que há controvérsias quanto a aplicação da mesma, o direito constitucional brasileiro protege de certa forma brasileiros natos de serem extraditados, e por alguns países isso é visto como algo prejudicial à aplicação de julgamentos ou penas. **Palavras-chave:** Punição. Aplicação. Controvérsias.

⁵¹³ Acadêmico de Direito – FVS;

⁵¹⁴ Acadêmico de Direito – FVS;

⁵¹⁵ Acadêmico de Direito – FVS;

⁵¹⁶ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022). É pesquisador pelo grupo NECTAR da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e pelo coletivo TERRAL da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Revisor da revista SAPIENS desde 2021.

DIREITOS SOCIAIS EM TEMPOS DE COVID-19: A QUESTÃO DA SAÚDE

Hagata Nicolle Gomes Lima⁵¹⁷

Matheus Pereira Câmara Lucas⁵¹⁸

Francisco Danilo de Souza Gomes⁵¹⁹

Sérgio Luiz Corrêa dos Santos⁵²⁰

Leandro Cordeiro Portela⁵²¹

Introdução: Diante do surgimento de tantos casos de Covid-19 no Brasil e em todo o mundo, foi necessário adotar medidas diferentes do habitual, conhecidas como medidas restritivas, para que o contágio não se disseminasse ainda mais, encontrando-se nosso país em uma situação extraordinária e superveniente o que acarretou grandes consequências em todo o mundo. Com essa realidade adversa aconteceu vários eventos que não estavam previstos, como o isolamento social que foi o aconselhado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Um dos grandes impactos foi no âmbito da saúde, uma vez que o Estado limitou inúmeros procedimentos para priorizar o combate ao novo vírus que emergiu no mundo. **Objetivos:** O presente resumo simples tem como objetivo principal desenvolver uma análise sobre os direitos sociais em tempos de pandemia e seus devidos impactos no que diz respeito a qualidade de vida das pessoas no Estado brasileiro. **Metodologia:** Para a realização desta pesquisa foi necessário a utilização de materiais bibliográfico, como artigos científicos e livros. **Resultados/Discussão:** Os direitos sociais nada mais são que prestações positivas do Estado, que tem como intuito intervir na vida particular do cidadão e prover condições mínimas para ter uma vida digna e do bem-estar social. No Brasil o direito social a Saúde foi abordado pela primeira vez na Constituição do Império do Brasil de 1824. Em seu artigo 179, inciso XXXI do referido texto magno, aduz a “garantia aos socorros públicos” (BRASIL, 1824). Adiante, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, em seu artigo 10, inciso II, determinou que “a competência para cuidar da saúde pública seria concorrente entre a União e os Estados. Todavia, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, passou a definir o direito a saúde como sendo um direito fundamental, além de inclui-lo no rol dos direitos sociais. No Brasil as altas demandas judiciais referentes ao direito a saúde, e nas últimas décadas esse número está aumentando cada vez mais, além disso, segundo pesquisa realizada pelo Insper o número de processos judiciais relativas à saúde entre o período de 2008 a 2017 aumentou 130%. Ainda, de acordo com Dallari explica que o aumento significativo das altas demandas judiciais em face do direito a saúde decorre do acesso a medicamentos e tratamentos médicos, bem como da linguagem dos direitos humanos e do novo constitucionalismo. **Conclusão:** Com o advento da pandemia do coronavírus gera uma grave crise sanitária com que faz com a população ajuízem muitas ações judiciais perante o poder judiciário, pois a maiorias dessas ações são propostas por pacientes pleiteando o direito a saúde e vida requerendo o acesso a leitos de UTI’s, medicamentos e respiradores, além disso, os profissionais da saúde solicitaram melhores equipamentos e de proteção pessoal e condições mais dignas de trabalho. **Palavras-chave:** Covid-19; Direitos sociais; Saúde.

⁵¹⁷ Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁵¹⁸ Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁵¹⁹ Professor de Direito – FVS.

⁵²⁰ Professor da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁵²¹ Possui graduação em FACULDADE DE MEDICINA - SOBRAL pela Universidade Federal do Ceará (2007). Especialização em Cardiologia na Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência.



A INTERDEPENDÊNCIA DO DIREITO E DA CULTURA PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Karen Lorena César dos Santos⁵²²

Maria Eduarda Moreira da Silva⁵²³

Stephany Coutinho da Silva⁵²⁴

Adriany Alves Silva Pontes⁵²⁵

INTRODUÇÃO: A presente pesquisa, tem como proposta buscar o entendimento sobre a importância do direito e da cultura na preocupação com as formas de controle social, pois a diversidade cultural ainda proporciona transgressões no período hodierno, o que evidencia a presença intrínseca de tal dinâmica na sociedade. Nesse sentido, o modo de percepção e entendimento dos sistemas normativos são abordados e compreendidos de diferentes formas, tomando como princípio o pluralismo legal. Este projeto é, assim, importante para o corpo social, pois os direitos são aplicados de acordo com a sociedade que será imposto, pois cada uma possui uma dinâmica específica e a lei não é um fenômeno independente, tornando necessário a ligação cultural para não acarretar uma crise democrática e de cidadania. **OBJETIVOS:** Este documento visa o estudo amplo da antropologia jurídica como influência nas pesquisas, metodologias e pontos analíticos manuseados pelos estudiosos, reconhecer a intermediação de interesses na garantia do sistema democrático e suas formas de controle social e analisar a relação do direito com a cultura como princípios fundamentais para a sobrevivência da sociedade. **METODOLOGIA:** a pesquisa sobre a interdependência do direito e da cultura para a construção da cidadania, foi realizada pelo método de pesquisa bibliográfica. Esta, foi obtida com a coleta de informações de livros e artigos relacionados ao tema abordado na pesquisa, através de leituras, interpretações e análises dos autores do projeto. Etapa imprescindível para a fundamentação das ideias e desenvolvimento do estudo sobre a interdependência do direito e da cultura para a construção da cidadania. **RESULTADOS:** Visto que o tema abordado é pouco discutido na sociedade hodierna e conseqüentemente, ocasiona falhas entre o corpo social, o que motiva conflitos na malha social. Sob esse viés, a pesquisa apresenta-se para a população em geral e para os estudiosos com o fito de romper com o problema e alcançar todos os cidadãos. **CONCLUSÃO:** Assim, é evidente que a importância da relação entre o direito e a cultura na construção da cidadania seja destacada para cada indivíduo, a fim de efetivar democracia e equilíbrio social diante de uma sociedade multicultural. **PALAVRAS – CHAVE:** Direito. Cultura. Cidadania. Relação. Sociedade.

⁵²² Acadêmica de Direito- FVS

⁵²³ Acadêmica de Direito- FVS

⁵²⁴ Acadêmica de Direito- FVS

⁵²⁵ Professora do Curso de Direito, Psicologia, Administração e Ciências Contábeis da Faculdade Via Sapiens - FVS. Mestranda em Sociologia pela Universidade Vale do Acaraú – UEVA (2019). Especialista em História e Geografia pela IEDUCARE (2013). Licenciada em Sociologia pela Universidade Vale do Acaraú – UEVA (2011)

O SUS E A PROMOÇÃO DA SAÚDE DE CUIDADORES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD) ATRAVÉS DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)

Jorge Márcio Costa Castro⁵²⁶

Camilly Cunha Vasconcelos⁵²⁷

Maria Diovana Fontenele de Brito⁵²⁸

Francisco de Paulo Guimarães⁵²⁹

Introdução: Este trabalho foi produzido a partir das vivências no Curso de Enfermagem da Faculdade Via Sapiens (FVS), na Disciplina de Políticas e Programas Públicos de Saúde, referente às discussões sobre o Sistema Único de Saúde(SUS) e os princípios da universalidade, equidade e integralidade, levando-nos a eleger como objeto de estudo a saúde dos cuidadores de Pessoas com Deficiência (PcD). Com a Constituição Federal de 1988 e a Lei 8080/90, a saúde passa a ser considerada como direito de todos e dever do Estado. Assim, a Estratégia Saúde da Família(ESF) que iniciou como Programa Saúde da Família(PSF), em 1994, se estabelece na organização e fortalecimento da Atenção Primária em Saúde. A temática tem base na pergunta de como acontece o atendimento aos cuidadores de pessoas com deficiência no SUS? Desse modo, o trabalho se apresenta relevante ao discutir sobre o desafio de se constituir uma política de saúde que atenda com maior prioridade os cuidadores de Pessoas com Deficiência(PcD). **Objetivo:** Analisar como acontece a promoção de saúde de cuidadores de Pessoas com Deficiência no SUS, através da Estratégia Saúde da Família(ESF). **Metodologia:** Foi utilizada pesquisa bibliográfica, tendo como subsídio a busca de informações em livros, revistas, artigos, entre outros. **Resultados/Discussão:** O SUS ao incorporar a Estratégia Saúde da Família(ESF) nos territórios, através das equipes multidisciplinares, oferta saúde básica. Porém, nessa oferta, muitas vezes não é feita distinção de famílias sem e com Pessoas com Deficiência(PcD), não considerando os cuidadores e seus processos de constante tensão, que o coloca em situação de vulnerabilidade, sinalizando a necessidade de apoio físico e emocional, uma vez que vivencia sofrimentos causados pela sobrecarga das atividades que precisa realizar em seu cotidiano. Desse modo, nem sempre, os serviços de saúde são preparados para prestar apoio e informações adequadas sobre como cuidar de pessoas com deficiência. **Conclusão:** Evidenciou-se que é preciso estratégias de maior apoio para a promoção de saúde de cuidadores de pessoas com deficiência, devendo estes serem compreendidos como público prioritário da Estratégia Saúde da Família (ESF), dada sua vulnerabilidade causada muitas vezes pela vivência desafiadora do cuidar. **Palavras-chave:** SUS. Cuidadores. PcD. Universalidade. Estratégia Saúde da Família.

⁵²⁶ Acadêmico de Enfermagem, Faculdade Via Sapiens - FVS.

⁵²⁷ Acadêmica de Enfermagem, Faculdade Via Sapiens - FVS, participante do Grupo de Estudo: Estudo físico do câncer de mama.

⁵²⁸ Acadêmica de Enfermagem, Faculdade Via Sapiens - FVS.

⁵²⁹ Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Via Sapiens-FVS, Disciplina: Políticas e Programas Públicos de Saúde/Assistente

Social-Universidade Norte do Paraná-UNOPAR/ Especialista em Gestão de Organizações Sociais -UVA / Pedagogo- Universidade

Estadual Vale do Acaraú-UVA / Especialista em Educação em Direitos Humanos-UFC.

A COMPLEMENTARIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: A SEGURANÇA COMO MEIO DE GARANTIA NO ACESSO À EDUCAÇÃO

Antonio Henrique da Silva Araujo⁵³⁰

João Marcos Moreno Fidelis⁵³¹

Raul Ferreira Maia⁵³²

Introdução: A educação, além de um direito constitucional assegurado pelo Art. 6º, CF/88, é um processo de socialização das pessoas, um meio pelo qual são transmitidos valores e costumes de uma sociedade para a geração vindoura, buscando o aperfeiçoamento do indivíduo, de suas habilidades e potencialidades. Nesse sentido, eventuais violações em face dessa prerrogativa tão importante repercutem a curto e, principalmente, a longo prazo na produtividade cultural e social do país, além de causar grave insegurança à população, aos educandos e aos educadores. Exemplarmente citando, cabe apontar os recentes ataques em algumas escolas e creches do país nos últimos meses, ou seja, são agressões brutais que além de ferir, em algumas situações, chegam a matar pessoas inocentes, gerando efeitos complexos e impossíveis de reverter. Partindo desta intelecção aprecia-se uma íntima e importante relação entre o Direito à Educação e o Direito à Segurança, ou seja, são mutuamente complementares. Por isso, cabe afirmar que garantir educação não é um mero dever estatal, mas um investimento em reparo e aprimoramento dos aparelhos socioeconômicos e culturais. **Objetivo:** Analisar a relação de complementaridade entre os direitos fundamentais à segurança e à educação, tendo em vista que ambos reproduzem efeitos complexos na sociedade. Outrossim, propor ideias de integração entre estabelecimentos educacionais e as forças de segurança pública capazes de garantir aos estudantes um ambiente seguro e propício a uma boa aprendizagem. **Metodologia:** Abordagem quantitativa, com a utilização de procedimentos bibliográficos e explicativos. **Resultado/Discussão:** O tema abordado apresenta, dentre outros aspectos, a importância da implantação de políticas públicas voltadas a suprir necessidades de segurança em estabelecimentos estudantis, fazendo valer a responsabilidade civil do Estado em garantir a segurança em seus prédios e instalações públicas, afinal o aluno enquanto inserto no prédio escolar é, de fato, responsabilidade do Estado maior. **Conclusão:** Portanto, diante do exposto, depreende-se que a necessidade de o Estado garantir segurança aos ambientes educacionais é urgente, seja por meio de destacamentos policiais ou guardas municipais direcionados pelas vias municipais, como reza o Art.144, §8º, CF/88, uma vez que a tão temida violência escolar, muitas vezes é originada dentro do próprio ambiente escolar. Concomitante a isto, ao sistema educacional propriamente dito é incumbida também à lide de educar e instigar os estudantes a cultivar um ambiente escolar pacífico capaz de propiciar um bom aprendizado e, principalmente, um excelente preparo social e educacional com o qual alunos e professores possam contribuir para o aprimoramento nacional. **Palavras-chave:** Educação. Segurança. Políticas Públicas.

⁵³⁰ Aluno do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.

⁵³¹ Aluno do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.

⁵³² Professor Orientador; Professor do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.

O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA E A SUA RELAÇÃO COM A GUERRA RÚSSIA-UCRÂNIA

Carla Evelyn Silva Souza⁵³³

Renata Fernandes de Sousa⁵³⁴

Vera Lúcia Peres da Silva⁵³⁵

Francisco Danilo de Souza Gomes⁵³⁶

Introdução: Após os eventos da Segunda Guerra Mundial a sociedade internacional percebeu a necessidade de proteger e preservar os direitos básicos da pessoa humana, em especial nas ocorrências de conflitos armados, dessa forma temos no ordenamento jurídico internacional uma supervalorização do princípio da dignidade humana. **Objetivos:** Pretende-se analisar o princípio da dignidade humana e a sua relação com a guerra Rússia-Ucrânia, determinando assim possíveis violações de direitos humanos realizados durante o confronto armado entre os Estados. **Metodologia:** O presente resumo simples tem como fonte de pesquisa, uma pesquisa científica de cunho bibliográfico, para tanto utilizar-se-á artigos científicos, teses de doutorado e dissertações de mestrado, como intuito de responder os objetivos propostos. **Resultados/Discussão:** A dignidade humana é um princípio fundamental do direito internacional, e tem uma relação complexa quando se fala sobre conflitos armados como o que está ocorrendo atualmente entre Rússia e Ucrânia, podemos destacar que desde o começo da guerra, a invasão da Ucrânia pela Rússia está sendo marcada pelo alto número de pessoas em situações de refúgio, morte de civis, discriminação contra africanos e asiáticos, e a violação sexual contra mulheres ucranianas, essas violações vão contra o princípio da dignidade humana, sendo dever da comunidade internacional defender o princípio da dignidade humana e garantir que os direitos humanos sejam respeitados em todas as circunstâncias, incluindo em tempos de conflito armados, e por essa razão a União Europeia e os Estados Unidos impuseram sanções econômicas à Rússia em resposta à sua conduta contra a Ucrânia. **Conclusão:** Diante de todos os fatos apresentados podemos identificar que as medidas impostas pelos países e pela ONU à Rússia são necessárias para pressionar o país a cumprir suas obrigações internacionais em relação aos direitos e a dignidade humana, também transmitindo uma mensagem clara a comunidade internacional de que não tolerará tais violações e haverá consequências para aqueles que as cometem. **Palavras-chave:** Direito internacional; Direito Humano; Guerra Rússia Ucrânia

⁵³³ Acadêmica de Direito – FVS. Membro do grupo de estudos: Guerra Rússia-Ucrânia.

⁵³⁴ Acadêmica de Direito – FVS. Membro do grupo de estudos: Guerra Rússia-Ucrânia.

⁵³⁵ Acadêmica de Direito – FVS. Membro do grupo de estudos: Guerra Rússia-Ucrânia.

⁵³⁶ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022). É pesquisador pelo grupo NECTAR da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e pelo coletivo TERRAL da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Revisor da revista SAPIENS desde 2021.

AS PRIMEIRAS PESQUISAS DE SATISFAÇÃO DO PACIENTE E SUA IMPORTÂNCIA NA HISTÓRIA

Antônia Ingrid Fernandes de Morais⁵³⁷

Leandro Cordeiro Portela⁵³⁸

Antônio Rafael Coelho Jorge⁵³⁹

Sérgio Luiz Corrêa dos Santos⁵⁴⁰

Introdução: A partir dos anos 80 do século XX, tanto na Europa quanto nos EUA, vários movimentos que fizeram parte de um processo de transformações econômicas, políticas e culturais deram aos pacientes um novo lugar na avaliação dos serviços de saúde. No Brasil, essas pesquisas tornaram-se mais comuns a partir da segunda metade da década de 90, com a consolidação do controle social na esfera do Sistema Único de Saúde e com a participação da população na idéia da avaliação e planejamento. No setor público, os custos crescentes dos serviços de saúde foram um dos elementos que favoreceram as políticas reformadoras e de redução de gastos, e o surgimento de novos modelos de gestão visando à maior transparência, qualidade e eficiência dos serviços (SANTOS *et al.*, 2015). **Objetivos:** Almeja-se compreender neste artigo o processo de formação das pesquisas de satisfação de pacientes na história, trazendo ensinamentos desde a década de 70. **Metodologia:** Para a composição deste material utilizou-se como fonte de pesquisa o artigo de Jeni Vaitsma e Gabriela Rieveres Borges de Andrade, intitulado “Satisfação e responsividade: formas de medir a qualidade e a humanização da assistência à saúde”. **Resultados/Discussão:** As primeiras pesquisas no campo da avaliação em saúde, ainda na década de 1970, referiam-se à *satisfação do paciente*. O objetivo era conseguir melhores resultados clínicos, por meio da adesão ao tratamento, em três dimensões: comparecimento às consultas; aceitação das recomendações e prescrições e uso adequado dos medicamentos. Estas pesquisas foram antecedidas por estudos que, na área das Ciências Sociais e Humanas, focalizavam as relações médico-paciente no contexto da clínica ou do ambiente hospitalar (VAITSMAN; ANDRADE, 2005). Estes autores acrescentam que existem vários modelos que medem a satisfação do paciente, mas todos têm como pressupostos as percepções do paciente em relação às suas expectativas, valores e desejos. **Conclusão:** Dessa forma, a satisfação do paciente pode ser definida como “as avaliações positivas individuais de distintas dimensões do cuidado à saúde”. Estas avaliações expressariam uma espécie de atitude, uma resposta afetiva baseada na crença de que cuidado possui certos atributos que podem ser avaliados pelos pacientes. A partir disto, Donabedian (1984), defende de que a noção de satisfação do paciente tornou-se um dos elementos de avaliação da qualidade em saúde, ao lado da avaliação do médico e o da comunidade. A qualidade passou a ser observada a partir desses três ângulos, de forma complementar e, ao mesmo tempo, independente. **Palavras-chave:** Médico; Comunidade; Saúde.

⁵³⁷ Acadêmica de Psicologia pela Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁵³⁸ Possui graduação em FACULDADE DE MEDICINA - SOBRAL pela Universidade Federal do Ceará (2007). Especialização em Cardiologia na Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência.

⁵³⁹ Doutor em Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará na área de Farmacologia Renal e Toxinologia.

⁵⁴⁰ Mestre em Administração pela Universidade Vale do Itajá – UNIVALI.

PRÍNCIPIO DA NÃO EXTRADIÇÃO DE BRASILEIROS NATOS

Gislene Carvalho da Silva⁵⁴¹

José de Jesus Carvalho Rodrigues⁵⁴²

Antônio Francivan Albuquerque dos Santos⁵⁴³

Francisco Danilo de Souza Gomes⁵⁴⁴

Introdução: O resumo atual discutirá o significado do estudo exposto para a sociedade em função do julgamento de brasileiros natos em situação de extradição, viabilizando a importância do conhecimento de tais fatos abordados na disseminação das informações aplicadas sob as ações em questão. Consequente, é de perfeita abordagem dos pressupostos fáticos, a necessidade do conhecimento mínimo em desfrute da defesa do cidadão brasileiro quanto ao judiciário internacional. **Objetivos:** Realizar uma análise da extradição do brasileiro nato através de parâmetros da nossa carta maior, aplicados à realidade de fato. **Metodologia:** A presente pesquisa tem cunho informativo, com base no inciso LI do Artigo 5º da Constituição Federal. **Resultados/Discussão:** Para iniciarmos a nossa discussão é importante sabermos o que é extradição. A extradição é um ato de cooperação internacional que envolve o Brasil e algum outro país. O art. 5º inciso LI, dispõe sobre o princípio da não-extradição de nacionais em um contexto de segurança penal que foi concedida ao brasileiro nato e naturalizado. Uma decisão importante em relação ao assunto estudado, decisão do STF em 2016, onde abriu um precedente para o artigo 5º, inciso LI, da Constituição da República de 1988, que diz que “nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei”. Ura-se não só como uma exceção à regra geral da extradição. **Conclusão.** O princípio da não-extradição de nacionais – os brasileiros natos ou naturalizados – configura-se não só como uma exceção à regra geral da extradição, segundo a qual qualquer indivíduo pode ser extraditado, mas como uma garantia de que nenhum brasileiro será submetido a um julgamento potencialmente imparcial na justiça estrangeira, revelando a obrigação de o Brasil proteger seu nacional, assegurar-lhe meios de defesa e garantir-lhe a aplicação da lei de seu país de origem. **Palavras-chave:** Extradição, Constituição Federal, Brasileiro Nato.

⁵⁴¹ Acadêmica de Direito pela FVS.

⁵⁴² Acadêmico de Direito pela FVS.

⁵⁴³ Acadêmico de Direito pela FVS.

⁵⁴⁴ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica da Faculdade Via Sapiens. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade Via Sapiens – FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta – UNINTA (2022). É pesquisador pelo grupo NECTAR da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e pelo coletivo TERRAL da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Revisor da revista SAPIENS desde 2021.

SOBERANIA DO ESTADO EM RELAÇÃO A CORTES E TRIBUNAIS INTERNACIONAIS

Hillary Holanda Magalhães⁵⁴⁵

Antônio Vinícius Medeiros Bezerra⁵⁴⁶

Regina Bárbara Vieira Braga⁵⁴⁷

Francisco Danilo de Souza Gomes⁵⁴⁸

Introdução: Diante dos diversos conflitos que aconteceram no século XX, se fazia necessário a criação de um tribunal que dispusesse de competência para julgar crimes internacionais. Assim, no ano de 1998, a comunidade internacional aprovou o Estatuto de Roma, documento que regulamenta os Tribunais Penais Internacionais (TPI). Em geral, o TPI atua quando os tribunais nacionais não conseguem ou não desejam realizar os processos criminais. De outro modo, conquanto o tribunal penal internacional preencha lacunas na justiça, ele apresenta premissas que contradizem com princípios e fundamentos de alguns Estados. A Constituição brasileira traz em seu artigo primeiro que a República Federativa do Brasil se constitui em estado democrático de direito e tem como fundamento, além de outros, a soberania. Desse modo, faz-se mister as aflições decorrentes da relação do direito internacional positivado pelo Estatuto de Roma e a Leis internas dos Estados, em decorrência de tal normativo apresentar, em um primeiro momento, incongruências com legislação intrínsecas de alguns Estados. Ademais, pode-se apontar em tom de desacordo a abrangência do Estatuto de Roma à prisão perpétua e à pena de morte, que são formas punitivas inconstitucionais no Brasil, por exemplo. Entretanto, ao analisar o Estatuto de Roma duas questões ficam claras, a primeira é que esse documento considera dever de cada Estado-Parte realizar sua jurisdição penal frente a um crime considerado internacional. Ao mesmo tempo, deixa claro que o tribunal penal internacional tem uma função complementar aos tribunais de cada nação membro. **Objetivos:** o presente artigo visa reforçar as razões de não poder haver incongruências entre o ordenamento jurídico da corte internacional e a do Brasil. **Metodologia:** A metodologia de pesquisa utilizada foi qualitativa, por meio do uso de textos científicos, e através de sites com pesquisas relacionadas à soberania dos estados e sobre Tribunal Penal Internacional. **Resultados/Discussão:** Analisando a relação entre a soberania do Estado e as cortes e tribunais internacionais, delibera-se sobre a extensão da soberania em relação a estas e as circunstâncias em que as decisões dessas cortes podem prevalecer. No entanto, o Estado não é totalmente subordinado ao tribunal internacional, pois em muitos casos, eles têm o direito de rejeitar a jurisdição daqueles, se necessário for. **Conclusão:** O Brasil continua soberano em relação ao ordenamento jurídico do tribunal Internacional, mesmo com divergências entre as duas legislações, pois a aplicação, desta última, se dá fora do Estado e as contradições positivas, são apenas aparentes. **Palavras-chave:** Ratificação; Supremacia; Constitucionalidade.

⁵⁴⁵ Acadêmica de direito pela Faculdade ViaSapiens-FVS.

⁵⁴⁶ Acadêmico de direito pela Faculdade ViaSapiens-FVS.

⁵⁴⁷ Acadêmica de direito pela Faculdade ViaSapiens-FVS.

⁵⁴⁸ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022). É pesquisador pelo grupo NECTAR da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e pelo coletivo TERRAL da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Revisor da revista SAPIENS desde 2021.

MALEFÍCIOS DA ALIENAÇÃO PARENTAL NOS ARRANJOS FAMILIARES

Rodrigo de Mesquita Sousa⁵⁴⁹

Silmara Araújo Soares⁵⁵⁰

Lívia Silva Sousa⁵⁵¹

Antonia Camila Vieira Mendes⁵⁵²

Introdução: A alienação parental consiste na prática de manipulação feita por um dos genitores/responsáveis contra crianças e adolescentes, com a finalidade de confundir emocionalmente e desfazer os bons vínculos existentes com o outro genitor/responsável. É como se o menor passasse a ser visto como uma ferramenta usada para externalizar o ódio existente dentro de um relacionamento mal resolvido. Esse problema se apresenta judicialmente quando existe uma disputa da guarda dos menores, se evidenciando no processo de divórcio litigioso. Para combater essa prática foi positivada a lei 12.318/2010, visto que, a prática de alienação parental gera traumas e problemas psicológicos nas vítimas, devendo ser combatido da melhor forma possível, sendo observado as medidas legais cabíveis nos casos. **Objetivos:** O presente trabalho tem como objetivo demonstrar o impacto gerado pela alienação, além de evidenciar os meios de provas cabíveis, seja os trazidos pela lei 12.318/10, ou na própria convivência social. Objetiva também informar às pessoas como proceder quando se depararem com essa problemática. **Metodologia:** O presente trabalho foi realizado através de pesquisas qualitativas, sendo utilizados revistas, livros e artigos, presentes em meios eletrônicos, como também letra de Lei. **Resultados/Discussão:** A evolução social (globalização) mudou a forma que as sociedades conjugais se comportavam, sendo observado um significativo aumento nos processos de divórcio envolvendo guarda, como também as chantagens emocionais aos menores dentro destes. Nessa toada, como já foi exposta, a alienação é altamente prejudicial para a prole existente, e que tal ato deve ser reconhecido, detectado e punido. **Conclusão:** Conclui-se que, diversos problemas são desencadeados por conta da Síndrome da Alienação Parental e que os sinais da manipulação podem ser percebidos no cotidiano, por meio de alterações comportamentais e psicológicas que colaboram para a destruição de vínculos familiares. Dessa forma, debates devem ser feitos sendo sempre observados sob a óptica jurídica existente no país. **Palavras-chave:** Manipulação. Emocional. Família.

⁵⁴⁹ Acadêmico de Direito pela FVS.

⁵⁵⁰ Acadêmica de Direito pela FVS.

⁵⁵¹ Acadêmica de Direito pela FVS.

⁵⁵² Professora de Direito pela FVS.

DIREITO DO CONSUMIDOR NAS COMPRAS PELA INTERNET

Sávio Portela Braga⁵⁵³

Antônio Edgar Filho Lima Carneiro⁵⁵⁴

Benedito Yuri Azevedo Aguiar⁵⁵⁵

Introdução: Com o avanço da tecnologia, cada vez mais pessoas realizam suas compras pela internet. No entanto, é importante garantir que os direitos dos consumidores sejam respeitados nesse contexto, já que muitos problemas podem ocorrer durante o processo de compra online. **Objetivo:** O objetivo deste resumo é discutir os direitos do consumidor nas compras pela internet, apresentando informações sobre a legislação brasileira que protege os consumidores nesse contexto. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica de artigos, leis e regulamentações sobre o tema. **Metodologia:** Foram selecionados artigos científicos, leis e regulamentações que tratam dos direitos do consumidor nas compras pela internet. Os dados foram analisados com base em categorias como garantias, prazos de entrega, devolução e cancelamento de compras. **Discussão:** A legislação brasileira garante aos consumidores que realizam compras pela internet os mesmos direitos e garantias que os consumidores que compram em lojas físicas. As empresas que atuam no comércio eletrônico são obrigadas a informar de forma clara e precisa os produtos e serviços que oferecem, bem como os preços, as condições de pagamento, os prazos de entrega e as políticas de devolução e cancelamento. Além disso, os consumidores têm o direito de desistir da compra em até 7 dias após o recebimento do produto, sem qualquer justificativa. **Conclusão:** É importante que os consumidores conheçam seus direitos nas compras pela internet e que as empresas respeitem as leis e regulamentações que protegem os consumidores. As políticas de devolução e cancelamento devem ser claras e acessíveis aos consumidores, assim como as informações sobre garantias e prazos de entrega. As empresas que não respeitam os direitos dos consumidores podem ser penalizadas, e os consumidores devem denunciar eventuais abusos ou violações de seus direitos. Dessa forma, é possível garantir um comércio eletrônico justo e seguro para todos os envolvidos que dele se usufrui. **Palavras chaves:** Consumidor. Dados pessoais. Compras na internet.

⁵⁵³ Acadêmico de Direito – FVS.

⁵⁵⁴ Acadêmico de Direito – FVS.

⁵⁵⁵ Professor de Direito – FVS.

O DIREITO DE NÃO AUTO-INCRIMINAÇÃO

Mariane Damasceno Fontenele⁵⁵⁶

Narcélia Maria Ataliba⁵⁵⁷

Rita de Cássia Machado⁵⁵⁸

Francisco Danilo de Souza Gomes⁵⁵⁹

Introdução: Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, define expressamente que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Por sua vez, o inciso LXIII, do art. 5º, define que “o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado”. Com instinto natural de preservação, pode-se afirmar que o direito da não auto-incriminação nasceu (na era moderna) como refutação (civilizadora). Dessa forma, o direito não pode remar contra a natureza. Como se vê, o direito de não autoincriminação tem fundamento natural (instinto de preservação ou de auto preservação, como dizia Bentham). **Objetivos:** Este artigo tem como objetivo principal analisar o privilégio ou princípio (a garantia) da não auto-incriminação (NEMO TENETUR se detegere ou NEMO TENETUR se IPSUM ACCUSARE ou NEMO TENETUR se IPSUM PRODERE), tendo como significado que ninguém é obrigado a se auto-incriminar ou a produzir prova contra si mesmo. **Metodologia:** O presente resumo simples tem como metodologia uma pesquisa bibliográfica, onde utilizaremos a doutrina através da obra manual do direito penal, do ilustre doutrinador Guilherme de Sousa Nucci. **Resultados/Discussão:** O pressuposto deste artigo demonstra que o ditado popular “Quem cala consente” não se aplica ao direito. Nenhum indivíduo pode ser obrigado, por qualquer autoridade ou mesmo por um particular, a fornecer involuntariamente qualquer tipo de informação ou declaração ou dado ou objeto ou prova que o incrimine direta ou indiretamente. **Conclusão:** Em vista que, o direito do princípio da não auto-incriminação na sociedade julga-se antes de conhecer os fatos e muitas vezes culpados. Desse modo, o direito do silêncio estabelece de modo geral uma declaração segura auxiliadora aos seus advogados, assim o silêncio é a sua garantia de inocência, então daí vem o direito ao silêncio. **Palavras-chave:** Direito; Silêncio; Auto-incriminação.

⁵⁵⁶ Acadêmica de Administração – FVS. Aplicabilidade das Normas Brasileiras da Contabilidade para Micro e pequenas Empresas.

⁵⁵⁷ Acadêmica de Administração – FVS.

⁵⁵⁸ Acadêmica de Administração – FVS. Aplicabilidade das Normas Brasileiras da Contabilidade para Micro e pequenas Empresas.

⁵⁵⁹ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022). É pesquisador pelo grupo NECTAR da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e pelo coletivo TERRAL da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Revisor da revista SAPIENS desde 2021.

A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E O SURGIMENTO DA LEI MARIA DA PENHA

Amadeu Wilker Sales Vieira⁵⁶⁰

Luciana de Souza Lira⁵⁶¹

Emanuela Brito de Oliveira⁵⁶²

Introdução: O presente resumo aborda como tema a Violação dos Direitos Humanos e o Surgimento da Lei Maria da Penha. O contexto histórico e social em que se originam as diferenças de gênero constituem uma estrutura discriminatória de submissão e desrespeito a dignidade de um dos gêneros. Nesse aspecto, o homem é o responsável por instituir o desnivelamento por meio de seu comportamento de violência contra a mulher lhe causando diversos problemas. A problemática da pesquisa é conhecer os fatores determinantes para o Brasil criar a Lei Nº 11.340/06. **Objetivos:** listar as prerrogativas alcançadas com o advento da Lei, coibindo a violação dos direitos humanos e violência contra a mulher. **Metodologia:** O meio utilizado para alcançar o resultado desta pesquisa, logrou êxito em sua abordagem exploratória tendo como referência revisões bibliográficas. **Resultados/Discussão:** A discriminação à condição de mulher da vítima, demonstra o desrespeito aos direitos humanos dentro de um contexto de violência doméstica em que se pode descrever diversos tipos de agressões físicas e psicológicas. É o caso de Maria da Penha, que em 1983 foi vítima de dupla tentativa de feminicídio por parte de seu marido à época Marco Antônio, como resultado ela ficou paraplégica. Maria da Penha empenhou-se em fazer justiça travando uma dura batalha para tentar provar o crime cometido por seu companheiro, porém, sem êxito por muitos anos. Diante da inércia do Poder Legislativo em buscar resolução justa, Maria da Penha escreveu um livro intitulado “sobrevivi, posso contar” em que após dois anos do desfecho trágico de sua relação conjugal, seu caso tomou proporção internacional e Maria da Penha juntamente com o Centro para Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) denunciaram o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA) Demonstrando a gravidade das violações aos Direitos Humanos e aos documentos ratificados pelo o Estado brasileiro. A inércia do Brasil em não acolher a matéria como motivação para produção legislativa ocasionou em responsabilidade por negligência, tolerância e omissão em relação à violência doméstica. **Conclusão:** Diante disso, para combater a violência contra as mulheres foi necessário recorrer a órgãos internacionais a fim de garantir que a proteção a esse direito não seja mera formalidade e sim atuação real das autoridades, criando leis específicas para coibir, hábitos que possam submeter à constrangimento e humilhação a figura feminina. **Palavra-chave:** Direitos Humanos; violência doméstica; justiça.

⁵⁶⁰ Acadêmico de Direito – FVS.

⁵⁶¹ Acadêmica de Direito – FVS.

⁵⁶² Professora de Direito – FVS.

FRAUDE PATERNAL: OMISSÕES CIVIS, PENAIS E OS DANOS PARA O HOMEM QUE SOFRE COM ESSA PRÁTICA

Guilherme Torres do Nascimento⁵⁶³

Danilo Álvaro de Sousa Reis⁵⁶⁴

Rauny Nogueira Lino⁵⁶⁵

Antonia Camila Vieira Mendes⁵⁶⁶

Introdução: A fraude paternal consiste no ato de uma mulher atribuir falsamente e de forma intencional, a paternidade de seu (s) filhos (s) a um homem, provocando danos irreversíveis na seara patrimonial, emocional e psicológica desse homem. Até hoje, não se consegue explicar porque a mulher que agiu dessa forma não pode ser responsabilizada tanto civil como penalmente, já que essa conduta é moralmente reprovável por quase toda a sociedade. **Objetivos:** A pesquisa tem como objetivo mostrar o descaso e falta de equidade em tipificar e responsabilizar civilmente essas condutas que atingem o homem enganado que teve que dispor recursos financeiro e tempo na criação de uma prole que acredita ser, mas que na verdade não era sua. **Metodologia:** O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisas bibliográficas em reportagens, artigos científicos e podcasts que ousaram se debruçar sobre esse tema pouco explorado, tanto na área jurídica como pela própria mídia jornalística atual. **Resultados/Discussão:** O que se observa na sociedade desde meados do século XX, é uma tentativa de superação a qualquer custo do chamado patricarcado na cultura ocidental, com isso, tentou-se dar para as mulheres um poder de igualdade aristotélica, tratando os desiguais de forma desigual, o que parece ser levado também para o campo das omissões legislativas em tipificar e responsabilizar as mulheres quando cometem atos que prejudicam principalmente os homens e de forma residual aos filhos, pois atualmente existe uma rápida vontade de culpabilizar e responsabilizar os homens por seus atos quando eles cometem algo reprovável socialmente contra a mulher, porém, é observado que o inverso não se aplica, nesse caso, há uma espécie de salvo conduto para aquela que cometeu uma fraude paternal, não tendo que pagar penalmente pela conduta dolosa que cometeu e nem ter que reparar o dano civil que essa conduta gerou. **Conclusão.** Essa prática que se assemelha ao estelionato por buscar uma vantagem indevida utilizando procedimentos fraudulentos e por ir contra a boa-fé que rege o direito, ainda não está tipificada no código penal e nem há previsão de reparação no código civil, restando para o homem somente requerer uma ação negatória de paternidade e provando realmente não ser o pai, retirar seu nome do registro do até então filho, porém, a pessoa causadora de todo o constrangimento, não será responsabilizada em nada, assim como o homem não será resarcido financeiramente em tudo aquilo que gastou por conta dessa fraude. Um verdadeiro disparate da omissão legislativa. **Palavras-chave:** Fraude. Responsabilização. Danos. Emocionais. Homem.

⁵⁶³ Acadêmico de Direito – FVS.

⁵⁶⁴ Acadêmico de Direito – FVS.

⁵⁶⁵ Acadêmico de Direito – FVS.

⁵⁶⁶ Professora de Direito – FVS.

A INVIOABILIDADE DO DOMICÍLIO COMO DIREITO FUNDAMENTAL E A NULIDADE DAS PROVAS OBTIDAS EM MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO

Isadora de Moraes Vasconcelos⁵⁶⁷

Mayara Carey Rodrigues Miranda⁵⁶⁸

Antonia Camila Vieira Mendes⁵⁶⁹

Introdução: O Artigo 5º, XI da CF/88 consagra como direito fundamental a inviolabilidade do domicílio, ao dispor a casa como asilo inviolável. Entretanto, há possibilidades de relativização desse direito, melhor, exceções legais onde o agente tem permissão para adentrar em residência alheia, sem violação ao direito fundamental. Em que pese a relativização desse direito, há situações em que o agente policial, subsidiado por tais exceções legais (exemplo, prisão em flagrante), age de forma abusiva, à margem do preconizado pela legislação, nessas situações, há amparo na nulidade processual, onde somente é considerado lícita a entrada forçada em domicílio, sem mandado judicial, quando existem elementos suficientes de probabilidade delitiva. Contudo, considerando como maioria casos onde explicitamente há o cometimento de ilícitos, as fundadas razões têm limitado a ação policial, quando deveria ser utilizado a teoria da proporcionalidade, é aplicado estritamente essa condição processual, que notoriamente, protege o direito de alguns, mas imuniza muitas ações ilícitas de suas punições. **Objetivo:** Analisar as decisões judiciais que julgam ilegais as provas obtidas por busca e apreensão, sem mandado judicial prévio, e propor uma ponderação nas limitações da ação policial, que podem resultar na potencialização do processo de investigação e combate ao crime, assegurando o direito a inviolabilidade domiciliar, mas não favorecendo o cometimento de ilícitos no país. **Metodologia:** Abordagem quantitativa, com a utilização de procedimentos bibliográficos e explicativos. **Resultado/Discussão:** O presente tema, propõe a reflexão quanto ao atual cenário brasileiro, onde a punibilidade do Estado tem sido relativizada perante as limitações processuais em face da inviolabilidade domiciliar, direito este que não é absoluto, sendo assim, há certos casos, em que um direito deverá ser afastado por meio do sopesamento dos princípios em conflito. **Conclusão:** Diante do exposto, é notória a necessidade da análise dos efeitos da inviolabilidade domiciliar frente às diversas limitações impostas à ação policial, que mesmo com a captura do investigado e demonstração que de fato ocorreu o cometimento do ilícito, as provas são consideradas ilícitas por uma mera falha processual, que fere a arbitrariedade Estatal, frente ao seu dever de agir. Diante disso, é fato que uma garantia ou liberdade pública não pode ser utilizada como escudo para o cometimento de ilícitos, sendo necessário que contornos mais específicos sejam dados à busca e apreensão para fins de sua realização, ainda que sem mandado judicial, em casos que haja explicitamente a prática delitiva e as provas colhidas possam ser utilizadas lícitamente. **Palavras-chave:** Inviolabilidade. Ilícitos. Punibilidade. Provas.

⁵⁶⁷ Acadêmica de direito-FVS

⁵⁶⁸ Acadêmica de direito-FVS

⁵⁶⁹ Professora de direito-FVS

SISTEMATIZAÇÃO AO PACIENTE NO PERIOPERATÓRIO: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Nara de Souza Silva⁵⁷⁰

Edina Aguiar da Silva⁵⁷¹

Francisco Rarison Pinto Cardoso⁵⁷²

Antônio Jamelli Souza Sales⁵⁷³

Introdução: A sistematização da enfermagem é uma metodologia de trabalho que permite ao enfermeiro e sua equipe uma abordagem de individualização e humanização do cuidado prestado ao paciente. A Sistematização da Assistência de Enfermagem no Perioperatório caracteriza-se como uma metodologia organizacional fundamentada em princípios científicos que permitem a identificação das prioridades de cada paciente quanto às suas necessidades (PICCOLI; Galvão, 2001). **Objetivos:** O presente estudo foi realizado com objetivo de levar conhecimentos aos acadêmicos e profissionais de enfermagem, acerca da sistematização da assistência de enfermagem ao paciente durante o perioperatório. **Metodologia:** O presente estudo consiste em uma revisão literária, sendo capaz de gerar novas abordagens e perspectivas sobre o assunto revisado. Para os critérios de inclusão adotados foram, abordados artigos científicos publicados e disponíveis nas bases de dados, LILACS e Scielo, sendo utilizado os seguintes descritores: sistematização da assistência, enfermagem perioperatório, centro cirúrgico. **Resultados/Discussão:** A sistematização da assistência de enfermagem possibilita a aplicação dos conhecimentos técnicos-científicos pelos enfermeiros, onde registra o cuidado com respaldo teórico e define quem, como e quando os cuidados devem ser realizados, nesse cenário, entendemos que o processo de enfermagem pode ser empregado como metodologia assistencial pelo enfermeiro para o planejamento e a implementação dos cuidados de enfermagem necessários ao paciente cirúrgico. **Conclusão:** Salientamos que a assistência de enfermagem deve ser integral e individualizada para cada paciente, proporcionando o planejamento da assistência de enfermagem perioperatória, minimizando os riscos inerentes aos procedimentos e sua ansiedade durante o procedimento cirúrgico. Ressaltamos ainda que a visita pré-operatória de enfermagem é a melhor forma de identificar os fatores de risco, portanto há a necessidade de instituir mudanças para que envolvam os profissionais enfermeiros, promovendo assim uma melhor qualidade na assistência de enfermagem. **Palavras-chave:** Pacientes, Cuidados, Assistência de enfermagem.

⁵⁷⁰ Acadêmica de Enfermagem – Faculdade ViaSapiens (FVS)

⁵⁷¹ Acadêmica de Enfermagem – Faculdade ViaSapiens (FVS)

⁵⁷² Acadêmica de Enfermagem – Faculdade ViaSapiens (FVS)

⁵⁷³ Professor Orientador – Faculdade ViaSapiens (FVS)

A IMPORTÂNCIA DO FORNECIMENTO DE RECURSOS PARA PROMOVER A COMUNICAÇÃO ENTRE SURDOS E OUVINTES

Kailane Ripardo Gadelha⁵⁷⁴

Meiriene Vitória dos Santos Oliveira⁵⁷⁵

Emanuela Brito de Oliveira⁵⁷⁶

Introdução: Este trabalho traz uma análise acerca da importância da comunicação entre surdos e ouvintes, dando enfoque a essa interlocução no ambiente escolar. **Objetivo:** Busca-se destacar a relevância do fornecimento de recursos que possibilitem a comunicação entre as populações surda e ouvinte. **Metodologia:** Este estudo utiliza principalmente a metodologia bibliográfica, extraíndo suas disposições de diversas fontes de pesquisa, como livros, artigos e revistas. **Discussão:** Desde os tempos remotos, os surdos buscam comunicar-se com os ouvintes por meio do uso de gestos e outros recursos. Um dos relatos históricos mais importantes que demonstram o uso dos sinais na comunicação está escrito na Bíblia Sagrada, no capítulo 1 do livro de Lucas, o qual descreve a história do sacerdote Zacarias, que, certa vez, ao oferecer incenso no Templo, recebeu uma profecia de um anjo do Senhor que dizia que ele e sua esposa, Isabel, que era estéril, ambos já avançados em idade, mas justos diante de Deus, teriam um filho. Zacarias não acreditou na profecia por causa de suas condições e, por isso, ficou impossibilitado de falar até que a previsão acontecesse, passando a comunicaram-se por intermédio de sinais: “[...] o povo percebeu então que ele tivera uma visão no santuário. Zacarias fazia sinais para eles, mas permanecia mudo.”(Lucas 1, 22). Conforme o texto bíblico, percebe-se que desde essa época, a comunicação entre surdos e ouvintes já era possível, porém, não havia uma padronização dessa sinalização. No Brasil, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, tornou a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação, que utiliza a padronização de sinais, porém, esse recurso linguístico não é desfrutado por muitos ouvintes. Nesse sentido, observa-se que conquanto vivamos em uma sociedade rica em algumas disciplinas, há muitas desvantagens em outras, como inclusão dos alunos surdos no contexto de escola. Muitas dessas pessoas podem sentir-se deprimidas ou diferente das outras pessoas por não conseguirem comunicar-se com as demais, pelo simples fato da colega não saber comunicar-se com a outra ou com o docente. Além disso, outros inúmeros problemas podem surgir, por exemplo: ansiedade e depressão, chegando a fazer com que o aluno não queira ir mais para a escola. Outrossim, é difícil mensurar as inúmeras oportunidades que são perdidas devido à essa falta de interação. **Conclusão:** Portanto, observa-se que a falta de comunicação entre surdos e ouvintes é um obstáculo danoso ao pleno exercício dos direitos desses indivíduos. **Palavras-chave:** Surdos. Comunicação. Ouvintes. Sinais.

⁵⁷⁴ Acadêmico de Direito - FVS

⁵⁷⁵ Acadêmico de Direito - FVS

⁵⁷⁶ Professora universitária no curso do Direito na Faculdade Via Sapiens, graduada em Direito, com pós-graduação em Direito de Família e Sucessões e formação pedagógica em Letras, atualmente é Assistente de Apoio Judiciário, junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

PENAS RIGIDAS E MAIS GRAVES AFETAM A SEGURANÇA PÚBLICA DE MANEIRA POSITIVA OU NEGATIVA?

Bruna Ivyna Aguiar Araújo⁵⁷⁷

Rikelma Pinheiro Rodrigues⁵⁷⁸

Raul Ferreira Maia⁵⁷⁹

Introdução: A pena além de ser uma forma de punição ao indivíduo, também passa a ser algo benéfico à população da qual se sente prejudicada em alguns atos. Grandes fatos em nosso cotidiano, demonstram como principais transgressores da lei, indivíduos sem capacidade civil plena, nos quais não são devidamente responsabilizados por seus atos, que causam para si e, principalmente, para população grandes traumas, trazendo em situações rotineiras, a enorme questão que deve ser levantada a respeito da responsabilização de forma adequada desses sujeitos, de modo a citar uma dissolução como a diminuição da maioridade penal, trazendo assim compromisso aos atos causados por esses infratores e os punindo de maneira que evite a reincidência dessas ações supracitadas, como forma de exemplificar tais fatos têm-se os últimos acontecimentos no país, em que ocorreram ataques em escolas de vários estados, tendo esses como maioria autores menores de 18 anos. Nesse sentido, essas atitudes trazem grandes mal feitos e prejuízos para a comunidade, portanto, com a diminuição da maioridade penal conseguiríamos cessar fatos relacionados e semelhantes a esses supramencionados. No Brasil não existem penas rígidas e mais graves como penas de caráter perpétuo ou pena de morte, pois o país investe na teoria da ressocialização, em que o agente fica privado de sua liberdade por determinado período, após ter cometido um ato ilícito, em seguida o indivíduo fica livre e tem a possibilidade de reestruturar sua vida de maneira adequada. Diante disso, é evidente a ineficácia da pena aplicada ao infrator, um exemplo disso é que o Brasil se encontra na 22ª colocação no ranking feito pela ONU de países mais perigosos do mundo. **Objetivos:** Analisar a forma com que o indivíduo comporta-se em sociedade e maneiras de cessar crimes contra os cidadãos de determinada comunidade. Igualmente, trazer ideias de penas mais relevantes para crimes de grave reprovabilidade social, para garantir a sociedade segurança e a paz social **Metodologia:** Abordagem quantitativa, com a utilização de procedimentos bibliográficos e explicativos **Resultados/Discussão:** O tema abordado apresenta a importância de rever a eficácia da pena aplicada no Brasil, como também a amenização de infrações contra a população responsabilizando de forma eficaz os indivíduos por seus atos. **Conclusão:** diante do exposto, depreende-se a necessidade de o Estado rever a aplicação e eficácia das penas, adaptando-as de acordo com a dimensão do crime cometido, com finalidade de ter penas na proporção do fato ilícito cometido contra a população. **Palavras-chave:** Penas. Maioridade. População.

⁵⁷⁷ Aluna do curso de Direito da Faculdade Via Sapiens.

⁵⁷⁸ Aluna do curso de Direito da Faculdade Via Sapiens.

⁵⁷⁹ Professor do curso de Direito da Faculdade Via Sapiens.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NAS QUEIMADURAS: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Francisco Rarison Pinto Cardoso⁵⁸⁰

Edina Aguiar da Silva⁵⁸¹

Maria Yasmin Ramos da Silva⁵⁸²

Antônio Jamelli Souza Sales⁵⁸³

Introdução: A Sociedade Brasileira de Queimaduras (2021) define queimadura como um trauma causado na pele devido a exposição a agentes externos como calor ou frio extremos, produtos químicos, radiação solar, corrente elétrica ou outros agentes como plantas e animais. A gravidade da lesão é avaliada pela sua profundidade, área da superfície corporal queimada e área (região) do corpo lesionada. Por sua vez, o cálculo da extensão do agravo é classificado de acordo com a idade. Nestes casos, normalmente utiliza-se a conhecida regra dos nove, criada por Wallace e Pulaski, que leva em conta a extensão atingida, a chamada superfície corporal queimada (SCQ). **Objetivos:** O objetivo desta pesquisa foi realizar um levantamento bibliográfico a respeito dos aspectos e fatores relacionados aos pacientes queimados. **Metodologia:** Este estudo trata-se de um levantamento bibliográfico, realizado a respeito do tema, contendo informações científicas publicadas em livros e artigos, disponíveis nas bases de dados LILASC e SCIELO. Para a pesquisa utilizamos os seguintes descritores: queimaduras, cuidados de enfermagem e tratamento. **Resultados/Discussão:** Após uma análise detalhada e minuciosa dos dados coletados durante a pesquisa foi possível observar e analisar a eficácia de diversos tratamentos oferecidos para a reabilitação terapêutica do paciente lesionado vítima de queimaduras. Sendo necessário que os enfermeiros estejam sempre preparados e atualizados perante o assunto e as diversas formas de elaborar e estar executando cuidados com efetividade. Realizando uma assistência humanizada que influencia de forma positiva para a recuperação e reabilitação destes pacientes. **Conclusão.** É observado a importância que futuras pesquisas revelem o uso de opções terapêuticas acessíveis para toda a população. Dentre essas terapias inovadoras no tratamento das queimaduras, evidencia-se o uso de enxerto da pele com tilápia, onde as inovações terapêuticas vêm sendo estudadas para serem implantadas no tratamento aos pacientes queimados. **Palavras-chave:** Queimaduras, Tratamento, Assistência de enfermagem.

⁵⁸⁰ Acadêmico de Enfermagem – Faculdade ViaSapiens (FVS)

⁵⁸¹ Acadêmico de Enfermagem – Faculdade ViaSapiens (FVS)

⁵⁸² Acadêmico de Enfermagem – Faculdade ViaSapiens (FVS)

⁵⁸³ Professor Orientador – Faculdade ViaSapiens (FVS)

ASSISTÊNCIA AO RN COM ATRESIA DE ESÔFAGO

Bruna da Silva de Oliveira⁵⁸⁴

Marana Almeida da Silva⁵⁸⁵

Ana Cristina de Araújo⁵⁸⁶

Introdução: A atresia de esôfago é uma afecção congênita que se caracteriza pela ausência de um segmento do esôfago, associado ou não à comunicação com a traqueia, é a anomalia congênita mais comum do desenvolvimento do esôfago, caracterizando-se por uma interrupção da sua continuidade. A sua prevalência é de cerca de 1 a cada 2500 a 4500 nascidos vivos e em mais de 90% dos casos associa-se a fístula traqueoesofágica. **Objetivo:** Descrever a assistência de enfermagem ao RN com atresia de esôfago baseado na literatura. **Metodologia:** Estudo de revisão integrativa sobre assistência ao RN com atresia de esôfago, fizeram parte desse estudo 04 artigos científicos entre os anos de 2013 a 2023, durante o período de Fevereiro a Maio. **Resultados/Discussão:** A apresentação clínica caracteriza-se pela formação de bolhas de saliva na boca e nariz do recém-nascido, bem como por episódios de tosse, cianose e dificuldade respiratória, exacerbados pela alimentação, capazes de condicionar regurgitação e consequente aspiração. Seu diagnóstico pode ser feito ainda no pré-natal (ultrassonografia), porém é mais frequente após o nascimento (inserção de sonda nasogástrica ou sonda orogástrica e radiografia). É comum a associação com outras anomalias congênitas. De acordo com a literatura mencionada, a assistência de Enfermagem ao RN portador de Atresia de Esôfago consiste em um plano de cuidados minuciosos que vão desde as suspeitas durante a assistência no pré-natal até aos cuidados primários ao neonato. As condutas do Enfermeiro inerentes ao nascimento são as seguintes: aspiração contínua; evitar ventilação com pressão positiva, inclusive com o ambu; No pré operatório, se faz importante a dieta zero; aporte venoso; antibioticoterapia quando indicada; avaliar malformações associadas. No pós-operatório, aspiração contínua de orofaringe e porção proximal do esôfago e o desmame de suporte ventilatório. **Conclusão:** Apesar do importante progresso no tratamento cirúrgico que decorreu nos últimos anos, são necessários esforços no sentido de otimizar o diagnóstico pré-natal desta condição, bem como um acompanhamento a longo prazo destas crianças. Sendo assim, percebe-se que o olhar atento e o conhecimento da patologia por parte da equipe de Enfermagem se torna indispensável para uma melhor assistência e uma boa reabilitação.

Palavras-chaves: atresia,esôfago,congênita,anomalia,recém nascido

⁵⁸⁴ Acadêmica do curso de Enfermagem na Faculdade ViaSapiens.

⁵⁸⁵ Acadêmica do curso de Enfermagem na Faculdade ViaSapiens.

⁵⁸⁶ enfermeira Graduada Pela Universidade Estadual Vale do

Acarar (U.V.A Sobral-Ce); Pós-graduada em Enfermagem Obstétrica pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Pós-graduada em Enfermagem de Unidade de Tratamento Intensivo adulto neonatal (Telos Educacional), Docente da Faculdade Via Sapiens.

DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Antonia Adriane da Silva Teles⁵⁸⁷
José Mazenir Gonçalves França⁵⁸⁸
Possidonio Henrique Silva Costa⁵⁸⁹
Bruna Silva Frota⁵⁹⁰

Introdução: Tem-se uma legislação brasileira de inclusão muito avançada e que assegura com maestria os direitos das PCDs, de maneira que o problema da efetividade das normas não se dá exatamente por causa do trato jurisdicional. Dá-se, sim, devido ao aspecto comportamental das demais pessoas que, de alguma forma, se relacionam com as PCDs no ambiente de trabalho. **Objetivos:** O presente trabalho tem como o objetivo analisar a inserção das pessoas com deficiências no mercado de trabalho e as necessidades de formação profissional frente às novas exigências impostas pelo capitalismo. **Metodologia:** Em razão disso, esta pesquisa se desenvolve a partir de uma análise bibliográfica, utilizando-se também de outros instrumentos, tais como dados estatísticos, elementos jurisprudenciais dos tribunais brasileiros e legislação nacional e internacional, com a intenção de descobrir como ultrapassar os obstáculos que impossibilitam ou, pelo menos, dificultam a implementação dessas regras, de forma que, ao menos, encontrem-se medidas alternativas que assegurem os direitos das PCDs ao ingresso e permanência no mercado de trabalho. **Resultados/Discussão:** A lei n. 8.213/91 em seu art. 93, o qual determina a Reserva Legal de Cargos ou Lei de Cotas. A reserva legal de cotas e cargos é para empresas com mais de 100 empregados, porém as pequenas empresas com menos empregados não são obrigadas a ter PCD em seu quadro de funcionários. Por não haver essa obrigatoriedade para empresas com menos funcionários, as PCD têm poucas oportunidades no mercado de trabalho. **Conclusão:** A situação das PCDs ainda tem muito que ser debatida e analisada para melhorar, que a falta de conhecimento acerca da capacidade das PCD's em ocuparem cargos e vagas de emprego ainda é tamanha que acaba afastando-os do mercado de trabalho. A própria sociedade cria problemas e barreiras para as pessoas com deficiência, causando-lhes incapacidades ou desvantagens no desempenho de papéis sociais. Essas barreiras consistem em: políticas discriminatórias e atitudes preconceituosas que rejeitam as minorias e as suas diferenças, desconhecimento das necessidades especiais e direitos das pessoas com deficiência, entre outros **Palavras-chave:** PCDs; Inclusão; Funcionários; Cotas; Trabalho.

⁵⁸⁷ Acadêmico de Direito – FVS.

⁵⁸⁸ Acadêmico de Direito – FVS.

⁵⁸⁹ Acadêmico de Direito – FVS.

⁵⁹⁰ Professora Orientadora – Fvs, Advogada.

A FALTA DE ACESSIBILIDADE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS SEM SEUS MEMBROS SUPERIORES

Victória Albuquerque Sampaio⁵⁹¹

Lara Stéffany Brimes⁵⁹²

Ana Caroline de Souza Alves⁵⁹³

Ana Vitória do Nascimento Araújo⁵⁹⁴

Samuel Fernandes de Mesquita⁵⁹⁵

Raphael Gomes Viana⁵⁹⁶

Introdução: O projeto consiste em um suporte voltado para portadores de necessidades especiais, sem seus membros superiores e amputados. Composto por uma estrutura maleável, proporciona conforto e acessibilidade para os usuários, em que só precisarão de ajuda para encaixá-lo no corpo. Assim, tendo em vista que o suporte é ajustável às diferentes necessidades, o mesmo permite autonomia para interação virtual por comando de voz. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 8,4% da população brasileira com mais de 2 anos de idade, ou 17,3 milhões de pessoas, possui algum tipo de deficiência. **Objetivo:** Dessa forma, o projeto visa em alcançar pessoas portadoras de necessidades especiais sem seus membros superiores para uma maior inclusão, um passo a mais dentre tantos passos a se dar no processo de inclusão desses portadores. **Metodologia:** Para o desenvolvimento do projeto foi observado tanto a falta de acessibilidade como a dificuldade de pessoas portadoras no dia a dia, seja para acesso ao filme, série, vídeo aula, esse projeto auxilia como um braço mecânico, por assistir a qualquer lugar sem o constrangimento de precisar que alguém segure o smartphone em meio a deslocamento do usuário, pois a ajuda será só para adaptar o suporte ao corpo e não para segurar pro portador, fazendo com que o conforto e a inclusão faça parte do dia a dia desse portador, o suporte é regulável, rotação de 360° para o smartphone e adaptável ao o tamanho do usuário. **Resultados:** Pessoas com deficiência física que não possuem membros superiores enfrentam desafios diários em sua locomoção e atividades cotidianas. A falta de acessibilidade em ambientes públicos e privados, pode limitar ainda mais suas possibilidades de integração na sociedade. A falta de dispositivos e tecnologias adequados para auxiliar nessas atividades também pode ser um fator limitante. **Discussão:** É necessário criar políticas públicas e incentivar iniciativas privadas para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência sem membros superiores. É preciso investir em tecnologias assistivas e treinamento adequado para o uso desses recursos. A falta de acessibilidade não deve ser encarada como um problema individual, mas sim como uma questão social, que deve ser abordada por toda a sociedade. **Conclusão:** Foi explorado na pesquisa o assunto sobre a Acessibilidade Para Portadores de Necessidades Especiais Sem Seus Membros Superiores, do ano de 2018. Afim de uma maior acessibilidade para esses indivíduos, esse suporte ajudará todos esses portadores a serem independentes com seus smartphones para trabalhar, assistir programas de entretenimento e se comunicar com outras pessoas. Nossa intenção é mostrar que somos capazes de facilitar a inclusão na nossa vida e na vida do próximo com o intuito de que todos sejam respeitados em qualquer âmbito social. **Palavras-chave:** Smartphones.

⁵⁹¹ Acadêmica de Direito – FVS.

⁵⁹² Acadêmica de Direito – FVS.

⁵⁹³ Acadêmica de Direito – FVS.

⁵⁹⁴ Acadêmica de Direito – FVS.

⁵⁹⁵ Acadêmico de Direito – FVS.

⁵⁹⁶ Professor de Direito – FVS.

DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Antonia Adriane da Silva Teles⁵⁹⁷
José Mazenir Gonçalves França⁵⁹⁸
Possidonio Henrique Silva Costa⁵⁹⁹
Bruna Silva Frota⁶⁰⁰

Introdução: Tem-se uma legislação brasileira de inclusão muito avançada e que assegura com maestria os direitos das PCDs, de maneira que o problema da efetividade das normas não se dá exatamente por causa do trato jurisdicional. Dá-se, sim, devido ao aspecto comportamental das demais pessoas que, de alguma forma, se relacionam com as PCDs no ambiente de trabalho. **Objetivos:** O presente trabalho tem como o objetivo analisar a inserção das pessoas com deficiências no mercado de trabalho e as necessidades de formação profissional frente às novas exigências impostas pelo capitalismo. **Metodologia:** Em razão disso, esta pesquisa se desenvolve a partir de uma análise bibliográfica, utilizando-se também de outros instrumentos, tais como dados estatísticos, elementos jurisprudenciais dos tribunais brasileiros e legislação nacional e internacional, com a intenção de descobrir como ultrapassar os obstáculos que impossibilitam ou, pelo menos, dificultam a implementação dessas regras, de forma que, ao menos, encontrem-se medidas alternativas que assegurem os direitos das PCDs ao ingresso e permanência no mercado de trabalho. **Resultados/Discussão:** A lei n. 8.213/91 em seu art. 93, o qual determina a Reserva Legal de Cargos ou Lei de Cotas. A reserva legal de cotas e cargos é para empresas com mais de 100 empregados, porém as pequenas empresas com menos empregados não são obrigadas a ter PCD em seu quadro de funcionários. Por não haver essa obrigatoriedade para empresas com menos funcionários, as PCD têm poucas oportunidades no mercado de trabalho. **Conclusão:** A situação das PCDs ainda tem muito que ser debatida e analisada para melhorar, que a falta de conhecimento acerca da capacidade das PCD's em ocuparem cargos e vagas de emprego ainda é tamanha que acaba afastando-os do mercado de trabalho. A própria sociedade cria problemas e barreiras para as pessoas com deficiência, causando-lhes incapacidades ou desvantagens no desempenho de papéis sociais. Essas barreiras consistem em: políticas discriminatórias e atitudes preconceituosas que rejeitam as minorias e as suas diferenças, desconhecimento das necessidades especiais e direitos das pessoas com deficiência, entre outros **Palavras-chave:** PCDs; Inclusão; Funcionários; Cotas; Trabalho.

⁵⁹⁷ Antonia Adriane da Silva Teles - Acadêmico de Direito – FVS.

⁵⁹⁸ José Mazenir Gonçalves França – Acadêmico de Direito – FVS.

⁵⁹⁹ Possidonio Henrique Silva Costa - Acadêmico de Direito – FVS.

⁶⁰⁰ Bruna Silva Frota – Professora Orientadora – Fvs, Advogada.

PROTEÇÃO DE DADOS NO PANORAMA BRASILEIRO: LGPD E SOBERANIA DIGITAL

Pedro Henrique Araújo Amaral⁶⁰¹

Raquel Medeiros Lima⁶⁰²

Rayane Miranda da Rocha⁶⁰³

Antonio Ximenes Carvalho⁶⁰⁴

Introdução: Ao passo que a tecnologia vem evoluindo temos migrado as nossas rotinas para o ambiente virtual. Hoje, é mais do que certo que já substituímos a ida a estabelecimentos físicos por serviços realizados por aplicativos, o trabalho presencial por teletrabalho e até mesmo parte do nosso convívio social por redes sociais, além de passarmos a utilizar armazenamento de arquivos em nuvem, assistentes virtuais e inteligência artificial como facilitadores das nossas atividades diárias. Fato é que ao mesmo tempo que aproveitamos a comodidade gerada por tais tecnologias, também passamos a expor diversas informações a organizações sobre as quais não temos controle. **Objetivos:** Analisar o panorama brasileiro acerca da proteção de dados no âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), relacionando-o à promoção da soberania digital, com vistas a garantir os direitos fundamentais constitucionalmente assegurados. **Metodologia:** Abordagem qualitativa, com o uso de procedimento bibliográfico e explicativo, aprofundada por debates. **Resultados/Discussão:** Se por um lado a incorporação de novos recursos tecnológicos facilita a nossa vida, por outro, a regulamentação desses ambientes, a fim de que não se tornem uma terra sem lei, é algo imprescindível para a proteção de dados sensíveis e para o próprio exercício do direito à liberdade de expressão e pensamento, a fim de que não sirva de salvaguarda para a prática de delitos. Fato é que há uma preocupação constante, principalmente dos governos, acerca da coleta, armazenamento e tratamento dos dados que circulam em aplicativos e redes sociais, notadamente com o intuito de impedir que sejam indevidamente utilizados para fins lucrativos ou ilícitos, tal como o caso *Facebook - Cambridge Analytica*. Nesse contexto, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), objetivando resguardar a liberdade e a privacidade dos usuários, valeu-se do instituto da soberania digital - que nada mais é do que a capacidade de exercer poder e controle sobre infraestruturas digitais e de dados - para estabelecer hipóteses taxativas acerca da realização do tratamento de dados pessoais, destacando a necessidade de consentimento expresso do usuário e a possibilidade de suspensão de uso de tais dados no momento em que este achar conveniente, bem como facultando-lhe a portabilidade destas informações e a sua exclusão. **Conclusão:** Da análise das publicações científicas e da legislação estudadas, bem como dos debates realizados, evidencia-se que a LGPD é um importante passo para a garantia da soberania digital, contudo, ainda existem espaços passíveis de regulamentação.

⁶⁰¹ Acadêmico do Curso de Direito, Faculdade ViaSapiens.

⁶⁰² Acadêmica do Curso de Direito, Faculdade ViaSapiens.

⁶⁰³ Acadêmica do Curso de Direito, Faculdade ViaSapiens.

⁶⁰⁴ Docente do Curso de Direito, Faculdade ViaSapiens. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Pós-graduado (*lato sensu*) em Direito Público com Ênfase em Gestão Pública pela Faculdade Damásio.

A TRANSFORMAÇÃO DO DIREITO TRADICIONAL PARA O DIGITAL

Afrânio Gualberto Campos Fontenele Filho⁶⁰⁵

Marielle Gonçalves da Cunha Brito⁶⁰⁶

Rodrigo Gonçalves da Cunha⁶⁰⁷

Raphael Gomes Viana⁶⁰⁸

Introdução: O direito atualmente está passando por uma série de mudanças, diretamente relacionadas aos fenômenos de transformação digital que estão ocorrendo no mundo. No setor de tecnologia jurídica, algumas das inovações digitais que estão definindo o padrão 4.0 são inteligência artificial. O Direito pode analisar as possibilidades e oportunidades que o mundo digital proporcionam, em conjunto com os ambientes virtuais, prevendo as formas de regular e resolver os conflitos existentes pelo meio digital. **Objetivos:** Trata-se da possibilidade de redução e melhor gestão do tempo, dos custos e a maior qualificação do serviço, e agilidade na resolução dos conflitos. **Metodologia:** Foi baseada em métodos de pesquisas em sites, tendo o escopo artigos científicos e sintéticas. **Resultados/Discussão:** A transformação digital no Direito é uma realidade proporcionada pela revolução tecnológica, que impactou o mercado jurídico. Em um nicho tão tradicional, como é o do direito, é natural que alguns profissionais da área mais experientes e outros que estão ingressando agora no ramo profissional se assustem com a velocidade com que as coisas acontecem e mudam. É um processo de modernização do trabalho dos profissionais do direito por meio das tecnologias digitais para conseguir melhores resultados e serviços. Isso passa não somente por uma mudança de metodologia, mas principalmente por uma mudança de mentalidade e de cultura no mundo do direito. Nesta nova realidade do sistema jurídico que não era tão comum na década passada, a forma de lidar com a profissão se modernizou, permitindo que muitos profissionais participem de audiências virtuais, dentre outras práticas que hoje fazem parte do cotidiano na área jurídica. **Conclusão:** Chegamos a finalidade de que a transformação do direito tradicional para o digital proporcionou aos profissionais do direito ao sistema jurídico, maior facilidade, agilidade na resolução dos conflitos processuais, tendo por fim grande melhoria, tanto para os profissionais do direito quanto para a população em geral. **Palavras-chaves:** Transformação digital; Direito; Sistema jurídico.

⁶⁰⁵ Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens — FVS.

⁶⁰⁶ Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens — FVS.

⁶⁰⁷ Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens — FVS.

⁶⁰⁸ Diretor Acadêmico da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens e do Curso Universo Juris. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Advogado

A NEGLIGÊNCIA DO ESTADO NO MOMENTO DE INDENIZAR A PRISÃO INJUSTA

Pedro Rubens Gonçalves Lopes⁶⁰⁹

Gabriel de Azevedo Sousa⁶¹⁰

Isabele Porzelt⁶¹¹

Túlio Arruda da Ponte Lopes⁶¹²

Introdução A prisão injusta pode por vezes causar danos irreparáveis à vida e ao futuro daqueles que tiveram sua liberdade de locomoção cerceada de forma injusta ou ilegal. O período que pode ser julgado pequeno pela justiça pode tornar-se uma eternidade para aqueles que estão no cárcere, sofrendo todo tipo de violação à sua integridade física e à sua dignidade humana. Nesse contexto, a Constituição Federal Brasileira de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXV prevê a indenização para o condenado por erro judiciário, assim como para o indivíduo que ficar preso além do tempo fixado na sentença. Porém, o que presenciamos na realidade é totalmente o oposto do que reza a Constituição, milhares de indivíduos encarcerados além do fixado na sentença, pessoas presas de forma injusta, muitas vezes ilegal, que provaram sua inocência perante a justiça, mas sofrem o abandono do Estado e da Sociedade. **Objetivos** O principal objetivo desse trabalho é mostrar o que está expresso na teoria, o que as leis brasileiras prevê sobre a questão e o que realmente acontece no nosso país. **Metodologia.** A metodologia trazida pela equipe é um resumo direto e claro do tema em questão, da letra de lei da Constituição Federal, das Leis Brasileiras e de exemplos concretos de casos que não tiveram solução alguma por parte da justiça deixando explícito como ocorrem casos semelhantes na justiça brasileira. **Resultados/Discussão** O Estado se nega a pagar qualquer indenização para tais indivíduos, alegando ser um mero erro da justiça, e a sociedade, por sua cultura ultrapassada, não dar qualquer forma ou condição de trabalho para os recém saídos do sistema prisional. Um grande exemplo da questão supracitada é o caso do Douglas Wallacy Ricardo, um jovem negro de 28 anos, que passou 37 dias preso no estado de São Paulo por um roubo que não cometeu. A sentença que o absolveu, baseada em amplas evidências de sua inocência, não desfez o gosto de condenação. Ao buscar compensação na Justiça, a resposta foi a de que não houve abuso em sua prisão e que ele ainda teria que arcar com às custas do processo. **Conclusão** Portanto, é fundamental que o Estado cumpra o seu dever de indenizar de forma justa e adequada os cidadãos que foram vítimas de prisão injusta, a fim de garantir a reparação dos danos causados e a promoção dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição. **Palavras-chave:** Prisão. Constituição. Indenização. Estado. Justiça.

⁶⁰⁹ Acadêmico de graduação do 4º semestre do curso de direito da Faculdade Via Sapiens – Tianguá. Atualmente participando do grupo de estudos: “A jurisdição do Tribunal Penal Internacional e o direito brasileiro”.

⁶¹⁰ Acadêmico de graduação do 4º semestre do curso de direito da Faculdade Via Sapiens – Tianguá. Atualmente participando do grupo de estudos: “A jurisdição do Tribunal Penal Internacional e o direito brasileiro”.

⁶¹¹ Acadêmica de graduação do 4º semestre do curso de direito da Faculdade Via Sapiens – Tianguá. Atualmente participando do grupo de estudos: “A jurisdição do Tribunal Penal Internacional e o direito brasileiro”.

⁶¹² Professor de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

O PAPEL DA MÍDIA NO ANDAMENTO DE PROCESSOS CRIMINAIS

Lana Belle Campos Cavalcante⁶¹³

Débora Lucas Mota⁶¹⁴

José Gilney Pontes Menezes⁶¹⁵

Fernanda Elisabeth de Lima Castelo Branco⁶¹⁶

Introdução: A mídia possui um papel relevante na sociedade, devido a sua função de informar sobre os acontecimentos tanto políticos como sociais, exercendo o seu direito de liberdade de expressão e liberdade de imprensa garantidos na Constituição Federal Brasileira. Ocorre que, atualmente com a ascensão das redes sociais, essa junção pode comprometer essa função/direito ao ser exercida de forma errônea com o intuito de gerar mais audiência sobre os detalhes de um processo criminal, podendo além de influenciar na opinião pública, também as dos próprios envolvidos na resolução do caso, já que eles mesmos possuem acesso a essa rede de informações, precipitando assim, um julgamento dentro da sociedade a qual não deveria existir. Logo, é de devida importância esse assunto em razão do grande impacto gerado na sociedade e nos seus princípios adotados, pois a mídia ao influenciar e gerar esse pré- julgamento também fere o devido processo legal e contraditório, a qual todo indivíduo tem direito. **Objetivos:** Esse trabalho tem como objetivo a reflexão e análise de como a abordagem midiática pode estar afetando os andamentos de processos judiciais, trazendo exemplos de casos concretos que aconteceram antigamente na sociedade e de como eles poderiam ser evitados, caso fossem disseminados os fatos corretamente. **Metodologia:** Como a abordagem metodológica utiliza-se de método qualitativo, foram realizadas pesquisas teóricas pontuais sobre o assunto em destaque, utilizando-se de fontes confiáveis (notícias e artigos) que trabalharam com base em ocorrências de casos concretos em que a mídia colaborou para o clamor social e o resultado desse processo. **Resultados/Discussão:** Vista a propagação desenfreada de informações confidenciais/essenciais que influenciam no andamento dos casos no processo judicial, é perceptível a necessidade de uma revisão do protocolo de como ocorre essa propagação de informações diante de uma massa populacional, tendo como melhoria a seleção de notícias que se utilizam da objetividade e a imparcialidade nas investigações. **Conclusão:** Em suma, de acordo com os artigos selecionados para a pesquisa, é possível concluir a capacidade de influência da mídia dentro da massa populacional e o seu impacto na antecipação dos resultados. Porém, como tal disseminação é direito (Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet) garantido da sociedade, seria cabível a revisão e adoção de um protocolo sobre essas vertentes que adotassem formas mais cautelosas, como a verificação de subjetividades no enunciado e a imparcialidade ao de divulgar os acontecimentos, tanto políticos como sociais. **Palavras-chave:** Mídias sociais. Influência. Casos criminais. Internet.

⁶¹³ Acadêmico de Direito – FVS

⁶¹⁴ Acadêmico de Direito – FVS

⁶¹⁵ Acadêmico de Direito – FVS

⁶¹⁶ Advogada, Professora da Faculdade Via Sapiens no curso de Direito. Especialização em Direito Previdenciário em andamento. Graduação em Direito pela Universidade Estadual do Piauí. Especialista em Direito Público e em Direito Processual Civil. Especialista em Ensino de Geografia. Graduação em Geografia e História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Atuação nas áreas de Direito Previdenciário, Direito Civil, Direito do Consumidor. Professora efetiva na Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Membro da Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem (2022).

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E MARKETING JURÍDICO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO ÂMBITO DA ADVOCACIA.

Isamara do Vale Silva⁶¹⁷

Janiele Ferreira dos Santos⁶¹⁸

Rejane Luisa de Lima Tomaz⁶¹⁹

Antonio Ximenes Carvalho⁶²⁰

Introdução: É fato notório que o mundo passou por severas mudanças decorrentes do período pandêmico ocasionado pela Covid-19. Tal cenário, em que pesem os malefícios dele decorrentes, proporcionou grande transformação digital, do que destacamos aquela ocorrida no âmbito do judiciário, o qual passou por processo de virtualização, acelerando a digilitação do seu acervo, adotando sistemas de gerenciamento processual e servindo-se de meios digitais, tais como, a realização de audiências por videoconferência e a adoção de balcões virtuais. Por seu turno, dada a impossibilidade da realização de atendimentos presenciais e de comparecimento pessoal aos fóruns e tribunais, a Advocacia também necessitou se reinventar, o que impactou significativamente a própria visibilidade do Advogado. Com efeito, despontaram desafios, mas também oportunidades, ferramentas e modelos de trabalho que impactaram as rotinas dos escritórios e desenvolveram o marketing voltado para este nicho. **Objetivos:** Averiguar o desenvolvimento e a utilização de recursos tecnológicos e de marketing na advocacia. **Metodologia:** Abordagem qualitativa, com a utilização de pesquisas bibliográficas e legislativas. **Resultados/Discussão:** A modificação das estruturas sociais é para uns objeto de medo e para outros de fascínio, residindo nas crises a oportunidade de se reinventar. Nesse contexto, os Advogados necessitam se adequar aos instrumentos que a tecnologia e o marketing lhe proporcionam, sempre dentro dos limites éticos e regulamentares típicos da sua profissão, cabendo a eles gerir não apenas o seu escritório físico, mas também um digital, localizado em redes sociais ou em provedores de conteúdo. Não se trata apenas da otimização das suas atividades, mas também da sua própria imagem e, porque não, da sua função social. Diante dessa conjuntura, sob pena de incorrer em infrações civis, penais e/ou administrativas, a sua atuação deve ser regida por seu Estatuto e pelo Código de Ética e Disciplina da OAB, bem como pelas normas fixadas em resoluções e provimentos, como é o caso do Provimento nº 205/2021, do CFOAB, que trata sobre publicidade e informação. **Conclusão:** Embora o exercício da advocacia não se confunda com a exploração de atividades empresariais, a contemporaneidade exige daquele que explora atividade econômica, inclusive para a sua própria subsistência, que exerça as suas funções com qualidade e eficiência, adequando-se, para tanto, ao mercado, às tecnologias e aos meios de comunicação existentes, sendo de fundamental importância o diálogo, principalmente com o órgão de classe, a fim de que se estabeleçam parâmetros regulamentares mais flexíveis às exigências mercadológicas e ao tempo em que estamos inseridos. **Palavras-chave:** Advocacia. Digital. Marketing. Oportunidades. Internet.

⁶¹⁷ Acadêmica do Curso de Direito, Faculdade ViaSapiens.

⁶¹⁸ Acadêmica do Curso de Direito, Faculdade ViaSapiens.

⁶¹⁹ Acadêmica do Curso de Direito, Faculdade ViaSapiens.

⁶²⁰ Docente do Curso de Direito, Faculdade ViaSapiens. Servidor Público. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Pós-graduado (*lato sensu*) em Direito Público com Ênfase em Gestão Pública com Capacitação para o Ensino no Magistério Superior pela Faculdade Damásio.

A ESTRUTURA FAMILIAR E A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)

Sérgio Luiz Corrêa dos Santos⁶²¹

Leandro Cordeiro Portela⁶²²

Antônio Rafael Coelho Jorge⁶²³

Bruno Cavalcante Frota⁶²⁴

Introdução: O Programa Saúde da Família (PSF) trouxe ao centro da atenção à saúde nacional a abordagem familiar e comunitária, em detrimento a anterior focada no indivíduo e na doença (FAUSTO, 2014). Com o êxito do PSF, este passa a política denominada Estratégia Saúde da Família (ESF), prioritária para reorientação do modelo de atenção, ocorrendo a ampliação do acesso, expansão da cobertura, e descentralização das ações com impactos sobre a coordenação e continuidade do cuidado. **Objetivos:** Pretende-se compreender o qual a principal finalidade do PSF e o impacto de sua atividade na estrutura familiar. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada através da obra da professora Starfield, assim como de artigos científicos. **Resultados/Discussão:** A Atenção Primária à Saúde (APS) apresenta como um de seus atributos a centralidade da família como foco da atenção, sendo necessário conhecê-la em sua dinâmica e assisti-la em suas necessidades individuais e de grupo em interação. O contexto familiar é o espaço primeiro de identificação e explicação do adoecimento de seus membros e onde os fenômenos da saúde e da doença adquirem maior relevância. O conhecimento sobre o contexto familiar possibilita além da identificação dos problemas existentes, diferir entre os principais diagnósticos possíveis e a escolha entre as melhores intervenções aplicáveis aumentando as possibilidades de prevenção e de manejo das doenças (STARFIELD, 2002). **Conclusão:** A família é compreendida como um grupo com identidade própria, um sistema aberto com comunicação multidirecional, que pode representar um fator de adversidade ou de proteção aos processos de saúde e de doença de seus membros e aos processos de adaptação inerentes ao seu desenvolvimento (MANGUEIRA; LOPES, 2014) Vale salientar que no contexto da família a falta de consenso sobre a definição de relações familiares disfuncionais e saudáveis é fator primordial para dificultar o processo de avaliação familiar, além da existência de diversos aspectos que devem ser considerados: prática e estilos parentais, funcionamento, dinâmica, satisfação e suporte familiares. **Palavras-chave:** Estratégia; Saúde; Família.

⁶²¹ Mestre em Administração pela Universidade Vale do Itajaí – UNIVALI.

⁶²² Possui graduação em FACULDADE DE MEDICINA - SOBRAL pela Universidade Federal do Ceará (2007). Especialização em Cardiologia na Real e Benemerita Associação Portuguesa de Beneficência.

⁶²³ Doutor em Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará na área de Farmacologia Renal e Toxinologia.

⁶²⁴ Professor da Faculdade ViaSapiens – FVS.

TRIAGEM NEONATAL COMO MÉTODO DE RASTREIO DE DOENÇAS NO RECÉM NASCIDO ATRAVÉS DO TESTE DO PEZINHO

Vitória Gomes Rodrigues⁶²⁵

Maria Geovana Alves Lima⁶²⁶

Marcos Rick Fideles Moreno⁶²⁷

Ana Cristina de Araújo⁶²⁸

Introdução: A triagem neonatal no teste do pezinho é realizada do 3º ao 5º dia de vida do bebê, onde é coletado uma pequena amostra de sangue colhido no calcanhar do RN que permite detectar doenças genéticas, metabólicas e infecciosas. O Sistema único de Saúde (SUS) realiza cerca de 2 milhões de testes do pezinho por ano, onde mais de 80% dos nascidos fazem o teste.

Objetivos: Enfatizar a importância da realização da triagem neonatal enquanto um exame de rastreio de doenças do Recém nascido. **Metodologia:** A revisão bibliográfica se deu a partir da análise de 10 artigos relacionados ao tema publicados nos últimos 6 anos nas bases de dados científicas Google acadêmico e Scielo, no período entre Fevereiro e Abril de 2023.

Resultados/Discussão: Observou-se que apesar do teste do pezinho ser oferecido pela Rede Pública gratuitamente, inúmeras mães ainda deixam de fazer o teste, um dos fatores é a ausência de conhecimento sobre a utilidade do exame. Muitas mulheres não são informadas adequadamente durante o pré natal e muito menos no pós-parto sobre a importância da triagem neonatal com ênfase no teste do pezinho. No Brasil, o teste do pezinho é obrigatório e gratuito desde 1992, onde na triagem era composto apenas 6 doenças, a fenilcetonúria, síndromes falciformes, hipotireoidismo congênito, hiperplasia adrenal congênita, fibrose cística e deficiência de biotinidase. Em 2021 foi sancionada a lei para a ampliação das doenças que englobam o teste do pezinho, elevando de 6 para 50 o número de doenças rastreadas no teste do pezinho ampliado. **Conclusão:** Contudo, verifica-se que se faz necessário e indispensável no pré-natal apresentar de maneira clara e objetiva a essencialidade a respeito da importância do teste do pezinho aos pais e responsáveis afim de realizar com segurança e profissionalismo o rastreio de enfermidades garantindo, caso existencia de alguma, cuidados iniciais e promovendo o máximo de qualidade de vida. **Palavras-chave:** Triagem neonatal, teste do pezinho, saúde da criança.

⁶²⁵ Acadêmica de enfermagem da Faculdade ViaSapiens

⁶²⁶ Acadêmica de enfermagem da Faculdade ViaSapiens

⁶²⁷ Acadêmico de enfermagem da Faculdade ViaSapiens

⁶²⁸ Professora orientadora da Faculdade ViaSapiens

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E O DIREITO BRASILEIRO

Francisco Alves Otaviano Neto⁶²⁹

Emanuel Gerson Sousa Louzeira⁶³⁰

Maria Larissa Eufrásio Alves⁶³¹

Francisco Danilo de Souza Gomes⁶³²

Introdução: O Tribunal Penal Internacional criado pelo Estatuto de Roma é um organismo permanente com jurisdição para investigar e julgar indivíduos acusados de genocídio e crimes contra a humanidade. Isto posto quando nós voltamos a atenção ao direito brasileiro percebemos que o Brasil se submeteu a jurisdição do Tribunal Penal Internacional podendo assim extraditar os brasileiros natos e naturalizados. Dessa forma acredita-se ser importante discutir a legalidade do conteúdo desse tratado internacional. **Objetivo:** Esse resumo simples tem por finalidade analisar a eficiência deste tribunal em relação a jurisdição de direito brasileiro, a fim de identificar possíveis lacunas normativas tanto no direito interno como no direito externo. **Metodologia:** A metodologia de pesquisa utilizada foi qualitativa e bibliográfica, por meio do uso de doutrina do escritor Valério de Oliveira Mazzuoli acerca do tema. Também foram usados canais de comunicação como sites de notícias sobre os fatos envolvendo casos que foram julgados pelo tribunal penal internacional e sua eficácia nas investigações e execução da justiça. **Resultados/Discussão:** Desde a criação Tribunal Penal Internacional, o Tribunal de Haia forma realizados os julgamentos de 28 casos dos quais 4 tiveram grandes condenações, como Thomas Lubanga, ex-líder rebelde, Germain Katanga, ex-militar, Bosco Ntaganda, ex-general do exército e Ahmad al-Faqi, ex-membro do Ançer Dine grupo fundamentalista islâmico. Com isso o Tribunal Penal Internacional obteve êxito no combate contra as práticas de crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Porém, no Brasil apesar dos enormes avanços experimentados pelo direito penal internacional ainda não se expressam em justiça na realidade de nosso mundo globalizado. Portanto, ainda sim existem novos casos de crueldade feita pelo homem contra a humanidade e a maioria desses criminosos continuam impunes. **CONCLUSÃO:** Em vista disso, conclui-se que ainda temos uma longa caminhada e muito a fazer para atingirmos a tão sonhada paz mundial entre os povos; promovendo melhores meios de denúncia e melhores práticas de investigação e apuração dos fatos. **PALAVRAS – CHAVES:** Direito; Penal; Humanidade.

⁶²⁹ Acadêmico de Administração – FVS.

⁶³⁰ Acadêmico de Administração – FVS.

⁶³¹ Acadêmica de Administração – FVS.

⁶³² Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022). É pesquisador pelo grupo NECTAR da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e pelo coletivo TERRAL da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Revisor da revista SAPIENS desde 2021.

UTILIZAÇÃO DA IMAGEM DO TRABALHADOR PARA FINS PUBLICITÁRIO DA EMPRESA

Leonora Taveras Clase Mendes⁶³³

Maria Livia Vasconcelos Magalhães⁶³⁴

Bruna Silva Frota⁶³⁵

Introdução: O direito à imagem é um direito fundamental que está positivado no art. 50, X, da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando ainda o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrentes de sua violação. Considerando-se que se espera toda a proteção e sigilo por parte dos empregadores diante das informações e imagens de seus empregados, o uso da imagem não se insere nas atitudes normais do trabalhador, fugindo a regra do art. 456, parágrafo único da CLT. Além disso, não é elegível do empregado que se opor ao fato no curso do contrato de trabalho, uma vez que tal atitude poderia inviabilizar sua permanência no emprego. **Objetivo:** O presente estudo tem por objetivo compreender a necessidade de proteger a integridade e a imagem, bem como a honra de todos os empregados de empresas ou não. Acresce ainda a importância da indenização por dano a violação à pessoa para evitar que a empresa continue a praticar a referida violação. **Metodologia:** O estudo foi realizado a partir da pesquisa bibliográfica em artigos, revistas e dispositivos da Constituição Federal de 1988. Através da análise dos dispositivos das Consolidações das Leis de Trabalho e do Código Civil, onde também traz regras sobre o direito de imagem e o classifica como um direito de personalidade. **Resultados/Discussão:** Qual o impacto da utilização da imagem do trabalhador para fins publicitários da empresa, isto é, a foto de seu rosto estampada em publicações nas redes sociais, por exemplo, sem quaisquer autorizações, caberia o pagamento? Essa problemática justificaria a reparação através de indenização, independente se o empregado estaria ou não em situação de humilhação, pois o empregador deveria autorizar a circulação da sua face em publicações. **Conclusão:** Portanto, conclui-se que, quando você utiliza a imagem ou gravação de voz de empregado para o uso de propaganda ou publicação da sua empresa e instituição, é necessária a autorização do trabalhador. Essa permissão é concedida por um termo escrito de autorização de uso da imagem e voz, ou seja, consiste em uma pessoa, ora empregado, autorizar outra pessoa física ou jurídica – empregador ou empresa – faça o uso de sua imagem para quaisquer fins publicitários da empresa. O termo de uso de imagem se faz admissível principalmente quando há cláusula no contrato de trabalho ou quando se faz um contrato civil à parte do contrato do trabalho. **Palavras Chaves:** Direito; Imagem; Empresas; Indenização; Trabalho.

⁶³³ Graduanda em Direito pela Faculdade ViaSapiens.

⁶³⁴ Graduanda em Direito pela Faculdade ViaSapiens, Integrante do grupo de pesquisa: A jurisdição do Tribunal Penal Internacional e o direito Brasileiro e Membro Acadêmica da Comissão de Direito Municipal da OAB/CE - Subseção Ibiapaba.

⁶³⁵ Professora orientadora: Advogada, pós graduada em direito e processo do trabalho e Docente na Faculdade ViaSapiens.

O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) COMO FERRAMENTA DE CIDADANIA

Lucas Arruda Moita⁶³⁶

Antônio Rafael Coelho Jorge⁶³⁷

Bruno Cavalcante Frota⁶³⁸

Claudio José Alves do Nascimento⁶³⁹

Introdução: A Constituição Federal de 1988 representou um marco na área de saúde no Brasil, pois estabeleceu que as ações e serviços de saúde integrem uma rede regionalizada e hierarquizada, baseada na descentralização, atendimento integral e participação da comunidade. Nesse contexto, com a promulgação da Lei 8.080, em 1990, instituiu-se o Sistema Único de Saúde (SUS) no qual a saúde passa a ser direito do indivíduo e o Estado tem o dever de prover condições necessárias para a efetivação do sistema. **Objetivos:** O presente resumo simples tem por finalidade discutir a importância do SUS enquanto ferramenta de cidadania, levando em consideração a dignidade humana. **Metodologia:** A presente pesquisa foi realizada através de artigos e livros, constituindo dessa forma um estudo bibliográfico, tendo, como exemplo, o artigo de Dixis Figueroa Pedraza “Characterization of work of nurses and health professionals in Support Center for Family Health in Primary Health Care”. **Resultados/Discussão:** O SUS não é, porém, uma estrutura que atua isolada na promoção dos direitos básicos de cidadania. Mas sim, insere-se no contexto das políticas públicas de seguridade social que abrangem, além da saúde, a previdência e a assistência social. Sob o preceito constitucional “a saúde é direito de todos e dever do Estado”, defendeu-se a assistência médico-sanitária integral e de caráter universal, com acesso igualitário dos usuários aos serviços. Assim, é considerado um experimento social, cujos avanços são inquestionáveis, mas que ainda enfrenta enormes desafios, os quais decorrem da situação da saúde brasileira, voltada prioritariamente para o enfrentamento das condições agudas e das agudizações das condições crônicas, em que o hospital é locus privilegiado do modelo assistencial. Então, como estratégia de enfrentamento de tal realidade e de sustentação do SUS, a Atenção Primária à Saúde (APS) vem adquirindo reconhecimento e responsabilidades crescentes. A APS funciona como forma de reorganização dos serviços e de reorientação das práticas profissionais, além disso está implantada em todo país e representa a porta de entrada prioritária do Sistema Único de Saúde. **Conclusão:** Entende-se, dessa forma, que tal processo gera uma transformação do modelo sanitário tradicional biomédico, com ações curativistas e individuais, para uma assistência. **Palavras-chave:** SUS; APS; Cidadania.

⁶³⁶ Doutorando em Biotecnologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr).

⁶³⁷ Doutor em Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará na área de Farmacologia Renal e Toxinologia.

⁶³⁸ Professor da Faculdade ViaSapiens – FVS.

⁶³⁹ Mestrado no Curso Ensino na Saúde - UECE (Universidade Estadual do Ceará). Especialista em Saúde da Família - UFC. Médico.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E A VULNERABILIDADE DA MULHER NOS HOSPITAIS

Heloísa Paiva Freire⁶⁴⁰

Vanessa Passos dos Santos⁶⁴¹

Yarla Heloíse Gomes de Moraes⁶⁴²

Benedito Yure Azevedo Aguiar⁶⁴³

Introdução: A violência obstétrica é praticada pelos profissionais da saúde que prestam assistência obstétrica contra as mulheres no momento da gestação, parto e pós-parto, podendo ser física, verbal ou mesmo psicológica, acarretando em impactos negativos na vida das vítimas. Segundo a pesquisa realizada pela fundação Perseu Abramo em 2010, uma em cada quatro brasileiras sofre violência no parto, o que demonstra a amplitude desse tema. Diante disso, serão apresentados os tipos de violência, quando ocorre e como é a atuação do Estado. **Objetivos:** Demonstrar a problemática social enfrentada pelas mulheres nos ambientes hospitalares e informar à sociedade sobre os direitos das gestantes e parturientes, além de exemplificar como combater a violência obstétrica. **Metodologia:** A pesquisa se deu de forma qualitativa, tendo como fundamento sites, artigos e noticiários, além do estudo de materiais da campanha do NUDEM – Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, uma vez que no estado do Ceará não foram encontrados meios de propaganda sobre a temática. Para apuração de dados, foram utilizados resultados de fundações e instituições governamentais, como por exemplo, a Rede Cegonha, fundada pelo Ministério da Saúde em 2011. Além disso, para conclusão da pesquisa, foram reunidas as normativas acerca do tema, para ser objeto de defesa das vítimas. **Resultados/Discussão:** Através dos mecanismos supracitados, pode-se verificar que o tema ganha espaço no ambiente jurídico, uma vez que sua repercussão vem sendo debatida na Câmara dos Deputados desde 2014 e que somente em 2023 obteve a devida importância, transformando-se no PL 422/23, na qual visa incluir a violência obstétrica na Lei Maria da Penha como forma de violência doméstica e familiar, e garantir a assistência à saúde mental da mulher vítima desse tipo de crueldade. **Conclusão:** Embora a Violência Obstétrica venha repercutindo, ainda pouco se fala sobre o tema, seja em jornais ou em postos de saúde. É primordial que para o combate dessa agressão sejam realizadas denúncias e os casos das vítimas sejam propagados nos meios de comunicação, assim como o Estado providencie sanções para esses crimes, a fim de que ela deixe de contribuir para a manutenção dos altos índices de mortalidade materna e neonatal no Brasil. **Palavras-chave:** Violência Obstétrica; Mulheres; Parturientes; Gestantes; Direito da Mulher.

⁶⁴⁰ Acadêmica de Direito – FVS.

⁶⁴¹ Acadêmica de Direito – FVS.

⁶⁴² Acadêmica de Direito – FVS.

⁶⁴³ Professor de Direito – FVS.

POSSÍVEIS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA GUERRA RÚSSIA E UCRÂNIA

Pedro Henrique Araújo Amaral⁶⁴⁴

Mariane Lima Oliveira de Sousa⁶⁴⁵

Maria Adelaide de Oliveira Cardoso⁶⁴⁶

Francisco Danilo de Souza Gomes⁶⁴⁷

Introdução: Ao analisarmos a história da humanidade, percebe-se a presença de todo um contexto histórico de guerras e massacres contra civilizações em grande parte dos continentes e em momentos distintos da história. Ao voltarmos nossas atenções para o século XX, sem dúvidas, os principais momentos marcantes são a Primeira e Segunda Guerra Mundial havendo altos índices de violações aos direitos humanos, principalmente neste último evento através das barbáries cometidas pela Alemanha nazista. Ao voltarmos nossas atenções para o ano de 2022, percebe-se com a invasão Rússia no Estado da Ucrânia é marcada por um conjunto de violações de direitos humanos previstas expressamente na carta da Organização das Nações Unidas (ONU) **Objetivos:** Busca-se analisar a aplicabilidade e efetividade definidos nos tratados e assegurar os devidos direitos fundamentais essenciais para o provimentos e sustentação da sobrevivência humana. **Metodologia:** Para a realização do presente resumo simples, utilizou-se a pesquisa bibliográfica através de artigos e reportagens realizadas por mecanismos de comunicação. **Resultados/Discussão:** Percebe-se que o conflito em análise é constituído por um conjunto de evento que violam diretamente os preceitos e princípios instituídos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) para proteger e preservar a vida humana. Além disso, entende-se que devido ao alto número de pessoas em situação de refúgio, morte de civis, discriminação contra africanos e asiáticos, além da violência sexual contra mulheres ucranianas, crianças, idosos e pessoas com deficiência, tal confronto passa a ser um dos mais emblemático na modernidade. Ao olharmos os dados do confronto a realidade é ainda mais assustadora, até o presente momento (maio de 2023) foram constatadas pelo menos 62.295 baixas em conformidade com dados governamentais e um prejuízo de aproximadamente US\$ 411 bilhões em danos patrimoniais. **Conclusão:** Em virtude dos fatos narrados, é notório a violações cometidas dentro deste meio de guerra se aplicam desde violações ao patrimônio como, até mesmo, ao direito a vida. **Palavras-chave:** Princípios; Constitucionalização; Segurança.

⁶⁴⁴ Acadêmico de Direito – FVS.

⁶⁴⁵ Acadêmico de Direito – FVS.

⁶⁴⁶ Acadêmico de Direito – FVS.

⁶⁴⁷ Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022).

ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM FRENTE A PACIENTES ACOMETIDOS POR NEOPLASIA MAMÁRIA

D'Ávila de Sousa Oliveira⁶⁴⁸

Luana Raísa Vasconcelos Sampaio Houlton⁶⁴⁹

Jânder Magalhães Tôrres⁶⁵⁰

Introdução: A neoplasia constitui-se por uma massa anormal de tecido, no qual cresce de forma excessiva podendo afetar vários órgãos e sistemas do corpo humano, correndo uma proliferação exorbitante das células. O presente estudo visa realizar um levantamento sobre o papel da enfermagem e como ela lida com situações de neoplasias de mama, essa que por sua vez, é caracterizada por um crescimento anormal do número de células do tecido mamário, tal distúrbio é desencadeado por uma série de mutações adquiridas que afetam uma única célula e sua progênie clonal. **Objetivo:** Analisar o trabalho da enfermagem frente aos episódios de câncer de mama no Brasil de acordo com a literatura. Visando um estudo da assistência desses profissionais em casos de pacientes com câncer. **Metodologia:** A metodologia de pesquisa utilizada foi qualitativa e bibliográfica, por meio de pesquisas no banco de dados Scielo, realizadas no dia 16 de maio de 2023, com a utilização de palavras-chave: neoplasia, enfermagem e mama. Ao pesquisar somente o termo neoplasias foram encontrados 4.002 resultados, logo após foram utilizados dois descritores: neoplasia e enfermagem, obtendo 867. Para facilitar a pesquisa foi incluído o terceiro descritor: mama e os filtros: português, Brasil e os últimos 5 anos. Encontrando-se por fim, 5 artigos. **Resultado/Discussão:** Diante do presente estudo, foi observado que três artigos informam a necessidade de mais ações educativas sobre neoplasias da mama, e dois deles em terapias integrativas que o enfermeiro pode atuar no câncer de mama. **Conclusão:** Fica compreendido que essa neoplasia possui a maior taxa de mortalidade entre o público feminino, sendo de extrema importância que os profissionais enfermeiros estejam aptos a lidar com casos relacionados, prestando uma melhor assistência aos pacientes com a doença. **Palavras-chave:** enfermagem; mama; neoplasia.

⁶⁴⁸ Acadêmica do curso de Enfermagem na Faculdade ViaSapiens

⁶⁴⁹ Acadêmica do curso de Enfermagem na Faculdade ViaSapiens

⁶⁵⁰ Enfermeiro (UVA), Especialista em Comunicação (ENSP/RJ). Mestre em Saúde da Família (UFC). Doutorando em Saúde Coletiva (UECE)

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM DOENÇAS INFECCIOSAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Maria Barbara Fontenele Sampaio⁶⁵¹

Francisco Dyemison Alves⁶⁵²

Jander Magalhães Tôrres⁶⁵³

Introdução: O presente estudo busca realizar um levantamento sobre a atuação da enfermagem diante das doenças infecciosas na atenção básica. É importante destacar que essas doenças possuem grande relevância no contexto brasileiro, uma vez que, no país, há uma alta frequência de casos, assim, tornando o assunto de saúde pública. Desse modo, ressalta-se a atuação da enfermagem na assistência a essas patologias, visto que a profissão, historicamente, está ligada ao combate às doenças infecciosas e tendo papel relevante na prevenção e no cuidado. **Objetivo:** analisar a atuação da enfermagem diante das doenças infecciosas na atenção primária à luz da literatura científica. **Metodologia:** Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo pesquisa bibliográfica com técnicas de análise de conteúdo. A fonte das informações se deu por meio de artigos no banco de dados da SCIELO encontrados com as palavras chaves “enfermagem, doenças infecciosas e atenção primaria”. Obteve-se como primeira busca o resultado inicial de 4 mil artigos, após uma filtragem obteve-se 7 artigos os quais foram selecionados para estudo. **Resultado/Discussão:** Evidencia-se que questões sanitárias contribuem para o surgimento e institucionalização da enfermagem como profissão atuante no combate e tratamento de doenças infecciosas, contudo os serviços de saúde na atenção primária tem ainda uma fragilidade no atendimento perante a essas patologias causadas por agente infecciosos, o que se distancia do que é estabelecido na Política Nacional na Atenção Básica. **Conclusão:** Compreende-se que a atuação da equipe de enfermagem ao identificar e tratar essas patologias possuem falhas, que são ocasionadas pelo uso de técnicas inadequadas e a falta de uma rotina de prevenção, a qual é necessária para minimizar o potencial de infecção e identificação de pacientes acometidos por agentes infecciosos de alta transmissibilidade e morbidade entre a população brasileira, consequentemente, isso ocasiona um aumento dos números de hospitalizações evitáveis e sobrecarregamento da atenção terciária. **Palavras-chaves:** enfermagem, doenças infecciosas, atenção primária.

⁶⁵¹ Acadêmica de Enfermagem – FVS.

⁶⁵² Acadêmica de Enfermagem – FVS.

⁶⁵³ Enfermeiro (UVA), Especialista em Comunicação (ENSP/RJ) Mestre em Educação da Família(UFC), Doutorando em Saúde Coletiva(UECE)

DOENÇAS DA MAMA: O PODCAST COMO RELATO DE EXPERIÊNCIA

Bruna da Silva de Oliveira⁶⁵⁴

Helena Maria Damasceno Passos⁶⁵⁵

Jânder Magalhães Torres⁶⁵⁶

Introdução: O presente Relato de Experiência se deu por meio de uma atividade acadêmica da disciplina de Patologia do curso de Enfermagem, utilizando de uma metodologia tecnológica de comunicação denominada Podcast, o Podcast é um material entregue na forma de áudio ou vídeo, muito semelhante a um rádio, disponibilizado através de um arquivo ou streaming para você ouvir quando quiser. Nossa equipe abordou o tema Doenças da mama, falamos sobre os tipos de doenças, tratamento e assistência de enfermagem. **Objetivo:** Apresentar o relato de experiência por meio de um Podcast para fins pedagógicos da disciplina de patologia geral. **Metodologia:** Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo Relato de Experiência por meio de um Podcast realizado no dia 02 de Maio de 2023. Foi realizado no período noturno, no qual nossa equipe foi entrevistada pelo docente da disciplina, onde foram realizadas 10 perguntas sobre o tema em questão. O Podcast foi transmitido em todas as plataformas digitais da instituição, em que respondemos às perguntas e a turma interagiu ao vivo por meio do chat na plataforma do Youtube. **Resultados/Discussão:** A experiência foi inovadora, excelente e muito rica em informações, na qual tivemos um bom bate papo sobre as Doenças da Mama, onde teve a participação de toda a turma por meio de chat online. O trabalho por meio de Podcast como metodologia ativa na formação do profissional possibilita a construção do conhecimento de forma inovadora e transformadora, pela valorização do diferencial. Pode ser concebido, também, como um modelo pedagógico que institui uma nova proposta formativa, capaz de ressignificar e reorganizar o saber, embasando novos referenciais, capazes de criar espaços educativos favoráveis à construção de sujeitos pensantes, solidários e protagonistas de uma nova sociedade. **Conclusão:** A proposta metodológica de ensino adotada pelo professor, visa promover um forte desejo do docente na aprendizagem significativa, pela possibilidade de transcender os espaços tradicionais da sala de aula passando informações de forma simplificada e tecnológica para o público em geral. **Palavras-chaves:** Doenças da mama; Podcast; Relato de experiência.

⁶⁵⁴ Acadêmica do curso de Enfermagem na Faculdade ViaSapiens

⁶⁵⁵ Acadêmica do curso de Enfermagem na Faculdade ViaSapiens

⁶⁵⁶ Enfermeiro (UVA), Especialista em Comunicação (ENSP/RJ), Mestre em Saúde da Família (UFC), Doutorando em Saúde Coletiva (UECE)

DOENÇAS DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL: O SEMINÁRIO COMO RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Karoline Vieira Feitosa⁶⁵⁷

Laiz da Silva Fontenele⁶⁵⁸

Jânder Magalhães Torres⁶⁵⁹

Introdução: Doenças do Sistema Nervoso Central (SNC) são aquelas que atacam cérebro, medula espinhal, nervos e terminações nervosas, e foi a partir desta temática que surgiu o presente estudo, fruto de uma atividade avaliativa da disciplina de Patologia do curso Enfermagem. As doenças do SNC possuem manifestações clínicas importantes e são bastante incapacitantes, dentre elas algumas bem conhecidas como: Poliomielite, Edema cerebral, Hidrocefalia e Raiva humana. O presente resumo traz um relato desta vivência acadêmica tão fundamental, que leva o estudante a um trabalho de aprofundamento e autonomia pedagógica.

Objetivo: Relatar a experiência de apresentação de um seminário acadêmico com a temática relacionada às doenças do SNC. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, do tipo Relato de Experiência, que foi realizado no dia 18 de abril de 2023, em sala de aula, explanando o tema já citado. Utilizou-se de recursos audiovisuais em slides, apresentando as causas, sintomas, epidemiologia e prevenção. O método aplicado para pesquisa de estudo foi através do tratado de Patologia de Robbins & Cotran. Apresentou-se à turma e ao docente um plano de aula composto por informações sobre o assunto apresentado e, por fim, executamos uma atividade de fixação para os alunos presentes absorverem o conteúdo.

Resultado/Discussões: Diante do presente trabalho, considera-se que foram alcançados os intentos planejados, onde os discentes e o docente da disciplina conseguiram interagir, tanto observando a apresentação quanto fazendo e respondendo as perguntas da atividade de fixação.

Conclusão: Em termos gerais, considera-se importante destacar a relevância da participação discente, bem como nosso professor, que também acrescentou seu ponto de vista, bem como sua experiência sobre o tema. Conclui-se que obtivemos o resultado bastante positivo com o seminário, com total êxito, além de ter sido uma gratificante experiência.

Palavras-chave: Doenças; Vivência; Patologia.

⁶⁵⁷ Acadêmica de Enfermagem – FVS.

⁶⁵⁸ Acadêmica de Enfermagem – FVS.

⁶⁵⁹ Enfermeiro (UVA), Especialista em Comunicação (ENSP/RJ) Mestre em Educação da Família (UFC), Doutorando em Saúde Coletiva (UECE)

DOENÇAS IMUNOLÓGICAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE UM SEMINÁRIO TEMÁTICO

Davi Jullian Gonçalves Cardoso⁶⁶⁰

Philippe Bevilaqua de Souza⁶⁶¹

Jander Magalhães Tôrres⁶⁶²

Introdução: O presente estudo aborda questões relacionadas a uma experiência de um seminário acadêmico sobre a temática “Doenças do Sistema Imunológico”, trabalhado na disciplina de Patologia, no curso de graduação em Enfermagem. As doenças do sistema imunológico compreendem na patologia, um grupo diverso de condições que afetam a capacidade do sistema imunológico de proteger o organismo contra agentes patogênicos. Cada uma dessas patologias possui características distintas em termos de mecanismos imunológicos envolvidos, manifestações clínicas e opções terapêuticas, as quais foram discutidas no seminário em questão. Este relato de experiência apresenta os principais tópicos discutidos durante esta atividade acadêmica. **Objetivos:** Apresentar um relato de experiência de um seminário acadêmico sobre as principais doenças do sistema imunológico. **Metodologia:** Trata-se de um resumo simples, de natureza qualitativa, do tipo relato de experiência sobre um seminário expositivo. A atividade foi apresentada dia 18 de abril de 2023 pela dupla de autores, sob a supervisão do docente da disciplina de Patologia do curso de Enfermagem, no turno da noite. Como recursos didáticos, foram utilizados slides para exposição de conteúdo e uma atividade com metodologia ativa na modalidade de gincana de conteúdo, com perguntas de fixação no final do trabalho. Foi ainda apresentado um plano de aula para alunos, por recomendação do docente, que previamente forneceu um roteiro de como organizar a atividade e apresentar o conteúdo. **Resultados/Discussão:** Todo conteúdo ministrado no seminário seguiu rigorosamente um planejamento da equipe, com sua aplicação dentro do esperado durante a atividade, inclusive no tempo previsto e nas atividades revisadas. Observou-se que a apresentação do seminário contou com a participação significativa dos colegas, com uma interação bastante positiva e com demonstração clara de interesse pelo tema, além disso, o papel do docente foi fundamental no esclarecimento de dúvidas e contribuição com suas intervenções. Isto posto, considera-se que tanto os facilitadores quanto os estudantes conseguiram compreender o assunto na sua forma mais ampla, comprovando que este tipo de recurso pedagógico é bem eficaz e deve ser utilizado por outras disciplinas do curso. **Palavras-chaves:** seminário; doenças imunológicas; enfermagem.

⁶⁶⁰ Acadêmico de Enfermagem – FVS.

⁶⁶¹ Acadêmico de Enfermagem – FVS.

⁶⁶² Enfermeiro(UVA), Especialista em Comunicação(ENSP/RJ) Mestre em Educação da Família(UFC), Doutorando em Saúde Coletiva(UECE)

PODCAST SOBRE DOENÇAS DA PELE COMO ATIVIDADE AVALIATIVA NO CURSO DE ENFERMAGEM

Maria Helena Rodrigues de Almeida⁶⁶³

Rafaela Rodrigues de Holanda⁶⁶⁴

Jânder Magalhães Torres⁶⁶⁵

Introdução: O presente Relato de Experiência se deu por meio de uma Atividade Acadêmica da disciplina de Patologia do curso de Enfermagem, utilizando de uma metodologia tecnológica de comunicação denominada Podcast, que se trata de um conteúdo por meio de vídeo ou apenas áudio, disponibilizado através de um arquivo ou streaming, que conta com a vantagem de ser escutado sob demanda, quando o usuário desejar. Nossa equipe abordou o tema Doenças da Pele, falamos sobre os tipos de doenças, tratamento e assistência de enfermagem. **Objetivo:** Apresentar o Relato de Experiência por meio de um Podcast para fins pedagógicos da disciplina. **Metodologia:** Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo Relato de Experiência por meio de um Podcast realizado no dia 09 de Maio de 2023. Foi realizado no período noturno, onde nossa equipe foi entrevistada pelo docente da disciplina, onde foram realizadas 10 perguntas sobre o tema em questão. O Podcast foi transmitido em todas as plataformas digitais da instituição, onde respondemos às perguntas e a turma interagiu ao vivo por meio do chat da plataforma do Youtube. **Resultado/Discussões:** A experiência foi inovadora, boa, onde tivemos um bom bate papo sobre as Doenças da Pele, onde teve a participação de toda a turma por meio on-line. O trabalho por meio de Podcast como metodologia ativa na formação do profissional viabiliza a construção do conhecimento de forma inovadora e transformadora, pela valorização do diferente. Pode ser concebido, também, como um modelo pedagógico que institui uma nova proposta formativa, capaz de ressignificar e reorganizar o saber, embasando novos referenciais, capazes de criar espaços educativos favoráveis à construção de sujeitos pensantes, solidários e protagonistas de uma nova sociedade. **Conclusão:** A proposta metodológica de ensino adotada pelo professor sintetiza, em suma, um forte desejo docente de promover a aprendizagem significativa, pela possibilidade de transcender os espaços tradicionais da sala de aula. **Palavras-chave:** Doenças da Pele; Podcast; Relato de Experiência.

⁶⁶³ Acadêmica de Enfermagem – FVS.

⁶⁶⁴ Acadêmica de Enfermagem – FVS.

⁶⁶⁵ Enfermeiro(UVA), Especialista em Comunicação(ENSP/RJ) Mestre em Educação da Família(UFC), Doutorando em Saúde Coletiva(UECE)

TRATO GENITAL FEMININO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM SEMINÁRIO ACADÊMICO

Luana da Silva Gomes⁶⁶⁶
Eduarda Frota de Almeida⁶⁶⁷
Jânder Magalhães Tôrres⁶⁶⁸

Introdução: A disciplina de Patologia do curso de Enfermagem tem como proposta global discutir as principais doenças que afetam o ser humano, além de abordar os cuidados específicos do Enfermeiro. O presente estudo relata a vivência pedagógica de um seminário acadêmico sobre patologias relacionadas ao trato genital feminino, dentre os quais os diversos processos patológicos subjacentes às doenças, bem como os avanços diagnósticos e terapêuticos mais recentes. Ao compartilhar nosso relato de experiência nesse seminário, buscamos estimular a apreciação pelo estudo dos processos patológicos e os cuidados de Enfermagem atinentes às doenças relacionadas. **Metodologia:** A experiência se deu através da organização de um seminário acadêmico sobre o trato genital feminino, cuidadosamente planejado, levando em consideração o conteúdo e os princípios estabelecidos no renomado tratado de Robbins, Ed. de 2016. O seminário aconteceu no dia 25 de abril, em sala de aula, sendo preparadas apresentações em slides com textos e ilustrações. **Resultado/Discussões:** Os resultados da apresentação do seminário sobre o trato genital feminino foram positivos, com uma receptividade entusiasmada por parte da turma. Os participantes demonstraram interesse e engajamento durante o seminário, nas sessões de perguntas e respostas. A interação também se destacou como um ponto forte. As sessões de perguntas e respostas e os debates estimularam um ambiente colaborativo e propício ao aprendizado, permitindo que diferentes perspectivas fossem compartilhadas e discutidas. Acredita-se que a inclusão de exemplos clínicos práticos e estudos de caso relacionados ao trato genital feminino poderia tornar o conteúdo ainda mais aplicável e contextualizado. **Conclusão:** A experiência de ter apresentado o seminário sobre o trato genital feminino foi extremamente enriquecedora. Durante todo o processo de apresentação, pudemos aprofundar nosso conhecimento sobre o tema e explorar diversas nuances relacionadas ao assunto. Essa imersão permitiu uma ampliação substancial de nossa compreensão acerca das doenças e cuidados associados à saúde íntima feminina. A diversidade de experiências compartilhadas contribuiu de maneira significativa. Essa vivência reforçou nosso compromisso em buscar conhecimento e promover um impacto positivo na saúde e no bem-estar das mulheres. **Palavras-chave:** Trato genital feminino; anatomia; fisiologia; patologia.

⁶⁶⁶ Acadêmica de Enfermagem – FVS.

⁶⁶⁷ Acadêmica de Enfermagem – FVS.

⁶⁶⁸ Enfermeiro (UVA), Especialista em Comunicação(ENSP/RJ) Mestre em Educação da Família (UFC), Doutorando em Saúde Coletiva(UECE)

UM PODCAST DO CORAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ATIVIDADE DA DISCIPLINA DE PATOLOGIA

Júlio César Marques⁶⁶⁹

José Augusto Gomes⁶⁷⁰

Jânder Magalhães Tôres⁶⁷¹

Introdução: Este trabalho é fruto de uma atividade acadêmica da disciplina de Patologia do curso de Enfermagem, através da qual foi utilizado como instrumento metodológico um Podcast, que se constitui num programa de áudio ou vídeo transmitido pela internet e criado pelos próprios usuários, em formato de episódios sob demanda. Utilizou-se da plataforma em mídia digital e do estúdio da nossa instituição para produzir o Podcast, onde os autores abordaram o tema Doenças do Coração, quando foram esclarecidas questões sobre os tipos de doenças cardíacas, seu tratamento e, sobretudo, a assistência de enfermagem atinente à patologia em pauta. **Objetivo:** Apresentar o relato de experiência vivenciada pelos autores em participar de uma edição de Podcast para fins acadêmicos da disciplina de patologia. **Metodologia:** Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo Relato de Experiência do qual aconteceu a realização de um Podcast, ocorrido no dia 09 de maio de 2023. A atividade foi realizada no período noturno no estúdio de gravação da Faculdade ViaSapiens, quando nossa equipe foi entrevistada pelo docente da disciplina. O Podcast foi transmitido em todas as plataformas digitais da Faculdade, com a possibilidade de participação dos internautas, sendo que a turma de estudantes da disciplina tiveram como tarefa realizar perguntas para interagir com os entrevistados por meio do chat na plataforma de transmissão. **Resultados/Discussão:** Vivenciar uma atividade como esta num curso de graduação foi realmente algo totalmente diferente do habitual, além de ser algo bastante inovador, mas que ao mesmo tempo consegue manter o interesse e o bom rendimento quanto ao aproveitamento do conteúdo. O uso deste tipo de tecnologia de ensino pode ser considerada uma metodologia ativa, algo que se torna marcante em nossa formação do profissional, sobretudo pelo uso de recursos que estão presentes em nosso dia-a-dia e que facilitam o nosso acesso. Este inovador modelo pedagógico acrescenta ferramentas tecnológicas que também facilitam o acesso ao conteúdo, já que o esta experiência ficou disponível em nuvem digital em formato de vídeo e também de áudio, podendo ser acessado em qualquer momento e por quaisquer aparelhos com tecnologias, como *smartphones*, tablets ou computadores. **Conclusão:** Para nós, autores, foi uma experiência única participar deste processo criativo inédito em nossa instituição, se constituindo numa aprendizagem significativa ao ir muito além da tradicional transmissão de conhecimentos, além de agregar elementos contemporâneos. Entende-se que esta iniciativa deve ser incentivada e este recurso mais utilizado na formação universitária. **Palavras-chaves:** Doenças do Coração, Podcast, Relato de experiência.

⁶⁶⁹ Acadêmico de Enfermagem – FVS.

⁶⁷⁰ Acadêmico de Enfermagem – FVS.

⁶⁷¹ Enfermeiro(UVA), Especialista em Comunicação(ENSP/RJ) Mestre em Educação da Família(UFC), Doutorando em Saúde Coletiva(UECE)

FISIOTERAPIA NO SUS: A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO PARA ALÉM DA REABILITAÇÃO

Antônia Daniele Gomes Mourão⁶⁷²

Maria Eduarda Holanda Fontenele⁶⁷³

Antônio Allan Silva Macedo⁶⁷⁴

Francisco de Paulo Guimarães⁶⁷⁵

Introdução: O presente resumo foi constituído a partir das discussões na Disciplina de Políticas e Programas Públicos de Saúde, do Curso de Fisioterapia da Faculdade Via Sapiens –FVS. A Constituição Federal de 1988, definiu que a saúde “é direito de todos e dever do Estado”, garantido aos cidadãos acesso às ações de saúde que englobam a prevenção, promoção e recuperação. Nesse contexto, a Fisioterapia foi integrada à Estratégia Saúde da Família (ESF), pela Lei nº 14.231, de 28 de outubro de 2021. Portanto, o fisioterapeuta, pode atuar nos três níveis de atenção à saúde, desde a promoção, na atenção básica, até na alta complexidade, compreendendo os hospitais. Nos debruçamos sobre indagações pertinentes como: qual a importância da Fisioterapia para o SUS? A atuação dessa categoria profissional é compreendida pela população? A pesquisa se configura relevante ao refletir sobre a incorporação da Fisioterapia na oferta de saúde pública através do SUS. **Objetivos:** Refletir sobre a importância da Fisioterapia nos níveis de atenção à saúde do SUS e sua atuação para além da reabilitação. **Metodologia:** Nos reportamos à pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, buscando uma base elucidativa em revistas, livros, artigos, entre outras fontes.. **Resultados/Discussão:** Considerada como uma profissão tradicional, o fazer da Fisioterapia é compreendido muitas vezes apenas como reabilitação. No entanto, essa compreensão não reflete a amplitude de sua atuação. Desse modo, enquanto categoria de saúde, a Fisioterapia ultrapassa um fazer isolado, sinalizando o alcance de outros aspectos da vida dos pacientes, através de uma releitura de sua prática. Nesse sentido, é importante compreender e potencializar a atuação dessa profissão no SUS, na busca de promover, prevenir e tratar os pacientes, rompendo paradigmas sobre a saúde apenas como ausência de doença e assim substanciar um olhar sistêmico e integrador sobre os sujeitos. **Conclusão:** A Fisioterapia, tem singular importância para a saúde pública ofertada pelo Sistema Único de Saúde - SUS, necessitando, no entanto, potencializar a compreensão de sua atuação para além da reabilitação, por parte de toda sociedade, uma vez que se constitui fundamental para os três níveis de atenção à saúde no SUS, ao proporcionar qualidade de vida aos pacientes.

⁶⁷² Acadêmica de Fisioterapia, Faculdade Via Sapiens – FVS, participante do Grupo de Estudo Físio no CA de mama.

⁶⁷³ Acadêmica de Fisioterapia, Faculdade Via Sapiens - FVS, participante do Grupo de Estudo Físio no CA de mama.

⁶⁷⁴ Acadêmico de Enfermagem, Faculdade Via Sapiens - FVS, participante dos Grupos de Estudo: Físio no CA de mama/Importância da família /cuidador de pacientes com Parkinson.

⁶⁷⁵ Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Via Sapiens-FVS, Disciplina: Políticas e Programas Públicos de Saúde/Assistente Social-Universidade Norte do Paraná-UNOPAR/ Especialista em Gestão de Organizações Sociais -UVA / Pedagogo- Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA / Especialista em Educação em Direitos Humanos-UFC.